

Ana Lúcia Cintra

**DECIDIR É (IM) PRECISO: SOBRE A RETIRADA DE  
CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE SUAS FAMÍLIAS OU  
SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO**

Tese apresentada como requisito parcial  
à obtenção de grau de Doutora em  
Psicologia, Programa de Pós-  
Graduação em Psicologia, Doutorado,  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Federal de Santa  
Catarina.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mériti de Souza

Florianópolis  
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cintra, Ana Lúcia

Decidir é (im) preciso : Sobre a retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento / Ana Lúcia Cintra ; orientadora, Mériti de Souza - Florianópolis, SC, 2015.

306 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Decisão. 3. Criança e adolescente. 4. Sistema de Garantia de Direitos. 5. Psicanálise. I. Souza, Mériti de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

**Ana Lúcia Cintra**

***Decidir é (im) preciso: sobre a retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento***

Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2015.



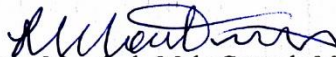
Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré  
(Coordenadora - PPGP/UFSC)



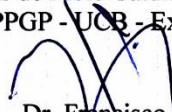
Dra. Mériti de Souza  
(PPGP - UFSC - Orientadora)



Dra. Maria Juracy Filgueiras Toneli  
(PPGP - UFSC - Examinadora)



Dr. Francisco Moacir de Melo Catunda Martins  
(PPGP - UCB - Examinador)



Dr. Francisco Hashimoto  
(PPGP - UNESP - Examinador)



Dr. Paulo Roberto Sandrini  
(PPGP - UNISUL - Examinador)



**Dra. Maria Chalfin Coutinho**  
**(PPGP – UFSC – Suplente)**

**Dra. Diana Carvalho de Carvalho**  
**(PPGE – UFSC – Suplente)**



## AGRADECIMENTOS

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Mériti de Souza, agradeço pela confiança e pelo rigor na orientação deste trabalho.

Aos professores Dr. Francisco Moacir de Melo Catunda Martins, Dr. Francisco Hashimoto, Dr. Paulo Roberto Sandrini, Dra. Juracy Filgueiras Toneli, Dra. Diana Carvalho de Carvalho e Dra. Maria Chalfin Coutinho, sou grata por terem aceitado o convite para compor a banca de defesa dessa tese.

A José, obrigada pela potência e delicadeza na afirmação de seu desejo.

Ao Conselho Tutelar, ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), ao Serviço de Acolhimento Institucional, à Promotoria da Infância e Juventude e ao Juizado da Infância e Juventude, agradeço por terem aceitado participar desta pesquisa e pela *hospitalidade* com a qual me receberam.

Aos coordenadores e à equipe técnica do Centro de Referência Especializada para População em Situação de Rua – Centro POP de Florianópolis, obrigada pela compreensão.

Aos colegas da Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, meu agradecimento pelos espaços de discussão, pelas trocas e contribuições.

A Úrsula, agradeço pelo “suporte técnico” de qualidade e sempre disponível.

A Valéria, obrigada pela flexibilidade e pela escuta sensível.

A Regina, sou grata por ter dividido a responsabilidade de cuidados familiares.

A Alvaro, Olívia e Clara, minha gratidão pelas palavras e pelos atos cotidianos que na forma de afetos amorosos fizeram de 2014 um ano possível.





## RESUMO

A atenção à infância e adolescência tem como elemento organizador o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD). Em casos específicos de violação de direitos, crianças e adolescentes são afastados dos locais em que vivem para serem abrigados em instituições (serviços de acolhimento). Este estudo problematiza situações de decisão exercidas por profissionais da rede de atenção à infância e adolescência da Grande Florianópolis para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento. Releva a *afecção*, aqui compreendida como o remetido à afetação, à condição do sujeito de afetar e de ser afetado pelo outro e pelo entorno. Assim, propõe que ao universal da lei norteadora se soma o singular do sujeito que decide; ao sujeito cognoscente se soma o *pathos*; ao impessoal da razão se soma a afecção, de forma que em tais situações de decisão, crianças, adolescentes, famílias e operadores do SGD estão atravessados tanto pelo coletivo (história e lei) como pelo singular (afecções). Considerando a dimensão complexa – da realidade e da constituição subjetiva – em que se inserem essas decisões, o estudo está ancorado na história, na psicanálise e na filosofia. Toma a psicanálise de Freud em sua concepção de um eu cindido, sempre instável e atravessado por processos de identificação; utiliza a *atenção flutuante* e a *transferência* como instrumentos de investigação e análise. Recorre à filosofia de Espinosa no que diz respeito à *afecção* e à recusa de lógicas em que razão e afeto são tomados como opostos hierarquizados. Ainda, ao pensamento de Derrida no destaque atribuído aos lugares da *alteridade* e do *indecidível*. Foram realizadas observações de campo no Conselho Tutelar, no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), no Serviço de Acolhimento Institucional, na Promotoria da Infância e Juventude. Também foram realizadas entrevistas com profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da Grande Florianópolis, mais diretamente implicados nas decisões para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento. A despeito de conquistas obtidas nos últimos anos, as falhas na oferta, no funcionamento e na articulação de serviços que integram esse Sistema são uma realidade e, desta forma, interferem nas situações de decisão estudadas. Nos processos de decisão, de um lado encontramos o olhar para o universal como referência, destacando consciência, verdade, linearidade e totalidade articulados na crença do uso da razão para controlar a existência. De outro, a angústia singular – da criança, do adolescente, da família e dos profissionais da rede de atenção – emerge como desestabilizador de tal crença, apontando à ética trágica, à

importância de se considerar as afecções e seus desdobramentos nas formas de conhecer e agir no mundo na direção de uma *hospitalidade*.

**Palavras-chave:** Decisão. Criança e adolescente. Sistema de Garantia de Direitos. Psicanálise. Singularidade.

## ABSTRACT

Childhood and adolescence care is ruled by the *Sistema de Garantia de Direitos – SGD* (Rights Protection System). Once their rights are reportedly violated, children and adolescents are taken away from where they live to be housed in institutional shelters. This study discusses the decision-making situations faced by the network of childhood and adolescence care professionals in *Grande Florianópolis* when withdrawing children and adolescents from their families or institutional shelters. It seeks to emphasize the importance of affection, that is, the subject's capacity to affect and be affected by others and his/her surroundings. It is therefore proposed that to the universal aspect of the governing law is added the singular subject that decides, to the knowing subject is added the *pathos*, to the impersonal nature of reason is added the affection so as to show that children, adolescents, families and SGD actors are crossed by both the collective (history and law) and the singular (affections) in such decision-making processes. Considering the complex dimension not only of the reality, but also of the subjective constitution in which these decisions are made, the present study is supported by historic, psychoanalytic and philosophical theoretical foundations. Freud's psychoanalysis is taken in its conception of the split self, always unstable and crossed by identification processes; its *floating attention* and *transference* concepts are used as investigation and analysis tools. Spinoza's philosophy is addressed from the point of the view of *affection* and the refusal of any logic in which reason and affection are taken as hierarchical opposites. Additionally, the thought of Derrida is sought for the emphasis given to the roles of *otherness* and *undecidability*. Field observations were carried out with the *Conselho Tutelar* (Guardianship Council), *Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos* (Protective Services and Specialized Care to Families and Individuals – PAEFI), *Serviço de Acolhimento Institucional* (Institutional Shelter Services), and the *Promotora da Infância e Juventude* (Department of Children and Youth Affairs). The study also included interviews with those professionals of the Rights Protection System more directly involved in the decisions regarding the withdrawal of children and adolescents from their families or institutional shelters in *Grande Florianópolis*. Despite successful achievements made in recent years, failures in supplying, operating and coordinating the services integrating this system can't be denied, which ultimately interferes in the decision-making situations studied. When it comes to decision processes, on the one hand one can find the look for the universal as a reference,

highlighting awareness, truth, linearity and totality articulated in the belief of the use of reason to control existence. On the other hand, the singular anxiety of the child, the adolescent, the family and the care professionals' network arises to destabilize this belief, pointing to the tragic ethics, to the importance of considering affections and their consequences in the forms one knows and acts in the world towards some *hospitality*.

**Keywords:** Decision-making. Child and adolescent. Rights Protection System (SGD). Psychoanalysis. Singularity.

## RÉSUMÉ

L'attention à l'enfance et à l'adolescence s'organise au Brésil par le Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGD (Système d'Assurance des Droits de l'Enfant et de l'Adolescent). Dans des cas particulièrement graves de violation des droits, les enfants et les adolescents sont éloignés de leur lieu de résidence pour être logés dans des institutions (structures d'accueil). Cette étude traite des situations de décision vécues par des professionnels du réseau d'attention à l'enfance et à l'adolescence de la ville de Florianópolis pour le retrait de la garde d'enfants et d'adolescents à leur famille ou aux structures d'accueil. On souligne ici l'importance de *l'affection*, la capacité du sujet d'affecter et d'être affecté par autrui et par l'entourage. Nous proposons qu'à l'universel de la loi qui oriente la décision s'ajoute le singulier du sujet qui décide ; au sujet connaissant s'ajoute le *pathos* ; à l'impersonnel de la raison s'ajoute l'affection, si bien qu'en de telles situations de décision, les enfants, les adolescents, les familles et les opérateurs du SGD sont traversées tant par le collectif (l'histoire et la loi) que par le singulier (affections). Compte tenu de la dimension complexe – de la réalité et de la constitution subjective – où ces décisions s'insèrent, cette étude est ancrée dans l'histoire, la psychanalyse et la philosophie. On prend la psychanalyse de Freud dans sa conception d'un moi scindé, toujours instable et traversé par des processus d'identification; on utilise l'*attention flottante* et le *transfert* en tant qu'instruments de recherche et d'analyse. On a recours à la philosophie de Spinoza en ce qui touche l'affection et le refus des logiques où celle-ci se rencontre opposée et subordonnée à la raison ; et à la pensée de Derrida dans l'accent mis sur les lieux de l'*altérité* et de l'*indécidable*. Les observations de terrain ont été faites auprès du Conselho tutelar (Conseil tutélaire), du Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI (Service de Protection et Attention Spécialisée aux Familles et Individus), du Serviço de Acolhimento Institucional (Service d'Accueil Institutionnel) et de la Promotoria da Infância e Juventude (Tribunal de l'Enfance et de la Jeunesse) L'étude a également compris des entrevues avec des professionnels du SGD de Florianópolis, plus directement impliqués dans les décisions pour le retrait de la garde d'enfants et d'adolescents à leur famille ou aux structures d'accueil. Malgré les gains réalisés au cours des dernières années, les manques dans l'offre, le fonctionnement et la coordination des services qui font partie de ce Système sont une réalité et interfèrent dans les situations de décision étudiées. Dans les processus de prise de décision nous trouvons, d'une part, le regard vers universel en

tant que référence, soulignant la conscience, la vérité, la linéarité et la totalité articulés dans la croyance à l'utilisation de la raison pour maîtriser l'existence. D'autre part, l'angoisse singulière – de l'enfant, de l'adolescent, de la famille et des professionnels du réseau d'attention – émerge comme déstabilisateur d'une telle croyance, exigeant une éthique tragique, indiquant l'importance d'envisager l'affection et ses déploiements dans les formes de connaître et d'agir dans le monde dans le sens d'une *hospitalité*.

**Mots-clés** : Décision. Enfant et Adolescent. Système d'Assurance de Droits. Psychanalyse. Singularité.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1: Diagrama: SGD ..... 48

Figura 2: Ilustração: SGD ..... 49

Figura 3: Pôster de divulgação ..... 143

Figura 4: Pôster de divulgação ..... 143





## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>2 CONSIDERAÇÕES SOBRE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, FAMÍLIAS E INSTITUIÇÕES .....</b>	<b>31</b>
<b>3 UMA VISÃO SOBRE O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....</b>	<b>47</b>
3.1 CONSELHO TUTELAR .....	51
3.2 MINISTÉRIO PÚBLICO.....	52
3.3 PODER JUDICIÁRIO .....	53
3.4 SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	54
3.4.1 Proteção Social Básica – PSB .....	55
3.4.2 Proteção Social Especial – PSE .....	56
3.4.2.1 A Média Complexidade .....	56
3.4.2.2 A Alta Complexidade .....	58
<b>4 CIÊNCIA E PAIXÃO: RACIONALIDADE, DESEJO E A PERSPECTIVA DE ESPINOSA .....</b>	<b>63</b>
<b>5 RECORTES EM PSICANÁLISE.....</b>	<b>87</b>
5.1 FREUD E OS AFETOS .....	87
5.2 DERRIDA: DECISÃO, DIREITO E POSSIBILIDADE DE JUSTIÇA.....	96
<b>6 ESTRATÉGIAS PARA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO</b>	<b>107</b>
<b>7 SOBRE PROCESSOS DE DECISÃO .....</b>	<b>123</b>
7.1 PASSEIOS PELO COTIDIANO .....	123
7.2 DECISÕES EM PROCESSO .....	148
7.3 PELO VIÉS DO <i>PATHOS</i> .....	158
7.4 DECISÕES E PENSAMENTO TRÁGICO.....	166
7.5 CAMINHOS DA IDENTIFICAÇÃO.....	173
7.6 EDUCAÇÃO, LIBERDADE E O INTERESSE DO OUTRO .	182
7.7 TRADUÇÃO E HOSPITALIDADE .....	201
7.8 DIREITOS E SABERES “SEM GARANTIAS” .....	213

7.9 DECISÕES E O TRABALHO DE OPERADORES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS .....	225
<b>8 ENTRELAÇANDO CASOS E ACASOS.....</b>	<b>237</b>
8.1 O CASO DE MUITOS .....	237
8.2 EM NOME DO PAI E DO FILHO.....	246
8.3 VIDAS SAUDÁVEIS.....	253
8.4 QUANDO A VIDA PODE SER UMA DROGA .....	257
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>261</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>271</b>
ANEXO A – Semelhanças e diferenças das modalidades de acolhimento para crianças e adolescentes.....	301
ANEXO B – Roteiro de entrevista.....	303
ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	305

## INTRODUÇÃO

A escolha de um tema de pesquisa não é aleatória. De uma ou outra forma, o pesquisador está implicado em seu tema, ainda que não tenha total clareza das dimensões dessa implicação. Nessa perspectiva, pesquisar é um movimento de risco em que o pesquisador se lança ao desconhecidamente conhecido.

Há alguns anos conheci José<sup>1</sup>. Por uma diversidade de fatores, seus pais foram destituídos do poder familiar e ele, seus irmãos e irmãs foram encaminhados para instituições de abrigo. José residia em uma dessas instituições desde os sete anos. Aos 11 foi encaminhado a mim para atendimento psicológico com a finalidade de “poder lidar com seu passado difícil”. De um lado, documentos até então elaborados em serviço de atendimento a ele e aos irmãos afirmavam que José não queria (e não devia) voltar a morar com sua família. De outro, desde o primeiro dia de sua análise José afirmava esse retorno como sendo seu maior desejo, recusando-se a ser encaminhado para adoção. Essa dissonância entre o que falavam a José, de José e por José e o que ele podia falar em voz própria – ou pela voz de seu desejo – abriu espaço a inquietações sobre a vida de crianças e adolescentes<sup>2</sup> que vivem temporária ou definitivamente em instituições de abrigo. Dentre elas, esboçava-se um questionamento sobre como se dava o processo de decisão para retirar uma criança-adolescente de sua família, bem como o encaminhamento de decisões a esta subseqüentes.

O fato de crianças não serem criadas por sua família de origem não é exclusividade dos tempos atuais. Por razões diversas que acompanham especificidades de cada cultura e momento histórico – o que inclui as

---

<sup>1</sup> Nome fictício para referência a caso atendido pela autora, em relação ao qual serão efetuados comentários do tipo “vinhetas clínicas”, com preservação de sigilo do analisando.

<sup>2</sup> Com base na Convenção dos Direitos da Criança (1989), a Organização das Nações Unidas – ONU define a faixa etária de 0 a 18 anos como criança. No caso deste estudo interessa voltar a atenção para essa ampla faixa, visto que 18 anos é a idade limite para permanecer em instituições de acolhimento. Entretanto, a legislação brasileira, através do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), efetua uma divisão dentro dela ao considerar criança a pessoa entre 0 e 12 anos incompletos e adolescente entre 12 e 18. No intuito de integrar essas visões e dar maior fluidez ao texto, optamos por compor a expressão *criança-adolescente* para ser preferencialmente utilizada. Quando a diferenciação se fizer necessária recorreremos aos termos *criança*, *adolescente* ou *criança e adolescente*.

variadas concepções sobre família, escola e infância-adolescência – os filhos gerados podiam ficar aos cuidados de terceiros na própria comunidade ou em instituições cuja finalidade podia estar relacionada tanto à oferta de uma educação formal considerada de qualidade como ao acolhimento em situações de abandono. O Brasil não foge a esse cenário.

A institucionalização de crianças sempre esteve presente na história brasileira, mas a partir do século XX é utilizada preponderantemente junto à população desfavorecida da sociedade e consolidada, até nossos dias, como dispositivo recorrente nos programas sociais de atenção à infância-adolescência (RIZZINI; PILOTTI, 2011; RIZZINI; RIZZINI, 2004). A Lei Federal n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – configura um marco histórico nessa área ao preconizar a condição de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Após sua existência, o antigo orfanato foi reformulado e substituído pelos denominados Serviços de Acolhimento<sup>3</sup> (SILVA; CABRAL, 2009).

Nesta direção, profissionais e pesquisadores da área de atenção à infância e adolescência têm feito um esforço no sentido de substituir as expressões institucionalização por acolhimento. Tal iniciativa visa a um distanciamento entre o passado pejorativo ao qual estão associadas tais instituições e o presente, quando esse modelo entra em um processo de mudanças (SILVA; CABRAL, 2009). Os principais aspectos a serem diferenciados com esse distanciamento estariam na premissa de aproximar os atuais serviços de acolhimento a modalidades de cuidado mais singularizadas, o que implica um número reduzido de crianças-adolescentes por instituição, atenção aos vínculos afetivos, além do caráter excepcional e provisório que deve caracterizar a medida de abrigamento<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Tais serviços se subdividem em: Casa de Passagem, Casa-Lar, Abrigo Institucional, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, brevemente descritos do Anexo I. No caso específico deste estudo, nos ocupamos apenas das modalidades Casa-Lar e Abrigo Institucional, aqui referidos como sinônimos através das expressões “serviço de acolhimento”, “instituição”, “instituição de acolhimento” e “abrigo”.

<sup>4</sup> A expressão “acolhimento” vem ganhando espaço na literatura, sendo também usual o termo “abrigamento”. Com a perspectiva legal de que o acolhimento deve ser excepcional e provisório, não se utiliza mais o termo “institucionalização”. Entendemos que o “acolher” pode ser problematizado como possível eufemismo ao termo “institucionalizar” mas que, ao mesmo tempo, consiste em esforço para afastar um passado quando crianças-adolescentes que entravam em instituições raramente saíam delas, sendo de fato institucionalizadas. Hoje, com relação à

Em 2009, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e a Fundação Osvaldo Cruz – Fiocruz, deram início ao Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento. Os dados provenientes do Levantamento realizado e sistematizado por essas instituições indicam que temos hoje 37.411 crianças e adolescentes em Acolhimento Institucional e em Programas de Famílias Acolhedoras. Alguns dos principais motivos citados para o acolhimento foram: negligência na família (37,6%); pais ou responsáveis dependentes químico-alcoolistas (20,1%); abandono pelos pais e responsáveis (19,0%); carência de recursos materiais da família ou responsáveis (9,7%) e violência doméstica física (10,8%). O mesmo estudo indica que aproximadamente 86,7% das crianças e adolescentes que estão nesses serviços têm família, sendo que 58,2% mantêm vínculos com ela (ASSIS; FARIAS, 2013)<sup>5</sup>. Com relação ao estado de Santa Catarina, estima-se que 1.461 crianças e adolescentes estejam em serviços de acolhimento, sendo 229 na região da Grande Florianópolis<sup>6</sup>.

---

saída desse serviço para retorno à família de origem ou de outros, alguns têm utilizado o termo “desacolhimento”. Entendemos que, se por um lado “acolher” pode ser um eufemismo, por outro a expressão “desacolher” pode sugerir sentidos vizinhos a “abandono”. Desta forma, corroboramos o uso dos termos acolhimento/abrigo quando da entrada na instituição, mas daremos preferência a desabrigo/desligamento institucional para nos referirmos à saída da criança-adolescente desse serviço. Usaremos também expressões diretas como “retirada da família”, “entrada na instituição”, “retirada da instituição”, “retorno à família”.

<sup>5</sup> Essa é a fonte considerada oficial para estudos relativos à infância e adolescência. O documento *Relatório da Infância e Juventude – Resolução n. 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País* (Conselho Nacional do Ministério Público, 2013) parte destes dados como base e traz outras informações.

<sup>6</sup> Dados fornecidos pelo Sr. Alfredo José Ribeiro Junior, membro da Comissão Estadual Judiciária de Adoção, em 22.11.2014. No número total referente ao estado de Santa Catarina estão incluídas as modalidades Abrigo Institucional (986), Casa-Lar (270), Casa de Passagem (60) e Família Acolhedora (159); em relação a Grande Florianópolis, tal especificação não estava disponível. É oportuno esclarecer que a denominação Grande Florianópolis considera os municípios de Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas (Lista de municípios disponível em: <<http://www.granfpolis.org.br/municipios/index.php>>). Quanto ao Poder

Como mencionado acima, de acordo com o ECA (BRASIL, 1990), as medidas de acolhimento devem ocorrer em caráter provisório e excepcional. Em 2009, a Nova Lei da Adoção definiu o período máximo de dois anos para permanência em condição de abrigamento e reafirmou a preferência pela manutenção da criança com sua família natural, a qual deverá ser incluída em programas de orientação e auxílio sempre que necessário (BRASIL, 2009). Entretanto, são ainda incipientes as intervenções voltadas a essas famílias com o intuito de que crianças-adolescentes institucionalizadas possam retornar para suas casas, evitando assim a destituição do poder familiar (OLIVEIRA, 2001; BRANDÃO et al., 2007; AZOR; VECTORE, 2008; SIQUEIRA et al., 2010). Não raro, ao serem retirados da família, grupos de irmãos são encaminhados para instituições diferentes e distantes – com atendimentos segmentados por sexo e/ou faixa etária – contribuindo para uma ruptura a mais em termos de referências familiares (CARREIRÃO, 2005; OLIVEIRA, 2001). Ainda, chama atenção a presença de campanhas de esclarecimento e incentivo à adoção veiculadas nos últimos anos (AMB, 2007), bem como a obrigatoriedade legal de uma “preparação psicossocial e jurídica” para os pretendentes à parentalidade adotiva (BRASIL, 2009).

O trabalho de assessoria ao Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de Florianópolis (GEAAF), as atividades de formação com educadores que trabalhavam em instituições de abrigo e a realização de atendimentos clínicos com crianças de camadas empobrecidas da população foram os fios que me ligaram ao universo desta infância-adolescência excluída. Dentre os atendimentos clínicos, o realizado com José me afetou de maneira especial. A partir dele dirigi meu olhar às instituições de acolhimento, delineando assim minha pesquisa de mestrado, em que foquei as representações sobre corpo e infância elaboradas por educadoras de uma instituição de acolhimento para crianças de 0 a 6 anos. Dentre outros aspectos, chamou atenção o pouco conhecimento dessas profissionais acerca da importância dos processos de constituição subjetiva na criança pequena, bem como a condição de desamparo em que as equipes dessas instituições se encontram em seu cotidiano de trabalho. Ainda, falas das educadoras e observações realizadas por mim na instituição pesquisada permitiram contato com histórias singulares de

---

Judiciário, a região conta com três comarcas diferentes e as instituições de acolhimento que atendem essa região estão localizadas em Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José, instaladas nessas três comarcas.

crianças que foram deixadas na instituição ou retiradas de suas famílias para serem ali abrigadas. Algumas dessas histórias mencionavam a permanência, transferência ou saída da instituição, na maioria das vezes por meio da adoção.

As instituições de acolhimento podem ser caracterizadas como um espaço intermediário, localizado entre o que foi vivido na família (ou nas ruas) e o que virá depois (retorno à família, adoção, permanência ou fuga da instituição). A qualidade dos cuidados neste espaço intermediário é de extrema importância e a condição transitória em nada deve reduzi-la. Estudos recentes têm apontado as mudanças ocorridas nesses espaços após o ECA, bem como as que ainda se fazem necessárias (SOUSA, 2010; COSTA; ROSSETTI, 2009; JANCZURA, 2008; RIZZINI, 2006). Entretanto, as histórias escutadas em minha pesquisa de mestrado e em novos atendimentos clínicos realizados com crianças não abrigadas levaram-me, mais uma vez, a questionar sobre os processos – e determinantes neles inseridos – para retirar uma criança-adolescente de sua família, mantê-la em serviços de acolhimento ou retirá-la desses espaços rumo a destinos variados. O encontro com José ganhava agora um tom imperativo: pesquisar era preciso!

Em outras palavras, vi-me diante de inquietações acerca dos movimentos para abrigar e desabrigar crianças e adolescentes. Partimos da premissa de que o ECA é o instrumento legal que norteia esses percursos, mas o que mais integra esses movimentos? Quais são as especificidades desses deslocamentos, encontros e rupturas? Como os profissionais da rede de atenção à infância e adolescência representam crianças-adolescentes e familiares presentes nesses percursos? Como se subjetivam esses profissionais nos processos de decisão em que estão envolvidos?<sup>7</sup> Para caminhar na direção desses questionamentos faz-se necessária uma leitura para além daquela problematizada na pesquisa de mestrado, quando a instituição de acolhimento era o universo limite.

---

<sup>7</sup> No documentário *Procura-se Janaína*, de Miriam Chnaiderman (2007), é clara a importância de compreender as histórias singulares dessas crianças e adolescentes. Através de documentos e contatos com pessoas que prestaram atendimento à Janaína, a diretora recupera a história dessa menina, detalhando decisões e fluxos que a levaram de uma instituição a outra. Nessa recuperação, Miriam Chnaiderman dá visibilidade ao trabalho dos profissionais presentes nestes caminhos (de atendimento, de decisões, de escolhas e investimentos pontuais), às falhas de um sistema público de atendimento e, o mais importante, a uma história fragmentada e delegada a um lugar de invisibilidade.

Como consequência do ECA – e para seu cumprimento – foi articulada uma política de atendimento da criança e do adolescente cuja proposta teve origem no Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC/Recife, caracterizada por um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais que implicam as esferas federal, estadual e municipal. Este conjunto, denominado Sistema de Garantia de Direitos (SGD) à infância e adolescência, é composto por três eixos básicos: Promoção, Controle Social e Defesa.

Esses eixos agrupam atividades diferenciadas e devem funcionar de maneira articulada. De forma breve, podemos afirmar que cabe à *Promoção* deliberar e formular políticas de atendimento de direitos, qualificando o atendimento das necessidades básicas da criança e do adolescente com a proposição de políticas públicas a elas relacionadas; à *Defesa* a responsabilização daqueles que não atenderem de forma regular ou violarem os direitos da criança e do adolescente, exigindo a reversão dessa situação rumo ao cumprimento de tais direitos; ao *Controle Social* a garantia de gestão democrática, que pode ser efetivada através da vigilância, acompanhamento e monitoração dos serviços prestados no setor público ou fora dele que estejam relacionados à proteção da criança e do adolescente (CARREIRÃO, 2005). Esse Sistema apresenta problemas de desarticulação em seu funcionamento e qualificação incipiente de seus operadores, o que dificulta a implantação de políticas públicas e impõe limites para assegurar os direitos preconizados pela legislação (NASCIMENTO, 2006; KAYANO; SÍCOLI, 2009).

Os aspectos envolvidos nos movimentos para abrigar e desabrigar são de grande complexidade e ficam sob a responsabilidade de vários operadores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente<sup>8</sup>, em especial os que estão localizados nos eixos de Defesa e Promoção, conforme especificaremos mais adiante. Ainda, também o cidadão comum, escolas, projetos sociais – dentre outros – podem estar presentes de maneira indireta nesse processo, quando realizam denúncias sobre violação de direito nas entidades de defesa.

Diante do exposto, questiono a relação que se estabelece entre as necessárias conquistas jurídicas com o ECA – e normativas a ele subsequentes – e seus desdobramentos nas práticas cotidianas de serviços que integram o Sistema de Garantia de Direitos. Levanto a hipótese de que nos processos de decisão para retirar crianças-adolescentes de suas

---

<sup>8</sup> Pela especificidade de nosso estudo, ao longo desta tese faremos referência ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente como Sistema de Garantia de Direitos (SGD).



famílias ou de serviços de acolhimento, às leis<sup>9</sup> norteadoras se somam *afecções* que envolvem tanto esses sujeitos como os operadores do SGD neles presentes de maneira mais direta. Em outras palavras, ao universal da lei norteadora se soma o singular do sujeito que decide; ao sujeito cognoscente se soma o *pathos* que o atravessa; ao impessoal da razão se soma a afecção presente na relação com o outro. Entendemos afecção como o remetido à afetação, a condição do sujeito de afetar e de ser afetado pelo outro e pelo entorno. A afecção pode envolver o afeto, porém não no sentido do senso comum que tende a equacionar afeto com sentimento e a colocá-lo em oposição à razão, conforme será discutido posteriormente.

Em relação às crianças-adolescentes, proponho que o mesmo discurso que preconiza a condição de sujeito de direitos – e a partir dele, a importância do olhar para o universal – pode operar na direção de um apagamento histórico e afetivo (pulsional) da vida singular desses sujeitos. Em relação aos operadores, busco analisar suas experiências subjetivas nos processos de decisão considerando sua possibilidade de implicação (afetação) nessas decisões. Assim, crianças-adolescentes, famílias e operadores do SGD estariam atravessados tanto pelo coletivo (história e lei) como pelo singular (afecções) nas situações de decisão para retirada da família ou de serviços de acolhimento.

No decorrer dos atendimentos de José, não raro éramos deparados – analista e analisando – com questionamentos acerca das decisões sobre seu ingresso, permanência ou saída da instituição em que se encontrava. Todo o processo vivido em âmbito clínico contava com o recorte subjetivo que o próprio analisando trazia à analista. Entretanto, as decisões elaboradas no *setting* terapêutico – na direção de ressignificações de uma história – não ficaram limitadas a esse universo, estabelecendo, em muitos aspectos, pontos de intersecção com a lei. Tal como me proponho agora a pesquisar com os operadores que atuam na atenção à infância e adolescência, no caso clínico em questão a criança, suas figuras de referência (família e educadores da instituição em que se encontrava) e o profissional clínico diretamente envolvido foram inexoravelmente

---

<sup>9</sup> No decorrer do texto, a palavra “lei” aparece grafada com letra minúscula (lei) quando referida ao conjunto de normas e regras coletivas e institucionais que configuram determinada rede social e espacial; com maiúscula na condição da Lei como instância simbólica que prevê a operação psíquica de inscrição da castração e do outro, tal como é concebida pela psicanálise ou, ainda, para indicar o nome de uma legislação específica.

atravessados por *afecções* que integraram e deram o tom específico para a finalização dos atendimentos.

Temas relativos à justiça sempre atravessaram os atendimentos de José, como se caminhasse na direção de tentar elaborar algo vivido que lhe parecia injusto. Neste processo, cenas de sua vida e de outras crianças-adolescentes eram trazidas para questionar se as decisões eram justas ou injustas. O questionamento alicerçado em seu desejo desordenava o que aparentemente era ordenado – para ela e para mim – sobre leis, sobre justiça, sobre decisões.

Decidir é provocar uma ruptura no processo de avaliação de possibilidades. Para além da ruptura como interrupção, é apresentar uma resolução frente a essas possibilidades, é efetuar um corte a partir do qual é imperativo abrir mão de alguma coisa. A decisão – ato de decidir – implica um tipo de ajuste entre partes conflitantes (KOEHLER, 1943; FERREIRA, 1975). Até que se chegue a esse ajuste, quem precisa decidir permanece em condição de conflito e em seu processo rumo à decisão reluta em acolher a perda ou o “erro”, pois supõe poder chegar à decisão justa.

Em *Força de lei*, Derrida (2010) discorre sobre as possibilidades da justiça no âmbito do Direito e neste percurso traz à tona a perspectiva das decisões e, em especial de uma decisão justa:

O instante da decisão é uma loucura, diz Kierkegaard. Isso é particularmente verdadeiro com respeito ao instante da decisão *justa*, que deve também rasgar o tempo e desafiar as dialéticas. É uma loucura. Uma loucura, pois tal decisão é, ao mesmo tempo, superativa e sofrida, conservando algo de passivo ou de inconsciente, como se aquele que decide só tivesse a liberdade de se deixar afetar por sua própria decisão e como se ela lhe viesse do outro. As consequências de tal heteronomia parecem temíveis, mas seria injusto eludir sua necessidade (DERRIDA, 2010, p. 52)

A afirmação do autor opera como abertura ao tema proposto para este estudo, apontando a complexidade em que se insere toda e qualquer experiência de decisão e, de maneira especial, as situações de decisão no âmbito da justiça, universo em que se encontram ancoradas as decisões para retirar crianças e adolescentes de suas famílias, bem como encaminhá-los a instituições e definir sua permanência ou desligamento em condições diversas. Ainda, traz à cena o outro que se impõe neste

processo, levando à importância de se problematizar concepções como experiência, autoridade, afecção, afeto, temporalidade, razão, atividade, passividade, verdade, dentre outras, no intuito de ir além do caminho fácil em que repousa um cumprimento da lei desprovido de questionamento. Destacamos que ao recorrer à afirmação de que o instante da decisão consiste em “loucura”, Derrida problematiza a perspectiva de idealização da razão e da crença na plena autonomia daquele que decide exclusivamente nela ancorado. Assim, releva aquilo que escapa à razão, mas que nem por isso está ausente ou é menos importante no instante da decisão.

Entendemos que as situações de decisão configuram experiências únicas para aqueles nela implicados e que, uma vez tomadas como experiências, estão – necessariamente – calcadas em afecções, as quais, por sua vez, se inserem no universo da contingência. Destacamos a articulação entre *experiência* e *afecção*, tal como proposto por Derrida ao afirmar que “A auto-afecção é a condição de uma experiência geral. Esta possibilidade – outro nome para ‘vida’ – é uma estrutura geral articulada pela história da vida e ocasionando operações complexas e hierarquizadas” (DERRIDA, 2011, p. 202). Ao conceber afecção e experiência como indissociáveis, o autor delinea a matéria-prima da vida do humano, ser simbólico por definição, para quem o outro é condição necessária.

Diante do exposto, delimita-se um campo de estudo sobre a condição de afecção em situações de decisão, condição esta que afeta, de maneiras diversas, todo aquele que nela esteja presente. Nas muitas situações de decisão sobre crianças, adolescentes, famílias ou instituições de acolhimento podem estar presentes ações como efetuar uma denúncia, relatar sobre uma visita à família, informar sobre a qualidade de vínculos entre criança-adolescente e figuras de referência, elaborar relatórios para subsidiar decisões judiciais, emitir uma sentença, dentre outras. Ainda que caiba à figura do juiz a decisão final – para abrigamento, retorno à família, destituição de poder familiar<sup>10</sup> e adoção – esta não pode ser compreendida de forma isolada, visto que ela se entrelaça às posições previamente assumidas por outros operadores do Sistema de Garantia de Direitos na análise de cada caso. Ainda, temos a decisão da própria criança-adolescente em questão, que mesmo quando silenciada – tal como

---

<sup>10</sup> O *poder familiar* é o que antes se denominava “pátrio poder”; ele pode ser suspenso – quando está em análise a possibilidade de os pais assumirem os cuidados de seus filhos – ou destituído – quando se conclui pela impossibilidade de tais cuidados.

no caso clínico mencionado – pode se fazer presente a qualquer tempo, para além do momento em que se deu a sentença judicial, a sentença aparentemente final.

Considerando este percurso que integra intervenções clínicas e atividades profissionais de estudo no âmbito da infância e adolescência, delimita-se como problema geral de pesquisa: analisar o ato de decidir e situações de decisão exercidas por profissionais da rede de atenção à infância e adolescência da Grande Florianópolis para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento.

Para nos aproximarmos do ato de decidir, recorreremos à pesquisa bibliográfica que problematiza os binarismos hierárquicos que tendem a apontar a neutralidade e racionalidade como aspectos determinantes desse ato, tais como afetar/ser afetado, ativo/passivo, mente/corpo, sujeito/objeto, *razão/pathos*.

Com relação às situações de decisão acima referidas, foram realizadas observações de campo em setores do Sistema de Garantia de Direitos com implicação expressiva nas situações cujo acesso nos foi viabilizado, a saber: Conselho Tutelar, Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço de Acolhimento Institucional, Promotoria da Infância e Juventude.<sup>11</sup> Ainda, tomando como base um roteiro temático (Anexo IV), foram realizadas entrevistas com profissionais que atuam no Sistema: Conselheiro(a) Tutelar, Psicólogo(a), Assistente Social, Promotor(a), Juiz(a). Os dados provenientes do campo foram sistematizados e analisados, com ancoragem nos pressupostos que seguem. O trabalho de campo como um todo – incluindo observações e entrevistas – foi realizado no decorrer dos anos de 2012 e 2013.

A produção deste conhecimento toma como solo referências diversas do conhecimento, como psicanálise, filosofia e história, por considerar a complexidade da realidade e da constituição subjetiva, e a necessidade de teorias que possam sustentar sua leitura. Recorre à psicanálise de Freud na sua perspectiva calcada na hipótese do inconsciente e à filosofia de Espinosa e Derrida para trabalhar aspectos relativos às afecções, decisões e justiça.

Em Freud a concepção de Eu distancia-se da estabilidade e da racionalidade como aspectos preponderantes de constituição e funcionamento psíquicos. Ao tomar o conceito ampliado de sexualidade

---

<sup>11</sup> Também foi articulada possibilidade de observação de campo no Juizado da Infância e Juventude. Entretanto, em função de afastamento temporário do responsável pela comarca, não foi possível levar adiante tal proposta.

e dar destaque aos processos de identificação para a constituição subjetiva, o Eu na teoria de Freud é uma produção inacabada, sempre viva, atravessada pela mescla de aspectos conscientes e inconscientes, de natureza singular (pulsional) e coletiva (cultura), cuja síntese de caráter ficcional se faz necessária à ação (COSTA, 1986). Nesse contexto, entende-se o sujeito constituído pela sua história e por suas experiências, afirmando uma articulação entre o singular e o coletivo que implica o outro como figura inexorável (SOUZA, 2004). Pelo lugar relevante do Direito nos processos de decisão ora referidos, em especial por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a lei estará presente neste percurso como fundamento de natureza universal para afirmação de crianças e adolescentes como sujeito de direitos.

No intuito de ampliar o conhecimento sobre o tema de pesquisa, bem como de verificar a ocorrência de produções já realizadas neste universo, foram realizados levantamentos nas principais bases de dados virtuais, como Periódicos eletrônicos em Psicologia (P@psic), Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-psi), Portal de Periódicos da CAPES e *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*.

Fazendo uso de descritores mais abrangentes como institucionalização, abrigos para crianças e adolescentes, acolhimento institucional e Sistema de Garantia de Direitos foram identificados trabalhos que abordam temas importantes ao cenário do presente estudo e que, desta forma, foram consultados para fundamentar alguns dos aspectos aqui afirmados. Dentre eles, destacamos os que problematizam a precariedade de políticas públicas voltadas às famílias das camadas empobrecidas da população, o crescente número de crianças e adolescentes em situação de abrigamento e questionamentos acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente. As áreas do saber são variadas: Psicologia, Psicologia Social, Educação, Direito, Serviço Social – com maior tendência desta última. Com descritores mais específicos ao tema, ou seja, situações de decisão e decisão sobre crianças e adolescentes, o número encontrado foi bastante reduzido. Dentre eles, as decisões se relacionam a situações exclusivas de abuso sexual, crimes de pais contra filhos, aplicação de medida socioeducativa e suspensão de poder familiar. Não foi localizado nenhum estudo que delimitasse o tema tal como é proposto na presente pesquisa, evidenciando assim sua relevância.

As complexas decisões para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento integram o cotidiano daqueles que atuam na área da assistência à infância e adolescência. O Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Sistema de Garantia de Direitos dele decorrente, funcionando como um conjunto organizador dos fluxos

de trabalho na área, consistem em avanços no terreno da lei. Entretanto, frente à complexidade que escancara conflitos humanos, a lei e a norma podem ganhar a aparência de recursos lineares e seguros para evitar o denominado erro.

Entendemos que ao problematizar as situações de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento, outros aspectos desse cenário podem vir à tona, abrindo assim espaço às afecções que extrapolam tais limites lineares.

No primeiro capítulo, contextualizamos o tema através de recortes histórico-conceituais acerca de crianças, adolescentes e instituições tutelares a eles relacionados neste estudo (serviços de acolhimento e família). Posteriormente, apresentamos o Sistema de Garantia de Direitos e nele destacamos os serviços com os quais se trabalhou nesta pesquisa, permitindo visualizar características e articulações possíveis entre eles para o recorte específico das situações de decisão já mencionadas<sup>12</sup>. No capítulo três, pelo olhar de Marilena Chauí, convidamos o leitor a um passeio pela história da filosofia ocidental para chegarmos a Espinosa e sua ruptura de uma hegemonia da razão pelo destaque às afecções. Nesta direção, o capítulo quatro traz à cena a psicanálise: primeiro com Freud, para apontarmos alguns lugares dos afetos, e depois com Derrida, para articular afecção, experiência, decisão, Direito e justiça. Ancorado neste solo por onde caminharam nossas inquietações, o capítulo cinco se ocupa das estratégias de produção deste conhecimento. O capítulo seis se propõe ao trabalho de articulação daquilo até aqui exposto, almejando assim a visualização de um campo de estudo processual, em movimento. Por fim, trazemos nosso olhar sobre o estudo como um todo, contribuições, limites e aberturas possíveis para novas incursões.

Os muitos temas referentes à infância e adolescência têm ganhado importância no mundo contemporâneo juntamente com profissionais da área, governos e sociedade civil. Podemos visualizar um cenário complexo em que se impõe o olhar da interdisciplinaridade para toda e qualquer reflexão. No Brasil, o desafio consiste em poder elaborar uma crítica a partir da costura desses olhares, sem cair nas armadilhas de encantamento com uma legislação inovadora (ECA), de iniciativas para “fazer o melhor para o outro” ou no niilismo daqueles que acreditam que não há mais nada a fazer. Se um pouco disso for conquistado nesta tese, será o suficiente!

---

<sup>12</sup> Destacamos que o Sistema de Garantia de Direitos vai além do que expomos aqui, fugindo aos propósitos deste estudo abarcar toda sua complexidade.

## 2 CONSIDERAÇÕES SOBRE CRIANÇAS, ADOLESCENTES, FAMÍLIAS E INSTITUIÇÕES

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, art. 227).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e a Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, são marcos internacionais que oferecem estofamento ao olhar crítico sobre o Segundo Código de Menores, de 1979, vigente no Brasil até o final da década de 1980. Fruto de articulação política em que estiveram presentes Governo e sociedade civil e ancorado na Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) substituiu, a partir de 1990, o referido Código, afirmando a condição de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Não são poucos os elogios ao Estatuto, situando o Brasil como nação possuidora de legislação das mais avançadas no setor, em âmbito mundial e especialmente na América Latina.

Aproximadamente vinte anos após a promulgação do ECA, temos nos perguntado sobre as relações existentes entre essa legislação e sua aplicabilidade (SCHEINVAR, 2001; NASCIMENTO, 2006; RAMIDOFF, 2007; JANCZURA, 2008; SANDRINI, 2009). A afirmação de absoluta prioridade em assegurar direitos à criança e ao adolescente, constante da Constituição de 1988, é a base da concepção de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, que têm como desdobramento o respeito ao princípio do melhor interesse da criança. Ao considerar crianças e adolescentes como sujeitos, há, em termos legais, o afastamento de uma condição tutelar em que crianças e adolescentes não falavam em voz própria, mas apenas através dos adultos por eles responsáveis (familiares, instituições ou o próprio Estado). Ou seja, de uma relação sujeito-objeto, passaríamos a outra em que temos sujeito-sujeito. Entretanto, a virada da lei, afirmada e reafirmada nos setores que atuam na atenção à infância e adolescência, deve ser questionada, tal como nos alerta o texto que segue:

Qualquer um que se aproxime das práticas institucionais voltadas para a infanto-adolescência poderá perceber o quanto é surreal e distante o papel de sujeitos atribuído aos antes “menores”. Aliás, a perpetuação desta denominação parece apontar para a continuidade da condição de objeto, que ainda se mantém na prática. São objetos primeiro da própria família e na sequência de outros adultos que se interessam por usá-los sob o discurso de estarem contribuindo para sua formação. São sujeitos, sim, ao desejo do outro. De instituição em instituição até chegar àquela que configurará o clímax de sua “objetização” – onde estará privado de sua liberdade – estará sob a guarda e desejo de um adulto que o sujeitará ao que entender como mais correto ou adequado para a satisfação do que este entender como melhor. [...] Por mais que possa parecer estranho, o juiz não pode se confundir com a posição de pai, ainda que atue como substituto da Lei-do-Pai. Não congrega condições, eticamente, de impor uma modificação subjetiva. Se assim o fizer, ocupa a posição do canalha. É preciso respeitar-se as opções do adolescente e “não saber o que é melhor para o outro”. Para isso é necessário que se o respeite, como sujeito, abjurando a posição de inferioridade, para tomar como outro. [...] A bondade que movimentava as ações na seara da infância e juventude é totalitária (ROSA; LOPES, 2011, p. XX-XXII).

As palavras acima questionam a suposta solidez e imparcialidade do Poder Judiciário brasileiro na atenção à infância e adolescência, em especial nas decisões encaminhadas nesse âmbito, foco de interesse neste estudo. Rosa e Lopes (2011) propõem a substituição do termo “operador jurídico” por “ator jurídico”. Com *operador* é mantida uma postura clássica do Direito, pautada na relação sujeito-objeto, que assegura distanciamento e possibilidade para descompromisso ético. Já o ator estaria necessariamente implicado nas decisões por ele encaminhadas. Entretanto, dentre outros aspectos, a implicação exige o estudo aprofundado sobre a matéria em relação a qual se procederá algum tipo de decisão, mas “Os cursos de Direito dedicam – e quando dedicam – uma disciplina, em regra optativa, para o estudo do Estatuto. Daí que os atores



jurídicos não podem aplicar o que não conhecem” (ROSA; LOPES, 2011, p. XXIX).

Embora o Sistema de Garantia de Direitos não se resuma ao Poder Judiciário, é a ele que cabe a decisão final. Como sabemos, à figura do juiz estão coladas representações de proteção, controle, autoridade e poder que parecem legitimar suas ações. Medicina e Direito, possivelmente, são as áreas do saber que mais comportam representações dessa natureza. A primeira, porque detém o poder da vida; a segunda, por ter nas mãos a lei. Mas cabe serem questionadas as matizes da relação que se estabelece entre os operadores do SGD e o que dele é representado pelo Poder Judiciário. Sabemos da possibilidade e, em alguns casos, exigência de uma decisão judicial ser subsidiada por relatórios e laudos elaborados por técnicos e especialistas, como psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, dentre outros. Em que medida há nesses documentos também a perspectiva de “saber o que é melhor para outro”, materializada a partir de encaminhamentos que visem à imposição de modificações subjetivas?

Tais questionamentos não pretendem desqualificar conquistas importantes como o ECA ou SGD, tampouco a realização do trabalho daqueles que, cotidianamente, se deparam com situações de decisão nesse universo. O Poder Judiciário – pautado por uma complexidade de organização e funcionamento – vem sendo foco da mídia nos últimos tempos, trazendo a nós uma realidade nada confortável, seja àqueles que nele trabalham, seja a qualquer cidadão brasileiro: excesso de processos e burocracia, precariedade de instalações, lentidão para emissão de sentenças, recursos humanos insuficientes. Tal quadro levou à exigência de reformas no Poder Judiciário que incluem a digitalização de processos e o estabelecimento de metas traçadas com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cujos resultados até este momento são questionáveis (RIBEIRO, 2005; ALVES, 2014).

Esse panorama poderia ser melhor em se tratando da atenção à infância e adolescência. Entretanto, salta aos olhos a informação de que em uma cidade de proporções econômicas como São Paulo, um processo que envolva crianças ou adolescentes pode aguardar três ou cinco anos para ser analisado, seja pela falta do assistente social para realizar um relatório, do psicólogo para prestar atendimento à criança e sua família, ou mesmo do juiz para encaminhar uma decisão (POLI, 2012). Em matéria sobre *adoção tardia*, veiculada em abril de 2012 na Rádio CBN, a jornalista Luciana Marinho apresenta temas relacionados ao abrigo de crianças e adolescentes na capital paulista; dentre eles incluem-se aspectos relativos à morosidade do Poder Judiciário e à situação daqueles que não querem ser adotados (MARINHO, 2012).

Diante desse quadro, cabe perguntar o que significa na prática a expressão “absoluta prioridade” presente na Constituição Federal. Ainda, interessa perguntar sobre os caminhos e serviços envolvidos nos processos de decisão para retirada de crianças-adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento. Neste momento trazemos à cena a figura do Conselho Tutelar e as duas instituições – família e serviços de acolhimento – entre as quais transitam grande parte de suas intervenções.

Criado a partir do ECA, o Conselho Tutelar é um serviço autônomo, vinculado administrativamente ao município, fiscalizado pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, pela Justiça da Infância e da Juventude, pelo Ministério Público e pelas entidades civis que atuam na atenção à criança-adolescente. Concebido para garantia da proteção integral da criança e do adolescente, toma como pressuposto norteador o artigo 98 do ECA:

As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II – por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III – em razão de sua conduta (BRASIL, 1990).

O Conselho Tutelar tem atribuições específicas, que – dentre outras – incluem o acolhimento de denúncias, atendimento a pais/responsáveis, orientação, providências relativas a documentações, solicitação de atendimentos profissionais, encaminhamento para serviços de acolhimento. Assim, o serviço pode ser considerado a porta de entrada na temática de direitos violados, implicando ações de menor ou maior complexidade rumo à reversão dessa condição. No caso de aplicação da medida de acolhimento institucional, ela caberá ao Conselho Tutelar em situações especiais, sempre acompanhada de comunicação formal à autoridade judiciária, conforme previsto na Lei 12.010/2009 (BRASIL, 2009).

A assistência à infância e adolescência (quando da impossibilidade de estarem na família), que no passado ocorria através de asilos, orfanatos e similares, hoje está estruturada em serviços de acolhimento, subdivididos em Casa de Passagem, Família Acolhedora, Casa-Lar e

Instituição de Abrigo<sup>13</sup>. Se no passado definiam sua atenção mais especificamente às situações de pobreza ou abandono (órfãos), com o advento do ECA passaram a ser espaços destinados à garantia de proteção de crianças e adolescentes em situação de direitos ameaçados ou violados. Os serviços estão alocados na esfera municipal e a existência de uma ou de todas as modalidades varia de um município a outro, a depender das políticas públicas e projetos neles implantados.

Casa-Lar e Instituição de Abrigo são os serviços destinados ao acolhimento por períodos maiores de tempo. A cada seis meses devem enviar relatórios ao Poder Judiciário informando sobre as condições da criança-adolescente e, quando possível, sobre as condições da família<sup>14</sup>. Tais documentos podem ser aqui vistos como primeira porta para uma possível saída da instituição.

Entre estas portas – para entrada ou saída dos serviços de acolhimento –, o fluxo de procedimentos é variável, a depender da forma como o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) estiver organizado, bem como do grau de articulação e eficácia dos serviços que o integram. Quando as condições desse Sistema forem semelhantes às da capital paulista, podemos delinear um quadro hipotético em que crianças, adolescentes e familiares, bem como os profissionais implicados em situações de decisão relativas aos serviços que integram esse Sistema, estão cotidianamente – e de maneiras diversas – em condição de sofrimento. No caso dos profissionais, parte desse sofrimento pode ser desdobrada em situações-limite em que pressão e angústia podem levar à banalização do cotidiano, a ações imperativas, dentre outros. Diante disso, a afirmação “cumpra-se a lei” (quando possível) tenderia ao uso a partir de uma perspectiva legalista, ou seja, na hegemonia do universal em detrimento do singular, na objetificação da criança-adolescente. Neste arranjo, o ato de cumprir a lei desconsideraria a condição da criança-adolescente como sujeito, ainda que tal ato se dê apoiado na própria lei que define essa condição.

A existência de direitos e a busca de procedimentos para que sejam cumpridos consiste em conquista importante. Mas cabe questionar

---

<sup>13</sup> No caso de crianças e adolescentes com trajetória de rua, existem projetos de apoio socioeducativo em meio aberto, que recebem nomes como Casa Aberta, Casa Dia, Casa de Acolhida e, por vezes, Casa de Passagem (SILVA; CABRAL, 2009).

<sup>14</sup> Isso dependerá dos motivos do abrigamento, da inserção dessa família em serviços disponibilizados através de políticas públicas, bem como da existência de um projeto da própria instituição para aos familiares.

em que ponto os direitos começaram a ser descumpridos; do contrário, ficamos em um ciclo em que a ação para cumprimento de um descumpre outro e assim por diante. Ainda, cabe problematizar de que maneira tais direitos são representados pelos sujeitos em cena, a saber, por aqueles que lutam pelo seu cumprimento e por aqueles que tiveram seus direitos violados.

Como exposto, no comparativo de dados relativos aos períodos pré e pós-ECA, são a infância e a adolescência de camadas empobrecidas da população que majoritariamente habitam os serviços de acolhimento. Na sequência, são as famílias dessas crianças-adolescentes comumente acusadas de negligência. E sem considerar que também elas são de muitas formas negligenciadas, corremos o risco de abrir e fechar portas – de casas, de ruas e instituições – sintonizados com um fluxo repetitivo da história e, não raro, apoiados na crença de estar fazendo “o melhor para o outro”. A concepção de que assim devemos fazer supõe um universal sobre o Bem e o Mal que – a partir dele – engendra formas sobre como ser criança, adolescente e família.

Não questionamos a importância de haver uma atenção dirigida à infância-adolescência, mas cabe destacar que não é somente entre a população empobrecida que podemos encontrar ameaça ou violação de direitos. O possível olhar reducionista induz à leitura de que as formas de existência dessa população são inadequadas (mal), cabendo a nós lhes oferecer outro modelo (bem). É nesse sentido que podemos falar em representações identitárias que de um lado são necessárias às conquistas de direitos e de outro produzem (e reproduzem) lógicas de exclusão relacionadas à infância-adolescência e suas famílias (CINTRA; SOUZA, 2010).

Em outras palavras, entendemos que em boa medida, e para além das especificidades do funcionamento de cada serviço implicado nesses processos, as situações de decisão estão especialmente atravessadas tanto por concepções sobre família, infância e adolescência quanto pela concepção de ciência engendrada na modernidade e associada à possibilidade de acesso à verdade, à previsibilidade, ao controle e à transformação de pessoas ou sociedades conforme princípios definidos a priori. Cabe registrar que a concepção de modernidade aqui utilizada apoia-se menos em uma condição cronológica e mais na perspectiva histórico-processual, que implica as ampliações de territórios, consolidação de referências políticas e epistêmicas e quebra de fronteiras próximas ao século XV, além das expressivas modificações sociais e epistêmicas e políticas decorrentes desse amplo contexto (CHAUÍ, 1996).

Um levantamento histórico sobre o conceito de família, criança e adolescente consiste em trabalho para além das possibilidades deste estudo; entretanto, cabem ser delineados alguns marcos para melhor contextualização do tema. Assim, destacamos um primeiro processo descrito por Engels (1982) a partir dos estágios de evolução da cultura – selvagem, barbárie e civilização – em que a família de início caracterizada por uma tribo vai se circunscrevendo a subgrupos dessa tribo, estando aí implicadas – paulatinamente – relações entre sexos, procriação e riquezas, com consequências para consolidar os princípios da propriedade privada em detrimento da coletiva. Na sequência, processos extensos de transformação, que incluem a industrialização e alterações nas relações de trabalho, repercutem nas formas de organização da família, que cada vez mais se nucleariza, daí a concepção “família nuclear”, caracterizada pelo grupo pai, mãe e filhos.

Este pequeno círculo denominado família passará a ser visto como matriz relevante para constituição e desenvolvimento do humano: nela nascemos, estabelecemos nossas primeiras relações, adquirimos valores, somos educados (família e escola) e lançados ao mundo. As formas para compreender e dar destaque às funções dessa matriz são diversas, a depender da área do conhecimento que dela se aproprie para estudo: economia, sociologia, medicina, educação, psicologia, direito, dentre outras. A família ocidental moderna ganha assim centralidade e nela ganha destaque a mulher e a criança como elementos para investir aspectos afetivos, econômicos e de controle social, conforme já apontado em outros estudos (DONZELOT, 1980; ARIÈS, 1981; BADINTER, 1985; COSTA, 2004).

Tomando como ponto de partida as ideias de Émile Durkheim e seguindo com uma análise crítica até a atualidade, Singly (2007) afirma que podemos dividir a história da família contemporânea em dois grandes momentos:

Do século XIX até os anos 1960, constatamos uma coincidência entre a instituição do casamento e a focalização nas relações interpessoais. Três elementos formam um modelo de referência até hoje pouco contestado: o amor no casamento; a divisão estrita do trabalho entre o homem e a mulher; a atenção à criança, à sua saúde e à sua educação. Durante meio século (1918-1968), o fato de o homem trabalhar fora para ganhar o dinheiro da família e de a mulher ficar em casa para se ocupar, o melhor possível, dos filhos é uma

evidência em todos os meios sociais. [...] A partir dos anos 1960, consideramos que a modernidade na Europa muda de direção e entra em um segundo período (chamado por Giddens de “modernidade avançada”, ou “segunda modernidade” por Beck). Para a família, esse período se caracteriza principalmente pela crítica ao modelo da “mulher dona de casa”, sob a pressão do movimento social das mulheres e do feminismo; pela desestabilização do casamento com a instauração do divórcio [...] e pelo crescimento da coabitação fora do casamento. [...] Hoje, a “família feliz” é menos atrativa, o que importa é a felicidade de cada um. [...] O “eu” é bem mais importante que o “nós”, mas ele não propõe, bem ao contrário, o desaparecimento do grupo conjugal nem do grupo familiar (SINGLY, 2007, p. 130-132).

Peixoto (2007) afirma que Gilberto Freyre teria sido o fundador dos estudos sobre família no Brasil. Mas o modelo gilbertiano que dá centralidade à família patriarcal nas relações conjugais estaria hoje sendo substituído pelo modelo de Velho (2001), em que o indivíduo no casamento relaciona seu potencial à construção de projetos e possibilidades de realização. Para aqueles que desenvolvem pesquisas com camadas empobrecidas da população brasileira, a marca do que se denomina “individualismo” não seria tão presente na organização familiar dessa população (SARTI, 2007). Dentre outros aspectos, esses diferenciais estariam apoiados no menor valor atribuído ao “nome da família”, na inexistência de bens materiais como patrimônio que deve ser preservado e transmitido apenas a um pequeno círculo de pessoas, bem como nas frustrações impostas por uma luta pela sobrevivência. Ainda, a concepção de família incluiria pessoas avizinhas, não necessariamente ligadas por relações consanguíneas, pois privilegia sua dimensão simbólica e as relações de troca ancoradas em costumes:

Ter a família como referência simbólica significa privilegiar a ordem moral sobre a ordem legal, a palavra empenhada sobre o contrato escrito, o costume sobre a lei, o código de honra sobre as exigências dos direitos universais de cidadania, julgando e avaliando o mundo social com base em critérios pessoais, dos quais decorre a dificuldade

de estabelecer critérios morais universalistas (SARTI, 2007, p.139).

De forma geral, a despeito das visões transmitidas nas “propagandas de margarina”, a instituição familiar nunca foi o elogio à estabilidade e harmonia. Como unidade de destaque na constituição e funcionamento do social, como *lócus* privilegiado para a educação de crianças na modernidade ocidental, a família ganha sentidos diversos. Se no passado era constituída a partir de predeterminações que asseguravam uma forma de organização quase única, hoje tende a ser compreendida em uma condição plural. Na perspectiva do Direito, aqueles que compartilham essa pluralidade identificam a família “pela comunhão de vida, de amor e de afeto no plano da igualdade, da liberdade, da solidariedade e da responsabilidade recíproca” (DIAS, 2011, p.48).

Neste contexto, é importante relevar as relações entre a constituição e o funcionamento da família com a ordem política da sociedade em que se insere, na qual os discursos jurídicos ganham destaque em termos de saber/poder no estabelecimento de normas sobre o que é ser família, ser pai ou ser mãe, sobre cuidados (e responsabilidades) desta em relação à criança-adolescente, bem como no suporte às ações de controle e aplicação de sanções punitivas quando a lei não é cumprida.

Eis a dimensão política da jurisprudência: ancorada em diferentes saberes, articula variadas estratégias de poder para dizer, enunciar, afirmar verdades. Vale lembrar que tal ancoragem se dá fundamentalmente em saberes legitimados cientificamente (por isso são chamadas as ciências e não o senso comum para legitimar as decisões jurídicas). Instaura-se uma retro-alimentação entre saberes científicos e regimes de verdades jurídicas. [...] Dispositivos normalizadores, reguladores, com capacidade para fabricar e gerir modos de pensar e modos de viver. Os que não se enquadram a essa política normativa são criticados, discriminados, punidos. [...] Neste sentido, as decisões perpetradas na esfera jurídica, da jurisprudência brasileira, reverberam na vida social e configuram diferentes e variados arranjos familiares, normalizam condutas e definem posições a serem ocupadas (PERUCCHI; TONELI, 2008, s/p).

Na perspectiva da psicanálise, a família é – antes de tudo – lugar de conflito; ela é imprescindível à constituição subjetiva e o conflito é matéria prima e motor de tal constituição. Seja como for a família, importa à psicanálise que as funções materna e paterna – o que não significa presença concreta de um pai e uma mãe ou de um homem e uma mulher no exercício da maternidade e paternidade – possam estar presentes, possibilitando assim a constituição subjetiva que, dentre outros aspectos, implica o distanciamento de gerações que coloca o adulto na condição de responsável pela criança-adolescente; responsável, antes de tudo, por lhe garantir uma condição de *outro* sem aprisioná-la em seu desejo de adulto (ROUDINESCO, 2003). É nesse âmbito que, desde a década de 80, maternidade e paternidade se agrupam no termo *parentalidade*<sup>15</sup>, considerando as relações de assimetria, heterogeneidade e complexidade implicados no universo da família contemporânea.

Esse processo de constituição subjetiva foi fragmentado em etapas pela denominada Psicologia do Desenvolvimento, mas não corresponde à perspectiva freudiana que delinea o percurso de como nos tornamos seres sexuados. Com a noção de uma sexualidade ampliada, Freud desliza o conceito de instinto para pulsão e esta, por sua vez, na condição de um limite entre o corporal e o psíquico apoia-se em etapas que caracterizam o desenvolvimento orgânico do humano. Como exemplo, a oralidade faz referência à boca como zona erógena privilegiada; é quando a criança estabelece relações consigo mesma e com o mundo majoritariamente pela boca. Ao mamar, morder, levar objetos à boca, chorar, a criança estabelece relações de prazer-desprazer, inaugurando seu processo de constituição subjetiva pela sexuação. Raciocínio similar pode ser aplicado às demais zonas erógenas que ganham destaque, mas não a partir de leitura linear que pressuponha um tipo de evolução rumo a um processo finalizado.

Os diferentes momentos do processo de constituição subjetiva são indissociáveis. Assim, se infância-adolescência pode ser entendida como fase da vida, marcada por limites temporais, o conceito de infantil – tão caro à psicanálise – tem a mesma condição de atemporalidade que

---

<sup>15</sup> Em 1961 o psicanalista francês Paul-Claude Racamier propôs o termo “maternalidade” no intuito de se ter uma expressão ampliada de “maternidade” e posteriormente, com igual intuito, o neologismo se estende a “paternalidade” e “parentalidade”. Mas é a partir do trabalho de René Clément em 1985, *Parentalité et dysparentalité, Le groupe familial*, 112, FNEPE, que a expressão reaparece e se faz presente até nossos dias (HOUZEL, 2004). O tema será abordado com maior detalhe em momento posterior do presente estudo.



caracteriza o inconsciente<sup>16</sup>. Tais conceitos são aqui destacados para problematizar concepções de infância e adolescência afirmadas no ECA, ancoradas em uma perspectiva desenvolvimentista. Sem refutar essa dimensão, a psicanálise propõe não se limitar a ela para se falar de criança ou adolescente, pois tal reducionismo não possibilita uma leitura da singularidade – sempre diversa em suas articulações com o coletivo –, conforme defende Matheus (2008) ao afirmar que a adolescência pode não depender da puberdade. É nessa direção que chamamos atenção para o fato de que as concepções sobre infância e adolescência estão atreladas a condições históricas e discursos políticos que se modificam no tempo.

Infância e adolescência entendidas como etapas destacadas da vida adulta tal como as concebemos na contemporaneidade emergem apenas no século XVIII; até então, o que hoje denominamos criança era o adulto em miniatura e o atual adolescente, um adulto jovem; o termo *enfant* podia ser utilizado nos dois casos. Um dos demarcadores para essas separações pode ser localizado no engendramento da instituição escolar, com destaque às práticas pedagógicas para ensinar e disciplinar; outro, na vida sexual (ARIÈS, 1981). Se a infância passa a ser concebida como período mítico em que impera a inocência, a adolescência é a etapa de construção de identidade, etapa em que conflito e transgressões constituem o pano de fundo.

Na contemporaneidade, tais características tendem a ser coladas às perspectivas desenvolvimentistas que consideram concepções universais sobre infância e adolescência, apoiadas em aspectos biológicos e psicológicos, desconsiderando assim as dimensões histórica e subjetiva. Na ótica do desenvolvimento, engendra-se uma concepção metafísica em que a razão é norteadora. A criança precisa ser protegida e educada de forma a reunir condições para abandonar sua condição de imaturidade; nela é preciso investir, visto que é “a semente do futuro”. Ao adolescente cabe “domar” seus hormônios e inquietações para garantir sua entrada na vida adulta a partir de uma identidade definida, o que inclui a escolha de

---

<sup>16</sup> O inconsciente é um dos três sistemas psíquicos da primeira tópica freudiana – inconsciente, pré-consciente e consciente – e comportaria os desejos da infância cujo acesso ao pré-consciente/consciente foi negado pela censura. É nesta perspectiva que a psicanálise afirma o *infantil* como um conjunto de inscrições ocorridas na infância que somente *a posteriori* podem ganhar sentidos através de associações livres. As principais características de funcionamento do inconsciente – ausência de contradição, processo primário, independência temporal e preponderância da realidade psíquica – são aplicáveis à natureza do infantil (FREUD, 1905a/1981). Assim, o *infantil* não só é constituinte do humano como perdura independentemente dos critérios de idade cronológica.

uma profissão. Na contramão dessas visões, Kupfer (2006) e Calligaris (2000) delineiam a complexidade das concepções de infância e adolescência na ótica da psicanálise.

Cabe ainda mencionar que ao provocar um afastamento das concepções ancoradas no universal, cada momento e contexto históricos ganham relevância, pois é a eles que o subjetivo se entrelaça na constituição subjetiva. Assim, impõe-se a necessidade de uma perspectiva plural, tal como exemplificamos a partir das palavras de Del Priore (2007) em relação à infância brasileira:

Para começar, a história sobre a criança feita no Brasil, assim como no resto do mundo, vem mostrando que existe uma enorme distância entre o mundo infantil descrito pelas organizações internacionais, pelas não governamentais e pelas autoridades, daquele no qual a criança encontra-se cotidianamente imersa. O mundo que a “criança deveria ser” ou “ter” é diferente daquele onde ela vive, ou no mais das vezes sobrevive. O primeiro é feito de expressões como “a criança precisa”, “ela deve”, “seria oportuno que”, “vamos nos engajar em que”, até o irônico “vamos torcer para”. No segundo, as crianças são enfaticamente orientadas para o trabalho, para o ensino, para o adestramento físico e moral, sobrando-lhes pouco tempo para a imagem que normalmente a ela está associada: do riso e da brincadeira (DEL PRIORE, 2007, p. 8).

Leitura semelhante pode ser feita para a adolescência. Autores que se posicionam na articulação do singular com o coletivo para compreender a constituição do sujeito (CALLIGARIS, 2000; ENDO, 2007; MATHEUS, 2008) entendem que as características de rebeldia, período de conflitos e transformações atribuídas à adolescência emergem a partir daquilo que é proposto ao sujeito na contemporaneidade. Em tal proposição é engendrado um indivíduo que se acredita autônomo e livre, capaz de escolher, ser responsável por suas escolhas e realizar conquistas sem que para isso fique atrelado à política, às condições sociais e, tampouco, às tradições. As concepções de igualdade e liberdade imperam de maneira a configurar um individualismo em que cada um é “dono de si”, portador de potencialidades (sucessos) ou fragilidades (fracassos) apartadas de seu contexto social, fazendo crer que é possível ser aquilo que se quiser ser (BERTOL, 2010).

Retomando o universo desta pesquisa, nela analisamos as situações de decisão para retirada de crianças-adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento. Considerando as argumentações dos autores acima e suas leituras sobre as relações históricas e sociais com a constituição e conceituação de família, de criança ou adolescente, entendemos que as afirmações “científicas” sobre o tema, que integram o ECA e a aplicação dessa lei nas práticas cotidianas dos profissionais que atuam no SGD, merecem atenção. Em outras palavras, destacamos que tanto a configuração quanto a concepção da família e da criança-adolescente implicam a adoção de determinadas teorias e práticas por parte das instituições voltadas para a atenção à infância e à adolescência, bem como dos profissionais que nelas atuam.

Frente ao exposto, reiteramos a importância de se compreender a dimensão histórica e social que acompanha as concepções de família e criança-adolescente, bem como de se compreender as concepções que são adotadas pelos profissionais que atuam nas instituições que atendem esse público pois elas incidem de forma candente nas ações e nas decisões que esses profissionais tomam. Assim, de forma específica, a ideia de que crianças e adolescentes são “seres em desenvolvimento” pode operar como elemento determinante para que uma decisão tome rumos diversos, como por exemplo: em se tratando de uma criança pequena há um montante de investimentos no caso para que ela “possa ter a chance de se desenvolver”; em se tratando de criança maior ou adolescente, tais investimentos tendem a ser limitados, como se as possibilidades de “vir a ser alguém melhor” estivessem reduzidas.

A ótica de atuar preventivamente caminha nessa direção e quando da intervenção preventiva (ou protetiva) não são “colhidos os frutos esperados”, cabe à criança-adolescente a pecha de sua condição de incapacidade e, não raro, de ingratidão, pois a ela foram dadas “todas as oportunidades”. Igualmente, as concepções de que as mulheres-mães devem amar seus filhos, de que a família é um espaço de carinho e cuidado, de que adolescentes devem ser maduros – dentre outros – consistem em concepções presentes nas teorias e nas práticas do cotidiano daqueles que atuam na atenção à infância e à adolescência. Assim, retomamos Perucchi e Tonelli (2008), quando advertem sobre os processos de normalização de formas de ser – criança, adolescente, família, homem, mulher, pai, mãe, dentre outros –, que pela generalização retroalimentada pelos saberes ditos científicos passam a ser tomadas como verdades, desconsiderando condições histórias e configurações subjetivas singulares.

No caso específico deste estudo, é também no cruzamento das concepções apoiadas em Direitos Humanos e daquelas preconizadas pela psicanálise que repousam dificuldades para se compreender a família, a criança, o adolescente para além do universal e da consciência. Ou seja, a partir de teorias que compreendem a constituição subjetiva e as relações do sujeito com o outro no entrelace do singular com o universal; do *logos* com o *pathos*; da consciência com o inconsciente. Sem desconsiderar esta dimensão – do universal e da consciência – a psicanálise chama atenção para o inconsciente e sua articulação com a cultura nos processos de subjetivação e de-subjetivação (FIGUEIREDO, 2002; BEZERRA JR., 1989; BIRMAN 1999, 2009). Nessa leitura, ficam borradas as tradicionais concepções sobre tempo, realidade e verdade; desejo não é o mesmo que vontade; afecção não é o mesmo que afeto.

Se as situações de decisão configuram experiências; se juntamente com Derrida (2011, p. 202) afirmamos que “a auto-afecção é a condição de uma experiência geral”; se na “loucura” para decidir a racionalidade não é garantia de justiça, passemos agora à filosofia de Espinosa e à Psicanálise de Freud com relação ao desejo, às afecções e paixões, considerando tais aspectos como inerentes ao humano, buscando assim um afastamento da tradição filosófica ocidental, que tende a conceber o homem e suas paixões de maneira restrita, conveniente talvez, como vemos na crítica realizada por Espinosa:

Concebem os homens, efetivamente, não tais como são, mas como eles próprios gostariam que fossem. [...] tive todo cuidado em não ridicularizar as ações [paixões] dos homens, não as lamentar, não as detestar, mas adquirir delas verdadeiro conhecimento. Considerarei também as emoções [afetos] humanas, tais como o amor, o ódio, a cólera, a inveja, a soberba, a piedade e outras inclinações da alma, não como vícios, mas como propriedades da natureza humana: maneiras de ser que lhe pertencem como o calor, o frio, a tempestade, a trovoada e todos os meteoros pertencentes à natureza atmosférica (ESPINOSA, 1983c, p. 306-307).

Ao repetir a tradição filosófica ocidental, parte das ações humanas será da ordem do incompreensível ou desviante, pois, como sugerido na afirmação acima, falamos de um humano inexistente, um humano “como queríamos que fosse”. Recorrendo a um conceito da psicanálise,

poderíamos dizer que se trata de um humano idealizado. A clínica, mas não somente ela, é farta de exemplos destas “ações incompreensíveis” pelas ferramentas da razão e do universal.

Para ilustrar as afirmações acima retomamos o já mencionado caso clínico e o que dele se refere a tais questões. José saiu de casa aos sete anos e até os doze lutou contra a possibilidade de ser adotado por uma nova família; queria voltar para aquela em que estava sua mãe. A considerar o contexto familiar (material e de cuidados) descrito pelos profissionais do SGD que acompanhavam o caso, seu desejo é aparentemente incompreensível. A decisão de caráter protetivo – e supostamente justa – consistia na destituição do poder familiar. Mas essa não era a perspectiva de José, que – sem saber – deixava tão próximos seu sofrimento e as palavras de Mia Couto (2003, p. 81): “Injustiça é o mundo prosseguir assim mesmo quando desaparece quem mais amamos”.

A insistência de José em querer ficar com sua família e sua concepção de justiça, indiretamente destacada no texto de Mia Couto, fazem pensar nas relações com a lei e com a justiça a partir de representações apoiadas exclusivamente no universal. Na esteira de um processo de colonização que marca o europeu como modelo idealizado, uma específica condição de ser e de viver é generalizada como adequada, e nela se incluem as condições para ser mãe, pai, família (SOUZA, 1999). Tudo aquilo que fugir a esses critérios é alocado em condição desqualificada, lugar de exclusão, de desvio que precisa ser corrigido ou eliminado. Se a lei – e no caso de nosso estudo, o ECA – afirma que as figuras parentais devem ser responsáveis e protetivas em relação a seus filhos, cabe perguntar o sentido atribuído à responsabilidade e proteção. A afirmação, também constante do ECA, de que toda criança tem direito a ser educada “em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes” (BRASIL, 1990, art.19) nos remete ao índice de que 20% das crianças-adolescentes em instituições de acolhimento foram abrigadas em razão de seus pais/responsáveis serem dependentes de substâncias químicas-álcool.

Aparentemente, aplicamos a lei sem oferecer as condições prévias para seu cumprimento, operando assim um duplo movimento de exclusão: no primeiro as políticas públicas da ordem da prevenção e apoio a famílias é historicamente deixada de lado, no segundo as medidas corretivas através da aplicação da lei pela lei nunca saem de cena (ROSA; LOPES, 2011). Em meu trabalho clínico com a população foco deste estudo, emergem situações em que crianças-adolescentes residem com as figuras parentais que são dependentes químicas e, com relativa frequência, há na fratria pessoas ligadas ao tráfico de drogas. É interessante observar os

muitos arranjos que se engendram nessas famílias para dar conta do cotidiano, arranjos diversos dos modelos hegemonicamente enaltecidos como adequados ao “bom desenvolvimento” da criança e do adolescente. Tais crianças protegem seus pais, irmãos ou irmãs e não raro ocultam suas condições, pois sabem que uma denúncia incorre no risco de serem retiradas da família; preferem viver em “situação de risco” para “evitar o risco” de afastamento de suas figuras afetivas de referência.

São as camadas empobrecidas da população que parecem pagar a conta que nunca é exata entre os modelos idealizados (tomados como universais) e as condições de vida da maior parte da população brasileira:

Consideramos, portanto, que a sociedade brasileira construiu representações sobre si mesma, encarnadas nas suas instituições e jurisdição. Essas representações apontam a um país liberal e democrático, orientado pelos ideais iluministas. Entretanto, como vimos, elas correspondem muito mais às aspirações de uma parcela dos brasileiros do que à realidade do cotidiano. Dessa forma, sugerimos que o aparato formal e legal, constitutivo da nossa sociedade, cumpre a mesma função exercida pelo pensamento quando a serviço de uma subjetividade que o utiliza para fabricar uma realidade, para representá-la e nominá-la, identificando-a. [...] Essa identidade foi forjada a partir de certezas do pensamento de nossas elites, cumprindo a função de excluir o estranho, o indesejado, [...] ao mesmo tempo que nos oferecia uma identidade idealizada (SOUZA, 1999, p. 57-58).

Problematizar tais questões não consiste em afirmar que todas as iniciativas dirigidas à proteção da criança e do adolescente sejam equivocadas. Como indicam estudos recentes, há situações em que a própria criança-adolescente espera pelo momento de ser retirada de sua família, visto que é cotidianamente submetida a um conjunto de violências (MEURER, 2006). Ou ainda, que outras permanecem em serviços de acolhimento na expectativa de serem adotadas (PEITER, 2011). Entretanto, mesmo que tais situações possam ser consideradas numericamente majoritárias, tomá-las exclusivamente como universais é operar na direção de um discurso tecnicista que desconsidera a diferença, e nela, o singular.

### 3 UMA VISÃO SOBRE O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE<sup>17</sup>

O Sistema de Garantia de Direitos é concebido após o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, no veio da ampliação de uma doutrina da proteção integral, prevendo a interdependência entre controle social, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente. É composto pelo conjunto de políticas públicas e instituições, as quais possuem funções específicas, mas devem atuar de maneira integrada. Sua organização formal se dá em três eixos – controle social, defesa e promoção – que abarcam serviços e formas de atuação na atenção à infância e adolescência prevista no Estatuto. Para auxiliar visualmente na forma de organização e proposta de funcionamento desse Sistema, a seguir apresentamos um diagrama<sup>18</sup> e uma ilustração<sup>19</sup> concebidos para tal finalidade.

---

<sup>17</sup> O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente é amplo e complexo, não sendo aqui possível sua apresentação na íntegra. Desta forma, trazemos *uma visão* desse Sistema, resumida e direcionada aos propósitos da presente pesquisa. Dentre outras publicações existentes na literatura, indicamos o *Manual do Promotor de Justiça da Infância e Juventude, Vol. II* (MPSC, 2013), cuja sistematização de informações facilita um aprofundamento no tema.

<sup>18</sup> Diagrama elaborado pelo Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC, quando da idealização do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGSS0029.pdf>>.

<sup>19</sup> Imagem Criada pelo Promotor de Justiça Murillo José Digiácomo para visualização dinâmica do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente em âmbito municipal. Disponível em: <[http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/Image/imagens/sistema\\_caopca.jpg](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/Image/imagens/sistema_caopca.jpg)> ou <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=235>>.

Figura 1: Diagrama: SGD

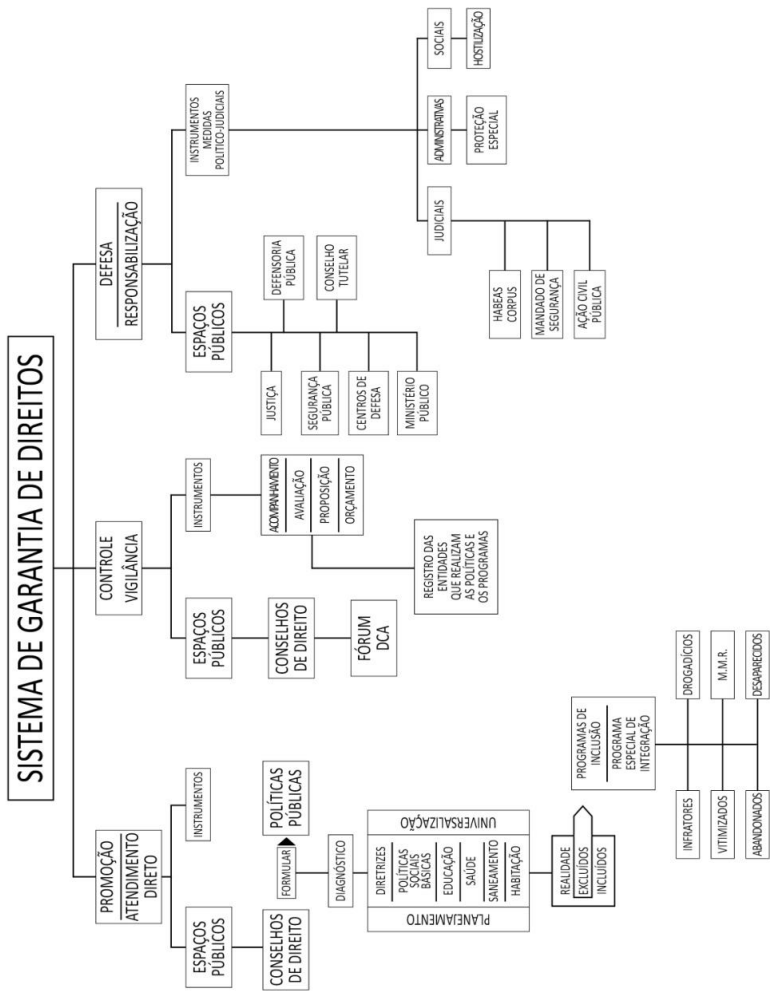
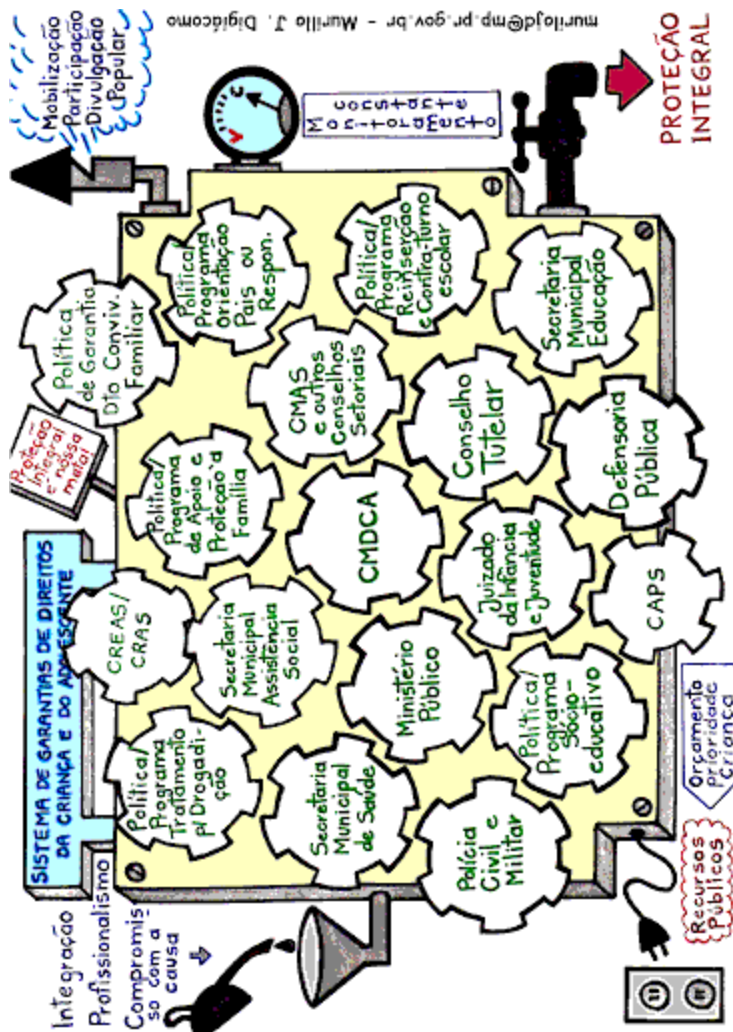




Figura 2: Ilustração: SGD



Ao Eixo do Controle cabem as ações de fiscalização do Sistema, implicando o poder legislativo, controladorias, organizações da sociedade civil bem como os conselhos de direitos e conselhos setoriais, “que preveem a participação da sociedade na formulação e acompanhamento das políticas sociais, dos movimentos sociais e demais instituições atuantes na defesa dos direitos humanos e sociais” (SILVA, 2011, p. 38). Em nosso entendimento, as ações de controle acima especificadas mantém relações com o tema do presente estudo uma vez que na condição de um *sistema* todas as partes que o compõem interferem em seu funcionamento como um todo. Entretanto, frente à amplitude que a pesquisa tomaria, foi necessário estabelecer recortes, dentre os quais apontamos a não inclusão desse eixo no universo pesquisado.

No Eixo da Defesa estão situados os serviços das Polícias Militar e Civil, Defensoria, Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário, caracterizados por indicar tanto ameaça quanto violação de direitos relativos a crianças e adolescentes, com consequentes providências cabíveis para proteção e tentativas de reversão do quadro de violação. Em revisão de literatura e observações iniciais do campo de pesquisa, Conselho Tutelar, Ministério Público e Poder Judiciário configuraram como setores mais diretamente implicados nos processos de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento.

Com relação ao Eixo da Promoção, incluem-se as políticas sociais direcionadas a crianças, adolescentes e famílias, com responsabilização fundamental do Estado, sendo cabíveis articulações com organizações não governamentais por meio de repasse de verbas e similares. Assim, são as políticas de habitação, saúde, assistência social, cultura, dentre outras que compõem esse eixo visando atender os direitos sociais que foram reafirmados no Estatuto da Criança e do Adolescente, já presentes na Constituição Federal de 1988. Para finalidades específicas de nossa pesquisa, trabalharemos nesse eixo no viés do Sistema Único de Assistência (SUAS) por abarcar dois dos setores incluídos no campo de pesquisa por sua proximidade com nosso tema: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e Serviço de Acolhimento Institucional.

No intuito de oferecer elementos sobre os campos específicos do Sistema de Garantia de Direitos implicados no presente estudo, a seguir destacamos aspectos sobre o Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário e Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

### 3.1 CONSELHO TUTELAR

Os Conselhos Tutelares são órgãos autônomos criados com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo como principal função fiscalizar o cumprimento desse Estatuto. Todo município deve ter ao menos um conselho tutelar.

A caracterização geral de suas atribuições é definida no artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), envolvendo o atendimento a crianças, adolescentes e familiares nas condições previstas pela Lei; promoção de execução de suas decisões; encaminhamentos específicos junto ao Ministério Público e Poder Judiciário; aplicação de medidas cabíveis a sua esfera de ação com crianças, adolescentes, famílias e instituições; expedição de notificações; solicitação de documentos; assessoria ao Poder Executivo em setores afeitos à infância e adolescência; representação contra violações de direitos de criança e adolescente. Dentre essas atribuições, destacamos o item XI e parágrafo único do artigo 136:

XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família (BRASIL, 1990, s/p).

Para ser um conselheiro tutelar é necessário residir no município de atuação, ter mais de 21 anos, ter reconhecida idoneidade moral e ser escolhido pela comunidade local para mandato de três anos (reelegíveis uma vez). Especificidades relativas à forma de eleição, remuneração, dentre outros são definidas através de legislação municipal. Por fim, cabe a cada Conselho a elaboração de um Regimento Interno que – com base nas leis federal e municipal – descreva modos específicos de funcionamento de cada unidade. A instância primeira que fiscaliza os Conselhos Tutelares é o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em trabalho sobre os Conselhos Tutelares de Santa Catarina, Silva (2011) caracteriza de forma detalhada esse operador do Sistema de Garantia de Direitos, problematizando sua identidade institucional, interdependências nesse Sistema, bem como suas possibilidades de ação. Nosso recorte incluirá visões específicas de Conselho Tutelar localizado na região da Grande Florianópolis, as quais dialogam com o estudo em referência, de natureza mais abrangente.

### 3.2 MINISTÉRIO PÚBLICO

Com base na Constituição Federal de 1988, compete ao Ministério Público “a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (BRASIL, 1988, art. 127, *caput*). Além da defesa dos direitos difusos e coletivos – meio ambiente, consumidor e patrimônio –, o Ministério Público atua na proteção daqueles que não têm possibilidade de se defender, tal como crianças, idosos e o adulto incapaz. Ainda, cabe ao Ministério Público a defesa dos direitos constitucionais indisponíveis, como a saúde, a liberdade e a vida (MPSC, 2009).

O Ministério Público Brasileiro é composto por Ministério Público da União – MPU e Ministérios Públicos Estaduais – MPE. No caso específico deste estudo, interessa-nos o universo dos Ministérios Públicos Estaduais, cuja estrutura de organização e funcionamento é construída levando-se em conta a realidade local.

As Promotorias de Justiça são a entrada para o cidadão que necessite encaminhar questões no Ministério Público em quaisquer de suas áreas de atuação: Constitucional, Criminal, Cível e Defesa da Coletividade. No Estado de Santa Catarina, a depender do tamanho dos municípios, as promotorias podem funcionar por área exclusiva de atuação ou agrupando mais de uma área sob a responsabilidade de um único promotor. Sua atuação pode se dar nas esferas extrajudicial e judicial. Quando judicializados, os assuntos de que tratamos nesta pesquisa pertencem à área Cível, com ações que envolvem interesses de incapazes, aqui representadas por pessoas com menos de 18 anos.

O Ministério Público de Santa Catarina está dividido por órgãos administrativos e de execução, sendo que a estes últimos cabe ajuizar ações, propor acordos e se manifestar em processos. Os órgãos de execução são constituídos por Promotorias de Justiça, Procuradoria de Justiça e Procuradoria-Geral de Justiça. Iremos aqui nos limitar à Promotoria de Justiça, entendendo que o promotor possibilita o contato

direto do Ministério Público com a sociedade através de audiências públicas, coleta de dados, apuração de irregularidades, dentre outros. Ainda, cabe ao promotor de justiça a proposição de termos de ajustamento de conduta (TACs), recomendações, proposição de ações e recursos. Em Santa Catarina, está presente em todas as comarcas e com maior frequência atende a população de mais de um município (MPSC, 2009).

Em nosso estudo, o acesso se restringe à Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude como canal de acesso direto à população e aos serviços de promoção e defesa de direitos da criança e do adolescente. Assim, cabe a essa promotoria acolher demandas oriundas da sociedade em geral e, no caso em questão, dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos no intuito de encaminhar providências para cessar a violação de direitos. Através da promotoria podem ser propostas, por exemplo, a ampliação de vagas em escolas, atendimentos de saúde, audiências familiares, bem como a permanência ou retirada de criança-adolescente da família ou serviço de acolhimento. Neste último caso, a proposição é avaliada pelo Juizado da Infância e Juventude, a quem caberá a decisão final. As decisões fundamentadas pela promotoria (e Poder Judiciário) tomam como base discussões com equipes multidisciplinares, conforme será exposto quando da descrição das atividades de campo desta pesquisa.

Por fim, destacamos que o Promotor de Justiça da Infância e Juventude tem em suas atribuições promover e facilitar a articulação do Sistema de Garantia de Direitos.

### 3.3 PODER JUDICIÁRIO

Cabe ao Poder Judiciário a prestação jurisdicional do Estado. Sua atuação qualificada possibilita o acesso à justiça e, no caso específico, a defesa dos direitos da criança e do adolescente. Tal defesa deve contar com a atuação em varas especializadas sempre que a relação com o número de habitantes indicar essa necessidade, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Entretanto, ainda não temos no Estado de Santa Catarina o número desejável de varas privativas (MPSC, 2009)<sup>20</sup>.

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente – em sua forma original e resoluções complementares – ocorreram mudanças também na

---

<sup>20</sup> Para mais detalhes, consultar a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude, disponível em: <http://www.tjsc.jus.br/infjuv/index.htm>

forma de atuação do Juizado da Infância e Juventude. Dentre elas, destacamos a maior clareza em relação às competências de juiz(a), de forma que “As funções tutelares foram distribuídas ao Conselho Tutelar, restando apenas as competências jurisdicionais, pormenorizadas no art. 148 do Estatuto da Criança e do Adolescente” (MPSC, 2009, p. 238). Incluem-se em tais competências as decisões sobre a retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento.

A retirada de criança-adolescente da família (ou das ruas) dar-se-á, em princípio, mediante a autorização da autoridade judiciária, podendo ser solicitada por serviços que porventura tenham acolhido denúncias sobre violações de direitos ou que estejam em processo de atendimento à criança-adolescente-família e tenham sido esgotadas as possibilidades de reversão dessa violação, recorrendo assim à Promotoria da Infância e Juventude. Em casos excepcionais e emergenciais, a retirada poderá ser feita diretamente pelo Conselho Tutelar, com pronta comunicação à autoridade judicial competente.

Em relação à retirada de criança ou adolescente de serviços de acolhimento, ela só pode ser concretizada pela autorização do Juizado da Infância e Juventude, após processo de análise que integra parecer da Promotoria da Infância e Juventude, das equipes técnicas do serviço de acolhimento e fórum, bem como eventuais contribuições de outros profissionais/serviços/familiares que porventura sejam solicitados a se posicionar sobre o caso. Sempre que conveniente, poderão ocorrer audiências para ouvir a criança-adolescente, sua família e técnicos do serviço de acolhimento. O processo geral de análise visa à decisão para retirada (ou permanência) e encaminhamentos subsequentes como, por exemplo, sob responsabilidade de quem ficará a criança-adolescente, qual o tipo de guarda (se com família de origem, extensa ou figuras afetivas de referência) ou abertura do processo de adoção em casos de poder familiar já destituído.

### 3.4 SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL<sup>21</sup>

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS se inclui na Política de Assistência Social e a necessidade de sua existência já havia sido prevista na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993, ao

---

<sup>21</sup> Para compreensão ampliada desse Sistema, bem como acesso a atualizações da Norma Operacional do Sistema Único da Assistência Social consultar <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>>.

corroborar a perspectiva de uma Assistência caracterizada como direito, conforme previa a Constituição de 1988.

A criação do SUAS se dá em 2003 a partir de discussões e encaminhamentos da IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em dezembro daquele ano, e sua consolidação ocorre em 2005, por intermédio da Norma Operacional Básica do Suas (NOB/Suas).

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal (Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>>).

Dentre outras características cujo detalhamento não se aplica aos objetivos desta pesquisa, destacamos aqui a organização do SUAS relativa às ações que visam à proteção de indivíduos e famílias, nas quais se inserem intervenções afeitas ao Sistema de Garantia de Direitos a crianças e adolescentes no âmbito municipal. O Sistema Único de Assistência Social prevê dois níveis de proteção: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). Como veremos, o âmbito da assistência social aloca serviços considerados importantes na proteção de crianças e adolescentes.

### **3.4.1 Proteção Social Básica – PSB**

A Proteção Social Básica tem como principal característica a oferta de serviços, programas, intervenções e benefícios na ótica preventiva. É nessa direção que procura evitar situações de vulnerabilidade pessoal e social<sup>22</sup>, bem como incrementar possibilidades de vínculos entre

---

<sup>22</sup> Os termos vulnerabilidade e risco pessoal/social são recorrentes na literatura a nas falas dos profissionais da área para caracterizar crianças, adolescentes e famílias com direitos ameaçados ou violados. Entretanto, cabe destacar que comumente estão associados às camadas empobrecidas da população e que criticamos o uso desses conceitos como referências analíticas. Dentre outros aspectos, tal associação pode levar à concepção de crianças e adolescentes como

indivíduos, famílias e comunidades. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a unidade que realiza o diagnóstico da realidade local, organiza e põe em funcionamento as ações preventivas, caracterizando-se como importante porta de entrada da população no SUAS. Dentre suas atividades de destaque, há o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que visa fortalecer a denominada função protetiva das famílias através de um trabalho continuado. Desta forma, tem como princípios a prevenção do rompimento de laços familiares, acesso a direitos e melhoria da qualidade de vida. O PAIF tem como foco famílias em situação de vulnerabilidade e atua promovendo ganhos sociais e materiais, além de oferecer apoio em termos de cuidados, acesso a atividades culturais, benefícios, dentre outros. Cabe destacar que tem em sua proposição realizar tais atividades sem caráter terapêutico (MDS, 2012).

### 3.4.2 Proteção Social Especial – PSE

A Proteção Social Especial é dirigida ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de risco em função de seus direitos estarem ameaçados ou já terem sido violados em decorrência de maus-tratos, abandono, violências, afastamento familiar, dentre outros. A PSE tem seus serviços subdivididos em *Média Complexidade* – voltada à população cujos vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos e em relação aos quais há possibilidades de intervenção especializada – e em *Alta Complexidade*, quando pela inexistência de tais vínculos ou grave ameaça de violação de direitos decorrentes de sua fragilização faz-se necessária a inserção em instituições que visam à proteção integral (moradia, alimentação, higiene e intervenções protegidas).

#### 3.4.2.1 A Média Complexidade

Dada sua abrangência, para ofertar os serviços especializados que visam acolher e fazer enfrentamento às ameaças e violações de direitos já instalados, a Proteção Social Especial tem suas ações comumente articuladas com o Poder Judiciário, Ministério Público e outros operadores do Sistema de Garantia de Direitos. A PSE de Média

---

“perigosos” e seus cuidadores como “incapazes”, reafirmando assim lógicas de exclusão que culpabilizam e desqualificam famílias em situação de pobreza (CINTRA; SOUZA, 2010; GUARESCHI; REIS; HUNING; BERTUZZI, 2007).



Complexidade se subdivide em dois grandes centros de intervenção: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP).

Nesses dois centros de referência, a depender das especificidades de cada um, devem ser disponibilizados os seguintes serviços: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), como serviço obrigatório no CREAS; Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, como serviço obrigatório no Centro POP (MDS, 2011).

Dada a natureza do presente estudo, ocupar-nos-emos de forma específica do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e nele do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) consiste em unidade municipal (ou regional) que tem como proposta a oferta de serviços especializados à sua população-foco, conforme preconiza a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Cabe a ele a gestão técnica e administrativa da Unidade, incluindo planejamento, implementação, trabalho em rede e supervisão dos serviços que compõem suas frentes de ação. Sua equipe técnica inclui, necessariamente, assistente social, psicólogo e advogado, podendo ser acrescida de outros profissionais de nível superior conforme necessidades específicas.

O público atendido pelo CREAS, composto por famílias e indivíduos de qualquer faixa etária, é

[...] encaminhado por juízes, promotores ou conselheiros tutelares, a partir de denúncias, eventos de violência intrafamiliar, ato infracional ou por busca ativa. O CREAS compõe assim o Sistema de Garantia de Direitos – SGD (CFP, 2012, p. 32).

A seguir, falamos mais especificamente do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), visto que o campo de pesquisa incluiu esse serviço em especial.

O PAEFI é definido como “serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos” (BRASIL, 2011, p. 48). Mesmo considerando o atendimento a “indivíduos”, observamos que a família, em variadas versões de organização, é tomada como unidade de referência para as intervenções desse serviço. O CREAS, de forma geral, e o PAEFI, de forma específica, deve ter os seguintes norteadores em suas ações cotidianas:

- O fortalecimento da função protetiva da família;
- A construção de possibilidades de mudança e transformação em padrões de relacionamentos familiares e comunitários com violação de direitos;
- A potencialização dos recursos para a superação da situação vivenciada e a reconstrução de relacionamentos familiares, comunitários e com o contexto social, ou construção de novas referências, quando for o caso;
- O empoderamento e a autonomia;
- O exercício do protagonismo e da participação social;
- O acesso das famílias e indivíduos a direitos socioassistenciais e à rede de proteção social; e
- A prevenção de agravamentos e da institucionalização (BRASIL, 2011, p. 51).

A metodologia de trabalho do PAEFI é composta de atividades de Acolhida, Acompanhamento Psicossocial, Entrevista, Visita Domiciliar, Intervenções Grupais, Articulação em Rede, Registro de Informação (prontuários e relatórios técnicos), Reunião de Equipe, Reunião para Estudo de Caso.

#### 3.4.2.2 A Alta Complexidade

Igualmente articulada ao Sistema de Garantia de Direitos, a Alta Complexidade é composta por serviços que oferecem a famílias e indivíduos o acolhimento provisório fora do núcleo familiar de origem, por intermédio de unidades adequadas à proteção integral, construção de vínculos familiares e/ou comunitários, bem como promoção de autonomia. Integram a Proteção Social Especial de Alta Complexidade os serviços de Acolhimento Institucional (Abrigo, Casa-Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva), Acolhimento em República;

Acolhimento em Família Acolhedora e Proteção em situações de calamidade pública e emergência (MDS, 2009b).

Pelo recorte de nossa pesquisa, destacamos a modalidade de acolhimento institucional Casa-Lar, que visa aproximar-se do funcionamento de um ambiente doméstico, de rotina familiar, realizando o acolhimento em unidades com estrutura de residências privadas, onde pelo menos uma pessoa ou casal resida na casa. Em função dessas características, sugere-se que o número máximo de crianças e adolescentes seja de dez para cada casal ou dupla de educadores/cuidadores residentes. Essa modalidade, cuja existência no Brasil é anterior ao ECA, apresenta aspectos positivos na comparação com os antigos orfanatos, mas seu funcionamento exige manejos bastante complexos. A equipe mínima desse serviço deve ser composta por coordenador, equipe técnica, educador/cuidador e auxiliar de educador/cuidador. Obrigatoriamente, a equipe técnica deve contar com assistente social e psicólogo, sendo desejável sua ampliação de forma a se obter uma equipe interdisciplinar (MDS, 2009a).

As casas-lares são responsáveis pelo suporte e encaminhamentos relativos ao cotidiano de crianças e adolescentes abrigados, o que inclui o “[...] fortalecimento dos vínculos familiares e sociais, e oferecimento de oportunidades para a (re) inserção na família de origem ou substituta” (MDS, 2009a, p. 74). No intuito de sistematizar as informações e integrar em um só documento a história de cada criança-adolescente, a equipe técnica deve elaborar um Plano Individual de Atendimento (PIA)<sup>23</sup>. Para tanto, devem ser escutadas a criança-adolescente, familiares e pessoas significativas que compõem suas relações do cotidiano de forma a melhor compreender a dinâmica de cada situação. Ainda, a elaboração do Plano deve contar com a ajuda do Conselho Tutelar e, se possível, da equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude.

O Plano Individual de Atendimento deverá nortear o trabalho realizado na Casa-Lar na elaboração de estratégias de intervenção cabíveis em cada caso, considerando os seguintes aspectos: desenvolvimento saudável da criança e do adolescente durante o período de acolhimento; investimento nas possibilidades de reintegração familiar; acesso da família, da criança ou adolescente a serviços, programas e ações das diversas políticas públicas e do terceiro setor que contribuam para o

---

<sup>23</sup> Em Santa Catarina, a referência do PIA está disponível em <<http://cgj.tjsc.jus.br/ceja/piacompleto.doc>>. As instituições podem fazer ajustes nesse documento, conforme suas especificidades.

alcance de condições favoráveis ao retorno ao convívio familiar; investimento nos vínculos afetivos com a família extensa e de pessoas significativas da comunidade; encaminhamento para adoção quando esgotadas as possibilidades de retorno ao convívio familiar.

Desta forma, funciona como documento que orienta a equipe técnica na elaboração de relatórios semestrais a serem enviados ao Poder Judiciário no intuito de avaliar se a criança-adolescente permanece ou não no serviço de acolhimento e, na hipótese de saída, se haverá retorno à família de origem, extensa ou encaminhamento a família substituta.

Quando do desligamento da criança-adolescente do serviço de acolhimento institucional, uma equipe técnica – em princípio desta instituição – deverá acompanhar o caso de forma a avaliar se tal decisão foi bem sucedida. Na hipótese de serem evidenciadas dificuldades, essa equipe deve propor intervenções na direção de evitar a reincidência de acolhimento. Não havendo reversão nessas dificuldades, serão buscadas estratégias para lhes fazer frente, podendo ocorrer novo abrigo pelas vias legais cabíveis.

Neste capítulo visamos apresentar ao leitor o Sistema de Garantia de Direitos (SGD). As decisões sobre a retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento estão inseridas nesse Sistema, organizado através dos eixos de Controle, Defesa e Promoção de Direitos. Como exposto, o SGD é amplo e complexo. Uma descrição detalhada e sua total inclusão no campo do presente estudo se mostraram tarefas inviáveis frente aos limites impostos para a realização de uma pesquisa, levando ao imperativo de efetuar recortes. A primeira delimitação do campo levou à exclusão do eixo do Controle, sendo mantidos no recorte do campo de pesquisa os eixos da Defesa e da Promoção. Nesses dois eixos um segundo recorte foi estabelecido, considerando agora a possibilidade de maior implicação de determinados serviços nos processos de decisão aqui destacados.

Retomando, o campo de pesquisa teve como configuração final a inclusão de Conselho Tutelar, Promotoria da Infância e Juventude, Juizado da Infância e Juventude e Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Em relação a este último, foram destacados o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e Serviço de Acolhimento (Casa-Lar). Em capítulo específico sobre as estratégias de produção do conhecimento apresentaremos de forma detalhada como tais serviços e profissionais que neles atuam foram acessados e incluídos em nossa pesquisa.

Considerando o exposto até este momento, para contextualizar o tema de pesquisa, apresentaremos a seguir os pressupostos teóricos que deram

estofo à problematização sobre o ato de decidir e as situações de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento.



#### 4 CIÊNCIA E PAIXÃO: RACIONALIDADE, DESEJO E A PERSPECTIVA DE ESPINOSA

Entendemos que a “tomada de decisão” implica uma leitura do sujeito sobre si mesmo e sobre o real, concomitante à sua ação no real. Assim, para entender o processo envolvido na “tomada de decisão” é necessário ter uma teoria sobre a constituição subjetiva e sobre a ação na realidade.

Nas teorias ocidentais que ganham hegemonia nas diversas áreas do conhecimento, observamos que a afecção é desdobrada em uma perspectiva binária abaixo descrita, em que a série “1” se sobrepõe hierarquicamente à série “2”:

série 1 = afetar – ativo – mente – sujeito – razão

série 2 = ser afetado – passivo – corpo – objeto – *pathos*

Como exposto acima, as lógicas de causalidade e disjunção mente-corpo são parâmetros que orientam a concepção tradicional de ciência, e nela as leituras acerca da constituição subjetiva. Sendo assim, tais parâmetros estão presentes na maior parte das teorias de Direito (ROSA, 2004) e Psicologia (JACÓ-VILELA; FERREIRA; PORTUGAL, 2007), implicando na leitura das pessoas como sujeitos do direito e do desejo. Por sua vez, são essas as teorias que tendem a ser adotadas na concepção do sujeito cognoscente, marcada pela razão e pela autonomia, supondo um sujeito capaz de conhecer, compreender e agir sobre o real de forma linear, intencional e direta (CHAUÍ, 1996; DERRIDA, 2011). Assim, o sujeito considerado como cognoscente e autônomo se constitui na forma do indivíduo apartado do outro, ou seja, convivendo com o outro, porém, sendo capaz de “distanciar-se” do outro para exercer seu juízo e sua ação.

Trazemos aqui a concepção da afecção como o afetar-se e ser afetado pelo outro, como supostamente sob o domínio da razão e da autonomia. Para problematizar o longo percurso na sociedade ocidental e moderna que possibilita o predomínio dessa concepção da relação com o outro, marcada pela separação corpo e mente, sujeito e objeto, e pelo suposto predomínio da razão sobre o *pathos*, é necessário apresentar algumas das principais concepções sobre esse universo na filosofia e nas ciências.

Ao problematizar discursos sobre a ciência e seus desdobramentos no mundo moderno, Santos (2008) afirma que ao final do século XX

temos que nos perguntar sobre o valor das contribuições científicas gestadas em séculos precedentes e, de forma especial, cabe questionar sobre o conhecimento vulgar cotidiano que o denominado saber científico tende a desconsiderar, embora também ele dê sentido às nossas práticas. Para tanto, o autor faz a caracterização do que denomina “ordem científica hegemônica”, indicando posteriormente os movimentos que levam à crise desta<sup>24</sup>.

Nos tempos modernos, o modelo científico hegemônico toma a racionalidade como bússola, inicialmente nas ciências naturais e com posterior extensão às sociais, caracterizando-se como um modelo totalitário que “nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 2008, p. 21). Neste modelo que opera uma separação radical entre natureza e pessoa humana, há uma sistemática desconfiança de nossas experiências imediatas.

A simplicidade e a clareza atribuídas às ideias matemáticas levam à crença de que conhecer é quantificar, cabendo ao método científico abrir mão da complexidade. Nesta direção, os pressupostos e métodos científicos apontam a um conhecimento de natureza causal, formulador de leis regulares que possibilitariam – pela linearidade entre causa e efeito – a previsibilidade em relação ao futuro. Desta forma, trata-se de acreditar na ordem, na possibilidade do estável e, conseqüentemente, num tempo linear em que há a repetição do passado no futuro. Nas ciências sociais encontramos, por um lado, o esforço em se adequar a tais condições para obtenção de um reconhecimento científico e, por outro, a reivindicação de um estatuto de ciência diverso deste, visto que deve considerar especificidades do humano divergentes às da natureza (HUISMAN, 1978; SANTOS, 2008).

O modelo de ciência que preconiza os aspectos de racionalidade, objetividade, precisão e previsibilidade – materializados no método que asseguraria o controle – é desestabilizado especialmente por: Einstein com sua revolução espaço-temporal, que pelo relativo afasta a condição de uma simultaneidade universal; Heisenberg e Bohr na afirmação de uma impossibilidade de observar ou medir um objeto sem nele interferir, o que implica em se obter resultados de natureza apenas aproximada; Göedel,

---

<sup>24</sup> Cabe destacar que nossa posição não é contrária à proposta de conhecimento configurado como ciência, visto que lançamos mão de premissas relativas ao universal e ao singular. Logo, nosso olhar crítico recai sobre premissas e teorias que tomam exclusivamente o universal definido *a priori* e que, por sua vez, incidem na desqualificação do singular.



sobre a impossibilidade do rigor matemático, o que aponta à existência de proposições indecidíveis em que não se pode demonstrar nem refutar, acolhendo assim a contradição e a incompletude; Ilya Prigogine, que no âmbito da físico-química revela que nos sistemas abertos – assim denominados por sua condição de funcionarem nas margens da estabilidade – as modificações se dão por flutuações energéticas nem sempre previsíveis, permitindo assim associar a irreversibilidade desses sistemas à sua própria história. No conjunto desses movimentos são abertas possibilidades outras ao saber científico, cujos esforços rumo a transformações se dão através de embates de todo tipo (SANTOS, 2008).

A insistência na modernidade em confiar que nas coisas e no mundo impera a racionalidade como parâmetro associado à verdade não levou o humano ao encontro do denominado “progresso” habitado por sociedades justas, amistosas e livres, tal como esperado. Logo, a racionalidade científica também pode ser problematizada de forma a relevar os aspectos que, alocados na ordem da subjetividade, foram escandidos do cenário da ciência ou por ela capturados para efeitos de controle (JAPIASSU, 2006; CHAUI, 1990).

Para pensar o percurso da ciência, Chauí (1996) aponta o caráter ilusório do critério cronológico como delimitador de momentos da filosofia como, por exemplo, a filosofia moderna, visto que modos de pensar assumem plasticidade a depender dos enfrentamentos de sua época e, desta forma, podem ocorrer avanços e recuos, constituindo um jogo de forças que escapa às lógicas de “início e fim”, “causa e efeito”, dentre outras.

Entendemos que é nesta perspectiva de *passar pelas ideias* no decorrer de vários tempos que a filósofa faz a opção por elaborar um minucioso histórico acerca das concepções sobre o desejo e suas relações com as promessas da ciência do mundo moderno. Chauí (1990) afirma que, apoiado na supremacia da razão como elemento capaz de possibilitar conhecer e controlar o mundo, o homem da modernidade vive um desencantamento. Em outras palavras, o conhecimento científico moderno é desencantado e triste, visto que fecha as portas a outros saberes sobre o mundo (SANTOS, 2008; CHAUI, 1996; JAPIASSU, 2006).

A noção de desejo é tomada pela autora em suas várias acepções uma vez que estabelece uma relação entre o desejo e o desencantamento da modernidade. Tal relação aponta para a mudança do desejo como conceito metafísico para conceito psicológico, mudança esta que afasta o desejo de sua condição de motor do universo para se alojar na alma humana como uma paixão. Mesmo em filósofos que tomavam as paixões da alma como integradas à Natureza (Bacon, Descartes, Hobbes,

Espinosa, Leibniz) já podemos encontrar uma separação “metafísica do em-si e do para-si, preparando o desejo de condição e suporte do cosmo a objeto de uma ciência particular (a psicologia) e das clínicas (psiquiatria e psicanálise)” (CHAUÍ, 1990, p.22). A razão permanece como ferramenta para decifrar essa potência, agora alocada na alma.

Retomando a origem da palavra desejo, podemos observar um movimento que desloca o desejo do cosmo para a alma, de onde destacamos a noção de aceitar ou recusar aquilo que estaria escrito como destino em um corpo astral. A aceitação estaria no *considerare* (proveniente de *sidera* e relativo ao louvor, consideração cuidadosa, veneração e respeito); a recusa em *desiderare* (relativo à recusa da veneração e à aceitação dessa referência).

*Cessando* de olhar para os astros, *desiderium* é a decisão de tomar nosso destino em nossas próprias mãos, e o desejo chama-se, então, vontade consciente nascida da deliberação, aquilo que os gregos chamavam *bóulesis*. *Deixando* de ver os astros, porém, *desiderium* significa uma perda, privação do saber sobre o destino, queda na roda da fortuna incerta. O desejo chama-se, então, carência, vazio que tende para fora de si em busca de preenchimento, aquilo que os gregos chamavam *hormê*. Esta ambiguidade do desejo, que pode ser decisão ou carência, transparece quando consultamos os dicionários vernáculos, onde se sucedem os sentidos de desejar: querer, ter vontade, ambicionar, apetecer, ansiar, anelar, aspirar, cobiçar, atração sexual. A oscilação dos significados aparece na diferença sutil de duas palavras, em português: desejante e desejoso/desejosa (CHAUÍ, 1990, p. 23).

Essas parecem noções importantes no contexto desta pesquisa, visto que pretendemos transitar no campo das afecções a partir do pensamento de Espinosa, em que encontramos a relação entre afecção-desejo-paixão-ação. Igualmente, recorreremos a Derrida e Freud, na condição de um desejo atrelado à pulsão, à falta como movimento da existência, à ação sempre atravessada pelo inconsciente. Entretanto, cabe

destacar a noção de desejo como falta já em Espinosa ao transcrever o seguinte trecho do livro da *Éthica*<sup>25</sup>:

*Desiderium* é o desejo ou apetite de possuir alguma coisa cuja lembrança foi conservada e, ao mesmo tempo, está entravada pela lembrança de outras coisas que excluem a existência desejada [...] Aquele que se recorda de uma coisa com que se deleitou deseja possuí-la nas mesmas circunstâncias em que na primeira vez com ele se deleitou [...] se aquele que ama descobrir que alguma dessas circunstâncias falta, ficará triste, pois imagina algo que exclui a existência da coisa amada. Ora, como deseja por amor essa coisa ou essa circunstância, imaginá-la faltando entristece. Essa tristeza, enquanto referida à ausência do que amamos, chama-se *desiderium* [aqui, rigorosamente, *saudade*] (ESPINOSA apud CHAUÍ, 1990, p. 23-24).

A aproximação entre desejo e falta fez com que a definição de desejo passasse a ser falta. Nesta direção, chegamos a Freud e à ideia de que “a afetividade profunda que chamamos sexualidade põe em cena uma potência significativa que é humana porque relação simbólica, isto é, relação com o ausente” (CHAUÍ, 1990, p. 24). Na teoria do desejo de Freud elaborada com base na interpretação dos sonhos, desejo e memória surgem entrelaçados de maneira similar como encontramos em Espinosa. Em Freud, busca-se sempre reaver o objeto perdido, objeto proibido do qual temos acesso a seus rastros<sup>26</sup>. Por sua vez, a busca e o encontro com

---

<sup>25</sup> Em alguns casos a obra de Espinosa será aqui apresentada a partir de fonte secundária. Tal opção visa preservar o recorte feito por Marilena Chauí em seus textos, especialmente quando integra trechos diversos do Filósofo (Livro, proposição e definição) para ancorar suas afirmações ou inclui comentários explicativos no decorrer da citação. O mesmo procedimento será utilizado com outros autores citados por Marilena Chauí.

<sup>26</sup> É importante salientar que, no caso específico, a *ausência* não significa oposição à *presença*, tal como tende a ser equacionada pelo senso comum. Em outras palavras, mesmo em Freud a ausência não constitui oposição binária à suposta presença ou substantivação de algo, mas sim elemento indicativo da incompletude como condição humana. O inexorável de tal condição aponta para a impossibilidade do uno, da totalidade, indicando que algo sempre nos escapa. Neste caso, a ausência-falta é condição e motor do desejo.

tais rastros satisfazem de maneira insatisfatória, reafirmando a falta, o desejo como motor desta busca interminável. Visto que o “objeto perdido” não pode mais ser encontrado, a perda irreparável se faz presente através de objetos outros em simbolizações disfarçadas, condensadas, deslocadas, que no entrelace com a memória contribuem para a protelação indefinida da relação de ausência e presença de objetos (FREUD, 1900/1981; CHAUI, 1990).

Na modernidade o desejo será marcado pela intersubjetividade, e nela o outro está presente como elemento inexorável que constitui o próprio desejo, caracterizando como premissa do humano o desejo de ser desejado pelo outro. Essa forma de desejo era encontrada no “mundo encantado” equiparando o desejo ao fogo, tomando este último como elemento constituinte do mundo, capaz de converter os demais nele mesmo. Por sua vez, o que a modernidade chamará de imaginário (substituir e sublimar o objeto) estava presente antes na ideia da impossibilidade de ter acesso ao objeto de amor, o que escancarava sua natureza paradoxal, tal como no conhecido texto de Camões em que: “O amor é fogo que arde sem se ver [...] É dor que desatina sem doer [...] É querer estar preso por vontade [...]” (CHAUI, 1990, p. 26). Na comparação, a autora transcreve partes de um texto de Descartes em que desejo e amor aparecem equiparados e limitados a uma relação dual de forma que o destaque situa-se nas perfeições imaginadas em relação ao outro; este outro que, por sua vez, é tomado por nós como possibilidade de ser um “duplo” de nós mesmos.

Chauí (1990) discorre longamente sobre o percurso do desejo na história para estabelecer uma relação entre ele e a concepção de ciência que vem apoiada na metafísica e na razão que supõem a identidade (elemento estático, semelhança), excluindo o desejo (movimento, contingência):

A ciência, saber do necessário, isto é, do que sempre é idêntico a si mesmo, ou do conhecimento apodítico, exige a estabilidade do objeto, sendo por isso incompatível com o movimento incessante das coisas e do pensamento, isto é, com a contingência inscrita na natureza das coisas e do homem. Contingente é o que muda de maneira inesperada e imprevisível e até contrária a si mesmo, o que pode acontecer tanto quanto não acontecer, é o que poderia ser de outra maneira. [...] O movimento não pode ser objeto da ciência, pois não há um saber necessário para o que não cessa de mudar. [...] Para

isso de que não pode haver ciência, o homem encontrou um substituto: a dialética, discurso sobre o possível, o provável e o verossímil, sobre o que pode tornar-se contrário e oposto àquilo que é. [...] Esse lugar especial ocupado pela dialética faz com que seja referência obrigatória daqueles discursos e daquelas práticas que lidam com um tipo particular de contingente, isto é, com as disposições accidentais que individualizam a espécie humana e, entre elas, uma privilegiada no que respeita ao desejo: o *pathos*, a paixão, disposição passageira extremamente móvel que afeta o corpo e a alma do homem. Para lidar com essas disposições accidentais, existem dois tipos de discursos (*logoi*) – a ética e a retórica – e dois tipos de artes (*technai*) – a retórica e a medicina. Não há ciência do desejo enquanto *pathos*. Sobre ele há apenas opinião certa e intervenção certa. Passamos, assim, da metafísica a discursos e práticas sobre o desejo humano (CHAUÍ, 1990, p. 31).

Em Aristóteles o *ethos* é disposição natural, constância, caráter, índole, movimento natural rumo ao Bem, atualização de virtudes. A ética, por sua vez, seria o discurso que visa educar o *ethos* de forma a não se desviar de seus propósitos. Tal desvio encontra sua definição no *pathos*, na contingência que abala a estabilidade, que atribui ao sujeito aquilo que não possui em sua essência, que abala a identidade pela inclusão da diferença. No decorrer da história, o desejo e o que dele se refere ao *pathos* habitará sempre um espaço em que o embate e o conflito estarão presentes, sendo assim imperativa a busca de estratégias de enfrentamento. E se em Aristóteles ética (educação) e retórica (persuasão, sedução) são caminhos para preservar o desejo através de “negociações”, para os estoicos o desejo está na contramão da Natureza, deve ser banido pela razão, sua presença é indício de doença, de perda de poder sobre si (CHAUÍ, 1990, 1996, 1987).

Na condição de vício que desvia o homem da reta razão, cabe a transformação da ética em moral para regulação e normalização dos vícios, bem como a criação de uma medicina da alma que visa à persuasão sobre o bem e o mal. Para Chauí (1996, 1990) esta será a porta de entrada do caminho a ser percorrido pelo cristianismo, fazendo o desejo deslocar de disposição passageira para modo de ser, e de vício para pecado de origem. A perspectiva de poder ser o homem consciente de si remete ao

combate e arrependimento em relação ao vício, expurgando assim o desejo da condição de integrar a Natureza humana. Esta, colada à metafísica que faz o elogio da virtude, terá como desviante tudo aquilo que fizer referência ao desejo; na condição de desvio o desejo permanece atrelado às proibições e ao castigo. Tal discurso moral atravessará séculos a fio e servirá para muitos filósofos como elemento de oposição para justificar ideias sobre o desejo.

A *medicina animi*, que antecede a consolidação da retórica orientada pela moral, apoiava-se nas tradições platônica, aristotélica/epicurista e estoica/cristã. Se a primeira se dedica a ascese do desejo, a segunda visa educá-lo. Por fim, a estoica/cristã vê a possibilidade de abolição do desejo (para o sábio e santo) ou ao menos sua moderação para o humano comum pecador; os estoicos veem nas paixões um perigo (CHAUÍ, 1990; LEBRUN, 1987). A partir dessas tradições emergem questões acerca da oposição entre o necessário e o contingente, no intuito de definir em que medida temos possibilidade de governar o desejo, em que medida algo nos escapa frente ao poder maior da Fortuna.

A tendência estoica ganhará hegemonia nos tempos, e pela condição do desejo como oposição faz de *cupiditas* uma consequência do *desiderium*, entrega ao demônio entendido como o senhor da Fortuna, fazendo do desejo um orgulho da ordem da insensatez. Com o neoplatonismo a Renascença retomará o laço entre desejo e Natureza, de maneira similar como no passado, mas agora entendendo que ele consiste na realização do divino no humano. Instauram-se assim os embates que implicam as possibilidades de autonomia do homem: a cooperação com o destino ou Divina Providência (estoicismo e cristianismo); a virtude como poder viril para se opor à Fortuna (Maquiavel); o homem como arquiteto da Fortuna (Bacon) (CHAUÍ, 1990, 1996; RIBEIRO, 1987).

As antigas ideias da paixão que perturba e escraviza a alma e da pedagogia moral como necessária para enfrentá-la serão retomadas por Bacon, porém a elas serão acrescentados aspectos que virão a se tornar característicos da modernidade. Com seu conceito-chave de Natureza atormentada (*Natureza vexata*), Bacon amplia a necessidade de conhecer a constituição da Natureza para a importância de chegar a seu âmago naquilo que implica mudanças e movimentos secretos. Com a ampliação dessa necessidade e possibilidade de conhecimento, até mesmo aquilo que parecia imponderável passa a ser previsível, controlável, moldável, pois se a razão simples não pode dar conta dos afetos, o uso da retórica na moral permite que a razão seja aplicada à imaginação. Se o homem faz o contrário do que deve – “Vejo o melhor e o aprovo, mas sigo o pior”,

conforme as palavras de Ovídio –, pela retórica é possível transformar o desejado em indesejado e vice-versa. Os desejos podem ser conhecidos, alterados e controlados (CHAUI, 1990).

Esta relação com o movimento, com a possibilidade do homem na condição daquele que pode criar e modificar, das leituras sobre as máquinas artificiais (feitas pela mão do homem) e naturais (feitas pela mão de Deus), está presentes no pensamento de filósofos como Hobbes (1974), Descartes (1987) e Leibniz (1980). Homem e Natureza ficam integrados, a Natureza deixa de ser o espaço de forças secretas e é compreendida tomando o relógio como modelo exemplar. Neste modelo emerge o conceito de movimento que possibilita a concepção dos corpos animados tal qual animais-máquinas (DESCARTES, 1987) e a perspectiva de *connatus* (HOBBS, 1980), como expressa no trecho do *Leviatã* que destacamos a seguir:

A sensação é o movimento provocado nos órgãos e partes inferiores do corpo do homem pela ação das coisas que vemos, ouvimos, etc., e a imaginação é a primeira origem interna de todos os movimentos voluntários. E embora os homens sem instrução não concebiam que haja movimento quando a coisa movida é invisível, ou quando o espaço onde ela é movida (devido a sua pequenez) é insensível, não obstante esses movimentos existem. Porque um espaço nunca é tão pequeno que aquilo que seja movido num espaço maior, do qual o espaço pequeno faz parte, não deva primeiro ser movido neste último. Estes pequenos inícios do movimento, no interior do corpo do homem, antes de se manifestarem no andar, na fala, na luta e outras ações visíveis, chamam-se geralmente esforço [*conatus*].

Este esforço, quando vai em direção de algo que o causa, chama-se apetite ou desejo, sendo o segundo o nome mais geral, e o primeiro freqüentemente limitado a significar o desejo de alimento, nomeadamente a fome e a sede. Quando o esforço vai no sentido de evitar alguma coisa chama-se geralmente aversão (HOBBS, 1974, p. 23).

Em Espinosa (1983a) encontraremos uma radicalização dessas ideias, visto que irá considerar o *conatus* como essência. Com isso o próprio desejo é a essência do homem, é a via de possibilidade para

existir, apetite consciente que como pulsação está em nosso ser e entre os seres, de forma que afetamos e somos afetados mutuamente, aspectos importantes ao tema desta pesquisa, a serem retomados em momento posterior deste capítulo.

O percurso histórico sobre desejo delineado por Chauí (1990) possibilita a elaboração de que se antes “o movimento era desejo; agora, o desejo é movimento. [...] o movimento moderno *é a* causa e se mantém a si mesmo indefinidamente em linha reta no espaço homogêneo que lhe oferece a geometria” (p. 46). Com o desenvolvimento do pensamento de Newton (*Philosophia Naturalis*), o movimento deixa de ser entendido como qualidade que diferencia os seres e passa a ser conceito produzido pelo homem na condição de sujeito do conhecimento, que aponta ao princípio de inércia – só interrompido por outro movimento que lhe seja contrário ou, ainda, por um obstáculo que se encontre em repouso.

O entrelaçar do princípio de inércia com *conatus* delinea a ideia de um homem na direção da conservação de sua existência. Tal ideia aparece de formas diferentes para cada filósofo: *conatus* como força que tende a se afastar de um centro (Descartes); reação a uma força centrípeta que afeta o corpo (Hobbes e Espinosa) e, neste caso, está além de um movimento inercial, pois é esforço para ir contra obstáculos. Para Hobbes e Espinosa, o contexto de realização do desejo é o embate de forças em conflito, antagonismos. E a função do desejo é a busca de equilíbrio para aquele que deseja, a qual – por sua vez – implica a presença de outros antagonismos, caracterizando uma incessante movimentação. A vinculação do desejo como movimento consciente e da ação coloca o desejo na condição de objeto para a ética e a política.

Chauí (1990) afirma que ao tomar as representações da mecânica como parâmetro para estudar os movimentos do corpo e da alma temos algumas consequências em relação ao desejo. A primeira está na distinção ontológica corpo e alma, dificultando afirmar a existência de “movimentos da alma”. A segunda consequência, relativa à primeira, será um problema para todos os filósofos da modernidade em relação ao desejo: poderiam os movimentos do corpo ter efeitos na alma? Em Hobbes, a aproximação alma-cérebro elimina a perspectiva de alma espiritual e fica resumida aos componentes do sistema cerebral. Espinosa e Leibniz consideram que entre corpo e alma há uma relação expressiva e não de causalidade. Descartes mantém as relações causais e a isso associa uma terceira substância – alma-corpo – que se define pelo ser humano; nela a alma é o princípio pensante, intelectual e o que atesta a existência desta nova substância (composto substancial) é o desejo que



jamais chegará a ser uma ideia clara e distinta. Para todos os filósofos da modernidade encontramos desejo e imaginação atados:

Dizer que os modernos naturalizam o desejo não é dizer que constata, empiricamente, o fato bruto de que a natureza humana é desejosa e desejante. A naturalidade do desejo é metafísica: decorre necessariamente da demonstração de que ele é efeito determinado de causas determinadas que o produzem em conformidade com as leis universais e a ordem necessária da Natureza (CHAUÍ, 1990, p. 49).

A terceira consequência é que os filósofos modernos acreditam na possibilidade de se elaborar uma ciência – preferencialmente alojada em proposições matemáticas – que se ocupe do *pathos* de forma rigorosa e com possibilidades de demonstração. Os afetos não habitam mais a obscuridade e o mundo dos astros, podem ser conhecidos, controlados e trabalhados na melhor direção: em Descartes (1987), fazendo do homem senhor da Natureza; em Hobbes (1974) e Espinosa (1983b), para saída da barbárie em direção à civilidade. Especificamente em relação ao desejo, pelo conceito de *conatus* é ampliado o campo dos afetos, o movimento é causa, não é virtude nem vício, é elemento constitutivo do homem:

Tratarei, portanto, da natureza e da força das afecções, e do poder da alma sobre elas, com o mesmo método com que nas partes precedentes tratei de Deus e da alma, e considerarei as ações e os apetites humanos como se tratasse de linhas, de volumes (ESPINOSA, 1983b, p. 175).

Eis a quarta consequência. O desejo colocado nesse lugar pode ser conhecido, o que torna viável a existência de uma ciência do *pathos*, ficando a retórica colada ao cristianismo (estoicismo). O desejo, por ser contradição, não podia adentrar o mundo da verdade definida a partir da identidade e da não contradição. A contradição, incluída no pensamento de Heráclito e depois só retomada por Hegel, continua fora da metafísica moderna, mas o desejo passa de mera opinião a movimento consciente. Movimento este conflituoso, compreendido de maneiras diversas na relação corpo e alma, conforme mencionado, mas – de toda forma – não mais restrito à alma (as contradições não são mais da mente, o que torna a retórica inócua). E tal recusa tem consequências amplas, colocando a

razão no lugar para conhecer as coisas como realmente são e não mais para persuadir (por semelhanças) a imaginação (CHAUÍ, 1990, 1996).

A quinta consequência evidencia-se pela ausência das classificações de caracteres e temperamentos que da Antiguidade à Idade Média eram construídas com base nas teorias de elementos e humores. Na modernidade, as paixões e as virtudes não serão mais descritas ou deduzidas a partir dessas referências, visto que serão substituídas pela anatomia e fisiologia mecânicas. E se no passado não era possível alterar os temperamentos (porque da Natureza), mas sim o desejo (porque circunstancial), a nova medicina nasce acreditando que tem possibilidades múltiplas em relação ao desejo, podendo não apenas modificá-lo como criar novos, além de provocar alterações de caráter e temperamento, tudo isso a partir de intervenções sobre o corpo.

Descartes mantém a relação entre medicina e moral, depositando na primeira a possibilidade de trazer ao homem mais prudência e habilidade, procura assim construir uma moral científica em que a medicina aparece:

como substrato da psicofisiologia que permite uma psicoterapia na qual a razão, para dominar os afetos, pode calcular sobre o desejo (à maneira epicurista), pode tentar educá-lo (à maneira aristotélica) ou dobrá-lo à virtude (à maneira estoica). Diremos que, mais do que uma psicoterapia do desejo, Descartes propõe uma técnica calculada e pedagógica, desenvolvida pelo engenho. Este tem aqui papel fundamental porque está apto para alterar as disposições naturais e esse papel lhe é dado graças à mecânica (CHAUÍ, 1990, p. 54-55).

Se Descartes ainda aposta na racionalidade como caminho para moderar o desejo, em Espinosa ela está associada à possibilidade de **se aliar ao desejo de autoconservação**, ou seja, como racionalidade em si a razão nada pode frente a uma paixão, é preciso que **ela mesma se converta em um tipo de paixão para fazer frente a outra paixão**. Em Espinosa (1983a) a moderação do desejo só é possível por apoio em outro desejo. Em estudos sobre a obra do filósofo, Marilena Chauí (1990, 1995, 2011) realiza desenvolvimentos na direção de afirmar que esta é uma postura inovadora:

Assim, em lugar do desejo tornar-se racional, como toda a tradição filosófica prometera, é a razão que precisa tornar-se desejante para ser racional. **Apenas quando uma idéia racional for vivida como desejo será mais forte do que o desejo passional e poderá vencê-lo em movimento contrário à paixão mais fraca** (CHAUÍ, 1990, p. 55, grifo nosso).

Retomando, no pensamento de Espinosa, *Conatus* é a força de base, a essência, para podermos compreender as afecções, e delas, os afetos. Assim, Espinosa irá definir três afetos como originários – Desejo (*Cupiditas*), Alegria (*Laetitia*) e Tristeza (*Tristitia*) – e é a partir deles que outros são decorrentes. “O **Desejo** (*Cupiditas*) é a própria essência do homem, enquanto esta é concebida como determinada a fazer algo por uma afecção qualquer nela verificada” (ESPINOSA, 1983b, p. 211, grifo nosso). Ele se desdobra de uma afecção, o que aponta para a impossibilidade de não sermos afetados e, conseqüentemente, de desejar. Ele não envolve a consciência, exceto quando temos acesso (ou imaginamos tê-lo) à causa de nossos apetites. Quando a causa é depositada no desejado (imaginária), o desejo se chama paixão; quando localizada no próprio desejante, o desejo é denominado ação. A partir do desejo nascem “emulação, gratidão, inveja, vingança, crueldade, temor, audácia, pusilanimidade, consternação, modéstia, ambição, lubricidade, avareza, benevolência, generosidade, orgulho” (CHAUÍ, 1987, p. 54).

“A **Alegria** (*Laetitia*) é a passagem do homem de uma perfeição menor para uma maior” (ESPINOSA, 1983b, p. 212, grifo nosso). É um modo de ser ou de existir. É quando percebemos aumentada nossa capacidade de ser ou existir, tal como tivéssemos passado de uma perfeição menor a outra maior. Esse aumento pode se dar a partir de uma causa externa (na paixão) ou interna (na ação). Da alegria nascem amor, amizade, contentamento, glória, esperança, irrisão, segurança, estima, misericórdia. Tal como no desejo, a alegria será paixão ou ação, a depender das condições de sua gênese. As paixões mais fortes são decorrentes da alegria (pois aumenta a capacidade de existir), mas as ações serão ainda superiores em intensidade.

“A **Tristeza** (*Tristitia*) é a passagem do homem de uma perfeição maior para uma menor” (ESPINOSA, 1983b, p.212, grifo nosso). É quando nossa aptidão para existir e agir é diminuída. Por implicar a diminuição do *conatus* (do corpo e da alma), a tristeza é sempre relativa a uma causa externa e, portanto, é sempre paixão. A partir da tristeza

“nascem ódio, medo, desespero, humildade, remorso, inveja, abjeção, despeito, comiseração, vergonha, arrependimento” (CHAUÍ, 1987, p. 55). As paixões advindas da tristeza são violentas, diminuem o *conatus* e, portanto, são mais fracas.

Em Espinosa, uma teoria da paixão e da ação é concebida com base em graus de intensidade, num contexto em que a liberdade é indissociável da alegria. Num extremo, estaria a paixão triste (*conatus* reduzido, heteronomia) e noutro a ação alegre (*conatus* elevado, autonomia). Entretanto, as relações entre elas existem enquanto jogos de forças sempre em movimento. Assim, a liberdade é a força que visa a coexistência humana de forma a tentar escapar da necessidade de subjugar ou de ser subjugado (CHAUÍ, 1987).

Após esse breve percurso na filosofia ocidental moderna, no qual contrapomos as concepções hegemônicas (Descartes, Bacon) – sobre *pathos*, afecções, desejo e movimento – às concepções de Espinosa, acreditamos poder assimilar esses aspectos em nossa pesquisa. Assim, ao pensar na importância de uma análise da ordem da racionalidade para encaminhar processos de decisão, o contraponto filosófico de Espinosa é de grande importância. Ou seja, toda decisão cuja racionalidade vier apoiada no simples cumprimento da norma, na evitação do conflito e da angústia, tende a ser uma decisão em que não se processou o enfrentamento com a passionalidade. Nesta perspectiva o operador-ator decide porque submetido, porque capturado por algum tipo de autoridade, interna ou externa, visível ou invisível. Ainda, a afirmação espinosana retira a aura de intocabilidade da razão como aquilo que só faz sentido quando não misturado com qualquer tipo de paixão. A decisão, nesta perspectiva, é a um só tempo mergulhada em racionalidade e passionalidade; mais do que isso, **precisa** da paixão para que a racionalidade ganhe consistência.

Com Espinosa (1983b) o desejo será entendido como o que nos constitui, é incessante, é sempre conflito, em termos intra ou intersubjetivo; sua variabilidade não permite classificações generalizadas, atesta uma condição singular. Tal singularidade afasta a compreensão transcendental, encarna o desejo no mundo terreno, rompe os antagonismos corpo-alma e razão-imaginação, e, por fim, abre possibilidade para uma ciência do *pathos* que quer se afastar da antiga classificação de paixões e desejos dentro de um número limitado, de forma a serem tantos cuja nomeação nos é impossível:

Há tantas espécies de alegria, de tristeza e de desejo  
e, conseqüentemente de todas as afecções que

destas são compostas, como a flutuação da alma, ou que delas derivam, como o amor, o ódio, a esperança, o medo, etc., quantas as espécies de objetos pelos quais somos afetados (ESPINOSA, 1983b, p. 208).

A concepção espinosana de uma única substância infinita (Natureza Naturante), na qual o homem é uma modificação finita (Natureza Naturada), coloca o humano (e seu desejo) como parte que integra a natureza. Atividade e passividade são indissociáveis e integram o jogo de forças na Natureza. Assim,

O desejo não nos põe contra a Natureza nem fora dela: **simplesmente determina a maneira como nela nos inserimos** para sermos passivamente sua parte ou para, ativamente, nela tomarmos parte (CHAUÍ, 1990, p. 59, grifo nosso).

Os outros corpos ocupam o lugar do Outro, em relação ao qual é estabelecida a condição de passividade (ao ser afetado) e atividade (ao afetar), bem como o fortalecimento ou enfraquecimento do desejo na relação corpo-alma. Nesta rede intrincada, na passividade ocorre à alma imaginar como provenientes daquilo que a ela lhe é externo os afetos que em verdade lhe são próprios. Na atividade, a alma percebe em si a causa de seus afetos e de suas ideias (CHAUÍ, 2011).

Cabe aqui retomar que na concepção tradicional racionalista é a lógica binária hierárquica que prevalece para compreender a relação ativo-passivo, de forma que o ativo recai na razão e o passivo é localizado no corpo. Uma vez que em nossa pesquisa destacamos a importância das afecções nos processos de decisão, a concepção de Espinosa é de grande importância pois permite problematizar a concepção tradicional em que a ação do sujeito estaria sobre o controle da razão, ou supostamente deveria estar. Em outras palavras, se a razão integra o ato de decidir, também as afecções nele estão engendradas; não é a razão que faz da decisão ação, mas sim a trama razão-afecção que permite situar aquele que decide (e aquele em relação a quem se decide) em condição ativa e passiva.

Assim, com Espinosa temos que corpo e alma não agem um sobre o outro, pois que são diferentes em termos ontológicos, possuindo leis também diferentes. A diferença sem hierarquia leva a que se expressem mutuamente, de forma que a passividade de um implica passividade do outro, ocorrendo o mesmo com a atividade: “Nem o corpo pode determinar a alma a pensar, nem a alma determinar o corpo ao movimento

ou ao repouso ou a qualquer outra coisa (se acaso existe outra coisa)” (ESPINOSA, 1983b, p. 177). Esta é uma perspectiva importante que afasta as noções que fizeram do corpo um lugar inferior em relação à alma. Em Espinosa o homem (e sua essência, o desejo) é entendido como causa<sup>27</sup>:

Visto que não existem causas finais – pois a **finalidade é resultado imaginário do desconhecimento da verdadeira causalidade** – como causas eficientes. Somos **causa inadequada ou passiva** [...] quando algo acontece em nós sem que dependa inteiramente de nosso ser, mas da potência de causas externas que nos comandam de fora. Somos causa **adequada, ou ativos**, quando algo acontece em nós e fora de nós dependendo apenas de nosso ser e por ele explicando-se inteiramente (CHAUÍ, 1990, p. 60, grifo nosso).

O desejo é sempre esforço para existir, é *conatus* e se expressa tanto na passividade (paixão, causa eficiente exterior) quanto na atividade (ação, causa eficiente interior); para sair da passividade à atividade não dependemos de um ato de vontade, mas sim de uma mudança qualitativa, ou seja, da transformação de uma causa eficiente exterior (inadequada) para outra interior (adequada). Numa ou noutra condição podemos experimentar os mesmos desejos. A condição do desejo como eficiente provoca um afastamento naquilo que pelo imaginário toma a razão para imperar sobre a razão e delinear um aprisionamento finalista. No pensamento de Espinosa os fins são produzidos pela imaginação e confundidos com ideias, justamente porque desconhecemos por que desejamos. É, antes, pelo desejo que produzimos julgamentos e não o contrário, como até então se afirmava, em que o juízo deveria determinar o bom, o mal, o verdadeiro.

---

<sup>27</sup> Julgamos oportuno esclarecer as ideias *causa adequada*, *causa inadequada* e *causa eficiente* no pensamento de Espinosa: “**Causa adequada**: Nosso *conatus* como causa total do que faz, sente e pensa; somos causa adequada na ação porque nela somos a causa interna necessária do que fazemos, sentimos e pensamos. A virtude e a liberdade consistem em deixarmos de ser causa inadequada e nos tornarmos causa adequada; **Causa inadequada**: Nosso *conatus* como causa parcial do que faz, sente e pensa; somos causas inadequadas na paixão porque nesta somos determinados a fazer, sentir e pensar pela ação de causas externas mais fortes e mais poderosas do que nós; **Causa eficiente**: A causa que produz um efeito, o agente que faz alguma coisa” (CHAUÍ, 1995, p. 105).

a imaginação generaliza o singular desejado, universaliza-o abstratamente, e o coloca fora de nós como valor, regra, norma e paradigma externo que opera coercitivamente sobre a multiplicidade dos desejos. Ora, ser passivo é ter fora [de] si a causa do afeto ou do desejo e, assim, **o que a tradição chamou de reta razão e vontade não é senão a maneira imaginária de nos condenar à passividade e à heteronomia**. Projeção fantástica da causa desejante na finalidade desejada, **a reta razão moral é uma das mais poderosas figuras de alienação e da autoridade**, só podendo imaginar a singularidade desejante como transgressão e desvio da norma, doença, vício, pecado e culpa (CHAUI, 1990, p. 61).

As palavras acima nos levam a considerar que na crença de uma hegemonia da “reta razão moral” (racionalidade e norma) para assepsia do desejo (afecção e singularidade), o humano perde parte de sua potência, ficando refém de uma “razão irracional”. Próximas às palavras de Espinosa encontramos as de Japiassu (2006) ao fazer a advertência de que a razão devora a razão quando a toma como suficiente (e não somente necessária), configurando assim discursos totalitários:

A Razão possui, oculta em seu cerne, uma irracionalidade. Quando esta se manifesta, a Razão se enlouquece e gera os totalitarismos. Quando há uma derrocada do humanismo e da virtude crítica, desencadeia-se uma força implacável de ordem e homogeneização (JAPIASSU, 2006, p. 30).

Dada a centralidade do desejo no pensamento de Espinosa, bem como a importância de sua compreensão em termos de possibilidades epistêmicas, destacamos que para o filósofo, o desejo (*cupiditas*) configura a essência humana e o que nela há de singular. Em outras palavras, o desejo – como conjunto de esforços, vontades e impulso – é variável não apenas entre os homens como também em um mesmo homem, a depender de suas disposições. Ainda, essa variação inclui a ocorrência de desejos opostos que, pela ocupação de sentidos contrários, são perturbadores, sem que se saiba a qual deles atender (CHAUI, 1990, 2011).

A partir do exposto até aqui, os processos de decisão poderiam ser pensados como momentos plenos de desejo, não raro contrários, deixando

aquele que decide sem saber para onde deve voltar-se, mas, pressionado pelo tempo, tem que decidir. E sua decisão, podemos dizer, será de natureza ativa e passiva, tanto quanto estiver situada como causa eficiente adequada ou inadequada. Em última instância, quanto mais estiver seu corpo em relação com o corpo do outro (especialmente daquele em relação a quem deve decidir), portanto, afetado e afetando; quanto mais esta afetação-imaginação puder ser ideia, pensamento; quanto mais este pensar puder ser um pensar adequado, no sentido de causa adequada proposta por Espinosa, mais sua decisão se aproximará de uma decisão justa, verdadeira. Aproximação apenas, pois a *decisão justa* propriamente dita inexistente. Acreditar em sua existência seria tomá-la como causa final, artefato da imaginação, inversão mágica para não entrar em contato com a finitude, com a limitação de um não saber.

Apoiada no deslocamento do desejo para fora da visão inerente à tradição filosófica, Chauí (1990) afirma que nós e nossos desejos somos uma coisa só, o que torna inerente ao homem a condição de desamparo, impondo a necessidade de se questionar o lugar da razão como parâmetro único e final:

[...] os desejos imaginários nos arrastam em sentidos opostos e nos deixam desamparados, amando e odiando as mesmas coisas, afirmando-as e negando-as ao mesmo tempo. Ocultando-nos de nós mesmos, o véu das imagens induz à inversão do desejante: cremos que o desejado/indesejado é a causa do desejo/aversão que vivenciamos. Não só estamos possuídos pela exterioridade, mas nela depositamos nosso ser e nossa vida, arriscados à perda iminente e contínua, ameaçados pela frustração e pela insaciável carência. Acercamo-nos perigosamente do grau zero de realidade, enfraquecidos de corpo e alma.

Se pensar é a potência da alma, ou como escreve Espinosa, sua virtude própria, não pensar é estar despojado de força própria, enfraquecido pela carência de pensamento. Porém, é exatamente essa carência que dá início ao trabalho do pensamento (CHAUÍ, 1990, p. 62).

A partir daí cabe retomar a afirmação de Espinosa de que uma paixão não pode ser vencida pela razão, mas somente por uma ação que a ela se sobreponha em intensidade e direção, e o afeto que advém de uma



ação tem mais força do que aquele advindo de uma paixão (CHAUÍ, 1995, 1990). Assim, quando pensar for vivido como ação e afeto, será mais forte do que uma paixão sem o pensar. Nas palavras de Chauí (1990), “Se desejar saber for sentido por nós como alegria e amor intelectual e se ignorar for por nós experimentado como fraqueza e tristeza, **a razão iniciará seu percurso no interior do desejo**” (p. 63, grifo nosso). Este entrelaçar de razão e desejo possibilita que a primeira só ganhe sentido (pelo pensar, saber) quando entrelaçada ao segundo, o que faz com que o desejo não desapareça frente a ela, mas, ao contrário, seja sua condição de existência e a possibilidade de o homem ter continuidade no existir. De um tempo em que se acreditava na possibilidade para deixar de desejar, Espinosa nos leva a um outro em que podemos saber por que desejamos.

Neste percurso observamos concepções passadas sobre o desejo que coexistem com outras da atualidade. Tomar o desejo como fio dessa história possibilita delinear nossa compreensão sobre modernidade e nela, a subjetividade, visto que ele – o desejo – figura como elemento paradigmático das mutações acerca da subjetividade humana, em que “vemos a passagem de um pensamento que começava lá nas coisas e terminava em nós a um pensamento que começa em nós e, através de nós, chega até as coisas (CHAUÍ, 1990, p. 64).

Consideramos que pela compreensão das paixões como inerentes ao humano e por sua condição de não inferioridade em relação à razão, a filosofia de Espinosa, e nela a dimensão das afecções, consiste em território propício às reflexões deste estudo. Assim, sem intenção de recobrir sua produção filosófica, agrupamos a seguir alguns dos aspectos de seu pensamento que contribuem para caminharmos nessa direção.

As perspectivas de passividade e atividade em Espinosa estão relacionadas à qualidade das relações entre o *conatus-cupiditas* e aquilo que lhe é estranho; quando em nós se produz algo em relação ao qual somos apenas causa parcial, encontramos a passividade; quando somos causa adequada, a atividade. Em outras palavras, a passividade guarda relação com a heteronomia, servidão nas palavras de Espinosa. Já a atividade é autonomia, liberdade, segundo o pensador. Os afetos podem ser causa da servidão e da liberdade. Quando pela força corpórea somos causa imanente, passamos a tomar parte do infinito, visto que participamos conforme as necessidades de nossa natureza, caminhando assim na direção de uma autonomia. Quando, ao contrário, são as necessidades externas que nos determinam, aí se instala a servidão (CHAUÍ, 2011; 1995; 1987).

Entendemos que a partir daí podemos conceber um funcionamento psíquico no qual servidão e liberdade exigem sua total implicação. Tal aspecto está intimamente relacionado ao que Chauí (1987) apontará como duas inovações conceituais em Espinosa. A primeira está na imanência do infinito no finito e vice-versa. A segunda seria decorrente desta e aponta a liberdade como necessária:

Pela primeira vez, a liberdade não se confunde com o ato voluntário de escolha nem se opõe à necessidade, mas se **realiza como desdobramento interno daquilo que se é naquilo que se faz**. Oposta à passividade ou ao constrangimento externo, a liberdade é essência do infinito e conquista do finito quando fortalecido por sua mente (causa adequada de suas ideias), seu corpo (causa adequada de suas afecções) e seu Desejo (causa adequada de seus afetos) (CHAUI, 1987, p. 50, grifo nosso).

Ficam assim mente, corpo e Desejo articulados em uma mesma trama e isso ganha importância para consolidar a ruptura com a hegemonia da razão. O corpo é entendido como a estrutura singular determinada por relações próprias e com outros corpos que ele afeta ou é por eles afetado. Visto que os corpos estão sempre em relação, permeados por afecções de todo tipo, visto que a mente não exerce controle sobre o corpo, tampouco é por ele controlada, devem ser concebidos como realidades de natureza complexa abertos à pluralidade que, por sua vez, aponta ao singular e à condição de “instabilidade” que lhes é inerente, pois “Homens diferentes podem ser diversamente afetados por um só e mesmo objeto; e um só e mesmo homem pode, em tempos diferentes, ser afetado por um só e mesmo objeto” (ESPINOSA, 1983b, p. 204).

As afecções até então tomadas pela filosofia como alocadas no corpo e, nesta condição qualificadas como inferiores, são agora percebidas como condição inescapável que atravessa corpo e alma, caracterizando as formas de estar e agir no mundo:

Por afecções entendo as afecções do corpo, pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou entravada, assim como as ideias dessas afecções (ESPINOSA, 1983b, p. 176).

Quando uma afecção é paixão, ela assim permanece enquanto temos dela uma ideia inadequada. Entretanto, deixa de sê-lo quando podemos formar uma ideia clara – adequada – a seu respeito, o que incrementa a potência da alma para pensar. As dificuldades em relação às afecções se dão quando nos recusamos a conhecê-las (ESPINOSA, 1983b; CHAUI, 1987).

Integram-se aqui as questões que implicam a ruptura com a tradição filosófica – inclusive a moderna –, que estabelece relações hierárquicas em que o ativo se sobrepõe ao passivo. Ao ativo se associa a racionalidade e ao passivo as paixões. A mente-razão-atividade fica em oposição e hierarquicamente superior ao corpo-paixão-passividade. Para Espinosa essa hierarquia deve ser desfeita, pois somos passivos ou ativos de corpo e alma. Como já exposto, ao eliminar essa hierarquia Espinosa retira o caráter moral que relegava as paixões a um universo do que precisava ser eliminado, desqualificado, situando-as no universo daquilo que em uma condição necessária pode ser conhecido. Ora, a retirada de tal caráter desestabiliza as imagens de uma vontade livre e do livre arbítrio, nas quais o homem é compreendido como capaz de escolher o bem (virtude) e o mal (erro, queda, pecado).

Espinosa considera um equívoco as concepções até então estabelecidas na relação entre ação (atividade, liberdade) e paixão (passividade, servidão), propondo assim um olhar que aponta a implicação singular:

Digo que somos ativos (agimos) quando se produz em nós, ou fora de nós, qualquer coisa que somos causa adequada, [...] quando se segue da nossa natureza, em nós ou fora de nós, qualquer coisa que pode ser conhecida, clara e distintamente apenas pela nossa natureza. Mas, ao contrário, digo que somos passivos (sofremos) quando em nós se produz qualquer coisa ou qualquer se segue da nossa natureza, de que não somos senão a causa parcial (ESPINOSA, 1983b, p. 176).

Na condição de estudiosa do pensamento espinosano, Marilena Chauí (1987) apresenta uma interessante articulação das ideias do filósofo ao problematizar a paixão, a hegemonia da razão e o uso desta na direção de teleologias. Considerando a importância destes aspectos nos processos de decisão que elegemos trabalhar, apresentamos a seguir uma síntese da referida articulação:

Nesta [paixão] somos habitados e possuídos pela exterioridade confusamente imaginada como se nos fosse interior, como se fôssemos o que não somos e não fôssemos o que somos. As coisas exteriores, potências de agir e padecer como nós, ao serem imaginadas como causas finais do desejo, tendem a encobrir a causalidade eficiente imanente do desejo que, ignorando-se como causa, toma-se por efeito das causas exteriores e deixa-se determinar inteiramente por elas. [...] **A paixão engendra, assim, seus próprios fantasmas: deuses, diabos, bens, males, tiranos externos e internos a suplicar a tirania da razão.** Urindo uma trama secreta entre Deus e o Diabo pela mediação de uma vontade que se descobre livre porque capaz de desejar o mal, a imaginação tece a imagem da liberdade, isto é, sua negação. Seu contraponto será também uma imagem, a da necessidade confundida com a figura da autoridade que decreta proibições e interdições. Imagem teológico-política, dissolve o infinitamente infinito num poder antropomórfico destinado a punir transgressões e recompensar submissões. Ao infinitamente imaginado como *imperium* corresponde a imagem do finito impotente, mas, ao mesmo tempo, imitador do infinito poder, *imperium in imperio* (CHAUÍ, 1987, p. 53, grifo nosso).

Na filosofia espinosana esta trama das imaginações não constitui em aberração a ser eliminada, mas sim em característica do humano a ser compreendida; é o que ele busca realizar através de sua ética dos afetos, em que estes são compreendidos como forças de existir e de agir. Neste sentido, é de especial importância relevar que “Uma afecção [afeto] não pode ser refreada nem suprimida, senão por uma afecção contrária e mais forte que a afecção a refrear” (ESPINOSA, 1983b, p. 231). Em outras palavras, de nada adianta conceber a razão como apartada dos afetos e tomá-la como “antídoto” aos perigos supostamente advindos destes; a condição humana exigiria a integração de ambos. Logo, não se trata de abrir mão da razão para dar hegemonia às afecções. O esforço estaria em considerar que pelo entrelace de ambas a razão se potencializa e se aproxima da condição de força e vitalidade dos afetos.

Neste capítulo propusemos trabalhar com recorte específico na filosofia ocidental recorrendo sobremaneira a autores como Chauí e Espinosa, procurando marcar os lugares da razão e da afecção, no que deles se desdobra em lógicas binárias hierárquicas em que o primeiro elemento se sobrepõe ao segundo, tal como mencionado nos exemplos mente-corpo, atividade-passividade, sujeito-objeto, razão-*pathos*. Tal esforço se deve à especificidade de nossa pesquisa, que propõe a inclusão do olhar para a afecção nos processos de decisão para retirada de crianças e adolescentes de sua família ou serviços de acolhimento.

Neste percurso destacamos o pensamento de Espinosa, que provoca rupturas à tradição hegemônica dessa lógicas binárias, tomando as afecções (e os afetos) como inerentes à condição humana. Certamente, o conjunto da obra espinosana comporta natureza bem mais complexa em relação aos recortes que apresentamos. Entretanto, no limite, tais recortes consistem em contribuições potentes para os propósitos desta pesquisa, bem como em possibilidades de diálogo com a psicanálise de Freud e o pensamento de Derrida, com os quais passaremos a trabalhar no capítulo que segue.

Freud também entende a afecção sem o estabelecimento de uma separação hierárquica entre corpo e alma, acolhendo o desejo, as paixões e o conflito como constituintes do humano. Ainda, a noção de um eu cindido preconizada pela psicanálise evidencia jogos de forças travados entre consciente/inconsciente, pulsões de vida/pulsões de morte, eu/outro, que funcionam como motor da existência humana cujos desdobramentos apontam arranjos sempre singulares.

Também em Derrida são expressivas as ideias de jogo, força e movimento como expressões da incerteza que habita (e constitui) o humano. Mantendo a hipótese do inconsciente que integra a psicanálise de Freud, afirma a impossibilidade em dissociar afecção e experiência, destacando a inexorabilidade do outro e a importância de seu reconhecimento na radicalização desta alteridade na existência em geral, e no âmbito da justiça de maneira específica.



## 5 RECORTES EM PSICANÁLISE

Na esteira da história da filosofia e da produção científica ocidentais, a psicanálise desponta como teoria que problematiza a concepção de uma subjetividade estável ancorada na consciência. A hipótese do inconsciente trabalhada por Freud aponta a incerteza como condição inexorável ao humano, deslocando assim a hegemonia da razão para tudo controlar, abrindo-se à dimensão pulsional das afecções e dos afetos como constituintes do humano. O olhar de Freud para o inconsciente é reafirmado na filosofia de Jacques Derrida, olhar ao qual serão entrelaçados *quase-conceitos*, *indecidíveis* para problematizar o logocentrismo como viés para conhecer, estar e agir no mundo.

Assim, apresentamos as principais concepções sobre o afeto na obra freudiana, seguidas de incursões derridianas, aqui delimitadas ao universo das decisões, em especial aquelas que consideram as perspectivas do Direito e da justiça.

### 5.1 FREUD E OS AFETOS<sup>28</sup>

De acordo com Laplanche e Pontalis (1988), a concepção de *afeto* pode ser especialmente localizada na obra de Freud nos seguintes textos: *Estudos sobre a histeria* (1895a/1981), *O recalque* (1915a/2004), *O Inconsciente* (1915b/2004), *Inibição, sintoma e angústia* (1926/1981). Em sua tradução de *O inconsciente*, Luiz Hanns sugere, ainda, a consulta de *A interpretação dos sonhos* (1900/1981) e *XXV Conferência Introdutória* (1916b/1981), onde podemos encontrar traços sobre o tema

---

<sup>28</sup> Considerando os conhecidos problemas da mais antiga tradução brasileira das Obras Completas de Freud, da Imago Editora, essa versão não será aqui utilizada. Em seu lugar recorreremos à edição espanhola da Biblioteca Nueva, de mais fácil acesso à autora e que apresenta uma tradução mais condizente com a obra original freudiana; neste caso faremos uso de uma tradução livre. Sempre que disponíveis, serão utilizadas as novas traduções para o português realizadas por Luiz Hanns devido a sua perspectiva como tradutor-psicanalista e por sua opção – com a qual concordamos – em não utilizar o termo instinto como equivalente de *Trieb*. Quando se tratar de texto ainda não traduzido por esses autores, e forem identificados problemas para tradução livre, serão efetuadas leituras comparativas entre as edições espanhola, da Biblioteca Nueva, e argentina, da Amorrortu. Como complemento, poderemos fazer uso de dicionários de psicanálise, bem como do *Dicionário comentado do alemão de Freud*, de Luiz Hanns (1996).

do afeto – em especial sobre condensação, deslocamento e angústia –, que serão trabalhados com maior detalhe em textos subsequentes<sup>29</sup>.

Em *Estudos sobre a histeria*, Freud (1895a/1981) dá destaque aos afetos através da importância atribuída à ab-reação. Neste momento Freud entende que quando as reações aos acontecimentos vividos se dão de maneira satisfatória, a maior parte do afeto é liberada; quando, entretanto, essa reação é reprimida, o afeto fica ligado ao acontecimento (agora na condição de uma recordação). A ab-reação é, assim, o caminho que “permite ao indivíduo reagir a um acontecimento e evitar que ele conserve um quantum de afeto demasiadamente importante” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1988, p. 21-22). Ela pode ser espontânea ou provocada, e a linguagem opera como substituto satisfatório à ação. A origem do sintoma histérico estaria em um acontecimento traumático em relação ao qual o afeto não pode ser adequadamente expressado (descarregado). Entretanto, apenas a rememoração do acontecimento não é suficiente para eliminação do sintoma, sendo necessário reviver (catarse) o afeto a ele relacionado. Essas observações permitem compreender que os afetos não estão necessariamente ligados às representações, de forma que há situações de um afeto sem representação ou seu contrário. Essa separação possibilita destinos diversos ao afeto pela conversão (histeria de conversão), pelo deslocamento (obsessões) e pela transformação (neurose de angústia, melancolia). Desde então, o afeto apareceria na obra freudiana como *ressonância emocional* (aspecto qualitativo) e como *montante de investimento* (aspecto quantitativo).

Para seguir na compreensão dos caminhos possíveis aos afetos e sua localização na obra freudiana, cabe retomar a caracterização de *pulsão* apresentada por Laplanche e Pontalis (1988) para posteriormente estabelecer relações entre ela e os afetos:

Processo dinâmico que consiste numa *pressão* ou força (carga energética, factor de motricidade) que faz tender o organismo para um alvo. Segundo Freud, uma pulsão tem sua *fonte* numa excitação

---

<sup>29</sup> De forma semelhante, em estudo específico sobre o afeto, Castel (2008) sugere a leitura do *Projeto para uma Psicologia para Neurólogos* (FREUD, 1895b/1981) como um dos textos em que o tema é trabalhado na obra freudiana, especificamente nos capítulos “afetos e estados desiderativos” e “perturbações do pensamento pelo afeto”. Como veremos a seguir, Birman (1999) também chama a atenção para aspectos significativos presentes nos textos ditos “neurológicos”, por vezes desconsiderados na psicanálise contemporânea.



corporal (estado de tensão); o seu *alvo* é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional; é no *objeto* ou graças a ele que a pulsão pode atingir seu alvo (p. 506).

Diferentemente dos estímulos externos, que podem ou não se fazer presentes, a pulsão flui de maneira ininterrupta; diferentemente dos instintos que comportam determinismo, ela tem plasticidade na busca do objeto que possibilite suprimir a tensão rumo a uma condição satisfatória ao psiquismo. Assim, a pulsão consiste em um dos conceitos-chave da psicanálise por ser considerada como limite entre o corporal e o psíquico (FREUD, 1905a/1981), apontando a importância da não dissociação – caracteristicamente cartesiana – entre corpo-mente.

De acordo com Birman (1999), ao classificar os textos freudianos entre neurológicos e psicanalíticos, situamos corpo e psiquismo em condição de oposição, quando na verdade Freud, desde sempre, empreendeu um esforço na direção da indissociabilidade dessas dimensões. Com isso, reforçamos a polarização entre um saber médico (corpo=biologia) e psicanalítico (não corpo=psiquismo). Como evidência deste processo que situa o corpo fora do campo da psicanálise, Birman menciona a inexistência do verbete “corpo” no *Vocabulário de Psicanálise* de Laplanche e Pontalis<sup>30</sup>. Retomamos aqui essa observação visto que se relaciona de maneira específica aos nossos interesses:

A exclusão da problemática do corpo em psicanálise não ficou isolada, isto é, restrita a ela mesma. Ela teve consequências maiores na totalidade do campo psicanalítico, porque arrastou com ela, no mesmo movimento, a questão do afeto. Com efeito, com a redução do corpo ao registro biológico, o mesmo aconteceu com a problemática do afeto, reenviada igualmente para os registros da natureza e da animalidade. Foi este então o efeito maior da desencorporação do psiquismo promovido por essa leitura da psicanálise. [...] Essas duas exclusões remetem à problemática central da metapsicologia freudiana, aquela da pulsão (*Trieb*) e, em particular, da pulsão como força (*Drang*). Dessa maneira, para se pensar novamente na questão do corpo e do afeto em

---

<sup>30</sup> Acrescentamos a observação de que “corpo” também não integra o *Dicionário de Psicanálise*, de Roudinesco e Plon (1998), tampouco o verbete “afeto”.

psicanálise, é preciso reconhecer o lugar fundamental aí ocupado pelo conceito de pulsão (BIRMAN, 1999, p. 56-57, grifo nosso).

O alerta de Joel Birman traz contribuições evidentes em termos epistemológicos além de, como afirma, possibilitar compreender a proximidade na obra de Freud entre problematizações sobre o afeto e aquelas relativas à autonomia da força pulsional, conforme podemos acompanhar nos textos *O recalque* (1915a/2004), *O Inconsciente* (1915b/2004), *Inibição, sintoma e angústia* (1926/1981), dos quais destacamos alguns trechos significativos para o recorte teórico em questão.

Em *O recalque*, Freud (1915a/2004) apresenta os princípios básicos que caracterizam a repressão como mecanismo que visa eliminar o conflito provocado por uma representação desconfortável que insiste (energeticamente; libido, interesse) em integrar a consciência. Se inicialmente estabelece uma relação entre repressão e ideias (representações), na sequência incluirá a dimensão dos afetos nesse processo:

Para este outro elemento do representante psíquico tem sido adotada a designação de *quantidade de afeto*; ele corresponde à pulsão, na medida em que se desprende da representação e encontra expressão, de acordo com a sua magnitude, em processos que se fazem perceber à sensação na forma de afetos. De agora em diante, quando descrevermos um caso de recalque, precisaremos acompanhar separadamente o que, em decorrência do recalque, ocorreu com a representação e com a energia pulsional a ela aderente. [...] Quanto ao fator *quantitativo* do representante pulsional pode ter três destinos. Basta uma simples mirada no conjunto das experiências da psicanálise para constatar: a pulsão pode ser reprimida [*unterdrückt*], de maneira que nada mais dela seja encontrado, ou surge como afeto com determinado colorido qualitativo, ou, ainda, é transformada em medo [*Angst*]. As duas últimas possibilidades exigem que nos detenhamos com especial atenção nesse novo destino da pulsão, a *transformação* das energias psíquicas das *pulsões* em *afetos* e, em

especial, sua transformação em *medo* [Angst] (FREUD, 1915a/2004, p. 182-183)

A importância desse trecho para o tema de pesquisa é evidente. A definição previamente apresentada de que a pulsão consiste em um fluxo ininterrupto e a relação agora estabelecida entre pulsão, repressão e afeto leva à reflexão de que inexistem situações em que não se é *afetado*, sejam quais forem os destinos e a qualidade desses afetos. Dentre eles ganha especial destaque neste projeto de pesquisa a *angústia*, visto que está necessariamente presente nos processos que visam a decisões justas (DERRIDA, 2010).

Freud (1915a/2004) apresenta exemplos diferenciados da repressão dentro dos três quadros de neurose melhor caracterizados: histeria de angústia, quando o conflito expulsa os afetos desagradáveis para objetos fóbicos; histeria de conversão, quando o corpo é o território ocupado pelos sintomas; neurose obsessiva, quando o afeto expurgado reaparece através de alterações na consciência. É neste último quadro que podemos observar a descrição de Freud sobre o mecanismo de *formação reativa* – caracterizado por manter a intensificação (quantidade) de determinado afeto através da expressão de um outro a ele oposto (qualidade) –, aqui destacado por considerar sua possível relação com o universo da justiça, dada a proximidade a aspectos referentes à moral:

A ambivalência que permitiu que ocorresse um recalque pela formação reativa é também o ponto por onde o recalco logra retornar. O afeto desaparecido retorna transformado em medo social [*sozialen Angst*], em medo da própria consciência moral e na forma de uma repreensão impiedosa. A representação rechaçada é com frequência substituída por meio de um deslocamento para algo menor, ou indiferente, portanto, ocorre uma *substituição por deslocamento* (FREUD, 1915a/2004, p. 186).

Em *O inconsciente* Freud (1915a/2004) detalha a constituição e o funcionamento do aparelho psíquico percorrendo os sistemas Inconsciente, Pré-consciente e Consciente, com destaque especial à validação e importância do Inconsciente, questionando a possibilidade para a existência de um afeto inconsciente.

Dizíamos que há representações mentais conscientes e inconscientes; mas será que também há impulsos pulsionais [*Triebregungen*], sentimentos e sensações inconscientes, ou não faz sentido imaginar que existam tais combinações? [...] Apesar de o uso linguístico permanecer imaculado, em rigor não existem, portanto, afetos inconscientes, tal como existem ideias inconscientes. [...] Toda a diferença origina-se no fato de que ideias consistem em cargas investidas – basicamente em traços de lembranças – ao passo que os afetos e sentimentos correspondem a processos de descarga [*Abfuhrvorgänge*] cujas manifestações finais são percebidas como sensações. Levando em conta o que hoje sabemos dos afetos e sentimentos, não temos modo mais claro de descrever essa diferença. [...] Mesmo no contexto de uma vida normal, pode-se reconhecer uma luta constante entre os sistemas *Cs* e *Ics* pela primazia sobre a afetividade. Por um lado, estabelecem-se esferas de influência; por outro, ocorrem combinações cruzadas entre as forças atuantes (FREUD, 1915a/2004, p. 28-31)<sup>31</sup>.

Por agora, podemos organizar as concepções de afeto em Freud da seguinte forma: o impulso se entrelaça com a representação na condição de um limite entre o corporal e o psíquico, borra a distinção entre a condição instintiva (biológica, determinista) e uma condição representacional (contingente, plástica). Temos assim a pulsão que opera o desaparecimento da cisão, de forma que toda *afetação* de um relaciona-se obrigatoriamente ao outro. Diferentemente do instinto (pré-determinado), a pulsão é contingente e para que encontre expressão é necessário que esteja articulada a uma representação, mas também a um afeto. Se a representação é a ideia através da qual a pulsão se expressa, o afeto é a intensidade que lhe dá colorido; representação e afeto ganham

---

<sup>31</sup> Ao falar das relações entre os sistemas e o campo dos afetos, Freud estabelece uma diferenciação em nota de rodapé entre “afetividade” e “motilidade”, a qual reproduzimos a seguir para avaliar em que medida essa ideia poderá ser posteriormente problematizada com aspectos sobre afetos e ação: “A afetividade expressa-se essencialmente através do investimento motor (secretória, reguladora de vasos) para alteração (interna) do próprio corpo, sem relação com o mundo exterior, e da motilidade, em ações destinadas à alteração do mundo exterior” (FREUD, 1915b/2004, nota n.º 45, p. 67).

movimento pela existência da libido (energia de transformação da pulsão). Como não obtém a *materialidade* das ideias, o afeto, quando isolado da representação que lhe é correspondente (através do mecanismo da repressão), só poderá ter “forma” e acesso à consciência quando articulado novamente à representação, ainda que de maneira distorcida em relação àquela de sua origem. Pela mesma razão, podemos afirmar a existência de representações inconscientes, mas não de afetos inconscientes.

Em *Inibição, Sintoma e Angústia*, Freud (1926)<sup>32</sup> traduz o “[...] aspecto vivido do afeto. Os afetos seriam ‘reproduções de acontecimentos antigos de importância vital e eventualmente pré-individuais’ comparados a ‘acessos histéricos universais, típicos e inatos’” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1988, p. 35). A angústia é então tomada como afeto exemplar na possível compreensão de outros afetos:

A angústia é, pois, em primeiro lugar, algo que **sentimos**. Nós a qualificamos de **estado afetivo**, ainda que não saibamos bem o que é um afeto. Como sentimento apresenta um claro caráter desprazeroso; mas não é esta a única de suas qualidades, pois nem todo desprazer pode ser qualificado de angústia. Existem, de fato, outros sentimentos de caráter desprazerosos: a ansiedade, a dor, o luto. A angústia haverá de ter, além deste aspecto, algumas outras particularidades. Conseguiremos chegar à compreensão das diferenças destes diversos afetos desprazerosos? (FREUD, 1926/1981, p. 2859-2960, grifo nosso).

Freud aproxima a angústia da experiência vivida no *trauma do nascimento* (conceito desenvolvido por Otto Rank), quando ocorreriam descargas frente à situação de perigo aí presente. Esse seria um protótipo da humanidade que se reproduziria em situações de natureza semelhante. Assim, afirma que “[...] a angústia nasceu como reação a um estado de perigo e se reproduz cada vez que surge tal estado” (FREUD, 1926/1981, p. 2860). Afirmações desse porte apontam para um Freud que por vezes dá relevo aos aspectos fisiológicos (e inatos) do funcionamento psíquico. Nesta perspectiva, discorre longamente sobre as relações entre o trauma do nascimento e a origem das neuroses, bem como sobre a caracterização

---

<sup>32</sup> Texto pós segunda tópica, o que justifica, dentre outros fatores, a relação dos aspectos psicológicos com as instâncias psíquicas (eu, isso e supereu).

da angústia como uma reação ao perigo, passando por aspectos relativos à castração e destacando o desamparo original como aquilo que configura as primeiras situações de perigo, e nelas, a necessidade do humano em ser amado. Mas o foco à fisiologia é paulatinamente deslocado. Posteriormente, acrescenta a este aspecto por ele denominado biológico outros dois – o filogenético (percurso da libido na constituição do humano) e o psicológico (relações entre o eu, o isso e as exigências do mundo exterior) – para compreender as relações entre angústia e formações neuróticas.

O afeto é tema tão caro quanto delicado à psicanálise. Em Freud e nos autores pós-freudianos, o lugar do afeto é problematizado na constituição e no acontecer do psiquismo, em suas relações com o corpo, com as representações, com a alteridade e dimensão *phatica* (GREEN, 1982; PRUDENTE; ROSA, 2012). No âmbito desta pesquisa, interessa pensar o afeto pela ótica da psicanálise naquilo que dele podemos relacionar às afecções enquanto condição humana para afetar e ser afetado pelo outro, seja pela angústia que a um só tempo paralisa e faz acontecer uma decisão, seja pelos processos de identificação nela intrincados.

Considerando os autores analisados até o presente capítulo, julgamos relevante algumas observações sobre os termos afecção, afeto, paixão. De acordo com Abbagnano (2012), ainda que comumente utilizados como sinônimos, é necessário marcar diferenças entre essas concepções a partir da tradição filosófica. Podemos então afirmar que a afecção caracteriza-se pela condição de ser influenciado a partir de uma ação; é a premissa da afecção que nos possibilita afirmar que afetamos e somos afetados. Neste sentido, toda afecção implica transformação.

Os afetos são um tipo de afecção, são as emoções que implicam relações pessoais (como amizade, familiares, por exemplo), caracterizam um cuidado e se restringiriam às emoções denominadas positivas (bondade, proteção, ternura, gratidão, dentre outras), aspecto que – como vimos – não corresponde ao pensamento de Espinosa ou Freud; para Abbagnano (2012) o afeto é uma das formas de amor, mas não sinônimo de amor. As paixões são, igualmente, uma modalidade de afecção, mas se diferenciam do afeto a partir do caráter de dominância que as caracteriza.

Por fim, cabe registrar que o termo afetivo, comumente associado a afeto, não está a ele diretamente relacionado, visto que se refere ao conjunto de emoções – sejam elas consideradas positivas ou não – de forma que todos temos “vida afetiva”, não somente aqueles que são carinhosos ou bondosos. Entendemos assim que afetivo estaria mais próximo de afecções do que de afeto (em seu sentido mais comum) e que

é nesta abrangência do termo – que implica afecção, paixão e vida afetiva – que a concepção de afeto pode ser situada na obra de Freud.

Na psicanálise de Freud, o estado afetivo de angústia não é considerado exclusivo de quadros patológicos, sendo inerente ao humano no funcionamento de sua economia psíquica. A seguir apresentamos perspectivas de Derrida que podem dialogar com o tema deste estudo, dentre as quais encontraremos a afirmação da angústia como afeto inerente ao caminho daquele que se põe em busca de justiça.

Recorremos ao pensamento de Derrida na esteira de Freud por sua postura filosófica que mantém a hipótese do inconsciente e que entabula profícuo diálogo com a obra freudiana, bem como com psicanalistas contemporâneos. Boa parte da obra derridiana está diretamente atravessada pelo pensamento freudiano como, por exemplo, em *Freud e a cena da escritura* (DERRIDA, 1995), *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana* (DERRIDA, 2001b), *O cartão-postal: de Sócrates a Freud e além* (DERRIDA, 2007). A relação de Derrida com o pensamento freudiano (e com a psicanálise) parece mergulhada “no espírito” daquilo que entende por fidelidade e herança:

Fiel e infiel, com razão! [...] É verdade, sempre me reconheci, quer se trate da vida ou do trabalho do pensamento, na figura do herdeiro [...] longe do conforto seguro que se associa um pouco rápido demais a essa palavra, o herdeiro devia sempre responder a uma espécie de dupla injunção, a uma designação [*assignation*] contraditória: é preciso primeiro saber e saber *reafirmar* o que vem “antes de nós”, e que portanto recebemos antes mesmo de escolhê-lo, e nos comportar sob esse aspecto como sujeito livre. Ora, *é preciso* (e este *é preciso* está inscrito diretamente na herança recebida), é preciso fazer de tudo para se apropriar de um passado que sabemos no fundo permanecer inapropriável, quer se trate aliás de memória filosófica, da precedência de uma língua, de uma cultura ou da filiação em geral. Reafirmar, o que significa isso? Não apenas aceitar essa herança, mas relançá-la de outra maneira e mantê-la viva (DERRIDA, 2004d, p. 12).

Entendemos ser por esse viés que Derrida nos auxilia na direção de uma “psicanálise viva”, propondo que ela vá para além da metapsicologia e oferecendo seu conhecimento para dialogar com as mais

diversas áreas do conhecimento, particularmente o direito. Em *Estados-da-alma da psicanálise* (DERRIDA, 2001c) faz um alerta para que a psicanálise tente ocupar o espaço de um “saber sem álbi” (p. 9) e utilize seu potencial para problematizar as grandes áreas do conhecimento, inclusive ela própria. Do contrário, também ela corre o risco de perder o que poderia ter de mais potente para sua existência, pois “É em seu poder de pôr em crise que a psicanálise está ameaçada e entra, portanto, em sua própria crise” (p.70).

## 5.2 DERRIDA: DECISÃO, DIREITO E POSSIBILIDADE DE JUSTIÇA

A recusa em definir origens ou limites, e o que daí se desdobra em binarismos hierárquicos, é característica marcante na obra de Jacques Derrida em seu esforço de deslocar o pensamento dos determinismos metafísicos que supostamente ofereceriam garantias e situá-lo nos jogos discursivos em que o não saber – ou a falta de garantias – se impõe como condição da linguagem:

[...] na ausência de centro ou de origem, tudo se torna discurso – com a condição de nos entendermos sobre esta palavra – isto é, sistema no qual o significado central, originário ou transcendental, nunca está absolutamente presente fora de um sistema de diferenças. A ausência de significado transcendental amplia indefinidamente o campo e o jogo da significação (DERRIDA, 1995, p. 232).

Entendemos ser nesta direção que, na abertura de colóquio realizado em 1989 na Cardozo Law School, à época sob o título *Deconstruction and the Possibility of Justice*, hoje parte integrante de seu livro *Força de lei*, Derrida faz a abertura com a fala que segue:

É inútil precisar, desde já, que a perguntas colocadas dessa forma (“ou isto ou aquilo”, “sim ou não”) não poderei dar nenhuma resposta, em todo caso nenhuma resposta tranquilizadora para quem quer que seja, para nenhuma das expectativas assim formuladas ou formalizadas (DERRIDA, 2010, p. 5).



O autor toma como dever o fato de falar em inglês com a plateia, caso deseje ser ouvido; porque será mais justo no sentido de justeza, precisão, adequação; porque será mais justo no sentido de justiça, de jurídico-ético-político. Porque o inglês é ali a língua da maioria e porque como estrangeiro nesta cena ele recebeu a palavra, ato de hospitalidade que advém dessa maioria. Para responder a esse ato é preciso que ele domine minimamente o inglês.

Tal destaque à língua e ao idioma será um dos principais motores da discussão encaminhada por Derrida (2010). Partindo da expressão idiomática inglesa “*to enforce de law*” ou *enforceability of law or of contract*, Derrida chama atenção para o fato de que tais expressões fazem alusão à força, e que o direito apareceria como uma força autorizada, uma força cuja aplicação é justificada, mesmo que por outras perspectivas possa ser considerada injusta ou injustificável. Lembra, ainda, que Kant já afirmava que não há direito sem força. Haveria assim uma força “implicada no próprio conceito da *justiça enquanto direito* da justiça na medida em que ela se torna lei, da lei enquanto direito” (DERRIDA, 2010, p.8). Física ou simbólica, a força está sempre presente na aplicabilidade da lei. E assim Derrida nos convida a pensar: como distinguir entre essa força da lei, essa “força de lei” e as formas de violência consideradas injustas?

A palavra alemã *Gewalt*, traduzida no inglês e no francês por *violência*, no alemão é também tomada na acepção de *poder legítimo, autoridade, força pública*. Logo, “*Gewalt* é, portanto, ao mesmo tempo violência e o poder legítimo, a autoridade justificada” (DERRIDA, 2010, p. 10). Uma autoridade originalmente instaurada à força. Desta forma, a palavra força pode apontar a uma dimensão obscura, substancialista, mística, pela possibilidade de mistura com violências e arbitrariedades. Daí a importância de situá-la no pensamento derridiano em sua condição de força diferencial como *différance*, quando forças de maior ou menor fraqueza se movimentam conjuntamente (DERRIDA, 2010, 2001a).

Assim, pela *différance*, o que era tido como polos de oposição passa a ser tomado como trama em que tais polos se misturam, mas nem por isso afastam as diferenças, visto que pretende

[...] refinar o tratamento das diferenças, respeitar a sua natureza, a sua constituição que, como quer mostrar esse pensamento [da *différance*], vai muito além, está longe de se reduzir à estrutura de uma simples oposição binária” (DUQUE-ESTRADA, 2004, p. 52).

Entretanto, é importante que não se estabeleça uma equação entre *différance* e diferença, mas sim o estabelecimento de jogos de força em que ocorrem processos de diferenciação (DERRIDA, 2001a, 2004e).

O risco acima mencionado em relação à força também se impõe com a palavra justiça, neste caso pela possibilidade de oposições como as que implicam de um lado a lei, a convenção e a instituição, e de outro, a natureza. Pela *différance*, o deslocamento dessas lógicas de oposição possibilita questionar o direito e a justiça sobre “os fundamentos do direito, da moral e da política” (DERRIDA, 2010, p. 13), uma desconstrução que visa a mudança não como algo previsível, calculado, mas sim como intensificação de uma transformação em curso.

Um detalhamento sobre a desconstrução foge aos propósitos deste estudo. Entretanto, consideramos oportuno localizá-la como estratégia para escapar às lógicas que – ancoradas na crença do universal e da substância – operam com binarismos hierárquicos, pontos de fixação que definem origens (e verdades) (DERRIDA, 2001a, 2011). Pela estratégia da desconstrução busca-se a condição de um *nem isso nem aquilo*, “Nem/nem quer dizer ou ‘ao mesmo tempo’ ou ‘ou um ou outro’” (DERRIDA, 2001a, p. 50). Nas palavras de Souza e Langaro (2011) sobre a desconstrução, “Trata-se do esforço de permanecer em um jogo em que nenhum dos polos opositivos do binarismo é idealizado e subjuga o outro, porém mantendo-o em um constante remetimento a ambos, em um jogo de nem/nem” (p. 577). Nesse movimento constante, característico do pensamento, a linguagem é espaço de significados sempre por vir. E neste jogo que é sempre movimento emergem o inexorável da alteridade e a potência dos *indecidíveis* (DERRIDA, 2001a). Assim,

Com a noção de indecidíveis, Derrida indica a radicalização de uma experiência de pensamento que não mais se esgota na procura dos fundamentos e nem cai num simples relativismo. Reconhecemos nesta noção a contribuição maior da desconstrução, na medida em que a partir dela uma outra postura se impõe ao pensar (CONTINENTINO, 2006, p. 18).

Em outras palavras, os *indecidíveis* provocam, fazem tensão, escancaram os conflitos e as imposições que estão na trama da lógica formal dos conceitos (e do pensamento que nela faz ancoragem). Sem a perspectiva de arbitragem dos conflitos, o pensamento derridiano se

caracteriza pela insistência na tensão (aspecto difícil de suportar). Para o filósofo, não se pode dizer que algo ou alguém é justo sem trair imediatamente a justiça, ou ao menos o direito. Em busca da justiça, uma traição se faz necessária. Traição ao direito, à justiça, aplicação de força. Paradoxalmente essas são concepções que Derrida traz à cena para pensar sobre as possibilidades da justiça, apontando assim a complexidade do tema, comumente abordado a partir da lógica binária justo versus injusto. Com base na expressão *to enforce de law* traz à cena a força como fundante da justiça, da linguagem:

[...] só pode tornar-se justiça, por direito ou em direito, quando detém a força, ou antes quando recorre à força desde seu primeiro instante, sua primeira palavra. No começo da justiça terá havido o *lógos*, a linguagem ou a língua, mas isso não é necessariamente contraditório com outro *incipit* que dissesse: “No começo, terá havido a força”. O que se deve pensar é, pois, esse exercício da força na própria linguagem, no mais íntimo de sua essência, como no movimento pelo qual ela se desarmaria absolutamente por si mesma (DERRIDA, 2010, p. 17-18).

Recorrendo a Pascal e a Montaigne, Derrida estabelece diferenças entre direito e justiça, com matizes que passam por questões relativas à força, violência e a um fundamento místico da autoridade. Esta origem da autoridade, esta fundação ou instauração da lei consistiria em um ato de violência performativa que, por se apoiar apenas em si mesma, consiste em uma violência sem fundamento. Nesta perspectiva, o direito é desconstruível ou porque é fundado ou porque “[...] seu fundamento último, por definição, não é fundado” (DERRIDA, 2010, p. 26); o mesmo se daria em relação à justiça como direito. Entretanto, a justiça fora do direito não pode ser desconstruída. E afirma:

[...] Donde estas três proposições: 1. A desconstrutibilidade do direito (por exemplo) torna a desconstrução possível. 2. A indeconstrutibilidade da justiça torna também a desconstrução possível, ou com ela se confunde. 3. Consequência: a desconstrução ocorre no intervalo que separa a indeconstrutibilidade da justiça e a desconstrutibilidade do direito (DERRIDA, 2010, p. 27).

A justiça consiste em uma experiência de *aporia*. Visto que experiência é a travessia em que se encontra passagem, e aporia é um não caminho, a justiça seria experiência do impossível, a experiência do que não podemos experimentar (DERRIDA, 2010). O direito é a regra, o adequado, o calculável. Enquanto a justiça é a exigência de se calcular o incalculável. Assim, mesmo quando temos o direito respeitado, não necessariamente temos a justiça, pois a decisão não pode ser garantida por uma regra que assegure o justo e o injusto. O direito trabalha com o universal, enquanto a justiça com o singular. Como conciliar isso?

Em nossa pesquisa observamos que as decisões, sempre difíceis, que tomam os operadores da rede de atenção à infância são norteadas por regras (Leis, fluxos de trabalho, protocolos de atendimento, dentre outros). Pela própria dificuldade – e por vezes angústia – que comportam, é a regra que surge como elemento capaz de assegurar um ato justo em tais decisões. Abrir espaço ao singular implica aumentar a dificuldade e o sofrimento daquele que tem que decidir, visto que a justiça, ou a experiência de *aporia*, é o mergulho no indecível. Logo, toda decisão daquilo que é justo ou injusto carrega em si certa mistificação. A mais justa possível – que não é o mesmo que justiça plena –, esse é o limite até onde podemos chegar a partir de um esforço que implica acolher pelo endereçamento ao outro:

Endereçar-se a outrem na língua do outro é, ao mesmo tempo a condição de toda justiça possível, ao que parece, mas isso parece não apenas rigorosamente impossível (já que só posso falar a língua do outro na medida em que dela me apropriar, ou que a assimilo segundo a lei de um terceiro implícito), mas até mesmo excluído da justiça como direito, na medida em que parece implicar um elemento de universalidade, o recurso ao terceiro que suspende a unilateralidade ou a singularidade dos idiomas (DERRIDA, 2010, p. 32).

Expressar-se na língua do outro seria uma experiência impossível, mas quando buscada é um desafio, uma provação, afirma Derrida. Desdobrando (ou divagando) a partir daí, penso que no campo da psicanálise algo semelhante acontece quando buscamos a singularidade, visto que também ela consiste em articulação dos elementos universais (cultura) e subjetivos (pulsão). Que uma escuta analítica (ou uma escuta

“afinada” para ir além do *setting* de consultório) seria, em última instância, uma busca por uma existência justa. Não a justiça enquanto algo calculável, de adequação à norma. E sim a justiça como esforço de aproximação, o mais possível, da língua falada pelo outro. Do outro efetivamente como outro, que impõe a suspensão de dogmas, essencialismos, identidades e binarismos para fazer operar uma desconstrução. Empreendimento difícil, angustiante. “Mas quem pretenderá ser justo poupando-se de angústia?” (DERRIDA, 2010, p.39).

Destacamos que para Derrida o possível é aquilo que já se sabe, enquanto o impossível é o outro, a alteridade, o que desconhecemos e que pode nos movimentar, pois em sua condição de impossibilidade (aparentemente negativa) é afirmação para caminhar na direção do imprevisível (DERRIDA, 1988). O *outro* é então condição necessária para se falar de justiça. Daí retomar Levinas e sua afirmação de que a relação com o outro é a justiça:

Talvez isso seja, com efeito, um dos nomes da coisa: acolher, da forma inventiva, acrescentando algo seu, (este) que vem à sua casa, este que vem a si, inevitavelmente, sem convite. [...] A hospitalidade pura consiste em deixar sua casa aberta para o que chega imprevisivelmente, que pode ser um intruso perigoso, eventualmente suscetível de fazer o mal. Essa hospitalidade pura ou incondicional não é um conceito político ou jurídico [...]. Não existe lugar para este tipo de hospitalidade no direito e na política (DERRIDA, 2004a, p.76-77).

Em outra ocasião, Derrida (2003a) afirma que “Um ato de hospitalidade só pode ser poético” (p. 4). Se a hospitalidade não pode ser tomada como conceito no âmbito político ou jurídico, talvez possa operar de maneira contingente como ato poético que possibilitaria aproximar as situações de decisão de uma decisão justa, visto que pela hospitalidade faz-se possível acolher o outro em sua condição de estrangeiro, acolher de forma inventiva, portanto, singular. Seria possível propor que as situações de decisão pudessem comportar alguma poesia?

Princípios a um só tempo próximos e distantes, a distinção entre justiça e direito não se daria por simples oposição, já que aquele que exerce o direito afirma fazê-lo em nome da justiça. Esta, por sua vez, existe por intermédio de um direito posto em ação. Para se pensar sobre situações de decisão justas mergulhamos em um tipo de impasse, de “beco

sem saída”, de aporia. As aporias consistem em proposições que impõem uma dificuldade de resolução lógica e é a partir delas que Derrida aproxima desconstrução e possibilidade de justiça. Assim, propõe três exemplos de aporias afeitos ao tema de seu colóquio e, no caso, ao tema desta pesquisa: a *epokhé* da regra; a assombração do indecidível; a urgência que barra o horizonte do saber.

Toda decisão justa ou injusta implica um julgamento, o qual se apoia em uma regra, mas que – por outro lado – é constituído em cada situação como se a regra não existisse anteriormente ao ato decisório. Assim, para podermos falar que houve uma decisão e dela desdobrar uma qualidade (justa/injusta), faz-se necessário que aquele que decide seja livre para assumi-la (responsável), mas sua liberdade não pode contestar a regra. Entretanto, se o ato de decidir ficar restrito à aplicação da regra (aplicação de um cálculo, materialização do programável), trata-se de um ato legal (na ótica do direito), mas não de uma decisão justa, visto que não houve decisão, mas apenas ato previamente normatizado. Assim, um dos passos para se aproximar da decisão justa está na aporia de *epokhé* da regra, ou seja, da suspensão temporária do juízo (regra), mas que, ao mesmo tempo, precisará se apoiar nele:

Em suma, para que uma decisão seja justa e responsável, é preciso que, em seu momento próprio, se houver um, ela seja ao mesmo tempo **regrada e sem regra**, conservadora da lei e suficientemente destruidora ou suspensiva da lei para dever reinventá-la em cada caso, re-justificá-la, reinventá-la pelo menos na reafirmação e na confirmação nova e livre de seu princípio. Cada caso é um caso, **cada decisão é diferente e requer uma interpretação absolutamente única**, que nenhuma regra existente ou codificada pode nem deve absolutamente garantir. [...] Desse paradoxo decorre que em nenhum momento podemos dizer *presentemente* que uma decisão é justa (isto é, livre e responsável), nem dizer de alguém que *ele* é um justo e, ainda menos, que “*eu sou justo*” (DERRIDA, 2010, p. 44-45, grifo nosso).

A decisão de justiça deve ter início muito antes de sua forma final, deve começar pela interpretação da regra, uma vez que a decisão de ir além do cálculo é tomar a chegada do outro como da ordem do incalculável (DERRIDA, 2004a). Abrir mão de calcular implica adentrar

a complexidade do indecidível, que consiste na “experiência daquilo que, estranho, heterogêneo à ordem do calculável e da regra *deve* entretanto – é de *dever* que é preciso falar – entregar-se à decisão impossível, levando em conta o direito e a regra” (DERRIDA, 2010, p. 46). Diante disso e na direção do que afirma na primeira aporia, Derrida aponta que a decisão que não se propõe a enfrentar o indecidível não é uma decisão livre, e para que seja justa não pode permanecer nem considerar ultrapassado, em termos absolutos, o indecidível. A prova da indecidibilidade não é superada de forma pura, pois na memória de uma decisão – e para que seja tomada como tal – o indecidível está alojado na condição de rastro. Assim se configura a segunda aporia; a assombração do indecidível:

É por isso que a prova da indecidibilidade, que como foi dito deve ser atravessada por qualquer decisão digna desse nome, nunca é passada ou ultrapassada, não é um momento superado ou relevado (*aufgehoben*). O indecidível permanece preso, alojado, ao menos como um fantasma essencial em qualquer decisão, em qualquer acontecimento de decisão (DERRIDA, 2010, p. 47-48).

Derrida considera que essa aporia é uma segunda forma da primeira e estabelece uma profunda relação entre elas e a própria desconstrução. A desconstrução de certezas para uma “justiça presente” parte da ideia de uma justiça que é infinita e irredutível

[...] porque devida ao outro – devida ao outro, antes de qualquer contrato, porque ela é *vinda*, a vinda do outro como singularidade sempre outra. [...] E a desconstrução é louca por essa justiça (DERRIDA, 2010, p. 49).

Mais do que almejar a justiça como uma ideia carregada de promessa de tipo messiânico, a desconstrução seria louca pelo desejo de justiça, ela é o movimento que se desdobra em horizontes múltiplos, semelhantes talvez, mas que em nome da singularidade não os toma como idênticos.

Horizonte; o que “é ao mesmo tempo a abertura e o limite da abertura, que define ou um progresso infinito, ou uma espera” (DERRIDA, 2010, p. 51). Chegamos assim à terceira aporia: a urgência que barra o horizonte do saber. Esperamos que a justiça não espere; aquele

que aguarda uma decisão tem urgência em conhecê-la e aquele que decide deve assim encaminhar sua decisão: em um instante. A urgência atrelada à finitude necessária faz desse instante uma loucura. Da loucura de desejar justiça deslizamos à loucura para a justiça.

Uma loucura, pois tal decisão é, ao mesmo tempo, superativa e sofrida, conservando algo de passivo ou de inconsciente, como se aquele que decide só tivesse a liberdade de se deixar afetar por sua própria decisão e como se ela lhe viesse do outro. As consequências de tal heteronomia parecem temíveis, mas seria injusto eludir sua necessidade. [...] decisão de urgência e precipitação, agindo na noite do não-saber e da não-regra (DERRIDA, 2010, p. 52).

Esse instante, entretanto, não se localiza de maneira isolada e cristalizada no tempo e em seu “lugar histórico”. O não saber e a não regra, diferente de ausência, apontam para a “re-instituição da regra que, por definição, não é precedida de nenhum saber e de nenhuma garantia como tal” (DERRIDA, 2010, p. 52). Trata-se de um performativo que, mesmo apoiado em convenções anteriores, não perde sua condição disruptiva, visto que não atende às condições de racionalidade teórica tal como em um constativo, também ele apoiado em performativos outros.

A justiça seria, então, o horizonte fechado-aberto. Sua abertura não é sinônimo de promessa de futuro, mas sim de porvir, como se a justiça fosse sempre urgência, limite e – ao mesmo tempo – abertura ao que está por vir, onde se inclui a própria justiça, o desejo de justiça. No pensamento derridiano, porque articulado à ideia da *différance*, o horizonte é sempre um mais além do horizonte (CONTINENTINO, 2006).

A condição de transbordamento da justiça em relação ao direito e ao cálculo não deve nos demover ou “servir de álibi” para uma ausência nas lutas em que a justiça estiver em foco, pois tal abandono abre espaço a apropriações indevidas, não raro de natureza perversa (DERRIDA, 2001a, 2010). Assim, é preciso insistir nos cálculos e nas negociações a ela relativas, recorrendo tanto aos campos de saber denominados próximos ou distantes e isso porque “A ordem desse *é preciso* não pertence *propriamente* nem a justiça nem ao direito. Ele só pertence a um dos dois espaços transbordando sobre o outro” (DERRIDA, 2010, p. 56).

Derrida (2010) afirma que “É injusto julgar alguém que não compreende seus direitos nem a língua em que a lei está inscrita” (p. 33).



Metaforicamente, podemos perguntar em que medida pais, mães, responsáveis ou mesmo alguns dos operadores da rede de atenção à infância e adolescência dispõem de tal compreensão para serem julgados ou para julgar. Ainda, a questão nos leva a problematizar as tentativas de traduzir o outro, de saber o que o outro quer dizer, de saber acerca do desejo do outro, de agir, enfim, na direção de um suposto saber sobre o que é o bem para o outro. Como traduzir o outro?

Tomando a *différance* como abertura a um pensar em que o pensamento não tem uma origem, a ideia de texto não se resume à de livro, visto que este encerra limites que não comportam a *différance* e o que nela nos remete à *alteridade*. Assim, o texto:

Não suspende a referência à história, ao mundo, à realidade, ao ser, principalmente não suspende a referência ao outro, porque dizer da história, do mundo, da realidade que surgem sempre numa experiência, logo num movimento de interpretação que os contextua segundo um feixe de diferenças, e pois de remessa ao outro, é exatamente recordar que a alteridade (a diferença) é irredutível (DERRIDA, 1991a, p. 187).

Para além daquilo que está escrito e restrito (num livro, num discurso, por exemplo), o texto consiste em “todas as estruturas ditas ‘reais’, ‘econômicas’, ‘históricas’, socioinstitucionais, em suma, todos os referenciais possíveis” (DERRIDA, 1991, p. 203). Logo, o outro é um texto e como tal, sua tradução é da ordem do impossível (DERRIDA, 2002a; 2002b).

Defendemos que *Força de Lei* emerge como ferramenta potente para desconstruir o direito, a justeza, a adequação, a aparente “boa decisão” de operadores da rede de atenção à infância. Mas também como enfrentamento às possíveis escolhas-armadilhas em que um pesquisador pode se enredar frente às muitas situações de decisão que integram a realização de uma pesquisa. Armadilhas recorrentes, das quais nenhum de nós pode se isentar, evidenciando assim a importância de intermináveis desconstruções. Afinal, nenhuma decisão será presentemente justa, mas é *preciso* tê-la por vir.

Conforme apontamos anteriormente, entendemos que o momento de decisão envolve a consciência e o inconsciente; o singular e o universal; o *pathos* e o *logos*. Em outras palavras, a decisão não configura o pleno exercício da razão e da autonomia do sujeito; antes, ela envolve o

entrelace da razão e da autonomia com o *pathos* e o limite da autonomia, pois demanda a relação construída com o outro, envolvendo a forma de afetar-se do sujeito com e pelo outro. Entendemos que ao afirmar que o momento de decisão é uma loucura, Derrida (2010) refere-se à injunção da complexidade desse momento com a imposição de um corte necessário, o qual, por sua vez, segue “assombrado” pelo indecível. Assim, entendemos que o filósofo se refere à importância de se considerar tudo aquilo que está para além da razão e não ao que o senso comum equaciona à loucura, ou seja, a desrazão.

Entendemos que ao entrelaçar as ideias até aqui apresentadas – a partir de Chauí, Espinosa, Freud e Derrida –, configura-se um quadro de contribuições expressivas rumo à problematização proposta nesta pesquisa, cujas estratégias de produção serão expostas a seguir.

## 6 ESTRATÉGIAS PARA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

O universo geral desta pesquisa consiste no Sistema de Garantia de Direitos (SGD) da Grande Florianópolis, e nele, o recorte para os operadores mais diretamente envolvidos nos processos de decisão para retirada de crianças e adolescentes da família e de instituições de acolhimento. O estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Santa Catarina sob o parecer nº. 161.470 e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº. 07809712.9.0000.0121<sup>33</sup>.

Para uma primeira aproximação, foi realizada entrevista exploratória com assistente social que desenvolve atividades próximas a este universo de trabalho. Nessa oportunidade foi elaborada uma visualização provisória do SGD local, com destaque aos possíveis operadores a serem contatados, considerando a modalidade *entrevista* como instrumento para coleta de dados. Posteriormente, a essa entrevista foi acrescida a realização de *observações de campo* em espaços coletivos relacionados às categorias profissionais que se pretendia entrevistar. Tais observações tinham como objetivo conhecer *in loco* as especificidades do trabalho cotidiano destes profissionais em suas relações com o tema da presente pesquisa.

Desde os primórdios da ciência, a observação está presente como um dos possíveis instrumentos para coleta de dados. Se em momentos da história foi rejeitada porque compreendida como técnica que impossibilita a objetividade da pesquisa, em outros há o esforço para aprimorá-la de forma a eliminar – o máximo possível – as interferências subjetivas. Num e noutro caso, a observação científica se difere da observação comum do cotidiano principalmente pelo fato de que aquele que observa cientificamente deve saber *a priori* o que quer observar, como deve registrar e tratar os dados provenientes de tal observação (CANO; SAMPAIO, 2007).

O uso da observação na pesquisa em psicanálise problematiza os pressupostos da objetividade e do saber *a priori* acima mencionados. Ancorada nas concepções de um Eu cindido e na transferência como elemento constituinte das relações humanas, a psicanálise defende que o inconsciente se faz presente também no campo de pesquisa, sendo assim impossível não só seu afastamento como também o acesso direto a ele

---

<sup>33</sup> Validação digital em <[www.saude.gov.br/plataformabrasil](http://www.saude.gov.br/plataformabrasil)>; links: Público/Buscas/Validade do Parecer.

enquanto dinâmica psíquica. Desta forma, a observação é, antes de tudo, um *campo observacional* em que observador e objeto estão sendo afetados de formas diversas a partir do lugar que ocupam na cena da pesquisa. Tal afetação extrapola os contornos da razão metódica, visto que “observar, pensar e imaginar coincidem totalmente e formam parte de um só e único processo dialético. Quem não utiliza a sua fantasia poderá ser um bom verificador de dados, porém nunca um investigador” (BLEGER, 2003, p. 19).

Cabe destacar que a observação em psicanálise não se dá sem propósito. Como exposto acima, o interesse se voltava para uma aproximação do cotidiano de trabalho dos profissionais implicados nos processos de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento. Tal interesse como pano de fundo, o aporte teórico de referência e a presença do observador ao lado desses profissionais em seus ambientes de trabalho, isso delimita o campo observacional. Dadas as especificidades da pesquisa em psicanálise, aquilo que será observado é *a priori* desconhecido:

O campo observacional é construído na interação entre o pesquisador e seu interlocutor, num processo de realimentação mútua (transferência). Está em jogo a posição em relação ao interlocutor, os laços discursivos que se estabelecem de modo que as dimensões diante dos ideais e a imagem de si compareçam ao lado da implicação nas ações, nos excessos não reconhecidos. Logo, não há um dado a ser observado, buscado ou revelado – o dado se constrói na relação, relação transferencial (ROSA; DOMINGUES, 2010, p. 185).

Desta forma, os registros são efetuados sob a égide de uma *atenção flutuante*<sup>34</sup> que consiste na

[...] técnica de observação própria do campo psicanalítico [...] que busca evitar que a atenção do psicanalista esteja fixada em conteúdos e expectativas preestabelecidos – terreno fácil para a

---

<sup>34</sup> Atenção flutuante ou atenção uniformemente flutuante consiste no modo como, segundo Freud (1912b/1981), o analista deve escutar seu paciente, pela suspensão de preconceitos pessoais ou qualquer outra concepção *a priori*.

descoberta tão somente do que já se sabe (KAHL, 2007, p. 3).

Por sua vez, os registros provenientes das observações só ganharão sentido numa condição de *après coup*, no entrelaçar da cena observada e da teoria que a ela possa vir a ser relacionada.

A realização de observações foi então estabelecida como ponto de partida da etapa de campo através do contato com profissionais das respectivas áreas – já conhecidos pelo pesquisador ou indicados por terceiros de setores afins às suas relações profissionais e/ou acadêmicas – para verificar a existência de tais espaços e, quando possível, contatar responsáveis para apresentar a proposta de pesquisa e avaliar interesse de participação. Assim, foi elaborado um resumo do projeto de pesquisa para que pudessem ter clareza sobre os propósitos do trabalho. Após autorização do responsável, as observações seriam realizadas nas condições, dias e locais determinados por cada coletivo; conteúdos observados, bem como impressões do pesquisador, foram registrados em um *diário de campo* para posterior análise.

O primeiro contato realizado foi em um fórum de serviços de acolhimento, inicialmente por telefone e depois mediante presença, em uma de suas reuniões na qual a proposta de pesquisa foi apresentada pela pesquisadora. Entretanto, como não obtivemos retorno desse coletivo, e inexistindo outro de característica similar, cogitamos o contato com um serviço de acolhimento em especial, mas optamos por aguardar o andamento do campo em outros espaços coletivos para avaliar essa opção. A decisão por “deixar em aberto” aponta para um dos pressupostos teóricos desta pesquisa, a saber, a crença de que o método é tão somente aquilo que dá suporte à pesquisa para que ela se realize, acolhendo possibilidades e obstáculos que surgem no acontecer do campo, estando assim aberta a um devir que pode alterar o que inicialmente foi proposto. Tal pressuposto exige que o pesquisador possa tolerar o incerto, bem como a angústia dele decorrente.

O segundo contato foi realizado com um Conselho Tutelar. A convite, a proposta de pesquisa foi apresentada em reunião de conselheiros sobre discussões de caso de seu cotidiano. Após aceite desse coletivo para participar da pesquisa, passei a frequentar tais reuniões, totalizando sete observações de campo. Cabe aqui o paralelo de que se o Conselho Tutelar quase sempre é a “porta de entrada” no Sistema de Garantia de Direitos em se tratando de violações de direitos contra crianças e adolescentes, também o foi para a pesquisadora. Iniciar o campo por essa porta possibilitou visualizar tanto os serviços implicados

como a complexidade inerente às decisões para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento. Através das reuniões de Conselheiros Tutelares descobri que sabia quase nada sobre aquilo que imaginava saber um pouco, reforçando assim a necessária inquietação para realização de uma pesquisa.

Em paralelo, considerando que no Sistema de Garantia de Direitos o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), através do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), realiza atendimentos quando da existência de direitos violados, optamos pelo contato com um serviço desse tipo. Entendemos que a realização de observações nesse espaço poderia contribuir para esta etapa do campo, seja para avaliar fluxos e encaminhamentos do Sistema, seja para se aproximar das discussões de profissionais que afetam e são afetados nos processos de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias e serviços de acolhimento. Após aprovação pela coordenação, foram realizadas sete observações de encontros para discussão dos casos por eles atendidos.

O acompanhamento das reuniões na unidade PAEFI, com destaque às discussões afeitas aos serviços de acolhimento, levou à decisão de realizar observações em instituição desse tipo, retomando o que anteriormente fora cogitado. Assim, efetuou-se o contato com uma Casa-Lar, que ao se interessar pela pesquisa abriu espaço para presença da observadora nas reuniões quinzenais de equipe em que eram discutidos aspectos do cotidiano da Casa, parâmetros para construção do Plano Individualizado de Atendimento – PIA, temáticas várias sobre o funcionamento do SGD considerando os serviços ofertados no município, elaboração de pareceres sobre permanência ou saída de criança-adolescente da instituição. Nesse coletivo, composto por equipe técnica e coordenação da Casa, foram realizadas seis observações.

De forma geral a etapa de *observações* apontou novas perspectivas de reflexão, bem como a possibilidade de estabelecer contato com profissionais e instituições em relação aos quais até o momento não havia sido possível. Nesta direção, foi construído o acesso a uma promotoria da infância e juventude que, mediante autorização, possibilitou à pesquisadora observar duas modalidades de audiência cujo teor se avizinhava ao tema sobre decisões para retirada de crianças e adolescentes de sua família ou serviços de acolhimento. Em uma delas, denominada *audiência concentrada*<sup>35</sup>, estavam presentes apenas profissionais da rede

---

<sup>35</sup> Nessas audiências se dá o encontro de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos com vistas a um maior esclarecimento sobre os casos na atenção à

do SGD, enquanto na outra incluía-se a presença de familiares para definição de guarda de duas crianças.

Como mencionado, as observações de campo contribuíram para melhor compreensão dos lugares e funções dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos, auxiliando assim no ajuste de quais e quantas pessoas poderiam ser entrevistadas. Nesta direção, considerando o referencial teórico deste estudo, que valoriza a escuta singular, bem como a disponibilidade dos profissionais a quem fizemos o convite para participação na pesquisa, chegamos ao número de nove entrevistas assim distribuídas e justificadas:

- No Eixo da Promoção:
  - Com dois Assistentes Sociais de instituições de acolhimento, uma vez que são os responsáveis pela elaboração de relatórios semestrais enviados ao Poder Judiciário, relativos a crianças-adolescentes que residem na instituição. Além desses relatórios, a equipe técnica das instituições de acolhimento costuma ser convocada para audiências para apresentar posições sobre o cotidiano da criança-adolescente, bem como contato e tipo de vínculo com familiares ou responsáveis. Visto que esses serviços possuem particularidades relativas às características de gestão, julgamos oportuno escutar profissionais de instituições diferentes.
  - Com um Psicólogo do PAEFI, pela especificidade do Serviço no contexto das decisões em foco, dentre as quais se destaca o trabalho sobre vínculos familiares.
- No Eixo da Defesa:
  - Com dois Conselheiros Tutelares, pois é o órgão que acolhe e encaminha denúncias sobre a violação de direitos de crianças-adolescentes. Quando necessário, sua primeira intervenção é a retirada

---

infância e adolescência, bem como à agilidade e integração desse Sistema. Foram oficialmente implementadas em 2013 por provimento do Conselho Nacional de Justiça. Mais informações em: [http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/cnj/provimento\\_cnj\\_n32\\_2013.pdf](http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/cnj/provimento_cnj_n32_2013.pdf).

“emergencial” da criança-adolescente da família rumo a um serviço de acolhimento para posterior apreciação pelo Juizado da Infância e Juventude. Ainda, o Conselho Tutelar é comumente acionado pelo Juizado e pela Promotoria para complementação de informações que possam subsidiar processos de decisão. Dada a diversidade de formação acadêmica observada no universo dos Conselhos Tutelares, optamos pela realização de duas entrevistas.

- Com um Psicólogo do Poder Judiciário (Fórum), por sua elaboração de documentos técnicos que subsidiam Promotoria e Juizado da Infância e Juventude nas decisões finais.
- Com um Assistente Social do Poder Judiciário (Fórum), por sua elaboração de documentos técnicos que subsidiam Promotoria e Juizado da Infância e Juventude nas decisões finais.
- Com um Promotor de Justiça da Infância e Juventude, pela função de quem acolhe e encaminha a solicitação de providências quando da violação de direitos, sejam elas relativas a serviços, sejam para posicionamento frente ao juizado, o que inclui a posição sobre a retirada da família ou serviços de acolhimento.
- Com um Juiz da Vara da Infância e Juventude, pela condição de onde provém a decisão final.

Destacamos que a pesquisa foi realizada em municípios da Grande Florianópolis a partir de definições aleatórias, oportunidades que se configuraram quando do início do trabalho de campo, bem como disponibilidade dos profissionais para serem entrevistados. A título de exemplo, poderia ser realizada entrevista com profissional de psicologia de serviço do município “A”, com juizado da infância e juventude de Comarca do município “B” e com profissional do conselho tutelar do município “C”. Ou com os três do mesmo município. No intuito de contribuir para não identificação das pessoas e serviços em que trabalham, localidade e gênero serão informações mantidas em sigilo. As pessoas



entrevistadas serão denominadas como “Entrevistad@1”<sup>36</sup>, “Entrevistad@ 2” ou “Conselheir@ Tutelar”, “Psicólog@ Fórum”, e assim sucessivamente. Em relatos que possam expor a intimidade das pessoas implicadas, usaremos indicações indefinidas, como “Entrevistad@” ou, quando conveniente, a instituição em que se insere, como, por exemplo, “Promotoria da Infância e Juventude”. Quanto aos espaços coletivos em que se deram as observações, serão mencionados apenas a partir de sua natureza, ou seja, “Conselho Tutelar”, “Promotoria da Infância e Juventude”, “Juizado da Infância e Juventude”, “Casa-Lar”, “PAEFI”, sem nomeação ou localização geográfica.

As entrevistas foram realizadas em local e dia de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, gravadas e transcritas com sua anuência. A cada um dos participantes foi apresentado e assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C). O material proveniente de observações e entrevistas foi submetido à análise considerando-se os aportes da psicanálise freudiana e das filosofias de Espinosa e Derrida. Dentre outros, os conceitos de sexualidade, pulsão, inconsciente, repressão, desejo, resistência, transferência e atenção flutuante, bem como os conceitos de desejo, afecção, justiça, hospitalidade, tradução, alteridade e indecível, foram utilizados na construção da pesquisa e no decorrer do processo de análise. Ainda que o pressuposto psicanalítico da transferência como ferramenta para investigação e análise não se limite às situações de observação e entrevistas, o destaque a esse recurso sustenta-se na possibilidade de entrar em contato com o singular de cada entrevistado e – por sua vez – com a singularidade de cada situação de decisão para além daquilo que é registrado “nos autos”. Além dos textos provenientes da pesquisa bibliográfica, e de observações e de entrevistas que configuram o campo propriamente dito, o caso clínico de José, anteriormente mencionado, esteve presente neste percurso possivelmente como porta-voz – ainda que através de minha voz – das crianças-adolescentes que não foram diretamente ouvidos neste estudo.

A análise foi realizada em diversos movimentos e momentos, sendo que os primeiros se sobrepuseram ao andamento do trabalho de campo, ou seja, registros e reflexões sobre uma observação por vezes ocorriam em paralelo à realização e transcrição de uma entrevista ou leitura de outra já transcrita. A opção por esse caminho possibilitou um

---

<sup>36</sup> Como postura ética para não expor as pessoas que participaram da pesquisa, o símbolo “@” será aqui utilizado em substituição às letras “a” ou “o”, gramaticalmente utilizadas para indicação de gênero.

campo sempre vivo, cuja escuta podia ter deslizamentos de sentido, abertura de possibilidades, talvez improváveis caso os conteúdos só fossem acessados após finalização completa do trabalho de campo. A seguir fazemos descrição das formas de análises com finalidade apenas didática, visto que o acontecer destas é de natureza processual, em que a temporalidade linear é inexorável, porém não determinante como se concebe a partir de perspectivas desenvolvimentistas.

Denominamos como *pré-análise* o momento primeiro em que foram tomadas como parâmetros especialmente as afecções do entrevistador e, quando possível, estabelecidas ligações com pressupostos teóricos da pesquisa. A *pré-análise* incluiu: aspectos registrados imediatamente após as observações de campo e articulações quando da sistematização dessas observações; transcrição das entrevistas (e de registros do entrevistador sobre contato inicial para solicitar a entrevista e/ou impressões gerais após sua realização), quando já se indicavam os silêncios, risos, expressões de desconforto, formas de se afetar pelo conteúdo da entrevista, dentre outros.

O segundo momento – *análise inicial* – começou a ser realizado quando o trabalho de campo e a transcrição das entrevistas estavam próximos de seu encerramento. Assim, consistiu na leitura de cada entrevista transcrita, apontando aspectos teóricos a serem aprofundados, bem como possíveis diálogos a serem estabelecidos entre uma entrevista e uma observação ou entre duas ou mais entrevistas. Observou-se neste momento que os trabalhos de campo e análise sinalizavam a plasticidade de um caleidoscópio<sup>37</sup>.

Inicialmente utilizado como instrumento científico, no passar dos anos o caleidoscópio se transformou principalmente em objeto lúdico, sendo também usado nos tempos atuais para construir fotograficamente padrões de desenho. De acordo com Ferreira (1985), o calidoscópio é definido como:

1. Pequeno instrumento cilíndrico, em cujo fundo há fragmentos móveis de vidro colorido, os quais ao refletirem-se sob um jogo de espelhos angulares dispostos longitudinalmente, produzem um número infinito de combinações de imagens de cores variegadas; 2. Sucessão rápida e cambiante (de impressões, de sensações) (p. 257).

---

<sup>37</sup> A palavra *caleidoscópio* é uma variação da palavra de referência calidoscópio.

Retomando aqui a escolha pela construção de um campo com integrantes variados do Sistema de Garantia de Direitos, a metáfora de um caleidoscópio parece dar a ela sentido ainda maior. Cada um desses integrantes, a depender dos espelhos de seu cotidiano de trabalho (funções, pressupostos teóricos, normas, dentre outros), produzirá imagens finais diversas sobre as decisões das quais se ocupa esta pesquisa. Ainda, a ideia de sucessão de impressões cambiantes faz pensar na dimensão singular, na afecção inerente às situações de decisão para retirada de crianças-adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento. Da mesma forma, o pesquisador é atravessado por tal plasticidade a cada momento, com o acréscimo de que na conclusão de seu trabalho de campo e de análise, mergulhado no jogo de espelhos teóricos com os quais dialoga, pode ver desenhos diferentes a depender da perspectiva de manuseio do calidoscópio. E na direção de oferecer um produto sistematizado, cabe ao pesquisador definir alguns desenhos, fixar seu olhar para impor algum limite – ainda que provisório – às múltiplas possibilidades de formar imagens.

É na direção de operar cortes no horizonte de possibilidades infinitas (DERRIDA, 2010) que emerge o último momento – *análise final* –, que ao repassar o que foi produzido até então visa aos movimentos de rever, retirar, acrescentar, aprofundar, costurar, para estabelecer os recortes que serão privilegiados na escrita do trabalho. Poderiam ser outros, bastaria mover o calidoscópio novamente. Assim, o que se apresenta ao leitor é tanto um conjunto fixo de imagens fotografadas pelo pesquisador quanto outro conjunto – de fragmentos móveis de vidro colorido – que poderá produzir tantas imagens quantos forem os jogos de espelho e as impressões que com eles se combinarem.

Antes do início do campo, em conversa com profissional que trabalha na atenção à infância e adolescência, fui questionada se a forma delineada para a pesquisa – a escuta de vários operadores do SGD – não seria demasiadamente complexa; talvez fosse mais conveniente escolher apenas uma dimensão do SGD ou mesmo optar pela realização de uma pesquisa sobre documentos. Sugestões bem-vindas, pois numa ou noutra modalidade seria possível apontar contribuições para o campo de estudo. A pergunta me afetou e por alguns dias fiquei sem saber respondê-la a mim mesma. Posteriormente, considerando as afecções iniciais que ressoavam como inquietações ao redor do tema, pareceu-me que era exatamente o desconforto de ter que lidar com a complexidade de olhares o elemento do qual não podia me desfazer. De alguma forma, essa poderia ser – ao menos em parte – a dificuldade que experimentam as pessoas implicadas nos processos de decisão aqui trabalhados. Acolher esta

diferença, incerteza, desconforto ou angústia seria uma tentativa – um dever talvez – desta pesquisadora para ao menos se aproximar à língua falada pelo outro, como propõe Derrida.

A concepção de sujeito aqui adotada implica sua clivagem em aspectos conscientes e inconscientes, tal como preconizada na teoria freudiana. Engendrada na tradição cultural dos últimos anos do século XVIII e inícios do XX, a psicanálise carrega tanto os vícios desse momento histórico – tal como a insistência em um cientificismo avizinjado ao olhar positivo da medicina – quanto os esforços para romper com eles, em especial com os que fazem referência às concepções de tempo, realidade e verdade. Para Bezerra (1989), esses campos de ruptura em que a psicanálise afirmou sua originalidade são os mesmos em que é distorcida, banalizada e acusada de uma apropriação reducionista da sexualidade e do psiquismo. Em concordância com este autor, no estudo em questão damos destaque à perspectiva disruptiva da psicanálise sem, entretanto, deixar de apontar seus limites, visto que acreditamos que nenhum autor ou teoria pode ter a função de recobrir um momento histórico, uma área do saber ou dimensão do humano.

Com relação à noção de tempo, a cronologia que considera uma organização linear entre passado-presente-futuro é apenas uma das dimensões adotadas pela psicanálise, visto que o humano está inserido em um contexto histórico-cultural em que tais marcadores são inexoráveis. Entretanto, não menos importante é a atemporalidade que caracteriza a dimensão do inconsciente, fazendo com que a suposta sucessão cronológica ganhe arranjos e sentidos outros, desestabilizando, desta forma, as concepções que apostam na existência de uma verdade estável e livre de contradições; verdades podem ser revistas, ressignificadas. Por fim, na esteira daquilo que foi desestabilizado pelo tempo e pela verdade, chegamos ao questionamento acerca da realidade, introduzindo a concepção de uma realidade psíquica; nesta, a fantasia (aquilo que não ocorreu “de fato”) ganha estatuto de realidade (como se tivesse ocorrido “de fato”), visto que se articula a uma história subjetiva, levando a sentidos sempre singulares em que estão articulados os denominados “dentro” e “fora”:

A introdução da noção de realidade psíquica, juntamente com a descoberta da sexualidade infantil e da importância primordial da atividade fantasmática, permitiu a Freud criar um campo próprio, que não se confunde com outras teorias do psiquismo. Freud demonstrou que o sujeito não

conhece a realidade tal como ela possa existir anteriormente a ele. O sujeito só pode conhecer a realidade tal como ela lhe aparece, através da elaboração, da interpretação que é capaz de fazer dela. [...] A originalidade de Freud reside no fato de que o sujeito, na psicanálise, pela incidência do inconsciente, é um sujeito dividido, cindido. Esta divisão supõe como consequência a existência de dois tipos de saber que remetem a instâncias distintas do sujeito: um é o saber consciente, discursivo, que se volta para o conhecimento da realidade através dos instrumentos da razão. A este se opõe o saber inconsciente. Este está referido à realidade psíquica, à dimensão do sujeito clivado, dimensão que se expressa na dimensão do desejo inconsciente (BEZERRA, 1989, p.236).

É nesta perspectiva de sujeitos clivados que se inserem neste estudo tanto entrevistadora como entrevistados (as), observadora e observados (as), o que torna relevante, dentre outros, as referências teóricas ancoradas em Espinosa, Freud e Derrida utilizadas na elaboração e análise de todo material de pesquisa para percorrer o tema das decisões que implicam infância, adolescência, família e instituição de abrigo.

Ao considerar a dimensão do psiquismo clivado em consciente e inconsciente, este estudo trabalha na ótica da pesquisa em psicanálise extramuros, que recorre à teoria psicanalítica – a partir de conceitos centrais como sexualidade, pulsão, inconsciente, repressão, desejo, resistência, transferência, atenção flutuante e interpretação – para fundamentar e delinear procedimentos de coleta e análise de dados (MEZAN, 2002). Tal modalidade de pesquisa toma como referência o uso da psicanálise por seu próprio idealizador, visto que na obra freudiana não são poucas as construções de conhecimento para além das paredes de um *setting* clínico de consultório, apontando um esforço contínuo de afirmação de uma psicanálise viva em seu diálogo com a cultura (FREUD, 1910, 1913, 1921, 1930/1981). Pretendemos assim reafirmar – ao lado de Freud – que o outro, como “modelo, objeto, auxiliar ou adversário” (FREUD, 1921/1981, p. 2563), está inexoravelmente integrado na vida psíquica, o que permite dizer que os fenômenos psíquicos e sociais estão sempre articulados, que toda psicologia individual é também social:

Ao investigar os processos psíquicos e as funções mentais, a psicanálise propõe um método particular cuja aplicação, de modo algum, está restrita ao campo das funções psíquicas patológicas, pois é também apropriado à resolução de problemas artísticos, filosóficos ou religiosos, possibilitando nesta direção uma multiplicidade de novos enfoques e revelações de importância para a história da literatura, para a mitologia, história das culturas e filosofia das religiões [...] (FREUD, 1919a/1981, p. 2455).

Essa tem sido uma afirmação de expressivos pesquisadores em psicanálise no Brasil, que evidenciam uma via alternativa ao que se denominaria pejorativamente como psicanálise aplicada. Dentre eles, mencionamos o que aponta Figueiredo (2002) sobre as pesquisas do Núcleo dos Processos de Singularização da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo:

Os estudos e pesquisas por nós realizados dedicam-se, prioritariamente, aos processos de subjetivação/de-subjetivação singularizantes em contextos sócio-culturais específicos – particularmente os da Idade Moderna e os da modernidade tardia no Ocidente e no Brasil – e aos processos de singularização implicados e acionados na clínica psicanalítica. A grande questão, porém, é a de pensarmos os cruzamentos destas duas linhas de pesquisa, o que nos conduz tanto a uma ‘clínica do social’ como a interpretações sócio-culturais da clínica psicanalítica (FIGUEIREDO, 2002, s/p).

Dentre os conceitos de psicanálise já referidos, destacamos inicialmente o de transferência. É em *A Interpretação dos Sonhos* que Freud (1900/1981) utiliza o termo transferência pela primeira vez. No trabalho de elaboração onírica estariam entrelaçados restos diurnos e desejos. De maneira similar, o analisando atribui ao analista características e expectativas afeitas ao seu próprio desejo. Assim, através da transferência o analisando situa o analista conforme o colorido de sua fantasmática e, ao fazê-lo por intermédio de processos inconscientes, toma as características projetadas *no* analista como características próprias *do* analista. De acordo com Hanns (1996), em alemão o termo

transferência tem maior plasticidade que sua tradução para o português e genericamente consiste na “ideia de aplicar (transpor) de um contexto para outro uma estrutura, um modo de ser ou de se relacionar” (p. 412). Essa transposição é uma repetição de protótipos infantis que habitam a realidade psíquica, o que faz da transferência uma ferramenta valiosa para acesso ao desejo, a um passado que é vivido como presente. O estudo da transferência está presente no decorrer de toda obra freudiana (1900, 1905b, 1912a, 1923), acompanhando as mudanças operadas na contínua construção da teoria, da técnica e do método psicanalítico.

Também o analista é atravessado pelo inconsciente e, portanto, por seu desejo, configurando assim a contratransferência como reação ao lugar em que é colocado pelo analisando. Foge aos objetivos deste estudo detalhar a polêmica em torno desses conceitos – transferência e contratransferência – que emergem com Freud e são de maneiras diversas trabalhadas pelos pós-freudianos. Importa aqui apontá-los como evidência do inconsciente nas relações humanas: “Já em 1909, Sandor Ferenczi observou que a transferência existia em todas as relações humanas: professor e aluno, médico e paciente, etc” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p.767).

De forma geral, a transferência é endereçada a um outro a partir da ocupação de um lugar específico na cena psíquica daquele que a produz. Tanto a análise como o manejo do fenômeno transferencial assumem especificidades a depender do contexto em que ele se insere. Sua transposição à pesquisa acadêmica considera sua condição de fenômeno presente nas relações interpessoais e de ferramenta de análise para leitura de textos em geral (documentos, entrevistas etc.), afirmando uma condição única para todo encontro entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa; encontros estes em que a escuta se dá a partir de uma atenção flutuante. Ainda, conforme destaca Rosa (2004), é na e pela transferência que o próprio objeto de pesquisa vai sendo produzido:

[...] A transferência apresenta-se como instrumento e método não restritos apenas à situação de análise. Se partirmos do princípio de que em outras situações (não estritamente analíticas) o método não se aplica, seus fenômenos não resultam da associação livre, temos que admitir que o inconsciente está restrito às manifestações do tratamento psicanalítico, à prática clínica. Ora, tal constatação significa, acima de qualquer consideração, desprezar o fato de que o inconsciente está presente como determinante nas

mais variadas manifestações humanas, culturais e sociais. O sujeito do inconsciente está presente em todo enunciado, recortando qualquer discurso pela enunciação que o transcende. A escuta busca, na linguagem, a articulação da libido e do simbólico. Freud já diz isso desde o início de sua obra, quando, para distanciar-se do estritamente patológico, vai do estudo do sintoma e do sonho, e escreve uma *Psicopatologia da vida cotidiana*, mostrando o inconsciente presente nos acontecimentos da vida diária, nos esquecimentos e chistes, presente, portanto, no diálogo comum. [...] Isto significa que se pode trabalhar a partir da escuta psicanalítica de depoimentos e entrevistas, colhidos em função do tema do pesquisador que, por sua vez, reconstrói sua questão nessa relação (ROSA, 2004, p. 341-342).

Assim, a pesquisa em psicanálise toma como premissa o afastamento de uma condição *a priori*, relevando as especificidades daquilo que se fala-escuta, como e a quem se fala-escuta. A padronização a partir de categorias prévias oriundas de hipóteses – comum nas pesquisas afeitas a uma ciência denominada positiva – são substituídas pela configuração de um campo mergulhado em possibilidades singulares e na perspectiva de identidades indecidíveis. Em tal campo se insere uma hermenêutica não metafísica para produção do conhecimento, que não visa buscar sentidos ocultos em dados já prontos e apenas à espera para serem revelados. É assim relevante a afirmação de Silva Junior (2007) de que no trabalho de escuta é imprescindível que a construção de sentido implique uma dupla exposição: a primeira, do sentido propriamente dito; a segunda, daquele que se propõe a escutar em uma condição que pressupõe abrir mão de referenciais identitários:

Aquele que recebe o sentido não o recebe senão sob a condição de uma dupla exposição. Primeiramente, uma exposição à incerteza do sentido, que, como se sabe, é a condição mesma de qualquer projeto hermenêutico. Seja como arte divinatória, seja como ciência de decifração, a hermenêutica pressupõe sempre a incerteza e o desconhecimento do sentido de um fragmento da linguagem, o qual será objeto de uma tentativa de deciframento. [...] Para que se garanta tal



possibilidade de recepção de sentido, deve-se recorrer a uma outra exposição, uma exposição anterior, a exposição do intérprete à incerteza de si próprio. Esta segunda modalidade de exposição já não pode ser concebida nos mesmos moldes da primeira, já que o intérprete deve aqui se haver com a insuficiência constitutiva de qualquer possibilidade de sentido, assim como do conjunto de possibilidades que venha a gerar a seu próprio respeito. Logo, diferentemente da incerteza quanto ao sentido de um fragmento de linguagem, a incerteza de si expõe o intérprete à sua vulnerabilidade existencial no sentido que o que se abre como questão é sua existência. Sob essa condição, receber um sentido qualquer, ousar escutar, significa se expor a um risco, um risco existencial, isto é, um risco de alteração, e, portanto, da perda de si (SILVA JUNIOR, 2007, p. 9).

Ao assumir posições nesta direção o que se busca é um afastamento das substantivações (de sujeito, realidade, verdade, temporalidade, identidade, dentre outros) engendradas na “metafísica da presença”, que coloca no centro de suas proposições “a crença no ‘agora’ plenamente significativo e anterior ao tempo como passagem, trânsito e diferenciação” (FIGUEIREDO, 2002, s/p). No caso específico deste estudo, considerando o já exposto sobre a construção do objeto de pesquisa, bem como da análise de dados, no lugar do *a priori* o que se propõe é o que em psicanálise se denomina como *après-coup*, posterioridade:

O “inconsciente” não é como um texto escondido de nós mas “presente” alhures; o inconsciente psicanalítico não se presta ao jogo da presença e da ausência; diz-se “o inconsciente” designando o que jamais se dá em presença, ou seja, marcas, rastros e pegadas do que por ali passou deixando suas “passadas” e que exigem e impõem o trabalho, sempre realizado a posteriori, de constituição de sentido. Trabalho que mesmo na repetição produz singularidades e que mesmo na secundariedade da marca, é original. Assim é que o conceito psicanalítico de *Nachträglichkeit* (posterioridade), afirmando a constituição – e as re-constituições –

do “passado” no “só depois” deve ser expandido para dar conta da própria dinâmica constitutiva da suposta “vivência presente”, apontando então, insistentemente, para a necessidade de uma outra “concepção” de tempo e para a consideração do que ultrapassa a questão ontológica (“o que é?”), inadequada para conter o que, como pura exigência e apelo de sentido (Freud, [1899]1976), apenas na posterioridade vem a ser (FIGUEIREDO, 2002, s/p).

Cabe destacar, mais uma vez, que a importância aqui atribuída ao inconsciente (e demais conceitos) visa delimitar a postura epistêmica que caracteriza a psicanálise de Freud aqui adotada como referencial teórico, cujo manejo – entretanto – no âmbito deste estudo distancia-se daquele que caracteriza a situação clínica de análise. Por fim, considerando a condição de abertura ao devir ora afirmada, conceitos foram sendo acrescentados à proposta inicial no decorrer do processo de análise dos materiais provenientes do campo.

## 7 SOBRE PROCESSOS DE DECISÃO

Destacamos aqui a expressão *processos de decisão* no intuito de relevar que as decisões tal como expressas no âmbito desta pesquisa envolvem vários momentos, nos quais estão implicados diferentes operadores do Sistema de Garantia de Direitos. Entendemos que no ato de uma decisão supostamente final, outros atos de decisão que a precederam – mesmo que não sendo em âmbito judicial – podem ter interferência. Como exemplo, a decisão de uma escola em encaminhar uma denúncia, de um Conselho Tutelar em “apurá-la” desta ou daquela maneira, de uma equipe PAEFI ou Casa-Lar ao optar por determinada estratégia de atendimento, de um familiar ao se dispor (ou não) a assumir a responsabilidade sobre uma criança-adolescente, da promotoria em recortar aspectos específicos para fundamentar uma proposição; a manifestação da criança-adolescente sobre o que deseja para si; o laudo da equipe técnica do Poder Judiciário.

Esses e outros aspectos compõem a trama histórica das decisões para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento. E como história, implicam movimento, processo, *estão e não estão* nos autos. Logo, *estão e não estão* na denominada decisão final do Juizado da Infância e Juventude. Tal presença ausente ou ausência presente na decisão final se dá tanto pela impossibilidade dos autos poderem conter a materialidade dessa história, como pelo que aponta Azevêdo (2009) ao afirmar que o caso lido pelo magistrado é o caso que ele próprio lê, ou seja, compreendido a partir de suas projeções conscientes e inconscientes.

Considerando o referencial teórico de nossa pesquisa, propomos que a afirmação de Azevêdo (2009) em relação à figura do juiz pode ser deslizada às decisões dos demais operadores do Sistema de Garantia de Direitos que integram os *processos de decisão* das situações delimitadas em nossa pesquisa. Na sequência, percorremos tais processos e situações a partir de perspectivas diversas de nosso calidoscópio.

### 7.1 PASSEIOS PELO COTIDIANO

Como mencionado, no intuito de aproximação ao cotidiano dos profissionais que atuam nos processos de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento, a atividade de observação integrou o campo de pesquisa. Desta forma, foram acompanhadas algumas reuniões de equipe em Casa-Lar, Serviço de

Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Conselho Tutelar e Promotoria da Infância e Juventude.

Tal proximidade visava a um possível entendimento de como tais serviços funcionam (naquilo que deles se relaciona ao tema de pesquisa), bem como um olhar ao detalhe, àquilo que compõe e escapa às proposições estruturantes desse cotidiano; ao que é de aparente insignificância,

[...] e o insignificante é sem verdade, sem realidade, sem segredo, mas é talvez também o lugar de toda significação possível. O cotidiano escapa. É nisso que ele é estranho, o familiar que se descobre (mas já se dissipa) sob a espécie de extraordinário (BLANCHOT, 2007, p. 237).

No trabalho de observação de campo, a observadora ocupa o lugar do “peixe fora d’água”, é estrangeira. Nesta direção, a experiência-afecção como matéria-prima do humano parece ser radicalizada, ganhando proximidade à concepção derridiana destacada por Haddock-Lobo:

Derrida nomeia de “experiência”: a experiência de um “agora sem conjuntura. Um agora desajuntado ou desajustado, ‘*out of joint*’, um agora desencaixado que sempre corre o risco de nada manter junto, na firme conjunção de algum contexto, cujas bordas são ainda indetermináveis” (DERRIDA apud HADDOCK-LOBO, 2013, p. 268).

Assim, traremos fragmentos de nosso *Diário de Campo* através do qual nos foi possível o esforço para sistematizar este “agora desajuntado”. Sistematização singular, sem dúvida, que não considera a temporalidade linear em que se deram as observações, mas sim a forma como nos pareceu mais interessante mapear ao leitor este contexto de bordas indetermináveis.

A experiência de campo como observadora que trazemos a seguir se refere à participação em uma “audiência concentrada” na Promotoria da Infância e Juventude, atividade realizada regularmente como decorrência de determinação do Conselho Nacional de Justiça. Tais audiências têm como objetivo principal a discussão de casos sobre crianças e adolescentes que estão em serviços de acolhimento, visando

avaliar sua permanência ou desligamento dessas instituições, bem como proceder aos encaminhamentos cabíveis a uma ou outra decisão. No caso específico, participaram da audiência concentrada Promotoria, Juizado, Equipes Técnicas do Poder Judiciário, da Promotoria e dos Serviços de Acolhimento. Deste contexto recortamos a cena-texto que segue.

Antes do início da reunião, um funcionário administrativo coloca sobre a mesa as pastas-processos para discussão naquele dia. Uma das pessoas que participaria da reunião olha atentamente esse movimento e, na sequência, faz o comentário: *acho muito estranho que a vida das pessoas se resuma a este amontoado de papéis; como é possível que vidas se resumam a processos?* (Diário de Campo Promotoria). O volume de pastas – por si só – causava impacto, mas o comentário ia além desta materialidade que podíamos ver. Possivelmente sustentada por meu (inevitável) olhar que a ela se dirigiu naquele instante, continua: *olho estas pastas e não consigo ver as pessoas que atendemos* (Diário de Campo Promotoria). Dessas falas, aparentemente insignificantes, ensaio articulações com o pensamento de Jacques Derrida.

Considerando o trabalho realizado nos períodos de manhã e tarde, foram discutidos aproximados 30 casos. Entretanto, com inspiração nas falas extraídas do Diário de Campo, afirmamos que o número diz muito pouco da experiência deste dia, atravessado em/por tantos textos:

[O] conceito de texto que eu proponho não se limita nem à grafia, nem ao livro, nem mesmo ao discurso, menos ainda à esfera semântica, representativa, simbólica, ideal ou ideológica. O que eu chamo de ‘texto’ implica todas as estruturas ditas ‘reais’, ‘econômicas’, ‘históricas’, socioinstitucionais, em suma, todos os referenciais possíveis (DERRIDA, 1991a, p. 203).

Na ordem do Direito e da burocracia, são os processos-texto representantes das pessoas a eles relativas; cada processo-texto é um arquivo. Na reunião em referência, tais arquivos são abertos, manuseados, lidos, modificados e fechados – um a um – até a abertura do seguinte, e assim sucessivamente. Uma vez que a definição de ações específicas que levem às decisões finais é um dos objetivos das audiências concentradas, para cada caso é preciso prescrever um encaminhamento: acionar o Conselho Tutelar; agendar audiência com a família; preparar a criança-adolescente para adoção; exigir providências de secretarias (educação, saúde, assistência social, habitação); propor ao juizado a destituição do

poder familiar; dentre outros. Neste aspecto, o elevado número de processos figura como elemento de importância, pois pressiona para que os casos sejam relatados e discutidos da forma “mais objetiva possível”, ou seja, com brevidade na exposição dos elementos para discussão, para que nesse momento sejam encaminhadas (despachadas) as providências cabíveis.

Os comentários extraídos do Diário de Campo parecem nos convidar à problematização desta ordem e ao lado dela propor que os processos-texto representam todos e não representam ninguém. Precisam ser *disseminados*<sup>38</sup> entre e para além de si mesmos, com implicação das histórias de cada processo-texto e de cada profissional que integra o processo de decisão.

Como afirma Derrida (2001, p. 35), “A subjetividade – como a objetividade – é um efeito de *différance*”. Entendemos que para escapar às polarizações hierarquizantes é preciso se lançar neste jogo de forças entre “o mais objetivo possível” e “o mais subjetivo/singular possível”. Tal movimento incita a desbordar os processos-texto, num esforço de ir ao encontro do outro, deste que está *e* não está ali. Para tanto, é preciso desconstruir a relação estabelecida com os processos-texto.

Esta posição de abertura à alteridade encontramos de forma radicalizada na concepção derridiana de *hospitalidade*, que propõe:

[...] acolher, da forma inventiva, acrescentando algo seu, (este) que vem à sua casa, este que vem a si, inevitavelmente, sem convite. [...] consiste em deixar sua casa aberta para o que chega imprevisivelmente, que pode ser um intruso perigoso, eventualmente suscetível de fazer o mal” (DERRIDA, 2004a, p. 76).

A hospitalidade implica poesia, e não pode ser tomada como conceito no âmbito político ou jurídico (DERRIDA, 2003a). Mas talvez possamos pensá-la de maneira contingente, “desnomeando” as coisas,

---

<sup>38</sup> “A disseminação [...], por produzir um número não-finito de efeitos semânticos, não se deixa reconduzir a um presente de origem simples [...] nem a uma presença escatológica. Ela marca uma multiplicidade irredutível e *gerativa*. O suplemento e a turbulência de uma certa falta fraturam o limite do texto, interditam sua formalização exaustiva e clausurante ou, ao menos, a taxonomia saturante de seus temas, de seu significado, de seu querer-dizer.” (DERRIDA, 2001a, p. 52)

como diria Manoel de Barros<sup>39</sup>, abrindo assim possibilidades de outras perspectivas ao olhar; escorços de poeta, mas nos caminhos da poesia.

No âmbito do tema desta pesquisa inexistia a decisão fácil; são complexas, imersas em conflitos quase sempre dramáticos. Frente a isso, em nossa pesquisa observamos que o sofrimento – das crianças-adolescentes-famílias e de profissionais que com elas trabalham – é elemento constituinte da experiência de decidir, tema que aprofundaremos mais adiante. O movimento de abertura à alteridade, de *desbordamento* dos processos, de *desnomeamento* de concepções como “família negligente”, “hiperativo”, “drogado”, “não adesão ao tratamento”, dentre outras pode intensificar o sofrimento daquele que precisa decidir, visto que são perdidos os pontos de corte (pontos de apoio) que poderiam fundamentar algumas decisões. Adentra-se o universo do não saber, por vezes insuportável.

A desconstrução é, por isso, um pensamento de eterna vigília, de uma certa prontidão e, como diz Derrida em *Força de lei*, quase um iluminismo. É um pensamento destranquilizante e, por essa razão, quase insuportável (e creio que posso até mesmo arriscar a dizer que é um pensamento insuportável: tanto para a filosofia, que literalmente não suporta a desconstrução, como – possivelmente – para os próprios pensadores, que se pretendem “desconstrucionistas” – se é que isso existe). Digo insuportável porque a atitude típica do pensamento é oferecer estas *sombrinhas metafísicas*<sup>40</sup>, e, com isso, percebe-se que nossa própria atitude – inclusive a minha, que aqui pretendo assumir uma posição destrutiva –, nossa, pertencente a *nós*, seres humanos, é a de buscar sempre as *sombrinhas* da metafísica. E Derrida não seria ingênuo de pensar que há o *fora-da-sombrinha*, que existiria

---

<sup>39</sup> “[...] Gostava de desnomear:

Para falar barranco dizia: lugar onde avestruz esbarra.

Rede era vasilha de dormir.

Traços de letras que um dia encontrou nas pedras de uma gruta, chamou: desenho de voz.

Penso que fosse um escorço de poeta.” (BARROS, 2010, p. 316)

<sup>40</sup> Haddock-Lobo faz referência a *Grande Sertão: veredas*: “Tudo me quieta, me suspende. Qualquer sombrinha me refresca. Mas é só muito provisório” (ROSA, 1986, p. 11).

uma possibilidade de se saltar fora da metafísica. No entanto, pode-se permanecer atento às sombrinhas, aos remédios e, sobretudo, à nossa incansável tentativa de buscar abrigo neste confortável pensamento (HADDOCK-LOBO, 2007, p. 71).

Consideramos de grande importância o olhar do autor expresso nas palavras acima para reafirmar que no presente estudo idealizamos escapar de toda metafísica, ao que dela encontramos na história da filosofia ocidental, porém sabemos da impossibilidade de tal escape, visto que

[...] nas transgressões, nós nos utilizamos de um código ao qual a metafísica está irredutivelmente ligada, de tal sorte que todo gesto transgressivo volta a nos encerrar no interior da metafísica – precisamente por ela nos servir de ponto de apoio (DERRIDA, 2001a, p. 18-19).

Como mencionado, essa história nos constitui e nos atravessa, o que não nos impede de ocupar este lugar de vigília para problematizá-la. Porém, sabemos, mesmo ao ocupar este lugar podemos não nos dar conta de algumas sombrinhas acima de nossas cabeças (metafísicas ou nem tanto), por hábito, por necessidade, mecanismo de defesa, cegueiras conceituais e políticas, coisas afins. Logo, as sombrinhas acabam sendo usadas por todos que integram o campo deste estudo, observados/as, observadora, entrevistados/as e entrevistadora.

Não são poucas as situações paradoxais em que se veem mergulhadas as equipes do Sistema de Garantia de Direitos. Na referida audiência discute-se o caso de um menino “deficiente” que deverá ser retirado da família e encaminhado à adoção internacional, pois no Brasil não há interessados. Junto com ele serão retirados seus irmãos. É incomum, talvez impossível, que a família internacional queira encaminhar a adoção de todos. O que fazer? A condição trágica da situação – visto que nenhuma solução seria satisfatória – leva à imperativa decisão de colocar os irmãos em instituição de acolhimento diferente daquela em que ficará “o menino deficiente”, pois, desta forma, *os vínculos não serão fortalecidos, visto que muito provavelmente serão separados* (Diário de Campo Promotoria).

Propomos que arranjos desse tipo são “sombrinhas metafísicas” às quais se recorre quando não se sabe o que fazer e é imperativo fazer alguma coisa. No caso específico, a sombrinha – como refresco



tranquilizador a todos os envolvidos nessa decisão – pode estar relacionada à ideia de que ao fragilizar os vínculos serão minimizados os impactos, as afecções inerentes a um processo de separação. Como fazer tal previsão?

Sem propor uma apologia da “família reunida” ou da legislação que prescreve a não separação de irmãos (ECA), destacamos que situações de decisão como essas (mas não somente essas) fazem lembrar o estranhamento de quem não encontra nas pastas-processos as pessoas às quais dirige sua escuta e cuidados no cotidiano de seu trabalho. Eles estão e não estão ali. A história oficial sobre o menino – acompanhada da decisão em referência – ficará registrada no processo. A história subjetiva do menino (e de seus irmãos) no tocante a essa decisão, sobre como por ela foi afetado, possivelmente não terá registro “nos autos”. Com a finalização do caso, a história oficial e a subjetiva serão arquivadas. Desta forma, na condição de arquivos, os processos-textos armazenam informações, mas também as excluem.

Na psicanálise de Freud, a perspectiva dos registros no psiquismo está entrelaçada à concepção de inconsciente, pulsão e posterioridade (*Nachträglich*). Se o psiquismo não coincide com a consciência, a tradicional ideia de memória como arsenal de dados fixados e passíveis de acesso “tal como ocorridos” é borrada e ganha contornos específicos. Dentre esses, destacamos que no eu – pela trama consciente e inconsciente – o vivido pode ser “registrado” a partir de traços mnêmicos, os quais não consistem na memória propriamente dita, mas sim em trilha que configura possibilidades de acesso ao vivido. A dimensão de possibilidade é aqui destacada pelas características do funcionamento psíquico de por vezes reprimir/recalcar no intuito de querer “fazer esquecer”. Ainda, pelos processos de condensação, deslocamento e atemporalidade característicos do funcionamento do inconsciente, as trilhas mnêmicas são caminhos aparentemente novos, nos quais deslizamos no esforço de construir sentidos, a *posteriori* (FREUD, 1895b/1981, 1900/1981, 1915a/2004, 1915c/1981).

Em *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*, Derrida (2001b) afirma que o conceito de arquivo implica memória e esquecimento. Ao lado do poder que pela lei unifica, identifica e classifica os arquivos há o poder de consagração como lugar de confiabilidade e suporte, mas também como reunião de signos que visa a um todo ideal. Uma teoria do arquivo precisa considerar esta institucionalização “[...] da lei que aí se inscreve e do direito que a autoriza” (p.14). Na perspectiva do direito encontramos limites de natureza histórica, “[...] uma história

desconstruível e a cuja desconstrução a psicanálise, no mínimo, não terá ficado alheia” (p.14).

Neste texto Derrida (2001b) reelabora um *conceito do arquivo* que implica as dimensões técnica e política, ética e jurídica, visto que no fim do milênio [2000] nos deparamos com *arquivos do mal* que foram dissimulados, escondidos, “recalcados”. No viés de uma perspectiva histórica que acolhe a desconstrução, impõe-se o questionamento acerca da autoridade sobre a instituição do arquivo. À corriqueira concepção de arquivo como memória e busca de origens, não seria o caso de acrescentarmos as ideias de arcaico, arqueológico, de uma busca do tempo perdido? E, neste caso, torna-se impossível uma recuperação por simples anamnese, neutra, de acesso a *uma* origem.

Neste contexto a psicanálise emerge como problematizadora do arquivo: ela tem em seu discurso tanto as concepções de marca e tipografia (o que pode aparecer através das impressões/inscrições) como de censura, repressão e recalcamento (o que tenta impedir o aparecimento e fazer desaparecer). Tais conceitos – e as representações tópicas e econômicas do inconsciente em que se inserem – são construídos por Freud em determinado momento histórico e de maneira não homogênea. Caberia então questionar acerca desses pressupostos em tempos de avanços tecnológicos que apontam caminhos outros para constituir e “manusear” os arquivos. Como veremos mais adiante, tais avanços absorvidos pelo Poder Judiciário trazem consequências de todo tipo no fazer cotidiano de quem ali trabalha.

O arquivo exige um suporte para sua inscrição e armazenamento. Dentre outros, uma folha de papel ou o próprio corpo podem ser este suporte sobre o qual se dá uma impressão. Mas há que se considerar as novas formas de arquivo da contemporaneidade, dentre as quais o autor destaca as ferramentas da informática; e se modificamos as formas de arquivar, modificamos, necessariamente, conteúdo e sentido dos arquivos:

O arquivo sempre foi um *penhor* e, como todo penhor, um penhor do futuro. Mais trivialmente: não se vive mais da mesma maneira aquilo que não se arquia da mesma maneira. O sentido arquivável se deixa também, e de antemão, co-determinar pela estrutura arquivante. Ele começa no imprime (DERRIDA, 2001b, p. 31).

A concepção do arquivo como espaço de memória e esquecimento pode ser relacionada ao conceito psicanalítico de pulsão de morte trabalhado por Freud (1920/1981). A pulsão de morte é pulsão de destruição e, portanto, de perda. É pela condição de finitude aí inscrita que precisamos arquivar para não perder, arquivar para não esquecer. Entretanto, pela noção psicanalítica de recalco chegamos a um tipo de arquivo que visa exatamente ao esquecimento; mais que isso, o desconhecimento. Recalar é, de maneira simplificada, esconder, tentar fazer desaparecer aquilo que não pode ser conhecido. A pulsão de morte trabalharia de maneira silenciosa na direção do “desaparecimento de arquivos”:

Ela destrói seu próprio arquivo antecipadamente, como se ali estivesse, na verdade, a motivação mesma de seu movimento mais característico. Ela trabalha para *destruir o arquivo: com a condição de apagar mas também com vistas a apagar seus “próprios”* traços – que já não podem desde então serem chamados “próprios”. Ela devora seu arquivo, antes mesmo de tê-lo produzido externamente. Esta pulsão, portanto, parece não apenas anárquica, anarcônica (não nos esqueçamos que a pulsão de morte, por mais originária que seja, não é um princípio, como o são o princípio do prazer e de realidade): a pulsão de morte é, acima de tudo, *anarquívica*, poderíamos dizer, *arquiviolítica*. Sempre foi, por vocação, silenciosa, destruidora do arquivo (DERRIDA, 2001b, p. 21).

Ocorre que o conteúdo recalcado pode escapar e retornar descumprindo a ordem de arquivar para não saber, provocando assim desordem. Por “horror” a esta pulsão e ao mesmo tempo em “obediência” a ela, precisamos dos arquivos. O conjunto deles consistiria em uma espécie de memória do humano, ou história. Passamos então a consultar arquivos e constituir novos arquivos no intuito de chegar a uma origem, a algo que possa para nós se constituir em verdade. E neste movimento que é infinito se instala o mal-estar, em que as histórias nunca correspondem ao que se deu de fato, pois não o sabemos.

É o que chamamos ainda há pouco, levando em conta esta contradição interna, a *mal de arquivo*.

Não haveria certamente desejo de arquivo sem a finitude radical, sem a possibilidade de um esquecimento que não se limita ao recalçamento. Sobretudo, e eis aí o mais grave, além ou aquém deste simples limite que chamam finitude, não haveria mal de arquivo sem a ameaça desta pulsão de morte, de agressão ou de destruição. Ora, esta ameaça é *in-finita*: ela varre a lógica da finitude e os simples limites factuais, a estética transcendental, ou seja, as condições espaço-temporais da conservação. Digamos melhor, ela abusa. Um tal abuso abre a dimensão ético-política do problema. Não há um mal de arquivo, um sofrimento da memória entre vários outros: implicando o in-finito, o mal de arquivo toca o mal radical (DERRIDA, 2001b, p. 32).

Comumente associado ao passado, o autor defende que o arquivo deve também pôr em questão o futuro. É neste sentido que a psicanálise poderia se juntar a uma suposta ciência de “arquivologia geral” em duas direções: da afirmação da memória (preservação, herança filogenética) e da crítica a essa afirmação, considerando a “memória” entrelaçada à possibilidade simbólica do humano. Não haveria assim uma história passada pronta e definitiva a ser descoberta, mas sim uma história passada com possibilidades de ressignificação, o que por sua vez implica o futuro. As concepções de permanência (memória) e movimento (ressignificação) não seriam excludentes.

O arquivo, se queremos saber o que isto teria querido dizer, nós só o saberemos num tempo por vir. Talvez. Não amanhã, mas num tempo por vir, daqui a pouco ou talvez nunca. Uma messianidade espectral atravessa o conceito de arquivo e o liga, como a religião, como a história, como a própria ciência, a uma experiência muito singular de promessa (DERRIDA, 2001b, p. 50-51).

A palavra *impressão* – já anunciada no título do texto de Derrida – tem estreita ligação com a proposta de aproximar a psicanálise a uma ciência do arquivo e pode ser entendida a partir de três sentidos. O primeiro seria a *impressão como escrita*, tipografia, suporte do registro – o que não é recalçado, apenas reprimido, podendo assim operar deslocamentos. No segundo, *impressão é tomada como ideia vaga*,

associação de imprecisões – faz pensar a possibilidade de algo ainda por vir, condição em nada depreciativa que acolhe o impensado:

o conceito de arquivo não pode evitar conter em si mesmo, como todo e qualquer conceito, um certo peso de impensado. A pressuposição deste impensado envolve também as figuras do “recalque” (“*repression*”) e da “repressão” (“*supression*”), embora não se reduzindo necessariamente a elas. O que de impensado que assim se imprime não pesa somente como uma carga negativa. Envolve a história do conceito, articula o desejo ou o mal de arquivo, sua abertura para o futuro, sua dependência em relação ao que está por vir, em suma, tudo que liga o saber e a memória à promessa (DERRIDA, 2001b, p. 44-45).

E o último sentido do termo implicaria a *impressão como aspecto simbolizado*, a impressão deixada *por* Freud a partir da impressão deixada *em* Freud, inscrita em seu nascimento e depois:

[...] a impressão quase inesquecível e irrecusável, inegável (mesmo e sobretudo por aqueles que a negam) que Sigmund Freud *fez* sobre todo aquele que, depois dele, falar *dele* ou falar *a ele* e que deve, aceitando-o ou não, sabendo-o ou não, deixar-se assim marcar: em sua cultura, em sua disciplina, seja ela qual for, em particular a filosofia, a medicina, a psiquiatria e mais precisamente aqui, uma vez que devemos falar de memória e de arquivo, a história dos textos e dos discursos, a história das ideias ou da cultura, a história da religião e a própria religião, a história das instituições e das ciências, em particular a história deste projeto institucional que se chama psicanálise. [...] Se temos a impressão de não tê-la [a impressão freudiana] em conta, esquecendo-a, apagando-a, rasurando-a ou objetivando-lhe, já confirmamos, e poderíamos até dizer endossamos (portanto arquivamos), algum “recalque” ou alguma “repressão” (“*repression*” ou “*supression*”). Eis aí talvez o que eu entendia sem entender, aquilo que eu queria obscuramente

subentender, por “impressão freudiana” ao me deixar ditar estas palavras ao telefone (DERRIDA, 2001b, p. 45-46).

Entendemos que no segundo sentido da palavra impressão, a possibilidade de acolher o impensado possibilita problematizar aspectos como a hegemonia da razão, a temporalidade linear, as lógicas hierárquicas, o negativo como vazio-buraco negro, dentre outros. Já na terceira acepção da palavra, Derrida nos oferece ferramentas para visualizar o entrelace do singular e do coletivo de maneira exemplar.

Em Derrida (2001b), a história de Freud, de sua família, da psicanálise e de tais aspectos articulados à cultura são trabalhados a partir de uma carta de Jacob a seu filho Freud, deflagrando questões como: o surgimento de arquivos até então desconhecidos; as consequências desse acontecimento; a classificação desse arquivo no âmbito público ou privado; a questão de quem ocupa o lugar de guardião do arquivo; o entrelaçar do subjetivo (inconsciente) na interpretação dos arquivos. A fantasia – no caso representada pelo fantasma de Freud *com quem Yerushalmi*<sup>41</sup> *estabelece um monólogo* – é o recurso para “recuperar uma memória” que possibilite dar sentido (ou um dos sentidos) ao “arquivo”.

Se no caso a figura em questão é Freud, a lógica desta impressão não é a ele exclusiva. Trata-se, em verdade, das muitas impressões em nós inscritas, em relação às quais nos situamos pelo conhecimento, desconhecimento, negação, ou na mistura disso tudo. Impressões que parecem diluídas em alguma coisa que se queira chamar tempo, que se articulam às nossas formas de construir e pensar histórias de vida, arquivos e história.

As histórias de vida, os processos-arquivo-texto, agora em formato de prontuários, também estão presentes nas discussões realizadas nas unidades de Conselho Tutelar, PAEFI e Casa-Lar que integraram o campo observacional desta pesquisa.

A unidade PAEFI em que se deram as observações de campo se encontrava em esforços para melhor integração com os serviços com os quais divide suas ações, bem como em processo de construção de sua sistemática de trabalho visando a um melhor acompanhamento da população atendida no Serviço. Desta forma, foi possível observar encontros em que estiveram presentes equipes externas – de serviços

---

<sup>41</sup> Em *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*, Derrida trabalha aspectos dos livros *Zahkor, histoire juive et mémoire* e *Le Moïse de Freud, Judaïsme terminable et interminable*, do historiador Yosef Hayim Yerushalmi.

como Promotoria, Casa-Lar, Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e outros somente com a equipe do PAEFI.

Nessas reuniões ampliadas, o cruzamento de olhares dos diversos operadores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) permitiu mapear uma realidade da qual destacamos aspectos sobre:

- A insuficiência de transporte adequado (carro e motorista) para que o Conselho Tutelar possa cumprir o que lhe é solicitado;
- A necessidade de existência de protocolo para melhor integração dos serviços no ato de retirada de uma criança de sua família, bem como para minimizar violências neste momento (evitando mentiras ditas às crianças, como “sua mãe vai te buscar no dia seguinte”);
- O grande número de famílias que busca medidas de proteção frente ao tráfico de drogas;
- A hipótese de que vários acolhimentos ocorrem principalmente porque “não há atenção básica [CRAS]” suficiente (prevenção) para evitar a necessidade de serviços de média [PAEFI] e alta [Abrigo/Casa-Lar] complexidades;
- A realidade dos serviços de acolhimento cheios, gerando pressão para “desacolhimento”;
- As divergências sobre qual seria o serviço responsável pelo acompanhamento pós saída da criança-adolescente do serviço de acolhimento<sup>42</sup>;
- A índice de 50% de reincidência do acolhimento para crianças-adolescentes já reintegrados às famílias.

Nas reuniões em que a equipe do PAEFI ocupava o lugar central, as atividades foram concentradas em discussões de caso. E mais uma vez a mesa (agora outra) recebe algumas pilhas de prontuários. Nessas oportunidades foi possível encontrar como pano de fundo alguns dos

---

<sup>42</sup> O PAEFI acompanha a criança-adolescente-família até o momento em que se decide que deve ser abrigada. De acordo com a tipificação dos serviços da assistência social, o abrigo/casa-lar pertence à Alta Complexidade, cabendo às equipes desse serviço o acompanhamento da criança-adolescente enquanto abrigada. O acompanhamento após esse período exige visitas domiciliares e suporte às condições para que a criança-adolescente possa viver com sua família; trata-se de intervenção trabalhosa, com idas e vindas e de tempo indeterminado. O acúmulo de trabalho tanto nos PAEFIs como nos Abrigos instala a divergência sobre a quem caberia tal responsabilidade; nos casos observados nesta pesquisa, algumas definições se deram pela qualidade do vínculo que a criança-adolescente-família estabelecia com um ou outro serviço.

aspectos acima listados. A seguir, traremos de recortes das situações de discussão de caso.

*Rede? Cadê a rede?* (Diário de Campo PAEFI). As perguntas figuravam na parede de uma das salas do PAEFI. Se no primeiro dia que cheguei a este serviço chamaram atenção pelo tom bem humorado e sugestivo, no acontecer do campo feito de observações e entrevistas elas ganharam centralidade.

Os serviços da assistência social, dentre eles o PAEFI, mas também a concepção do Sistema de Garantia de Direitos à criança e ao adolescente que extrapola esta esfera, têm como premissa a interligação de serviços para possibilidade de um atendimento integral. É nesta direção que se insere a concepção de rede. Quando essa rede inexistente ou é precária, há um distanciamento entre as propostas dos serviços e as possibilidades de seu cumprimento. Tal distanciamento impõe à equipe de cada serviço que trabalhe como é possível; no caso das decisões sobre a retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento, observamos que é no espaço intermediário entre os esforços para existência dessa rede e a materialização de suas falhas que tais decisões são engendradas.

Trazemos a situação de adolescente que na literalidade da lei deveria ser abrigada por estar em situação de direitos violados, com pouca ou nenhuma possibilidade de reversão do quadro pelo contexto familiar. Entretanto, em decorrência de sua história e da caracterização dos serviços de acolhimento, a equipe avalia que ela não conseguiria permanecer em uma Casa-Lar; logo, o abrigamento seria apenas protocolar, com evasão quase certa. Nesta direção, a decisão é encaminhada à margem da lei, optando pela permanência da menina com a família, visando a novos investimentos do Serviço nesse núcleo. Se tais investimentos não potencializarem mudanças, em cumprimento à lei a adolescente será retirada da família e abrigada. Se nada der certo, aos 18 anos a adolescente deixa de ser responsabilidade do Estado no que se refere à proteção da infância e adolescência, ficando assim o caso “resolvido”.

Se por um lado reconhecemos o esforço da equipe em evitar a solicitação para abrigar a adolescente, por outro este é um de muitos casos que *transbordam* das famílias, mas *não cabem* nos serviços de acolhimento pelo fato do(a) adolescente apresentar uma ou mais características como: uso de drogas, vivência de rua, “transtornos” psiquiátricos, vida sexual “promíscua”, ato infracional leve, dentre outros. São essas as pessoas e famílias que escolhemos nomear em nossa pesquisa como os *sem lugar*. Muito além das condições concretas de acolhimento – na família ou em instituições –, esses casos dão relevo às perspectivas



normativas universalizadas que desconsideram o que não se coaduna a seus parâmetros.

Algo semelhante se dá no caso de uma criança maior, oriunda de comunidade não urbana, em que a família substituta não quer mais ter a guarda, pois “a criança não obedece de acordo com os costumes do local em que vive” (Diário de Campo PAEFI). Entretanto, na ótica da justiça, não adianta retirá-la de lá e colocá-la em uma instituição porque “ninguém vai querer adotar” (Diário de Campo PAEFI), como afirma participante de um dos encontros observados. O caso sem solução fica temporariamente solucionado com a permanência da criança com a família que não a quer.

Ainda, encontramos a situação em que falhas da rede se dão pela especificidade das áreas de atendimento: família em que integrantes apresentam quadro psiquiátrico e dependência de álcool ou outras drogas estaria no âmbito de atendimento da saúde; mas como existem agressões físicas e hipótese de abuso sexual, há perspectiva de violação de direitos, aspecto da competência da assistência social. Uma vez que a saúde não dispõe naquele momento de serviço de atendimento familiar, o caso permanece na assistência; por outro lado, a assistência é impedida de proceder ao atendimento clínico, realizando assim o atendimento familiar de suporte, bem como encaminhamento – não raro via intervenção da promotoria – em que a partir da ótica de violação de direitos *exige* o tratamento familiar clínico (de saúde, inexistente). Neste cenário, confuso de descrever, podemos encontrar alguns dos casos em que é recorrente a afirmação por alguns dos serviços que integram o SGD: *Já tentamos de tudo, mas eles não aderem aos atendimentos* (Diário de Campo, em todos os serviços observados).

Tampouco quando a saúde ou a educação podem fornecer diagnósticos (nunca realizados pela Assistência Social), as coisas ficam menos complexas: *uma criança-adolescente que abusa de criança pequena é diagnosticada como hiperativa e as surdas como deficientes; desconfiamos dos diagnósticos que recebemos...* (Diário de Campo PAEFI).

Dado o que já foi exposto até aqui, destacamos algumas frases de participantes de reuniões, observadas para delinear o cotidiano dos profissionais de unidades PAEFI em suas relações sobre a retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento:

*Acho que tem que abrigar, mas não tem vaga. Se conseguir vaga tenho receio em mandar para o abrigo, pelas idas e vindas [reincidência de*

*abrigoamento] que podem acontecer depois (Diário de Campo PAEFI).*

*O PAEFI não indica quem é melhor ficar com a criança, apenas informa quem não pode ficar com ela (Diário de Campo PAEFI).*

*Ela [mulher-mãe da uma criança] disse que se vem para o atendimento com a gente depois apanha em casa do marido. A promotoria orientou que se prove que a violência contra a mulher prejudica a criança... (Diário de Campo PAEFI).*

Uma vez que o PAEFI tem como premissa de atendimento a questão de direitos violados, suas intervenções caminham na direção de eliminar tal violação. Ocorre que nem sempre tal limite pode ser tão claro, sendo necessário construir um espaço de possibilidade que se localiza entre uma violência e outra, tal como vemos na fala que segue: *Se o abrigoamento é uma agressão para a criança, temos que evitar e trabalhar com a família. Mas quando ficar na família é a agressão maior, então temos que abrigar* (Diário de Campo PAEFI).

Observamos que, mesmo ancorada nos princípios da lei que visam proteger a criança-adolescente das situações de violência em que possam se encontrar, a frase acima aponta para a dimensão do sofrimento (do outro ou de si mesmo) como aspecto relacionado às decisões das quais se ocupa esta pesquisa. Considerando que no trabalho de campo observamos a profunda implicação das equipes em incansáveis discussões sobre os casos, entendemos que a avaliação de tal sofrimento abarca o que dele é supostamente objetivado (denúncias, declarações, laudos, dentre outros), mas também certa forma hospitaleira dessas equipes para acolher tal sofrimento a partir de como elas mesmas são por ele afetadas. Em outras palavras, tomamos a fala da pessoa acima para delinear que pelo “termômetro subjetivo” da agressão a equipe supõe o sofrimento daquele em relação a quem tem que decidir (criança-adolescente); tal sofrimento suposto afeta o operador do Sistema de Garantia de Direitos e interfere de maneiras variadas nos processos de decisão. Consideramos que tal proposição explicita que as decisões de profissionais do Sistema de Garantia de Direitos estão atravessadas pelas afecções, ou seja, apesar da idealização da razão segundo a perspectiva cartesiana, a afecção não tem como ser “banida”, o que explicita a necessidade e a importância de relevar o trabalho com a afecção como paixão, pois ela está presente na vida das pessoas.

Retomemos assim algumas concepções de Espinosa para pensar as afecções:

Nem o corpo pode determinar a alma a pensar, nem a alma determinar o corpo ao movimento ou ao repouso ou a qualquer outra coisa (se acaso existe outra coisa)” (ESPINOSA, 1983b, p.177).

Por afecções entendo as afecções do corpo, pelas quais a potência de agir desse corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou entravada, assim como as ideias dessas afecções (ESPINOSA, 1983b, p. 176).

Tomando corpo e mente com funcionamentos inexoravelmente entrelaçados de modo não hierárquico, bem como atravessados pelas afecções, Espinosa toma o desejo como essência do humano, aquilo que o caracteriza para estar e agir no mundo. Neste sentido, consideramos importante a forma como Marilena Chauí (2011) desdobra tais ideias:

Na vida corporal, uma afecção pode aumentar ou diminuir, favorecer ou prejudicar a potência do corpo. Tal afecção é o *afeto*. Visto que a mente é a ideia de seu corpo e ideia dessa ideia (ou consciência de si), ela forma ideia dos afetos corporais, ou seja, experimenta psiquicamente os afetos, ou aquilo que aumenta e diminui, favorece ou prejudica sua potência de pensar. Assim, a relação originária da mente com seu corpo e de ambos com o mundo é a relação afetiva (p. 85).

A recusa à hierarquia mente-corpo aponta à recusa de igual teor em relação à razão-afeto, apontando a dimensão afetiva como motor das relações humanas. Logo, ao lançar mão do lugar destinado às afecções e aos afetos na filosofia de Espinosa, reforçamos que não só as afecções estão presente nos processos de decisão como também podem favorecer ou prejudicar a potência do pensar. Tal favorecimento ou prejuízo não implica o uso maior ou menor da razão sobre a afecção, mas sim a predominância do que Espinosa irá nomear como afetos alegres e tristes. No jogo de forças dos afetos, a alegria caracteriza o aumento de *conatus*, ou seja, “favorece” a potência de pensar-agir, enquanto a tristeza o reduz, “prejudica” tal potência.

Ainda, não é pela razão que se pode fazer frente a determinada afecção, mas sim por uma outra afecção cujo sentido lhe seja contrário, como vemos na Proposição VII, da Ética-III: “Uma afecção não pode ser refreada nem suprimida, senão por uma afecção contrária e mais forte que a afecção a refrear” (ESPINOSA, 1983b, p. 231). Entendemos ser neste sentido que Espinosa propõe que a razão não seja superior aos afetos, mas sim que a ela possamos recorrer na tentativa de conhecê-los. Tal conhecimento, entretanto, não tem como ser desprovido dos afetos; ao contrário, deve ser balizado pelo desejo.

Consideramos valiosa a contribuição de Espinosa (1983b) na direção de afirmar que as formas do humano para estar e agir no mundo ocorrem pelas relações de afetar e ser afetado. Ao lado dela trazemos a contribuição de Freud (1915a/2004) ao tomar a pulsão como fluxo ininterrupto com desdobramentos em afeto, indicando também aí a impossibilidade de não afetar e não ser afetado. O olhar dos dois pensadores contribuem para nossa tese de que nos processos de decisão para retirada de crianças-adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento ao universal da razão se somam afecções. Em outras palavras, a afecção opera na relação com o outro, e no caso específico, ela opera no trabalho dos profissionais do SGD em relação às crianças-adolescentes. Ainda, na ampliação dessa leitura, podemos afirmar que a afecção opera também na direção “contrária”, ou seja, nas crianças-adolescentes em relação aos operadores do SGD, assim como na relação desta pesquisadora com seus “pesquisados” e vice-versa. O que relevamos é que tais afecções acontecem *para além* do pressuposto racionalista cartesiano que preconiza o domínio da razão sobre o afeto, ou seja, o controle da afecção e dos seus caminhos.

Em outros momentos de nossa pesquisa, a expressão “sofrimento” esteve presente na fala de pessoas entrevistadas ou daquelas que integraram as observações de campo em referência às crianças-adolescentes ou a si mesmas. Entendemos que aquilo que é denominado pelos profissionais e pelo senso comum como “sofrimento” diz respeito à angústia associada à afecção que a experiência com o outro suscita.

Através do acompanhamento de discussões de casos e reflexões sobre o acontecer cotidiano de crianças, adolescentes e profissionais inseridos em unidade Casa-Lar encontramos a repetição de algumas questões mencionadas pelas equipes do PAEFI. Se por um lado profissionais que atuam em Casa-Lar observam bom número de conquistas positivas na atenção básica de saúde e alguma coisa na área da educação, por outro enfrentam dificuldades na sequência dos acompanhamentos que tais intervenções venham a exigir. Desta forma,

não é incomum que dependam de voluntários (psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, dentre outros) para prestar boa parte dos atendimentos às crianças-adolescentes pelos quais são responsáveis. Muitas vezes é o olhar desses profissionais voluntários que auxilia a equipe de uma Casa-Lar a se posicionar em relação à permanência ou saída da criança-adolescente da instituição.

Os serviços de acolhimento ocupam um lugar intermediário e de fundamental importância na vida de crianças-adolescentes, pois passam a ser seu espaço de referência. A condição de um *entre* coloca esse serviço no imperativo de diálogo com vários operadores do Sistema de Garantia de Direitos, inclusive com a família de origem (nuclear e extensa), quando existente. Desta forma, nos serviços de acolhimento se cruzam os vários olhares sobre a história da criança-adolescente e, principalmente, o olhar desta sobre si mesma. Com relação a este último aspecto, intervenções como o Projeto Fazendo Minha História estão presentes em várias instituições de acolhimento por todo Brasil. Tomando como suporte a literatura, o Projeto propõe um trabalho de resgate da história de vida da criança-adolescente, a qual é registrada na construção de um “livro” sobre a própria história<sup>43</sup>.

No acompanhamento das reuniões com a equipe de uma Casa-Lar, observamos que algumas dificuldades já se impõem pela forma como as crianças-adolescentes ali chegam, como vemos nas falas que seguem:

*Até hoje existem crianças que contam que foram enganadas ao serem tiradas de casa para ser abrigadas (Diário de Campo Casa-Lar).*

*O juiz manda acolher quem ele quer, não respeita nossas restrições e a Casa tem que obedecer (Diário de Campo Casa-Lar).*

A condição de tutela inerente a esse serviço implica uma responsabilidade diferenciada em relação à criança-adolescente quando comparada a outros operadores do Sistema de Garantia de Direitos. Dentre outros aspectos, destacamos que tal especificidade decorre da convivência cotidiana que intensifica vínculos, do contato com familiares potencialmente possíveis para assumir a criança-adolescente, da importância dada pelo Poder Judiciário aos relatórios emitidos por esse

---

<sup>43</sup> Para conhecer mais sobre este Projeto, consultar o site do Instituto Fazendo História: <<http://www.fazendohistoria.org.br/index.php>>.

serviço, pela exigência da lei para redução dos períodos de abrigo. Desta forma, a decisão sobre a saída da criança-adolescente ganha contornos diferenciados, seja pelas dificuldades para sua permanência, que pressionam a busca de alternativas, seja pelos temores de que a saída poderá trazer sofrimento.

*Sabemos que “A” não pode mais ficar aqui, mas lá [outra instituição] não será flexível como nós para atender suas necessidades; talvez fosse melhor ficar... (Diário de Campo Casa-Lar).*

*Estamos com receio de que se “B” voltar para a família, entrará no tráfico de drogas (Diário de Campo Casa-Lar).*

*“C” veio para cá porque o juizado mandou, mas não tem como conviver aqui, precisa achar outra solução (Diário de Campo Casa-Lar).*

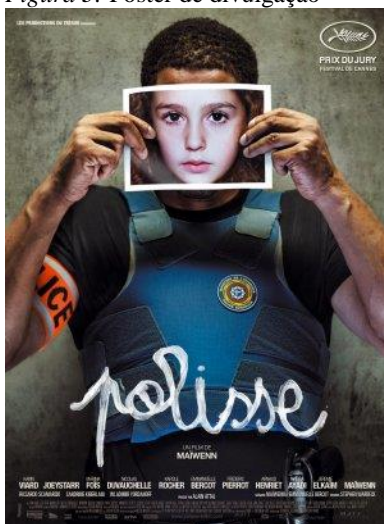
*Olha só o empenho do pai lá da prisão! No relatório o juizado precisa entender isso para o retorno de “D” à família (Diário de Campo Casa-Lar).*

A defesa de crianças e adolescentes tem sido temática constante no mundo contemporâneo. É nesse universo que se insere o filme *Polisse* dirigido por Maïwenn (2011), realizado a partir de fatos reais do cotidiano de policiais franceses que trabalham na *Brigade de Protection des Mineurs (BPM)*. O acolhimento de denúncias sobre situações de exclusão social, transgressões, violências sexuais, roubo e prostituição, dentre outros, bem como as intervenções na investigação e a realização de procedimentos cabíveis caracterizam a dimensão profissional desses policiais. *Polisse* mescla o impacto e a delicadeza para tocar o espectador.

Ao fazer foco na defesa dos direitos da criança e do adolescente exercida pelos profissionais que atuam na *Brigade de Protection des Mineurs (BPM)*, o filme vai além, propõe questões contemporâneas em que os excessos e as formas de laços sociais podem ser problematizados, seja no âmbito privado das relações humanas (familiares, afetivas), seja no âmbito público (institucional, político). Descontadas especificidades locais, o filme *Polisse* permite semelhanças com nossa realidade, não se distanciando muito dos problemas que encontramos no Brasil no universo de proteção à criança e ao adolescente. Nesta direção, trazemos o material

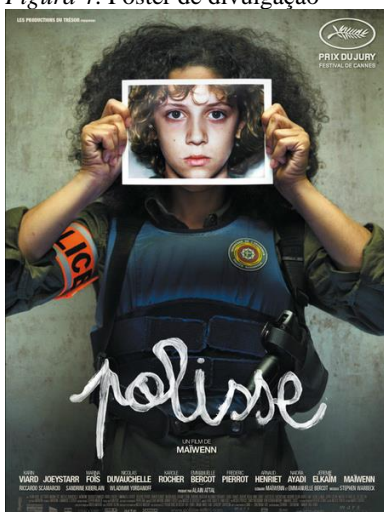
de divulgação do filme por considerá-lo sugestivo para pensar a impossibilidade de se separar os que trabalham “para proteger” daqueles que “são protegidos”.

*Figura 3: Pôster de divulgação*



Fonte: <http://www.polisse-lefilm.com>

*Figura 4: Pôster de divulgação*



Fonte: <http://www.polisse-lefilm.com>

Em nossa pesquisa, realizamos observação de campo em reuniões em que os Conselheiros Tutelares traziam seu cotidiano sob duas perspectivas: discussão de casos novos ou antigos que estavam acompanhando; problematização sobre o trabalho de conselheiro tutelar, o que passava por seus limites, possibilidades e pela forma como se percebem e como acreditam ser percebidos por terceiros (sociedade em geral e operadores do Sistema de Garantia de Direitos).

No acompanhamento dos relatos e discussões de casos, observou-se não ser incomum a sociedade fazer uma sobreposição entre Conselho Tutelar e Polícia; outros estudos afirmam tal fato de forma contundente (BANDEIRA, 2009; SCHMIDT, 2007; ARAUJO, 2006). Adentrar uma comunidade em um carro do Conselho Tutelar garante alguma segurança àqueles que estão dentro dele e prolifera um clima de ameaça aos que estão fora: se não é polícia, é um tipo de autoridade que trabalha do lado da lei e, assim, pode ameaçar seus possíveis transgressores. A lei maior, nesse caso, é o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Se não cumprido, implica violação de direitos. Embora não seja polícia e não tenha poder de polícia, o processo histórico de implantação dos Conselhos Tutelares bem como formas de intervenção ainda presentes nos dias atuais reforçam esse equívoco (SILVA, 2011). Destacamos, ainda, a possibilidade do Conselho Tutelar ser visto como “o braço direito da justiça” dentro de um sistema que, ao visar à articulação para proteger a criança e o adolescente, está atravessado pelo discurso jurídico:

Essa articulação do Discurso jurídico com outros discursos e outras práticas se dá por meio de diferentes redes institucionais de apoio que se desenvolveram em torno da instituição judiciária a fim de lhe permitir assumir a função de controle da conduta dos indivíduos [...]. Toda essa rede que exerce um poder que não é judiciário desempenha uma das funções que a justiça tomou para si, a de corrigir condutas, prever comportamentos, (des)legitimar posturas e atitudes pessoais dos indivíduos perante a sociedade (PERUCCHI; TONELLI, 2008, s/p)

Quando não percebido como polícia, é compreendido como um serviço que pode (deve) “dar um jeito nas coisas”, desde regularizar documentação, encaminhar providências de cuidados em saúde ou educação, aconselhar pais e responsáveis, acolher denúncias para



aplicação de medidas cabíveis, disciplinar crianças-adolescentes, até retirar crianças-adolescentes da família<sup>44</sup>.

A demanda de casos é enorme: uma sala abriga alguns milhares de processos, de vários anos, dentre os quais alguns ainda não têm desfecho satisfatório para que não mais estejam sob a responsabilidade do Conselho Tutelar, ou seja, permanecem em situação de direito violado. Dentre outros aspectos, o grupo observado acredita que parte das dificuldades de seu trabalho se deve ao fato de que no município há pouco investimento e articulação na rede de atenção à infância e adolescência, desde vagas insuficientes em escolas (especialmente pré-escolas) até a morosidade e ineficácia de Promotoria e Juizado da Infância e Juventude na condução dos casos.

Neste caminho, serviços da assistência social na atenção básica e na média complexidade (CRAS, CREAS) e de saúde – com os quais contam para prevenção e encaminhamentos vários –, ainda que existam, parecem inexistir, como vemos na fala de participante da reunião:

*Todos os ofícios que recebemos deles têm o mesmo texto, só mudam os nomes e endereços; muitos processos chegam ao mesmo tempo de lá, parece que o serviço social apenas “despachou” para ficar com o serviço em dia (Diário de Campo Conselho Tutelar).*

No caso de assuntos relacionados à permanência fora da escola ou irregularidade na frequência às aulas, os casos parecem apontar para um funcionamento que se retroalimenta pela própria ineficácia dos serviços: após tentar esclarecimentos com família ou responsáveis através de um APOIA<sup>45</sup>, a escola é obrigada a avisar o Conselho Tutelar sobre faltas sequenciais sem justificativa ou evasão; o Conselho Tutelar é obrigado a apurar a situação através de visita à casa da criança-adolescente e, nesta oportunidade, aplicar medidas cabíveis à família, como a exigência da

---

<sup>44</sup> Até 2009, a retirada de criança-adolescente da família era muitas vezes efetuada pelo Conselho Tutelar. Com a Lei n.º 12.010, de 2009 (BRASIL, 2009), esse órgão de defesa só pode retirar criança-adolescente da família em casos emergenciais de violência ou abuso sexual, sendo obrigatória a comunicação do fato ao Juizado da Infância e Juventude para posterior expedição de documentos e providências cabíveis ao processo de acolhimento institucional.

<sup>45</sup> Programa existente em todo o estado de Santa Catarina desde 2001 para promover o regresso à escola, evitar a evasão e trabalhar na melhoria da qualidade de ensino (MPSC, 2014).

frequência do filho na escola; se não suficiente, responsáveis e filhos são chamados para atendimentos de “orientação” no próprio Conselho, visto que os serviços da rede para tal finalidade trabalham com demanda reprimida. Mas na maioria das vezes a “orientação” ocorre uma única vez, ou sequer acontece. Por fim, passado algum tempo, o mesmo caso retornará ao Conselho Tutelar, visto que não houve mudanças no quadro. Nessa oportunidade são identificadas dificuldades e falhas no funcionamento da escola, da família, de serviços de atendimento em âmbitos variados. Sequência similar está presente em situações não apenas relacionadas à educação, levando a equipe de conselheiros a questionar a efetividade da rede de atenção à infância e adolescência, o que inclui o próprio trabalho: *Quando [crianças-adolescentes] chegam à Casa-Lar já passaram por muitos serviços, mas será que eles foram eficazes?* (Diário de Campo Conselho Tutelar).

Nesta direção, e com intuito de entrelaçar as informações provenientes das observações em outros espaços do Sistema de Garantia de Direitos, trazemos que, juntamente com Promotoria da Infância e Juventude, Casa-Lar e PAEFI, o Conselho Tutelar tende a ser apontado como um dos “pontos críticos” desse Sistema. Uma vez que o universo desta pesquisa envolveu a Grande Florianópolis, o que implica que tais serviços não necessariamente estão alocados no mesmo município, entendemos que ao lado de especificidades regionais direcionadas à implantação e funcionamento dos conselhos tutelares (estrutura, equipe, recursos disponíveis, cursos de capacitação, dentre outros) outros problemas contribuem para tal visão.

Em estudo sobre os Conselhos Tutelares de Santa Catarina, Silva (2011) destaca as lacunas apontadas pelos conselheiros em relação às políticas de assistência social, educação e saúde à infância e adolescência. Igualmente, observa as dificuldades desses profissionais na afirmação de sua identidade de forma qualificada, visto que são muito exigidos – pela sociedade e pelos operadores do SGD –, mas pouco reconhecidos em suas necessidades e especificidades.

Como tudo (ou quase tudo) que implica violações de direitos contra crianças e adolescentes – especialmente em populações empobrecidas – chega ao Conselho Tutelar, este acaba sendo um espaço que tanto acolhe como deflagra denúncias, muitas delas relativas ao Estado. Para Silva (2011), apenas os casos graves ganham visibilidade, o que não contribui para mudanças para além de soluções emergenciais em situações isoladas.

No trabalho de campo foi possível observar que os conselheiros tutelares são profundamente afetados pelas situações que enfrentam no cotidiano. Em relação às falhas que encontram na rede de apoio da qual

dependem para “fazer garantir os direitos”, há um misto de acomodação e revolta, apontando assim às afecções pelo viés de Espinosa (1983a) e o que delas se relaciona ao desejo quando, ao considerá-lo, não estamos *fora* da natureza, mas, ao contrário, nela implicados de formas diversas “[...] para sermos passivamente sua parte ou para, ativamente, nela tomarmos parte” (CHAUI, 1990, p. 59). Quando prevalece a acomodação, instala-se certa apatia, naturalização dos problemas, descrença em mudanças, o que no dia-a-dia implica em cumprir os protocolos mínimos exigidos. Daqueles que se revoltam emergem falas-ações como:

*se não me ouvirem vou gritar; já encaminhei este caso para o CRAS e não respondem, agora vou ficar lá até me atenderem, pois a situação já está crítica!* (Diário de Campo Conselho Tutelar).

*se o adolescente transgrediu, não tem que ir pra abrigo e adoção, tem que ir pra penitenciária pra adolescentes infratores, como fazem nos Estados Unidos*<sup>46</sup> (Diário de Campo Conselho Tutelar).

No contexto em que se deram as afirmações, observamos forte identificação<sup>47</sup> com os casos em foco, entrelaçando assim afetos às decisões encaminhadas no cotidiano, as quais, por sua vez, compõem o processo da decisão “final” que se dará mais adiante. Desta forma, mesmo que não diretamente sob a responsabilidade do conselheiro tutelar, ele faz parte desse processo pela postura que toma quando recebe as demandas e como decide encaminhá-las.

Considerando o conjunto de nossas observações de campo, percebemos que no Sistema de Garantia de Direitos, a concepção de articulação em rede nele implícita ainda é precária. De forma metafórica, os fios da rede (serviços) parecem estar em processo de construção e, não

---

<sup>46</sup> Recebo neste dia indicação de link sobre o tema: <[http://www.youtube.com/watch?v=BiSE\\_1gs\\_4o](http://www.youtube.com/watch?v=BiSE_1gs_4o)>.

<sup>47</sup> Em psicanálise, os processos de identificação são constituintes do Eu e sempre estão em curso. Grosso modo, implicam em encontrar “no outro” um traço que se gostaria de ter ou que se rejeita em si mesmo (ainda que de forma inconsciente). No caso específico, as cenas relatadas pelos participantes foram relacionadas a experiências da vida pessoal, seja para lutar por direitos, seja para defender que a punição e a disciplina são educativas e, portanto, formativas de um “bom caráter”. Para aprofundamento sobre identificação em psicanálise, consultar a página 173 do presente estudo.

raro, lançam mão de princípios que pouco consideram a complexidade, a diferença e a singularidade para definição de suas especificidades e atribuições. Como consequência, a trama da rede apresenta falhas-furos por onde grande parte dos casos escorregam. Logo, a rede assim idealizada para *sempre proteger* acaba por, também ela, *produzir* situações de violência.

Entretanto, cabe questionar a premissa de uma rede que *tudo pode prever e proteger*. Afinal, uma rede sem furos seria uma rede? Não seria o caso de, por um lado, manter a exigência de contar com serviços de qualidade nessa rede (que estejam disponíveis e funcionam) e, de outro, propor a perspectiva de que algo sempre nos escapa? Desta forma, alguns dos furos-falhas seriam integrados à rede e poderiam nos levar a tecer mecanismos que visam proteger, mas também considerar a singularidade. E assim, talvez possamos afastar conceitos que nos amarram encurtando o movimento e a imaginação e ficar com Guimarães Rosa (1985) quando afirma que rede é um monte de buracos amarrados com barbante!

Entre arquivos informatizados, de papel e humanos, entre textos e contextos, a perspectiva de um sofrimento pessoal conectado com o sofrimento do outro, destacada na fala de profissionais, bem como as imagens indicadas sobre o filme *Polisse*, nos convidam a deslizar pelos lugares da alteridade que implicam contextos políticos, processos de identificação, tentativas de tradução do outro e – talvez – esforços de hospitalidade, alguma poesia. Esses são alguns dos caminhos que pretendemos percorrer na sequência de nossa análise para trabalhar sobre os processos de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento.

## 7.2 DECISÕES EM PROCESSO

Em todas as entrevistas, a pergunta sobre o que é uma decisão provocou silêncio ou reticência na elaboração da resposta. Dado o princípio de que aquele que decide o faz em busca da melhor decisão, reação semelhante foi observada quando da pergunta sobre em que consiste atender ao melhor interesse da criança ou do adolescente. Em tese, todos sabem o que é uma decisão, bem como que se deve fazer o melhor por uma criança-adolescente. Entretanto, para além da obviedade, o desconforto se instala nas entrelinhas, possivelmente pelo atravessamento do elemento surpresa que dá voz à afecção-afeto:

O que importa é a ruptura do silêncio afetivo pelo afeto imperioso. Por isso, será atribuída a maior

importância ao elemento de surpresa que acompanha o afeto. Ali, neste momento indicado, nesta situação insólita ou inesperada, o inconsciente se mostra pelo afeto. Com o afeto, é o Outro que insiste por uma presença intrusa. A glosa se detém, o discurso se quebra para ceder lugar ao afeto irreprimível. A não-propriedade do corpo pela consciência, a impotência do ego que não pode controlar o afeto evidencia-se. “Estou afetado, portanto não me pertence”. A explicação vem posteriormente (GREEN, 1982, p. 196-197).

Chegar a uma decisão, percorrer um “processo de decisão” – que inclui a história pregressa implicada no caso e a história imaginada sobre seu futuro – consiste em experiência de extrema complexidade, dúvida, sofrimento. Tudo é compactado no instante da decisão, é a “loucura” mencionada por Derrida (2010). Nas respostas vemos que do aparentemente óbvio há um desdobramento para o diverso, abarcando a singularização que cada entrevistado realiza, considerando a forma como se afeta em situações de decisão em geral, bem como o lugar que ocupa na análise e encaminhamento de decisões sobre a retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento.

*(silêncio) Decisão...(silêncio)...É...(silêncio). Bom, tomar uma decisão eu acho que é dar um determinado rumo, norte, né, pra uma determinada situação, né...Por f... É..., definir aquela situação de alguma maneira, né. Ou, de certa forma, buscar, né, definir, tentar definir essa... essa situação. [...]* É uma palavra difícil (rs)...de ser definida, né (Assistente Social Fórum).

*Uma decisão pra mim é quando tu tem que dar uma solução pra aquela questão ali...[...] ...né, que tem...tu tem que de alguma maneira, tu tens que colocar um ponto pra que cesse alguma situação, pra que caminhe pro outro lado, é uma forma de...daquele momento a coisa mudar de direção (Conselho Tutelar 1).*

*Tá... É... Decisão é uma posição definitiva, definitiva em tese né...[...] sobre determinado fato que é trazido [...] Então [...] há o contraditório, quer dizer, as partes podem se manifestar [...], e aí*

*a de...eu chego a uma decisão, a uma conclusão a respeito dos fatos que chegaram a meu conhecimento[...]* (Juizado da Infância e Juventude).

*(suspiro) Ai... É muito difícil, porque, assim, eu tenho a sorte de trabalhar com uma equipe muito legal [...]Que assim, quando a gente precisa, a gente propõe reunião colegiada: ah, eu tô precisando discutir com você esse caso. [...] Então, decidir é difícil* (Psicólogo@ Forum).

*Ah, nossa! O que é uma decisão? (silêncio) É...(silêncio prolongado) [...] É...é quando se toma um posicionamento frente a uma situação. [...] Se decide...é... É, se toma um posicionamento, se decide sobre algo, sobre alguma situação* (Assistente Social Casa-Lar 2).

*Uma decisão é um... um posicionamento muitas vezes difícil... É... complicado, mas que precisa ser tomado [...]*(Promotoria da Infância e Juventude).

*Uma decisão...?[...] É muita responsabilidade* (Assistente Social Casa-Lar 1).

*É bem complexo, porque a... A decisão ela pode ser, me parece, tanto por um (silêncio) reconhecimento é... de...é...reconhecer que uma situação se enquadra dentro de parâmetros e aí esses parâmetros exigem é...certos procedimentos. [...] Mas também tem outra...a decisão que ela vai por um outro contexto que poderia talvez dizer que ela é por...exclusão, me parece. [...] a decisão pra mim, ela me parece um momento de corte... [...] ela é um momento onde eu faço um corte, digo, daqui é... eu não sei o que fazer, então eu paro aqui e passo pra outro fazer ou então eu sei o que fazer e tam...e faço, né. Faço um corte ali e a dec... uma ação é feita. [...] Ou seja, as decisões, elas vão tomando, elas são momentos pra dizer preciso de algo, preciso que outro faça ou me ajude a fazer, demanda que ocorra uma ação ali* (Psicólogo@ PAEFI).

A decisão se constrói pelo enquadramento ou pela impossibilidade de ser incluída de maneira satisfatória em algum protocolo de procedimentos usuais. De forma geral, as decisões são entendidas como momentos complexos e difíceis. Se na sequência de entrevistas alguns virão a afirmar que é possível chegar à melhor decisão, outros problematizam tal possibilidade por considerarem que não sabemos – de fato – o que seria a “boa” escolha. Para estes últimos, não decidimos porque sabemos ser aquele o melhor caminho, mas sim porque outros caminhos foram excluídos, o que não garante a inexistência de outros que ainda desconhecemos.

A denominada decisão por exclusão lança aquele que decide ao contato com o “não saber”, ou seja, tudo o que se sabia poder fazer em relação ao caso já foi feito; é imperativo operar um corte no processo de decisão, que neste momento se mostra sem horizontes. Esse corte aponta para a limitação das estratégias e dos instrumentos oferecidos pelas instituições e/ou pelas teorias mais conhecidas e utilizadas para sustentar essas estratégias e instrumentos, principalmente aquelas baseadas no sujeito cognoscente, na razão e na lógica formal. Igualmente, leva à limitação daquele que até então se ocupou dessa decisão, sendo assim necessário lançar mão do olhar de outros, bem como de outras estratégias e instrumentos amparados em princípios para além da lógica formal, supondo que o outro possa encontrar caminhos até então não vislumbrados. Tais caminhos, quando encontrados, operam como reabertura do horizonte, dialogando assim com o pensamento de Derrida (2010) quando apresenta, conforme exposto em capítulo anterior deste estudo, suas aporias para uma decisão justa: a *epokhé* da regra; a assombração do indecível; a urgência que barra o horizonte do saber.

Podemos aqui supor que o movimento para avaliar que a situação não se encaixa nos protocolos e procedimentos disponíveis já é, por si só, um exercício de *epokhé* da regra tida como universal rumo à singularidade de cada caso. Tal inclusão consiste em acolher o outro em dois níveis: primeiro, o outro que está implicado na decisão (em relação a quem devo encaminhar uma decisão); segundo, o outro que pode reabrir o horizonte que para mim se fechou. É de alguma forma abrir mão de calcular.

Para Derrida (2010), a decisão de justiça já tem início na interpretação da regra, uma vez que a *decisão de calcular* não pertence à esfera do calculável. Ao abrir mão de calcular, adentra-se a complexidade do indecível como “experiência daquilo que, estranho, heterogêneo à ordem do calculável e da regra *deve* entretanto – é de *dever* que é preciso falar – entregar-se à decisão impossível, levando em conta o direito e a regra” (DERRIDA, 2010, p. 46).

Neste sentido, é interessante trazer a fala de uma das pessoas entrevistadas ao indicar o paradoxo de transgredir a lei para atender ao melhor interesse da criança:

*A prioridade, a... que se dê realmente prioridade, que se dê atenção especial, é...e que até em alguns casos que a lei seja, entre aspas, até descumprida, de repente, dependendo de algumas situações pra...pra que a criança tenha realmente o seu direito preservado, entendeu? [...] É... Isso é importante. Na área da infância e juventude a gente costuma dizer que a última coisa que a gente tem que ser é formalista, é... legalista (Entrevistad@ 8).*

Entendemos que ao falar do cálculo, e da decisão, para nele seguir ou dele se abster, Derrida problematiza a questão do conhecimento ancorado na razão, cuja hegemonia emerge no final da Idade Média e adentra a Modernidade.

As concepções de ordem e medida estão nas origens da palavra razão. Proveniente da palavra latina *ratio* e da grega *logos*, está respectivamente relacionada aos verbos *reor* (contar, reunir, medir, separar, calcular) e *legein* (contar, reunir, juntar, calcular). Compreendida desta forma, a razão se opõe a outras quatro atitudes mentais: o conhecimento ilusório (aparência, opinião); emoções, sentimentos e paixões (cegos, desordenados, incoerentes, passivos); a crença religiosa (que implica revelação, luz sobrenatural); e o êxtase místico (inconsciência que se mescla ao divino). A constituição subjetiva moderna tem ancoragem na razão, norteia-se por princípios que pretendem garantir que a realidade é racional. Tais princípios são: da identidade (definição das coisas para conhecê-las); da não contradição (a negação mútua de duas ideias implica a inexistência de ambas); do terceiro-excluído (o certo ou o errado, ou isso ou aquilo); e da razão suficiente (ou princípio da causalidade) (CHAUI, 2000). Esses são os norteadores de determinada abordagem teórica hegemônica, problematizada em nossa pesquisa.

Desde o início do século XX, esses princípios foram abalados ao serem concebidas a indeterminação da natureza, a pluralidade de enunciados para um mesmo objeto, a pluralidade e a diferenciação entre culturas. Ainda, a noção de ideologia concebida por Marx, que coloca a razão como possibilidade de falseamento da realidade, e o conceito de inconsciente introduzido por Freud, que destitui a razão de seu poder



supremo, são fatos que contribuem para que a filosofia traga a ideia de uma razão alargada (CHAUÍ, 2000). Esses abalos, entretanto, não provocam substituições, e sim compõem um *continuum* de referenciais diferentes para compreender o humano e o contexto em que se encontra inserido. Grosso modo, pode-se afirmar que de um lado há predominância dos modelos que se pautam na ideia de uma racionalidade soberana, tendo como desdobramento princípios de caráter universal. De outro, situam-se aqueles que consideram o caráter relativo da razão, acrescentando a ela outros aspectos, valorizando a dimensão da singularidade.

Freud (1917b) aponta que a investigação científica abalou narcisicamente o homem que habita a modernidade: a primeira seria a ferida “cosmológica” pela afirmação de Nicolás Copérnico de que a Terra (e nós) não somos o centro no Universo; a segunda, a biológica, quando Charles Darwin nos situa como um acaso da evolução animal; a terceira, a ferida psicológica, quando Freud não sobrepõe psiquismo e consciência à racionalidade, apontando ao impossível do humano para controlar inclusive a si mesmo, de onde a clássica frase de que “o eu não é dono e senhor em sua própria casa [...] Não é assim de se estranhar que as teses da psicanálise encontrem resistências para serem aceitas” (FREUD, 1917b/1981, p. 2436).

Pela não sobreposição imediata do psiquismo e da consciência, Freud não abre mão da razão (e da consciência), mas, ao contrário, propõe problematizá-la de forma a “alargar” o psiquismo, tal como vemos em sua explicação sobre as relações entre os sistemas inconsciente (*Ics*) e consciente (*Pcs* ou *Cs*):

Seria um equívoco imaginar que o *Ics* permanece inativo enquanto o trabalho psíquico todo seria realizado pelo *Pcs*, isto é, que o *Ics* seja algo já descartado, um órgão rudimentar, um mero resíduo que restou do processo de desenvolvimento. Também seria errôneo supor que o trânsito entre os dois sistemas se limite ao ato do recalque, pelo qual o *Pcs* lograria jogar no abismo do *Ics* tudo aquilo que lhe parece incômodo. Pelo contrário, o *Ics* tem muita vitalidade, é capaz de evolução e mantém uma série de outras relações com o *Pcs*, entre elas também a de cooperação. Podemos dizer, em síntese, que o *Ics* continua a atuar através de ramificações, os assim chamados derivados, e mais: que ele é suscetível aos efeitos produzidos pela vida, e capaz tanto de influenciar

constantemente o *Pcs* como de ser influenciado por este (FREUD, 1915b/2004, p. 40).

Dentre outros aspectos, também como Freud, o pensamento de Derrida questiona a razão sem com isto tentar se desfazer dela. De forma específica, Derrida questiona a razão quando colada a uma teleologia que neutraliza o devir (DERRIDA, 2003b). A ideia de uma desconstrução, no caso, da desconstrução do cálculo, aponta especialmente para a possibilidade de não se tomar a razão como suficiente, como instrumento ancorado em uma lógica causal que supostamente permite prever os efeitos que uma ação qualquer poderá produzir, tal como se no mundo imperasse algum tipo de ordem prévia em relação à qual o cálculo é simétrico. A abstenção do cálculo é, antes de tudo, lançar-se no imprevisível do acontecimento humano, abrindo assim espaço a um possível que desconheço, que sequer posso afirmar existir, mas que a simples crença em sua possibilidade de existência aponta o limite do cálculo.

Para Derrida (2004a) uma das diferenças possíveis entre a máquina e o humano é que este último tem a possibilidade de adentrar o incalculável, que pode ser compreendido como *incalculável* propriamente dito (o que é passível de cálculo, mas que pela contingência nos escapa) e o *não calculável*, situado para além da possibilidade de calcular. Possibilitar que o incalculável assim é e continuará sendo também é fazer ciência, uma ciência que acolhe a dimensão de liberdade em que o outro permanece existente enquanto tal, ainda que nunca plenamente passível de apreensão:

É preciso desativar em toda parte os efeitos do cálculo econômico, nem que seja para saber claramente onde somos afetados pelo *outro*, isto é pelo imprevisível, pelo acontecimento que, ele sim, é incalculável: o *outro* corresponde sempre, por definição, ao nome e à figura do incalculável. Nenhum cérebro, nenhuma análise neurológica supostamente exaustiva é capaz de propiciar o encontro com o outro. O advento do outro, a chegada daquele que chega, é (este) *que chega* enquanto evento imprevisível. Saber “levar em conta” o que desafia a conta a prestar, o que desafia ou inflete de outra maneira o princípio da razão enquanto este se limita a “dar conta” (“*reddere rationem*”, “*logon didonai*”), não negar ou ignorar

este advento imprevisível e incalculável do outro – isto é também o saber, a responsabilidade científica (DERRIDA, 2004a, p. 66).

As decisões para retirada, temporária ou definitiva, de criança-adolescente da família ou instituição são consideradas nas entrevistas as mais difíceis a serem enfrentadas no cotidiano dos profissionais:

*[...]é um posicionamento difícil porque ele...geralmente ocorre a colidência de dois interesses, de dois princípios, de dois direitos importantíssimos. Um exemplo, por exemplo, quando se acolhe institucionalmente uma criança... [...] É o direito à convivência familiar, o direito ao desenvolvimento da criança com... seus entes, com seu núcleo de onde ela veio, né... É esse direito contra outro direito, o direito à saúde, ou à própria vida da criança[...] (Promotoria da Infância e Juventude).*

*É... a gente sempre, principalmente nesses casos de destituição, a gente sempre se pergunta: Até quando dá pra apostar nessa família? Até quando a gente consegue esperar o tempo... Então, tem o tempo da criança que é muito, é..., rápido, e é assim, até quando dá pra continuar investindo? Nessa família biológica. Então, isso é, isso é uma coisa que a gente se pergunta sempre (Psicólogo@ Fórum).*

*[o mais difícil é] Ah, eu acho que é a questão principalmente dessa subjetividade né... assim... principalmente assim quando ela tem...você tem que ficar isento de valor, né. Ora, quando tem que dizer, “será que esse pai pode”, aí, se “essa criança tem vínculo ou não”, é “o que que acha dessa visita da família ou não”. Então pra mim ela tem um poder muito grande, tu tem que estar muito isento de juízo de valor, [...] realmente conversar muito com essa família, com a criança e ver o desejo também dessa criança...né. Porque eu [...] sei só uma partezinha dessa história... (Assistente Social Casa-Lar 1).*

*Agora pra mim a decisão difícil mesmo são aquelas decisões que às vezes tu precisa... dizer, pera aí, eu já apliquei todas as medidas possíveis e... e agora eu tenho que tomar uma decisão aqui que é ou pela questão de retirar pra...pra...Ou chegar ao ponto de fazer com que a família mesmo diante de não possibilitar um...um acolhimento, mas que dê uma autorização para que um outro familiar cuide da criança, né, ou a questão mesmo do acolhimento (Conselho Tutelar 1).*

*Porque, é... E principalmente quando é assim, quando é uma decisão de retorno [para família] é mais fácil, mas quando é um posicionamento contrário a isso, né... De, imagina, de ter que destituir uma criança, dela não poder... porque o pai e a mãe não vão poder mais vir vê-los (Assistente Social Casa-Lar 2).*

Na escuta de casos citados durante as entrevistas, bem como nas observações de campo realizadas, foi possível à pesquisadora um contato próximo com a dificuldade vivida pelos profissionais do SGD. Sobre os casos do passado (já consumados), foram detalhadas as etapas do processo que levaram a esta ou àquela decisão. Sobre aqueles que estavam acontecendo naquele momento e, portanto, em etapas prévias a uma decisão final, os profissionais mostravam o esforço para se chegar ao melhor encaminhamento possível. Na menção ao passado ou na experiência do presente, o relato não é sem angústia.

Desta forma, entendemos que a angústia emerge como elemento inexorável e potente nas decisões para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento, tal como vemos na fala que segue:

*[...] Há decisões mais complexas, [...]não existe um consenso do que fazer, é... você ainda tá tateando, é...você vai fazer na tentativa e erro... Então vamos tentar, vamos decidir fazer tal coisa, daí a gente vai ver a repercussão disso... Então são decisões mais complexas de serem tomadas. É... e tem as decisões que são difíceis pessoalmente, que são as decisões que... envolve um..., pelo menos se pressupõe que vai haver um prejuízo ou um sofrimento pra pessoa. Aí...como, pedir o*

*afastamento do lar, de alguém, é... ou pedir...é...pedir...ou... demonstrar que nosso entendimento talvez seja pelo acolhimento de alguém...É...mesmo que a decisão, essa...e aí é o detalhe, essas decisões que geralmente envolvem um prejuízo, que a gente entende que vai haver prejuízo, que é um pressuposto, né, talvez a pessoa não sofra... (Entrevistad@ 4).*

A ideia de pressuposto problematiza o imperativo da razão e do cálculo, abrindo espaço ao diálogo com a afecção. Ou seja, de início olhamos a lei/direito, o consenso pré-estabelecido, desde que não cause (em tese) sofrimento no sujeito. Ainda que da ordem da pressuposição, neste caso haveria uma “pressuposição segura/sem danos”, vamos dizer assim; a ideia de estar fazendo “um bem” se antecipa à de estar causando sofrimento. Já no outro caso, a pressuposição que ganha primeiro plano é a do sofrimento, mesmo que, em minha pressuposição, eu possa vislumbrar “um bem” mais adiante. O que me impacta é decidir por algo que, de antemão (em tese), causará sofrimento. É interessante, ainda, que a pessoa entrevistada fala em decisões que são difíceis “pessoalmente”. Para a pessoa em relação à qual se decide e para a pessoa que decide, talvez. Propomos que tal diálogo com a afecção direciona nosso olhar ao jogo como movimento que faz borrar os contornos da repetição imposta pela máquina-cálculo<sup>48</sup>, comumente desqualificado pelo imperativo da razão:

O que me parece difícil é levar em conta a possibilidade dessa mecanização extrema, estendida e extensível, esquecendo que existe um ponto em que o cálculo encontra seu limite: o jogo, a possibilidade do jogo no interior das máquinas de calcular. Além disso, o que a senhora chama afeto, isto é, a relação do ser vivo com o outro – a relação tanto consigo do que com o outro – esse afeto permanece, por definição, um incalculável, algo alheio a qualquer máquina (DERRIDA, 2004a, p.75).

Consideramos valiosa para nossa pesquisa a relação acima estabelecida por Derrida (2004a) entre o limite do cálculo e as relações

---

<sup>48</sup> “Definiria máquina como um dispositivo de cálculo e de repetição. Desde que haja cálculo, calculabilidade e repetição, há máquina” (DERRIDA, 2004a, p. 65).

entre os seres vivos. Estas últimas, porque caracterizadas pelo afeto – pelo que afetamos e somos afetados – , escapam à possibilidade de calcular-controlar, não cabem “em nossas mãos”. Em outras palavras, este incalculável – alheio às máquinas – apontaria às formas singulares que cada humano articula (afetivamente) para estar e agir no mundo. Nas palavras da pessoa entrevistada descritas acima (mas também em outros momentos de nosso campo), tal singularidade aparece entrelaçada ao sofrimento suposto e às dificuldades “pessoais” para encaminhar algumas decisões.

No esforço de relevar o que não se equaciona à razão, sem que para isso seja preciso desconsiderá-la, trazemos a concepção de *pathos* como condição inerente ao humano no acontecer da vida. Reforçamos, entretanto, que nosso objetivo não consiste em igualar as ideias de sofrimento ou dificuldade com *pathos* – o que seria limitar a amplitude dessa concepção, como veremos a seguir –, mas sim tentar estabelecer um diálogo entre ela e as experiências afetivas relatadas por aqueles que se veem implicados nas situações de decisão aqui abordadas.

### 7.3 PELO VIÉS DO *PATHOS*

Em estudo etimológico do termo, Martins (1999, 2005) propõe uma reabertura do termo *pathos* para apontar que seus vários sentidos foram resumidos à doença no mundo contemporâneo. Dentre outros, o autor dá destaque à ideia de *pathos* presente em Platão e Aristóteles como o *espanto* que dá origem à filosofia. O humano seria atravessado pelo espanto e, desta forma, a filosofia não estaria afastada do acontecer da vida cotidiana e sim intimamente a ela articulada.

Nesta perspectiva, “O *pathos* seria compreendido como uma disposição (*Stimmung*) originária do sujeito que está na base do que é próprio do humano” (MARTINS, 1999, p. 66). No lugar da razão consciente, é o *pathos* que ganha centralidade em nosso processo de constituição psíquica. A doença (e o adoecimento) é apenas um dos aspectos de *pathos* e não seu sinônimo. Daí se pensar em uma psicopatologia constituinte do humano, que atravessa suas experiências ordinária e cotidianamente.

Ao tomar *pathos* como disposição originária, outros termos emergem como aproximações e desdobramentos para falar daquilo que comove e toca a alma (patético), do que faz sofrer ou nos deixamos levar (*páskhein*). Pelo pensamento cartesiano, a condição *phatica* do tipo espanto-dúvida é direcionada à certeza.

O afastamento da *dúvida*, como vocação e medida da necessidade de certeza está nas próprias entrelinhas do *cogito(ergo) sum*, tão importante na instalação de um ego (psicologizado) e da consequente criação da subjetividade moderna. Ou, na análise insubstituível de Heidegger: “A disposição afetiva da dúvida é o positivo acordo com a certeza. Daí em diante a certeza se torna a medida determinante da verdade. A disposição afetiva de confiança na absoluta certeza do conhecimento a cada momento acessível permanece o *pathos* e com isso a *arkhê* da filosofia moderna” (MARTINS, 1999, p. 68).

Para além do cogito cartesiano que se articula à constituição subjetiva da modernidade com ancoragem na razão para busca de certezas, observamos que o viés do afeto como disposição *pathica* ganha destaque nos processos de decisão sobre a vida de crianças e adolescentes. Propomos que, ao lado de reflexões orientadas pelo universal da lei (razão), o Eu daquele que decide é atravessado pelo suposto sofrimento do outro, experimentando também o Eu algum tipo de afetação relativa a tal sofrimento, constituindo assim uma relação de tipo contratransferencial<sup>49</sup> que aponta para as formas de implicação de cada um dos profissionais envolvidos nesses encontros humanos:

---

<sup>49</sup> Utilizamos a expressão “de tipo contratransferencial” por sabermos que o contexto desta pesquisa não é a cena clínica de análise. O conceito de contratransferência é definido como “Conjunto das reações inconscientes do analista à pessoa do analisando e mais particularmente à transferência deste” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1988, p. 147). Com origem nos escritos de Freud, é na literatura pós-freudiana que encontramos maior número de estudos sobre a contratransferência, com descrições conceituais e técnicas diversas. Para finalidades deste momento, retomamos apenas Freud em sua afirmação de que pela contratransferência emergem pontos obscuros do inconsciente do analista, que exigem o trabalho de análise sobre si mesmo, mas também do inconsciente do analisando, consistindo assim em um instrumento que pode subsidiar a interpretação feita pelo analista (LAPLANCHE; PONTALIS, 1988). Desta forma, assumimos aqui a posição de que o circuito *transferência-contratransferência* consiste no campo analítico propriamente dito, visto que analista e analisando, mesmo que ocupando posições diversas, estão atravessados pelo inconsciente.

Estando o sujeito *pré-disposto*, ele já terá algo organizado (*dis-posição*) com relação, por exemplo, aos outros, o que fatalmente estará presente nem que seja sob a forma de uma contratransferência. Estando com uma *in-disposição*, vemos já o resultado desorganizador presente. A *dis-posição* global então é essencial na tomada de *posição* na existência. Muitas vezes a disposição leva a formas extremamente malogradas de existência, em que a falta de harmonia (*dis-posição*) torna-se o elemento mais evidente. Com efeito, a desarmonia é característica de formas essenciais de destinos humanos *patológicos* em que o sofrimento para si e para os outros campeia. O *pathos* contém esta possibilidade de perda de harmonia na evolução e nos destinos diferentes dos seres humanos, especialmente dos chamados doentes mentais, mas também contém as formas mais *sublimadas* de existência (MARTINS, 1999, p. 69).

Desta forma, como veremos nas afirmações de Ceccarelli (2005), pela epistemologia podemos aproximar as concepções de *pathos*, características do universo da filosofia, e de *pulsão*, fundamento da psicanálise para constituição e funcionamento do psiquismo humano:

A grande ruptura epistemológica é feita pela psicologia profunda de Freud. A partir da dimensão do desejo, que submetido às leis da linguagem escapa a qualquer apreensão direta de sua finalidade, Freud postula que o sujeito – louco ou não – sempre que fala, fala do, e a partir de, seu *pathos*, que aqui confunde-se com a trama discursiva que o constitui. É esta trama, inicialmente encarnada pelo Outro, que possibilita que o *pathos*, como passividade, alienação, transforme-se, na situação terapêutica, em percepção, em experiência (CECCARELLI, 2005, p. 473).

Essa aproximação e a possibilidade de transformação de *pathos* em experiência se faz aqui presente como ferramenta para que possamos pensar tanto nas relações terapêuticas quanto nas relações humanas para além deste *setting*:



Trata-se de resgatar o *pathos*, como paixão, e escutar o sujeito que traz uma voz única a respeito de seu *pathos*, transformando aquilo que causa sofrimento em experiência, em ensinamento interno. Transformar o *pathos* em experiência significa, também, considerá-lo não apenas como um estado transitório, mas, - e talvez sobretudo - como “algo que alarga ou enriquece o pensamento” (Berlinck, 1998, p.54). Cria-se um discurso sobre as paixões, sobre a passividade, sobre o sofrimento, enfim, sobre o sujeito trágico. Encontramos aqui a essência de *Psicopatologia*: o conhecimento da paixão, do sofrimento psíquico. O *pathos*, em si, nada ensina, não conduzindo senão à morte. Quando a experiência é, ao mesmo tempo, terapêutica e metapsicológica, estamos no âmbito da Psicopatologia Fundamental. [...] Para a Psicopatologia Fundamental, o *pathos* manifesta uma subjetividade que é capaz, através da expressão em palavras, de transformar a paixão em experiência, servindo para a existência do próprio sujeito (CECCARELLI, 2005, p. 474).

Defendemos que a pré-disposição (*pathos*) acima mencionada é inerente aos processos de decisão; sua simultânea articulação com o outro (para acolher o singular) e com o Outro (para acolher o universal da lei) dá o tom para a angústia presente nos relatos dos entrevistados, por vezes verbalizada como “sofrimento”. Tal angústia poderá apressar as decisões a partir de premissas ancoradas na racionalidade e na lei, expurgando assim – em nível consciente – aquilo que de angustiante a decisão comportaria. De outro modo, aquele que decide poderá acolher tal angústia como inerente ao processo de decisão, algo que lhe provoca algum tipo de “espanto”, tomando-a assim como abertura para o devir, como dimensão do indecidível que caracteriza o esforço para decisões justas.

*Talvez a gente consiga, é... dar...dar maior resolução às situações de violência sem que precise ir pro acolhimento institucional, mas...nenhuma dessas alterações, digamos assim, modificações, vai facilitar a tomada de decisão pela opção de um acolhimento institucional.*

*Sempre...é...que chegar...Vamos dizer assim, se hoje a gente... acolhe 10 crianças num universo de 100, por exemplo, hã... e a gente conseguisse modificando toda uma estrutura diminuir, tipo, 5 dessas 100 vão... acabam sendo acolhidas, hã... isso não minimizaria ou facilitaria a...o...essa tomada de decisão, ou essa tomada de (suspiro) consciência de que “ah, chegamos no nosso limite atual”. [...] A angústia, ela...vai ser presente ali, e espero que o se...[...] Espero que seja. [...] Porque... Entendo ainda que o cessar dessa angústia ela não é o... uma, porque nós superamos uma dificuldade. Se houver o cessar dessa angústia, é mais por mecanismo de defesa individual, por uma adaptação nossa a uma condição de trabalho, mas... é... se a gente se tornar indiferente ao processo de acolhimento, isso pode ter implicações muito sérias no trabalho com as famílias (Psicólogo@ PAEFI).*

Na tradição histórica e psicológica podemos encontrar a concepção de sofrimento como paixão articulada às concepções de passividade e atividade. Na ótica do sofrer e fazer sofrer, o primeiro ocuparia o lugar de passivo, enquanto o segundo de ativo. Desta forma, a paixão tende a ser desqualificada por se alocar o padecimento em condição inferior à ação. Ainda, aquele que padece só está em tal condição porque imperfeito, logo, são muitas as formas que integram essa tradição, para tentar “escapar” a tal imperfeição entrelaçada a concepções – que variam de acordo com momentos históricos específicos – como, dentre outras, “vontade”, “responsabilidade”, “intemperança”, “desregramento”, “doença” (LEBRUN, 1987).

Ao falar das relações da poesia e do poeta com a paixão, Leminski (1987) aponta um deslocamento nessa lógica ao afirmar que o poeta teria com a linguagem uma relação a um só tempo masoquista e sádica. Na primeira, ele seria vítima: “a linguagem exerce uma violência sobre ele e ele sofre essa violência” (p. 285). No segundo, o jogo se inverte e o poeta ocupa o lugar de carrasco da linguagem. Pelo olhar de Leminski, ativo e passivo não constituem condições fixas para aqueles que estão implicados nos jogos da paixão, apontando que a vítima pode ser algoz e vice-versa, a depender do lugar que ocupe na “cena psíquica” desta relação, em momentos específicos.

No intuito de problematizar as concepções do sofrimento como paixão no tema de nossa pesquisa, poderíamos pensar que nos processos de decisão aquele que sofre – aqui associado à criança-adolescente ou família – também sofre uma ação sobre si e supostamente estaria na condição de passivo. O outro – aqui associado aos profissionais do SGD –, que pode reconhecer os sofrimentos desse que sofre, é afetado por essa condição e supostamente estaria na condição de ativo, daquele que, afetado pelo sofrimento, pode entrar como o sujeito ativo que se coloca na posição de aliviar o sofrimento do outro com sua ação. Entretanto, relevamos que em tal simplificação se engendra a leitura binária e hierárquica segundo a qual quem sofre vive passivamente a ação (paciente; doente) e quem cuida do sofredor vive ativamente o sofrimento (médico; analista), concepção esta que sustenta a psicopatologia tradicional, algumas terapias.

Diante do exposto, entendemos que ao mencionar um sofrimento, as pessoas que integraram o campo de pesquisa não se referem ao termo em sua acepção histórica, mas sim ao senso comum. Ou seja, retomamos que a perspectiva de sofrimento – o próprio e a preocupação com o sofrimento do outro – que emerge na fala das pessoas entrevistadas e nas observações de campo remetem a um tipo de “desconforto” que emerge no encontro com o outro. A um só tempo ativo e passivo, ou *nem* ativo *nem* passivo, é pelo fio da afecção inerente aos encontros humanos que circula determinado estado afetivo, estado este nunca conhecido *a priori*. No caso específico de nossa pesquisa, entendemos que um afeto que ganha destaque no encontro que se dá entre os operadores do SGD e as crianças-adolescentes-famílias, quando da necessidade de encaminhar decisões, é da ordem da *angústia* associada à afecção que a experiência com o outro suscita.

Se tomamos a disposição *phatica* como inexorável à condição humana, desconsiderar tal aspecto é “perder-se novamente num jogo de fazer ciência como se o outro não existisse como sujeito” (MARTINS, 2005, p. 61). Nesta direção, entendemos que a angústia experimentada por aquele que decide não constitui “fraqueza”, “doença” ou “subjetivismo indevido”, é tão somente o humano em uma dentre tantas possibilidades de suas expressões de vida, aspecto do funcionamento de sua economia psíquica.

Em capítulo anterior do presente estudo, apresentamos a perspectiva dos afetos na obra freudiana; neste momento, trazemos de forma específica a concepção de angústia. Freud utilizou expressões alemãs diversas para fazer referência ao que denominamos “angústia”, o

que fica explícito nas traduções do termo em línguas diferentes<sup>50</sup>, tal como indica Hans (1996, p. 62) ao apresentar o verbete como “Angústia, Ansiedade, Medo: *Angst*”. A discussão, que implica outros termos em alemão e possíveis correspondentes em português, aponta uma gama de sentidos para *Angst*:

[...]a maneira como Freud utiliza a palavra [*Angst*] ao torno da obra tende a reunir as mesmas características conotativas que *Angst* possui no alemão coloquial. Pode-se dizer que *Angst* envolve, *simultaneamente*: o sentido de algo antecipatório (neste sentido, semelhante a “ansiedade”); algo que produz sofrimento (neste sentido, semelhante a “angústia”); um fenômeno de caráter intenso (neste sentido, significando “medo”); algo que se vincula ao perigo e muitas vezes aproxima-se da fobia e do pavor (neste sentido, assemelhando-se a “pânico”) (HANS, 1996, p. 74).

Visto que a relação entre perigo e angústia ganha destaque para compreensão desse afeto, Freud (1926/1981) questiona o que é, afinal, um perigo. Sua resposta percorre o processo de constituição subjetiva do humano indicando as separações (castrações) e a condição de desamparo como aspectos intimamente associados à angústia, afirmando assim que “A angústia é a reação ao perigo” (FREUD, 1926/1981, p. 2869). Em outras palavras, o perigo pode ser compreendido pelo incremento de excitações frente às quais nos sentimos impotentes. Tal incremento se dá pela mescla de aspectos localizados na denominada realidade (“externa” ou “conhecida”) e na história pulsional (“interna” ou “desconhecida”), pois um perigo dito exterior ou real pode afetar diversamente duas

---

<sup>50</sup> Cabe lembrar que neste estudo recorreremos à edição espanhola da Biblioteca Nueva, na qual a expressão aparece como *angustia*, tendo sido traduzida livremente para o português pela autora como “angústia”. Sabemos, ainda, que na obra freudiana encontramos duas teorias sobre *Angst*, diferenciadas especialmente pelos mecanismos que geram a angústia, suas funções e especificidades na etiologia das neuroses. Nesta direção, na primeira teoria da angústia temos que ela é posterior ao recalque, enquanto na segunda assume a posição de anterioridade em relação a este (FREUD, 1926/1981). Não é nosso objetivo apresentar aqui essas teorias e visando a finalidade específica de nossa pesquisa de abordar a angústia em sua condição de um afeto, falaremos a partir da segunda teoria, cujas elaborações expressivas apontam ao texto Inibição, Sintoma e Angústia (FREUD, 1926/1981).

peças, por exemplo, a depender das significações que assumam para o Eu (FREUD, 1926/1981). Assim, a angústia não se limita à patologia e os desdobramentos dela decorrentes configuram a singularidade de cada humano frente ao que, por cada um, é significado como perigo, seja em nível de confronto, seja de expectativa:

Este afeto [angústia] tem uma inegável relação com a expectativa: é angústia *ante* algo. É a ele inerente um caráter de *imprecisão e carência de objeto*. Em alguns usos da linguagem pode ser nomeado como *medo*, quando o afeto se refere a um objeto determinado. Para além de sua relação com o perigo, a angústia tem uma relação com a neurose [...]. Surge aqui a questão de por que nem todas as reações de angústias são neuróticas, sendo muitas as que temos que reconhecer como normais (FREUD, 1926/1981, p. 2879).

É nesta acepção de uma “angústia normal” que recorreremos à presença desse afeto nos processos de decisão que abarcam condições conflitantes, tal como evidenciadas nas palavras de uma das pessoas entrevistadas, conforme apresentamos anteriormente:

*[...] é um posicionamento difícil porque ele... geralmente ocorre a colidência de dois interesses, de dois princípios, de dois direitos importantíssimos. Um exemplo, por exemplo, quando se acolhe institucionalmente uma criança... [...] É o direito à convivência familiar, o direito ao desenvolvimento da criança com... seus entes, com seu núcleo de onde ela veio, né... É esse direito contra outro direito, o direito à saúde, ou à própria vida da criança[...]* (Promotora da Infância e Juventude).

Considerando aspectos até aqui mencionados, bem como casos que apresentaremos em momentos posteriores do presente estudo, a *colidência de interesses* ou *conflitos* implicados nos processos de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento extrapolam a dimensão dos direitos. Desta forma, configura-se um campo de encontro (entre aquele que decide e em relação a quem se precisa decidir) em que afetação-angústia-conflito emergem entrelaçados. Na mescla de aspectos que integram a denominada

realidade externa e a psíquica, as situações de decisão implicam riscos, “perigos” de todo tipo a todos nela implicados, perigos estes que – de alguma forma – precisam ser confrontados, visto que é imperativo decidir.

No decorrer de nosso campo de pesquisa observamos que a grande maioria dos casos – discutidos em reuniões ou relatados em entrevistas – escancaram conflitos da existência humana. Observamos também que muitas das decisões tomadas soam insatisfatórias àquele que decide, tal insatisfação é verbalizada pela incerteza de ter “acertado” frente a uma escolha tão difícil. Assim, seria possível propor que nos processos de decisão aqui destacados possa se engendrar uma ética trágica?

## 7.4 DECISÕES E PENSAMENTO TRÁGICO

Como mencionado no item anterior, entendemos que a afetação-angústia do encontro com o outro e a condição de conflito em que é lançado aquele que decide constituem aspectos inerentes aos processos de decisão. A angústia opera tanto como alerta quanto como defesa frente ao perigo (FREUD, 1926/1981), e uma vez que encaminhar uma decisão é imperativo, esse afeto, no caso específico de nossa pesquisa, não pode beirar o pavor, a paralisia, precisa ser transformado em formas suportáveis à existência, exigindo assim uma posição de quem decide.

A ética trágica traz a implicação do sujeito em suas ações, abarcando a multiplicidade de aspectos inerentes à condição humana mesmo quando aparentemente opostos, escapando assim às lógicas binárias cuja desconstrução é imperativa no pensamento de Jacques Derrida. Por sua vez, “[...] a desconstrução só é possível através de tomadas de posições, de um posicionamento frente aos fatos, aos textos, momentânea e singularmente” (HADDOCK-LOBO, 2007, p. 70). Assim, acolher a ética trágica nos processos de decisão consiste em esforço para desconstruir a perspectiva filosófica clássica que dá suporte às concepções de ciência ancoradas no *logocentrismo*, em binarismos, na idealização da objetividade e na desqualificação dos afetos.

Na concepção de Abbagnano (2012), o conceito de trágico tem como ponto de partida o pensamento de Aristóteles e pode estar circunscrito à tragédia como modalidade de expressão artística e a uma dimensão trágica da existência cotidiana do humano.

Para Aristóteles (1979), na tragédia há a imitação de acontecimentos, que afetam pela piedade ou pelo terror. Quando a vida ou a felicidade de pessoas denominadas inocentes está em perigo, aí se instala o sentimento de piedade e terror. Tais sentimentos são decorrentes

tanto da impossibilidade de resolução de conflitos inerentes a tais situações quanto de uma resolução insatisfatória (aquém da suposta felicidade).

Considerando que crianças e adolescentes são compreendidos como seres em desenvolvimento aos quais se destina, dentre outros, o direito à proteção; considerando que à infância são atribuídas características como beleza, pureza e ingenuidade; considerando que a decisão sobre a retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento se dá frente a alguma forma de violação de direitos, sendo as violências (física, psicológica e sexual) as de maior impacto, propomos que as decisões foco desta pesquisa podem dialogar com o conceito de Trágico indicado por Aristóteles. No decorrer do campo de pesquisa observamos que os profissionais envolvidos nos processos de decisão em foco se veem diante de conflitos cuja afecção pode abarcar piedade ou terror.

Reafirmamos nosso entendimento sobre a afecção como o remetido à afetação, a condição do sujeito de afetar e de ser afetado pelo outro e pelo entorno. Ela implica, mas, não se resume ao afeto, tampouco se coloca em oposição à razão tal como nas teorias ocidentais que ganham hegemonia nas diversas áreas do conhecimento, em que a afecção é desdobrada na perspectiva binária (mais uma vez descrita abaixo), em que a série “1” se sobrepõe hierarquicamente à série “2”:

série 1 = afetar            –   ativo   –   mente   –   sujeito   –   razão  
série 2 = ser afetado   –   passivo   –   corpo   –   objeto   –   *pathos*

Frente a tais lógicas de causalidade e disjunção em que mente-corpo são parâmetros que orientam a concepção tradicional de ciência, e nela as leituras acerca da constituição subjetiva, não há lugar para sustentar conflito e paradoxo sem abrir mão de concepções apriorísticas de uma harmonia plena. Daí a importância de se recorrer à ética trágica.

No pensamento moderno encontramos três concepções de base sobre a natureza do Trágico. A primeira, relativa a Hegel (1999; SZONDI, 2004; MACHADO, 2006), entende que o conflito é resolvido por intermédio de processos contínuos de superação das contradições, cujo fim último pressupõe uma ordenação perfeita que reestabelece uma situação de harmonia. Contrária a ela, temos a segunda concepção, de Schopenhauer (1997; SZONDI, 2004; MACHADO, 2006), para quem o trágico é sinônimo da impossibilidade da resolução do conflito, frente ao que só cabe resignação ou desespero. Por fim, é em Schiller (1991; SZONDI, 2004; MACHADO, 2006) que encontramos a terceira

concepção do Trágico, cujo viés se localiza na poesia sentimental, através da representação do conflito entre o real e o ideal.

Posteriormente, temos Nietzsche (1983; SZONDI, 2004; MACHADO, 2006) como um dos importantes filósofos sobre o Trágico e sua dimensão paradoxal ao considerar “[...] por um lado, o caráter terrificante da existência, por outro a possibilidade de aceitar e transfigurar esse caráter por meio da arte ou da vontade de poder” (ABBAGNANO, 2012, p. 1156). No conjunto da obra de Nietzsche se instala a possibilidade de problematizar o Trágico considerando que, ao ir além da racionalidade e da verdade como absolutos e acolher a arte como possibilidade de transformação criativa do sofrimento-angústia, as decisões podem perder seu caráter definitivo ou de perfeição, conforme observamos nas afirmações de Castro (2008, p. 128-129):

Leitor e discípulo de Schopenhauer em sua primeira fase de produção, como seu mestre, Nietzsche concebe a vida como vontade, desejo, força cega que escapa à razão humana. Do ponto de vista racional, a vida, em íntima imbricação com a morte, é absurda. Enquanto processo constante de construção e desconstrução, o mundo não é mais que um jogo, brincadeira de um deus criança que “assenta pedras aqui e ali e constrói montes de areia e volta a derrubá-los”, conforme a misteriosa imagem de Heráclito. No entanto, essa filosofia pessimista exige uma arte otimista como remédio que cura e nos salva do “supremo perigo” da verdade insuportável. Ao contrário de Schopenhauer, para quem a única solução dada ao homem consiste, em última instância, na negação da vontade, Nietzsche concebe um pessimismo diferente, um pessimismo da potência ou “da fortitude”, que conta com o feitiço da arte para transfigurar a horrenda verdade.

A dualidade presente na filosofia de Nietzsche – pelo par pulsional Apolo e Dionísio e, posteriormente, Sócrates e Dionísio – aponta a possibilidade desses polos coexistirem sem que um precise aniquilar o outro, afirmando assim a inexorabilidade do conflito na existência humana, sem que para isso ela deva ser desqualificada. Ainda, a razão como principal e ilimitado recurso ao conhecimento é questionada:



Com a figura de Sócrates, Nietzsche evidencia o homem teórico e sua inabalável fé na razão. Encontramos então o início do que chamaremos com Nietzsche de tendência socrática na qual a pulsão dionisíaca, com sua sensualidade nada comedida e suas manifestações inconscientes e ilógicas é considerada como um mal a ser combatido, contraditado. Tal tendência significou o fim da tragédia grega, porém não a extinção do conhecimento trágico, pois, como dissemos, o conhecimento racional se apresenta auto-destrutivo; ao ser levado ao extremo de suas possibilidades termina por atingir seus próprios limites, e assim o conhecimento trágico se impõe novamente (GHISI, 2007, p. 12).

Os limites da razão também estão presentes na psicanálise de Freud ao conceber a ação do inconsciente na constituição do psiquismo e nas ações do Eu. Este último, como uma instância cindida, possui precário controle sobre si e em relação à possibilidade de um conhecimento pleno sobre seus objetos de estudo. Essa cisão com a hegemonia da razão e o advento dos limites do Eu “[...] rompe definitivamente com a tendência socrática e opera o retorno do conhecimento trágico” (GHISI, 2007, p. 13).

Na obra de Freud, o conflito está localizado na luta entre os polos Consciente e Inconsciente e, em seus textos mais tardios – após sua segunda tópica<sup>51</sup> –, tal embate tem como foco primeiro as pulsões de vida e de morte. As lógicas implícitas na afirmação de tornar consciente o que é inconsciente e na busca de homeostase psíquica pela eliminação do desprazer encontram seus limites ao observar que as cenas traumáticas de guerra eram revividas psiquicamente.

Na revivência de tais cenas, a dor nela implícitas é também revivida, escapando da lógica homeostática em busca de prazer e apontando o princípio da repetição como pressuposto que direciona Freud à concepção de uma pulsão de morte, chegando a afirmar que “O objetivo de toda vida é a morte” (FREUD, 1920/1981, p. 2526). Entretanto, tal afirmação não consiste em pessimismo que visa esvaziar o sentido da existência humana, mas sim que a morte e aquilo que pode ser entendido

---

<sup>51</sup> A tópicas freudianas consistem em constructos teóricos para compreender constituição, organização e funcionamento do aparelho psíquico, conforme exposto na página 175 deste estudo.

como doloroso ou terrorífico, tudo isto é inerente à condição humana e está expresso no embate pulsional vida-morte cujo desfecho é singular. Mais do que a vitória de um ou de outro, o que se impõe nesta perspectiva é o enfrentamento do conflito como possibilidade para acolher o devir. Frente a isto, não há razão que dê conta de previsões certas, seja para a vida, seja para a morte. Em outras palavras, não há Bem ou Mal supremos e absolutos, mas sim processos históricos e subjetivos em que a implicação do sujeito pode afirmar uma ética trágica.

Na história da filosofia ocidental, as concepções de Bem estão formalmente situadas nos territórios teóricos da metafísica e do subjetivismo. No primeiro, o Bem é equacionado à perfeição da realidade, sendo tomado como um *a priori* que, desdobrado em finalidades específicas, leva à construção de teleologias; no segundo, o Bem só o é na condição do desejável, ou seja, não almejo o Bem porque realidade perfeita já dada, mas sim porque pelo ato de desejar é delineada uma condição de perfeição e realidade.

Com relação ao Mal, há o correlato nas noções metafísica e subjetivista acima mencionadas, entretanto, no campo da metafísica as concepções se subdividem em um Mal como *não ser* frente à condição geral de existência e outro como um dos polos da *dualidade* do ser em sua própria existência. Na condição de *não ser*, aquilo que é ou existe se resume ao Bem, sendo o mal apenas sua ausência. Como aspecto da *dualidade*, a condição de conflito destas polaridades – Bem e Mal – ganha relevo no ser. No âmbito subjetivista, a questão não se localiza na existência do mal, mas sim na negatividade do desejo e em juízos de valores, ou seja, se ao desejar delinco o Bem como valor, o Mal é “desvalor” não desejado, o que implica o uso da razão para definir os princípios que orientem tais critérios valorativos.

A problematização sobre Bem e Mal, bem como seus desdobramentos na ética, constitui em vasto território habitado pela multiplicidade de pensamentos no decorrer dos tempos, de forma que as posições gerais aqui resumidamente expostas emergem através das ideias dos muitos filósofos de maneira a se localizar em uma ou em outra tendência (metafísica e subjetivista), mas não raro posições subjetivistas carregam princípios da metafísica, localizando esta vertente como hegemônica na história da filosofia ocidental.

Entendemos que no âmbito do Direito, a elaboração de leis toma como pressuposto perspectivas de Bem e de Mal que equacionam a realidade à verdade única. Assim, no fundamento do sujeito de direitos há uma concepção de constituição psíquica restrita à ordem da razão e da consciência e, por sua vez, à possibilidade de uma representação

identitária apoiada na generalização. É a partir dessas concepções específicas que a lei e a moral se engendram no direito como um *a priori* que caracterizaria a demanda de um sujeito universal.

Desta forma, no decorrer de nossa pesquisa observamos que a medida da lei como referência é preservada, mas em alguns espaços ela é problematizada, compondo assim um campo de forças entre saberes que pressupõem diferentes sujeitos para encaminhar as decisões sobre a retirada de crianças-adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento:

*Ali...é...(silêncio). Existe um peso... hã...emocional, existe...uma dificuldade de compreender daí a lógica do Ministério Público nesse caso em específico... [...] Aí que entra, são pontos de vista diferentes. O Ministério Público não está errado na lógica dele...Mas nós...A equipe discorda! Porque tem uma outra lógica. Então...bem, só nos resta manifestar nossa opinião, nossa avaliação e esperar a decisão, que vai ser do juiz, lá na frente. [...]a gente discute aqui que existe uma diferença entre o sujeito do direito, o sujeito de direito e... o sujeito... social, o sujeito do inconsciente, tem várias abordagens, as leituras de cada psicólogo. O...o trabalho da assistência, em tese, é garantir direitos a esse sujeito de direitos. [...] Porque pressupõe-se que daí ele acessando esses direitos é...ele consegue se proteger da...da violência; isso é no papel, é o formalismo da...do serviço. O Ministério Público, o Judiciário agem pelo sujeito do direito, que não necessariamente é o sujeito de direito, já existe uma distinção, ali. E os atendimentos, a prática do trabalho, de trabalhar as famílias, as relações sociais, a... mudanças culturais, aí algumas vezes ela não passa por nenhum dos dois campos, é um outro campo subj...de sujeito, que a legislação não consegue abarcar tudo.[...] É...tem manifestação das pessoas que..., uma forma das pessoas se colocarem que não tá presente no estatuto da criança, não tá... esse sujeito não tá presente dentro do campo do direito, que nós temos que atuar! E, existe uma dificuldade em fazer esse fenômeno entrar na...na...no campo do direito pra balizar uma decisão do Judiciário. [...] O contrário*

*é mais fácil porque o Judiciário toma suas decisões, e o sujeito do inconsciente, o sujeito social, ele tem que se haver com as decisões tomadas.[...] Mas levar o sujeito...esse sujeito subjetivo, vamos usar esse termo que é bem complicado, mas... [...] é... levá-lo ao campo do direito é...ele é complexo às vezes (Psicólogo@ PAEFI, grifo nosso).*

Lembrando aqui o caso clínico de José, que nos acompanha no pano de fundo deste estudo, podemos afirmar que, de fato, coube a ele se haver com as decisões tomadas. Assim, a fala transcrita acima reforça a importância de um esforço para abrir espaço a esses sujeitos descritos como referenciados ao inconsciente e ao social que não cabem nas leis, mas que nem por isso deixam de existir. Eles podem falar – talvez – quando inseridos nos atendimentos, quando a relação com o outro é tomada pela inexorabilidade da afetação, pelo que dela se relaciona aos conteúdos conscientes e inconscientes; quando as perspectivas do conflito e do trágico encontram alguma ressonância. Mas será possivelmente silenciado quando chegar à esfera jurídica. Ainda, a fala chama nossa atenção para a ótica da Assistência Social, cuja sistematização ancorada na política de direitos humanos é expressiva no Sistema de Garantia de Direitos.

Para Derrida (2004b), a manutenção de sistemas é um dos motes do acontecer humano. Se por um lado tais sistemas garantem uma funcionalidade desejável, eles tendem a se endurecer em decorrência do medo daquilo que pode lhes causar fissuras sempre indesejáveis, dadas as concepções de unidade e totalidade que lhes atribui – imaginariamente – consistência. Nesta direção, propomos que um conhecimento que acolhe a ética trágica, bem como a dimensão do inconsciente em sua condição com o disruptivo são aspectos que ficam escandidos por abarcarem certo tipo de ameaça, seja às instituições, seja àqueles que nelas trabalham:

Esse “sistema” e essa “Ideia” são antes de tudo construções produzidas para resistir ao que é sentido como ameaça. Pois a “lógica do inconsciente” permanece incompatível com o que define a identidade do ético, do político e do jurídico nesses conceitos, mas também em suas instituições, e portanto em suas experiências humanas. Se levássemos em conta seriamente, efetivamente, praticamente a psicanálise, seria um

terremoto quase inimaginável. Indescritível. Mesmo para os psicanalistas (DERRIDA, 2004b, p. 214).

Assim, entendemos que o esforço a ser relevado consiste em suportar – e manter – um embate de forças para além das imaginárias solidez e destruição, embate este em que pela condição de movimento seja possível engendrar soluções-decisões que considerem os “diferentes sujeitos” nele implicados. Tal embate, entretanto, implica desassossego, inquietação, angústia, visto que nos expõe ao outro que em sua condição de desconhecido pode remeter ao que de nós é por nós desconhecido.

## 7.5 CAMINHOS DA IDENTIFICAÇÃO

Os termos identificação e identificar estão presentes na linguagem comum. De acordo com o dicionário da língua portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1975), identificação é o “Ato ou efeito de identificar (-se); reconhecimento duma coisa ou dum indivíduo como os próprios” e identificar é “Tornar idêntico, igual; determinar a identidade; fazer de (várias coisas) uma só; tomar o caráter de; confundir o que é seu com o alheio; conformar-se, afazer-se, ajustar-se” (p. 738).

Mesmo que com limites impostos pelo denominado princípio da realidade, crianças, adolescentes e adultos se identificam com pessoas do cotidiano, ideologias, grifes, estilos de vida, celebridades, valores, dentre outros. De todas as formas possíveis, as identificações apontam a existência de um “espaço” que mescla o Eu e o não Eu. No cruzamento de significados presentes na linguagem comum, ou em fragmentos do cotidiano, podemos encontrar a porta de entrada para o conceito de identificação em psicanálise, uma vez que nos remetem à experiência de ser alguém *como se* fosse uma outra pessoa.

Em uma carta de 17/12/1896 endereçada a Wilhem Fliess, Freud delineia a primeira ideia de *identificação*<sup>52</sup>, a partir de reflexões sobre a agorafobia: as mulheres que apresentavam a dificuldade de circular nas ruas também apresentavam uma extrema repulsa pelas prostitutas. O sentimento de repulsa associado à fobia seria a evidência da identificação.

---

<sup>52</sup> Para elaborar este histórico sobre o conceito de identificação na obra de Freud foram tomadas como referências básicas o *Vocabulário de Psicanálise* de J.Laplanche e J.B.Pontalis (1988); o *Dicionário de Psicanálise* de Elisabeth Roudinesco e Michel Plon (1998); e as *Obras Completas* de Sigmund Freud, conforme textos indicados.

Ao estarem nas ruas essas mulheres sentiam e desejavam agir “como se” fossem prostitutas, o que indicaria um desejo sexual recalcado de sair pelas ruas e de se relacionarem sexualmente com o primeiro homem que vissem (FREUD, 1887-1902/1981).

Em manuscrito enviado a Fliess em maio de 1897, Freud começa a questionar sua própria teoria da sedução. Esta teoria considerava que a base da neurose de suas pacientes estava na ocorrência real de cenas relatadas em que haviam sido seduzidas por seus pais. Dentre outros fatores, o número excessivo desses relatos abre brechas para que Freud questione sua ocorrência e com isso passe a conceber que, em muitos casos, as cenas consistiam em fantasias. Não equivalentes a mentiras, essas cenas davam notícias de que em uma mesma pessoa é possível habitar outras “personas psíquicas”. Esta condição de ser muitos na fantasia seria possível pelo processo de identificação.

Essas primeiras construções sobre o conceito de identificação apontam para um processo dinâmico e complexo, em que estão presentes elementos das realidades objetiva e subjetiva e, de forma especial, conteúdos inconscientes. Tais características serão mantidas nas elaborações posteriores, sendo atreladas aos processos de desenvolvimento psicosssexual do indivíduo e, posteriormente, funcionamentos sociais.

No texto *Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade* (1905a/1981), Freud toma como referência a prática do canibalismo de alguns povos para começar delinear a fase oral como etapa primeira do desenvolvimento psicosssexual. Entretanto será em *Totem e Tabu* (1913) que essa ideia será melhor desenvolvida. Partindo da premissa de uma horda primitiva em que os irmãos assassinam o pai e o devoram, Freud indica que, pelo ato canibalesco, cada um dos filhos acredita se apropriar da força paterna (FREUD, 1913/1981). Essa apropriação corporal ganha sentido figurado e é reconhecida como uma das formas para se identificar com aquele que se admira.

Em *Introdução ao Narcisismo* (1914/1981) serão estabelecidas novas relações entre os processos de identificação e o desenvolvimento psicosssexual, delineando a presença das identificações na constituição do Eu e, posteriormente, em suas escolhas objetais. Assim, os objetos de amor eleitos por cada um de nós a partir da adolescência e, em especial, na idade adulta ocorreriam por *identificação* aos primeiros objetos amorosos do início da vida. Além das escolhas narcísicas, haveria a “escolha de objeto por apoio”, diretamente referida às figuras parentais. A partir desta perspectiva, o que denominamos *identificação* será melhor

compreendido por *identificações*, como processos presentes desde a constituição mais incipiente de um Eu.

Ao reunir as noções de incorporação (e o sentido figurado do canibalismo) e de escolhas que remetem às primeiras relações objetais, será possível a Freud fazer uso do conceito de identificação para compreender a intensidade e o prolongamento da dor diante de perdas. Em *Luto e Melancolia* (1917), evidencia-se uma identificação pautada pela modalidade das relações de objeto da fase oral, assim compreendida: ao se deparar com uma perda (real ou simbólica), o sujeito fica identificado (misturado, incorporado) com seu objeto de amor de tal forma que, por não o ter mais, experimenta a perda não apenas do objeto, mas também de parte significativa de si mesmo.

Para que se dê sequência a este percurso histórico do conceito, faz-se necessário apontar que a psicanálise freudiana apresenta dois momentos relativamente distintos – as duas tópicas – que marcam as bases das produções teórico-clínicas.

As tópicas podem ser consideradas esforços para compreender a formação e o funcionamento do psiquismo humano. A Primeira Tópica é esboçada no *Projeto para uma Psicologia* (1895b/1981) e apresentada em seu formato final em *A interpretação dos Sonhos* (1900/1981). Sua característica central está em conceber o psiquismo pelas diferenças e relações entre os sistemas Inconsciente, Pré-consciente e Consciente. Na Segunda Tópica, elaborada de 1920 a 1939, essa concepção é problematizada. Os sistemas são mantidos, mas a eles serão acrescentadas as instâncias Eu, Isso e Supereu<sup>53</sup>, configurando uma nova dinâmica do psiquismo. Algumas razões, abaixo descritas por Laplanche e Pontalis (1988), concorrem para esta revisão teórica:

A partir de 1920, Freud elaborou outra concepção da personalidade (...). O motivo principal classicamente invocado para explicar esta mudança é a tomada em consideração cada vez mais intensa

---

<sup>53</sup> Os nomes atribuídos às instâncias psíquicas variam nas traduções. Nas *Obras Completas de Freud*, da Biblioteca Nueva, por nós utilizada, encontramos *Yo*, *Ello* e *Super-yo*, passíveis de tradução para o português como *Eu*, *Isso* e *Supereu*, respectivamente. Esta é também a forma utilizada por Elisabeth Roudinesco e Michel Plon (1998). Na edição brasileira do *Vocabulário da Psicanálise*, de Laplanche e Pontalis (1988), as instâncias são denominadas *Ego*, *Id* e *Superego*. Faço a opção por *Eu*, *Isso* e *Supereu*, por melhor se aproximarem dos significados do original alemão. Entretanto, nas citações são mantidas as formas utilizadas por cada autor.

de defesas inconscientes (...). Na realidade não se pode limitar a tal idéia (...) Uma das principais descobertas que a tornou necessária [a mudança] foi a do papel desempenhado pelas diversas identificações na constituição da pessoa e das formações permanentes que depõem no seio dela (ideais, instâncias críticas, imagens de si mesmo). Na sua forma esquemática, esta segunda teoria faz intervir três ‘instâncias’, o *id*, pólo pulsional da personalidade, o *ego*, instância que se situa como representante dos interesses da totalidade da pessoa e que como tal é investido de libido narcísica, e, por fim, o *superego*, instância que julga e critica, constituída por interiorização das exigências e das interdições parentais (p. 660).

Além da relação entre cada instância, há formações específicas em cada uma delas, o que implicará relações “dentro” de cada instância. Sistemas e instâncias estão mesclados e sobrepostos, o que significa dizer, por exemplo, que o Eu comporta aspectos conscientes e inconscientes. Se o papel das identificações concorre para uma revisão teórica, esta também terá implicações na reelaboração do conceito de identificação. Assim, a partir do texto de 1921 – *Psicologia das massas e análise do eu* –, o conceito recebe uma definição mais precisa, contemplando (e indo além) as construções e transformações até aqui operadas.

A identificação é conhecida em psicanálise como a manifestação mais antiga de uma ligação afetiva a outra pessoa. E desempenha um importante papel na pré-história do complexo de Édipo [...] A identificação é, ainda, desde sempre ambivalente e pode se expressar tanto por uma manifestação carinhosa como no desejo de eliminação (FREUD, 1921/1981, p. 2585).

Os processos de identificação aparecem entrelaçados de maneira estreita a todo o desenvolvimento psicosssexual, ocupando lugar de destaque na constituição do Eu, no complexo de Édipo<sup>54</sup>, nas escolhas de

---

<sup>54</sup> “[...] O complexo de Édipo é a representação inconsciente pela qual se exprime o desejo sexual ou amoroso da criança pelo genitor do sexo oposto e sua hostilidade para com o genitor do mesmo sexo. Esta representação pode inverter-se e exprimir o amor pelo genitor do mesmo sexo e o ódio pelo do sexo oposto.



objeto e nas relações sociais. A partir desta elaboração, Freud distingue três tipos de identificação:

- A identificação como *incorporação* (com base no modelo canibalesco), também conhecida como *identificação primária*, referida a uma fase pré-edípica, mais especificamente no estágio oral.
- A identificação como *regressão*, facilmente observável na histeria em que “imita-se” o sintoma da pessoa amada e não a própria pessoa amada. São casos em que – pelo processo regressivo – a identificação assume parcialidades do objeto-outro, um único traço mesmo que sintomático (uma tosse, um cacoete ou uma forma de andar).
- A identificação como condição de se colocar no lugar do outro, que, ao contrário das anteriores, é *desprovida de investimento sexual*. Pode ser observada em comunidades (ou massas) ligadas afetivamente e conduzidas por um líder. Esse líder ocupa o lugar de *ideal de Eu* para cada integrante da comunidade. A idealização comum fornece as bases para uma identificação entre os integrantes, mantendo-os unidos. Esta identificação-elo garante a coesão da comunidade e assegura o lugar de liderança.

Essa síntese, que se insere na segunda tópica, exige o detalhamento de alguns conceitos relacionados ao complexo de Édipo e a processos de identificação. Dentre esses, serão destacados abaixo: o Eu ideal, o ideal de Eu e o *Supereu*, cujas fronteiras por vezes se confundem.

De forma sintética, podemos dizer que o *Eu ideal* é a primeira organização do eu infantil, fruto das primeiras relações libidinais, em que a perfeição e a onipotência são a tônica principal: amar a si mesmo é amar seu *Eu ideal*, é amar aquele que lhe dizem que é, uma imagem percebida, mas não construída por ele. Entretanto, essas relações vão sendo transformadas, levando à necessidade de um refúgio, de algo intermediário entre a perfeição e a possibilidade. Surge então o *Ideal do eu*, que substitui o *Eu ideal*, mas mantém este último sempre como fonte inconsciente de referência. O novo Eu não é mais um objeto de amor, mas uma meta submetida a critérios e parâmetros que indiquem em que medida está sendo atingida (ou não). O que inicialmente era um tipo de assimilação de um ideal (o Eu ideal) é agora transformado em algo a ser alcançado. No *Eu ideal* o indivíduo é; no *Ideal do eu* o indivíduo deve vir a ser. O *Supereu* é compreendido como uma formação diferenciada do

---

Chama-se Édipo à primeira representação, Édipo invertido à segunda, e Édipo completo à mescla das duas” (ROUDINESCO, 1998, p. 166).

*Eu*, que exerce controle sobre ele e se origina no *Isso*. Sua função principal, a crítica, é originária das repressões, impedindo o acesso de determinados conteúdos à consciência, mas também se apresenta como modelo. Como metáfora, o *Ideal de Eu* seria um “modelo” e o *Supereu* um “juiz”<sup>55</sup>. Caberia ainda ao *Supereu* a função de ser o portador das heranças culturais e das tradições, o que seria possível pelas identificações da criança com o *Supereu* de seus pais. Tanto *Ideal de eu* como *Supereu* relacionam-se à formação de ideais individuais ou coletivos, a partir das figuras parentais e seus substitutos na sociedade (CINTRA, 1998).

A temática edípica está presente na obra de Freud de 1897 a 1938 (ROUDINESCO, 1998), mas as concepções de *investimento do objeto* e *identificação* poderão ser diferenciadas com maior clareza em *A dissolução do complexo de Édipo* (1924). Enquanto o investimento (ou catexia) se refere à energia pulsional, a identificação consiste na apropriação de qualidades. Na trama edípica, a criança investe para ocupar o lugar de alguém e assim permanecer ligada a seu objeto amoroso. A impossibilidade de ocupar esses lugares (relacionada à castração) leva à saída do Édipo, o que implicará na identificação com a figura parental que se pensou poder eliminar da cena. As figuras do pai ou da mãe são, por sua vez, objeto de amor e rivalidade (LAPLANCHE, 1988). Essa identificação tem importância para a constituição subjetiva e para suas interfaces com a cultura.

Por fim, em *A decomposição da Personalidade Psíquica* (1933/1981), Freud reafirma a importância das descobertas relativas ao conceito de identificação, em especial para compreender a formação do *Supereu*, mas mostra-se descontente com as elaborações realizadas até então por perceber uma “complicação” excessiva em alguns de seus aspectos (ROUDINESCO, 1998). A despeito dessa aparente insatisfação, *identificação*, *processos de identificação* e *identificações* compõem um núcleo conceitual relevante na obra de Freud e na Psicanálise em geral. Em estudos posteriores, cada autor tomará a *identificação* em acepções próprias, guardando relação com uma ou mais das modalidades originalmente indicadas por Freud.

De forma específica, a identificação implica o processo de assimilação ou apropriação de características, atributos ou traços de seres humanos com os quais se estabelecem relações de proximidade

---

<sup>55</sup> Pierre Kaufmann (1996) aponta que Lagache estabelece a relação entre essas duas instâncias da seguinte forma: “O superego corresponde à autoridade e o ideal do ego à forma como o indivíduo deve se comportar para corresponder à expectativa da autoridade” (p.182).

(LAPLANCHE; PONTALIS, 1988; ROUDINESCO; PLON, 1998). As identificações são frequentes em nossa vida, mas de fundamental importância na infância (FREUD, 1914/1981). É a partir delas que selecionamos referências, fragmentos relacionados a pessoas, experiências e histórias que, mesclados e elaborados de forma singular, nos permitem dizer o que somos. Entretanto, dizer o que se é não consiste em um todo completo nem definitivo, pois está atravessado pelo inconsciente. O eu descentrado de uma lógica racional e totalizante comporta mecanismos inconscientes e processos de identificação tanto nas relações em geral como em situações sociais (COSTA, 1986; FREUD, 1921/1981).

Retomamos aqui a dimensão das afecções como condição inexorável nas relações humanas, logo, nos processos de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento. Conforme exposto, em nosso trabalho de campo encontramos as falas dos profissionais do SGD na direção de se mostrarem “atingidos” pelo sofrimento do outro. Tal relação com o sofrimento – do outro e de si mesmo – foi por nós delimitada a partir da afetação, ou seja, aquilo que é suposto em relação ao sofrimento da criança-adolescente afeta aquele que deve encaminhar decisões a ela relativas, colocando-o assim em uma condição de “instabilidade e desconforto” por ele nomeada como sofrimento, aqui delineada como angústia na condição de estado afetivo frente a um possível perigo por vir.

No caso específico, a ideia de “um perigo por vir” não aponta à materialidade de um fato qualquer, mas sim à possibilidade de que na afetação inerente ao encontro com o outro (que aponta à angústia) sejam “tocados” aspectos da história subjetiva daquele que ali está para encaminhar uma decisão. Entendemos que nesses encontros possa ocorrer um “emaranhado” de exposições, colocando em jogo processos de identificação. Como sabemos, tais processos se referem à constituição subjetiva e suas relações com o outro, quando são delineadas figuras de referência e possibilidades para se afirmar um “eu sou”. Por considerar a hipótese do inconsciente, para psicanálise tal afirmação nunca é definitiva, de forma que tais processos de identificação estão sempre “em aberto”, alocando o eu em uma condição de instabilidade. Ou seja, precisamos dessa afirmação (ilusória) do que somos para dar suporte à nossa forma de estar e agir no mundo. Entretanto, nossas figuras de referência e as trilhas identificatórias a ela relativas permanecem “vivas” e compõem as cenas psíquicas do acontecer cotidiano. Logo, podem integrar os processos de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento e ganharem importância nos

processos de subjetivação cujas posições assumidas frente ao outro têm contornos singulares. Assim, no encontro com o outro a ficção de uma identidade conhecida e estável pode ser abalada:

A crença em uma possível essência constitutiva da subjetividade, que sustenta a representação identitária, é prazerosamente aceita pela maioria das pessoas, pois aplaca a angústia perante os limites do conhecimento sobre si e sobre o mundo, ao responder de forma categórica a perguntas como “quem sou?” ou “quem é o outro?”. Assim, essa crença revela o medo de nos depararmos com a contradição, com a dúvida e com a diferença (SOUZA, 2004, p. 123).

Como mencionado, a realidade cotidiana dos profissionais apresentados no filme *Polisse* não fica muito distante daquela vivida por alguns profissionais do Sistema de Garantia de Direitos no Brasil. E, tal como supomos ser indicado no filme, em mais de uma oportunidade as pessoas entrevistadas nesta pesquisa trouxeram situações que – pela afetação implicada – apontam à possibilidade de processos de identificação singularizados em cenas específicas. É sabido que tais processos abarcam aspectos conscientes e inconscientes. Entretanto, dada a condição de uma pesquisa *extra-muros*, não nos ocuparemos da análise de conteúdos inconscientes desses processos cujo acesso e elaboração consiste em tarefa específica (e difícil) mesmo quando alocada no *setting* de análise. Isso não significa dizer que o inconsciente será desconsiderado, mas sim que será sobre o conteúdo – simbolizado e consciente – que nos traz a pessoa entrevistada que faremos observações sobre aquilo que supomos serem processos de identificação.

*[...] a gente fa...tá falando muito aqui né, de garantia de direito, tudo mais, e às vezes a gente...esquece do sentimento às vezes um pouco da criança, assim, nesse sentido. [...]Eu tirei a criança, a criança tava na caminha, deitadinha e dormindo. Eu tirei, até... tivemos que fazer meio que rápido aquilo, eu não pude preparar a criança porque a avó já tava aos gritos e não queria deixar né...a...a fazer a retirada...E a criança tava dormindo, ela... e eu levei ela pro meu colo, ela acordou assustada, e aí eu botei ela no meu colo, ela pelo susto, pela aquela situaç...Imagina, ela*

*não me conhecia! Ela nunca, né, tinha me visto! Fez... é, acabou fazendo xixi em mim, né, do nervosismo, naquele momento eu tentei acolher [...]E assim, ela foi chorando, quando ela...se acalmou, quando ela tava...meio que se adaptando comigo, foi a outra retirada da...de mim pra casa de acolhimento. E aí, mais uma vez ela fez... fez xixi, e o choro e aquilo que... É difícil, foi difícil pra mim, muito mais pra criança! [...] É, porque tu vê... Eu não me imagino, Ana, assim... Ana, não imagino as minhas crianças de repente tendo que sair da minha família, né, ir pra uma outra totalmente desconhecida, as pessoas que não conhece, então, eu me coloquei no lugar, naquele momento, e...é sofredor assim, doído, é doído...[...]É doído, é sofredor, porque tu toma decisões que tu acredita que sejam corretas mas...que dói, porque tu vê o sofrimento daquela criança.[...]. Não é aquela coisa assim, eu fiz hoje, eu fui lá, retirei a criança, fiz hoje e eu não vou lembrar mais do caso, eu não vou mais pensar que aquela criança tá lá na instituição... será que ainda tá e sofre...Sabe? Isso fica, marca a gente! E vai...e todos casos vão ficando! (Conselheir@ Tutelar).*

O relato deste caso é maior do que trazemos aqui. Ele foi recortado visando não expor a criança e a pessoa entrevistada. Mas também é maior pela forma como nos afetou na cena da entrevista. Agora, ao transcrevê-lo para o leitor, lembro-me de uma criança conhecida quando, ao chegar a sua casa trazendo uma boa notícia, disse: “Mãe, eu tô muito feliz! Abre rápido todas as janelas porque a felicidade não cabe aqui!”. Ainda que por outros caminhos, o caso relatado pel@ Conselheir@ também pareceu não caber em nós no momento da entrevista; logo, também a pesquisadora foi pega nas “curvas da angústia”. Para a pessoa entrevistada, o caso, ocorrido no passado, permanecia presente pela trama de afetos sem nome, sem cara, livres para serem ligados (ou não) com outros casos, do trabalho e da vida pessoal; separação de mundos didática, mas inócua para a realidade psíquica.

Estes são alguns dos caminhos das identificações, ao se colocar no lugar do outro que também é o seu: criança-adulto assustada frente a um desconhecido que extrapola suas possibilidades de simbolização; pai-mãe

continente à dor do outro que também é sua ao imaginar a insuportabilidade desse lugar se ocupado por “suas crianças”.

Os processos de identificação deslizam em uma temporalidade não linear. Podem favorecer a proximidade com o outro, como no caso acima relatado. Mas também podem dele nos afastar. Processos de identificação maciços (projetivos) acarretam a sobreposição hierárquica do eu sobre o outro, fazendo desaparecer este último. Pela proximidade ou pelo afastamento, em maior ou menor grau, nós nos constituímos através de tais processos, cuja existência persiste – sempre em movimento – em todas as relações humanas.

Caberia então questionar a medida de nossa autonomia, ou o que dela se relaciona à liberdade comumente associada a uma condição humana em que a consciência dá o tom de nossas escolhas, de nossas decisões enfim. E nesta seara, é a educação que emerge como possível solução para teleologias em que o humano chegaria às condições ideais de sua existência.

## 7.6 EDUCAÇÃO, LIBERDADE E O INTERESSE DO OUTRO

A transição para a Modernidade tem como uma de suas características a proposta do afastamento dos preceitos religiosos como ferramenta para compreensão do mundo. No lugar destes, será à razão – em especial o pensamento cartesiano e desdobramentos – a quem se atribuirá o poder para tal feito.

Inserido neste contexto nos remetemos a Kant (1783/1985), em seu clássico *Resposta à Pergunta: Que é “Esclarecimento”?* (“*Aufklärung*”). Não temos aqui a pretensão de análise desse texto trabalhado na filosofia por pensadores como Foucault, dentre outros, visto ser complexa para as finalidades deste momento. Assim, destacaremos alguns trechos considerados por nós de importância frente às problematizações propostas na presente pesquisa.

Kant inicia com as definições sobre *esclarecimento* e, seu oposto, *menoridade*:

Esclarecimento [“*Aufklärung*”] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem

de *servir-se de si mesmo* sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento [“Aufklärung”] (KANT, 1783/1985, p. 100).

Na sequência, Kant atribui à preguiça e à covardia o fato de um homem permanecer na menoridade, tal como estivesse acomodado nas tutelas exercidas pela religião, pelo direito e pelo conhecimento, três exemplos apresentados pelo filósofo, dentre os quais dá maior ênfase à Igreja. Sair desta condição heterônoma exigiria do homem o esforço de fazer uso de sua razão para questionar o outro e a si mesmo.

Os preceitos e as fórmulas aprisionam o homem na menoridade, sendo preciso se desvencilhar deles fazendo uso da razão. Logo, para caminhar na direção do esclarecimento, a liberdade é condição inexorável. Mas na diferenciação do uso público e privado da razão, tal liberdade encontra seus limites. Entende-se por uso público da razão “[...] aquele que qualquer homem, enquanto sábio, faz dela diante do grande público do *mundo letrado*” (KANT, 1783/1985, p. 104); e por uso privado da razão “[...] aquele que o sábio pode fazer de sua razão em certo *cargo público* ou função a ele confiado” (KANT, 1783/1985, p. 104). Quando responde por um cargo público (governante, padre, professor, por exemplo), a obediência aos preceitos – fórmulas, regras, leis – deve se sobrepor à liberdade; já no mundo letrado, a liberdade do homem é alargada e pode engendrar o pensamento autônomo.

Em uma ou em outra condição, é a razão que pode balizar as ações. Diferentemente da proposta cartesiana em que a razão é um absoluto, em Kant ela está a serviço de um pensamento crítico para problematizar, inclusive, a própria razão quando a serviço do conhecimento. Tal *pensamento racional* emerge como sinônimo de *consciência* e se avizinha da moralidade. A culpa, a preguiça, a covardia são alguns dos adjetivos presentes no texto kantiano para justificar a permanência do homem como menor, na *menoridade*, condição esta que caracteriza uma etapa da vida em que devem estar apenas as crianças. Assim, o homem adulto seria o responsável por sua condição de maioridade-autonomia, bem como de sua permanência na menoridade-heteronomia.

Kant caminha na direção do projeto da Modernidade que acredita ser possível ao homem a condição de um domínio total de si e de seu meio, mas ao desestabilizar a razão absoluta, tal como se apresentava na lógica cartesiana, põe limites às possibilidades do conhecimento.

Se, por um lado, o denominado movimento *Aufklärung* constitui em elemento fundamental para a concepção de um homem livre-limitado, cujos desdobramentos constituem parte da filosofia crítica ocidental subsequente, de outro, para além da continuidade deste movimento a favor da ousadia, o pensamento crítico kantiano também foi utilizado no decorrer da história na retenção dessa liberdade e na crença de eficácia dos mecanismos de controle, tal como aponta Giacoia Junior (2013):

Foucault identifica esses vetores de continuidade histórica abertos muito mais à crítica kantiana do que à ousadia emancipatória da *Aufklärung* que a precedeu basicamente a partir de três segmentos: *uma ciência positivista*, confiante em suas próprias bases e procedimentos, e criticamente vigilante em relação a seus resultados; *o desenvolvimento do Estado*, nos moldes dos modernos estados de direito que se colocavam a si mesmos como razão profunda e finalidade da história; e, entre ambos, soldando-os, *uma ciência do Estado* (p. 7-8).

Com um *Aufklärung* na contramão da ousadia, observamos que a razão permanece no século XXI como principal medida para concepção de uma condição humana adequada, ponderada, civilizada. O trecho que segue parece reafirmar essa posição ao entrelaçar educação e razão para fazer frente ao que dela nos escapa e, desta forma, nos remete à menoridade, primórdios de uma existência desqualificada quando utilizadas lentes evolucionistas:

Esclarecimento se constitui, sobretudo, em permanente superação [*Aufhebung*], não em superação compreendida em sentido hegeliano de aquisição de um bem maior que, tal como se tratasse de um tesouro além do arco-íris, seria por fim encontrado pelos homens, mas em superação que infinitamente se complementa através de si mesma de modo a coroar não a dominação do homem pelo homem ou do homem pela natureza, porém, **coroar a razão como bem absoluto** que deve permanecer em constante estado de reflexão sobre ela mesma para que possa configurar-se **como bom senso de modo a não recair no seu contrário, ou seja, em desrazão**, elemento



primordial da menoridade e da barbárie que sentença o homem ao retorno à natureza bruta, ou seja, à eterna infância tutelada por outrem. (LOPES, 2010, p. 118, grifo nosso).

Não defendemos que seja possível ao homem abrir mão da razão, mas sim que ao decidir tomá-la como “bem absoluto” – hegemônico em relação a outras dimensões da condição humana – ficam reforçadas as perspectivas que se sustentam em séries binárias hierárquicas que, dentre outras, mantêm a separação mente-corpo e razão-paixão, de forma que a paixão – por vezes limitadamente compreendida como desrazão – ocupa lugar indesejável, hierarquicamente menor, visto que equacionada ao corpo, àquilo que precisa ser expurgado ou domesticado. Entretanto, a ruptura com a hegemonia da razão operada por Espinosa ao acolher o desejo como inerente à condição humana; por Freud ao apontar – como mencionado – que funcionamos no viés de um eu cindido pela ação do inconsciente; por Derrida ao propor a desconstrução como movimento que radicaliza nossa condição de incerteza e aponta o outro sempre como o imponderável nos leva à proposição de que mesmo instigante e desejável o *Aufklärung* kantiano não parece ser suficiente quando consideramos as idiossincrasias da condição humana.

Entendemos que é no viés de tais idiossincrasias que as afecções ganham expressão, levando-nos ao pensamento de Espinosa ao afirmar que a filosofia concebe um homem não como ele é, mas sim como ela própria gostaria que ele fosse, motivo este que inquieta o autor, levando-o ao olhar atento às paixões, tomando-as como aspecto inerente ao humano e não como dimensão que o desqualifica (ESPINOSA, 1983a; CHAUI, 1987).

Retomamos que para Espinosa afecção e afetos implicam as possibilidades de estar e agir no mundo, considerando graus de intensidade, jogo de forças. Nesta perspectiva, a liberdade emerge indissociável da alegria. Ou seja, as *paixões* tristes apontam a redução de *conatus*, com consequência da ocupação de um lugar de heteronomia. No outro extremo encontramos as *ações* alegres como figura de *conatus* elevado, o que possibilita lugares de autonomia. É neste movimento que Chauí (1987, 2011) localiza a liberdade como uma coexistência com o outro sem a necessidade de ficar subjugado ou subjugar.

Para Derrida (2004a), que acolhe em seu pensamento a perspectiva do inconsciente freudiano, a própria palavra *liberdade* – base para o esclarecimento kantiano – já constitui questão delicada:

Se desconfio do termo “liberdade”, não é que subscreva qualquer determinismo mecanicista. Mas essa palavra me parece frequentemente carregada de pressupostos metafísicos que conferem ao sujeito ou à consciência – isto é, um sujeito egológico – uma independência soberana em relação às pulsões, ao cálculo, à economia, à máquina. [...] prefiro evitar falar da liberdade do sujeito ou da liberdade do homem (DERRIDA, 2004a, p. 65)<sup>56</sup>.

Observamos na fala de alguns entrevistados a crença neste homem que, pelo acesso racional à informação fornecida através de orientações, passa a ser livre e responsável pela ocorrência de mudanças, de uma *superação* naquilo que o outro define como inadequado no âmbito dos cuidados de si e do outro por quem deve se responsabilizar.

*[...] Então o que é que a gente observa quando há algum pedido? A gente observa bastante a questão... Eu sei que é... Subjetivamente a gente pode discutir... Mas assim, se a criança tá em situação de risco, naquele momento dentro da família. [...] Então é o que a gente analisa mais. O que a gente tem feito aqui como regra, praticamente como regra, é... quando há alguma... alguma... alguma manifestação pra acolhimento, [...] a gente chama os pais pra gente advertir os pais. “Ó, os... o sistema, a rede identificou isso, isso, isso, isso na família de vocês”... [...] Então assim, “vamos melhorar isso? Vocês têm que levar o filho no médico, vocês têm que cuidar da higiene deles, eles têm que ir pra escola, vocês não podem deixar...” De uma forma, numa linguagem bem simples, tá. Alerta pra o que eles têm que modificar na postura deles, explicando que se continuar do jeito que está, pode haver a possibilidade de eles perderem os filhos (Juizado da Infância e Juventude).*

---

<sup>56</sup> Transcrevemos a seguir parte da nota de rodapé que acompanha o termo “egológico” na citação em destaque: “Em Husserl, a colocação entre parênteses do mundo transcendental (ou *epochê*) leva a transformar a ontologia (ou estudo das realidades abstratas) em uma egologia: o ser se reduz ao eu que pensa [...]” (DERRIDA, 2004a, p. 65).

Verificamos a preocupação em tentar falar “numa linguagem bem simples”, o que consiste em conquista dos tempos atuais que, de alguma forma, pode apontar um interesse de se aproximar do outro. Entretanto, ainda que a linguagem seja passível de compreensão, cabe pensar sobre o conteúdo desta linguagem: o risco está aqui associado a critérios de saúde do corpo (médico, cuidados de higiene) e educação (ir à escola). Ainda que esses aspectos sejam valorizados na cultura em relação à vida de uma criança, não podemos perder de vista sua conexão com critérios normativos civilizatórios para conceituar o bem-estar da criança. Sabemos que não são utilizados apenas esses critérios; entretanto, arriscamos na direção de que, por sua possibilidade de materialização, tendem a ser determinantes para afirmar que este pai ou aquela mãe não cuida ou não ama seus filhos tal como esperado. Ocorre que nem sempre as relações afetivas e a atenção dispensada a um filho são passíveis de serem avaliadas em termos de cuidados para com eles. Assim, cabe questionar: caso fossem levados em consideração estes critérios de afeto e atenção, como seriam avaliados pelos órgãos responsáveis do Estado?

Na fala que segue é reconhecida uma diferença “cultural” entre a realidade esperada pelos agentes do Sistema de Garantia de Direitos e aquela com a qual as equipes se deparam em seu cotidiano. Tal diferença mantém a crença de que as famílias atendidas estão fazendo as coisas de maneira inadequada, sendo necessário orientá-las na correta direção para evitar que a criança seja retirada da família pela precariedade nos cuidados, deduzida da suposta inadequação. Ainda que esbarre na discriminação de que *por serem pobres não podem oferecer higiene*, há um esforço para ir além dessa avaliação. Assim, é incluída como critério a qualidade afetiva entre o adulto responsável e a criança – e também a forma como a pessoa entrevistada se afeta pela situação com a qual está envolvida – ao acrescentar olhares outros para balizar seu processo de decisão:

*Aí tu vê assim, a higiene...higiene, higiene, não tem, muito, sabe assim. Só que...é ...mas é uma casa assim de chão batido, eles não têm condições financeira. [...] Eu queria assim que [...] desse assim, orientações, pra [...]...ajudar a vó na higiene da casa, manter organizado... Porque não adiantou, eu tirei várias coisas de lá da casa pra gente tentar manter o local, só que eles já tinha assim, aquela...a tradição deles, eles cresceram assim, então eles tinham que ter alguém*

*orientando um pouco melhor, eu penso assim. [...] Sabe assim, toda vida indo lá por causa...se for o caso, vou ter que tomar alguma...Levei até as outras [pessoas] pra...Eu disse assim, não gente, como eu tô com muita...não sei mesmo mais o que fazer nessa... pra ajudá-las, eu preciso que vocês acompanhem comigo numa visita in loco! [...] foram lá, aí a... também optaram, “não, realmente lá o que não falta é o vínculo afetivo, então...”. Elas, **por mais que falte higiene**, e ali a questão da pobreza, só que o **vínculo afetivo da vó é muito grande**, sabe, o amor que ela... (Entrevistad@ 3, grifo nosso).*

Destacamos que ao optar pelo não envio a instâncias superiores de relatórios descritivos sobre a qualidade da higiene observada nesta família, a pessoa entrevistada assume uma postura de natureza ética que a um só tempo cumpre e descumpre a lei. Ou seja, ela cumpre a lei ao realizar a visita solicitada. Porém, a casa suja e o acúmulo de pertences desordenados que contribuíam para as más condições de limpeza da moradia ficam alocados em segundo plano. O que ganha destaque é a forma amorosa como a avó cuida das crianças, o que, por sua vez, faz dela uma referência importante em suas vidas, referência esta não substituível pelos princípios da educação civilizatória. A decisão pelo desvio da lei aposta em um caminho contrário ao usual: a valorização da história da família (pulsional e cultural) para afirmar sua singularidade, e não da norma universal higiênica para validar seu desajuste.

A escola é outro espaço para avaliar se as famílias cuidam (e amam) suas crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente é claro ao afirmar que crianças e adolescentes têm direito à educação e que os responsáveis que não a cumprirem serão advertidos a respeito. Também fica claro – inclusive para o público leigo – que há defasagem de vagas em pré-escola e ensino fundamental, bem como evasão escolar nas séries subsequentes. Esse cenário compõe a realidade de mães e pais que precisam (e desejam) trabalhar, mas não têm onde deixar suas crianças; e de crianças maiores-adolescentes que têm suas vagas garantidas nas escolas, mas não querem frequentá-las.

Desde 2001 há no Estado de Santa Catarina o Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA), que visa promover o regresso de crianças e adolescentes à escola, tendo como foco a faixa etária de 4 a 17 anos, para que tais crianças-adolescentes possam concluir a educação básica. A permanência na escola consiste em ação preventiva na proteção

da criança e do adolescente, bem como possibilita avaliações mais abrangentes sobre a qualidade de ensino e a necessidade de políticas públicas intersetoriais nesta direção. O programa foi idealizado pelo Ministério Público, teve Florianópolis como *locus* de implantação, depois ampliado para o Estado de Santa Catarina. Em 2002 foi levado a todo o Brasil. Assim, consiste em forma de controle da frequência escolar que inicialmente envolve escola e família, posteriormente escola e Conselho Tutelar e, quando necessário, Ministério Público. Se o aluno está matriculado e a frequência está inadequada, é gerado um APOIA para que sejam apurados os motivos (MPSC, 2014).

Não raro o APOIA é a porta de entrada para que o Conselho Tutelar tenha acesso a uma série de violações de direitos da criança e do adolescente, sejam elas por parte das famílias ou do próprio Estado. Assim, o que por vezes começa como uma queixa da escola pode terminar na retirada de uma criança ou adolescente da família, não exatamente pela queixa, mas sim pelo que através dela se teve acesso. Já os ajustamentos relativos às violações do Estado nem sempre acontecem.

*[...]Jestamos cansad@s de tá apontando em forma de representação, mostrar quanta criança está fora de creche, quanta...quanto a gente precisa de vaga em escolas, em creches, em medicamento, em psiquiatra..., o Caps infantil... Sabe, a gente coloca no..., vai pro Ministério Público, vai pro Judiciário, só que tudo para lá e nada...nada flui... (Conselho Tutelar 2).*

O caso que segue traz a importância da frequência escolar e do vínculo afetivo para manutenção da criança na família:

*[...] Que assim, eles tão tudo na escola, sabe? [...] não deixa faltar comer... é, comida ali pra eles, é... eles têm um amor tão grande, embora eles vivam numa desorganização. [...] É, daí eu ficava assim, eu não tinha coragem de retirar porque...a menina, o amor da menina, ela...a...a senhora fala com a menina, a menina sorri assim um sorriso[...] que tu vê aquele amor ali, que eu disse assim, ela não vai conseguir...Não vão...colocando num acolhimento, numa casa-lar, isso não vai suprir pra ela, sabe? Eu tenho que ajudar essa família a se restabelecer nessa situação que eles vivem de... de extrema pobreza, de orientação pra que eles...é, realmente*

*tenham seus direitos garantido, logo essas crianças vão crescer, vão arrumar emprego...Porque eu disse, pelo menos eles tão todos na escola em período integral, né, eu pensava assim (Entrevistad@ 3).*

Não têm sido poucos os esforços para analisar os problemas hoje relacionados à educação e, especificamente, à escola: violências, desinteresse, recursos humanos de pouca qualidade ou mal remunerados, estrutura física precária, dentre outros. Podemos ainda acrescentar a questão do valor que a escola tem no mundo atual. Para Birman (2013), o aluno da escola privada se vê como “cliente” que ao pagar tem direito a tudo, inclusive a não estudar; daí a postura de alunos que ao serem contrariados por um professor reagem com a frase “fica quieto porque quem paga seu salário é meu pai”. A postura destes “herdeiros do patrimônio familiar” aponta um esvaziamento da autoridade até há poucos anos atribuída à figura daquele que ensina, bem como desta relação transferencial que contribuía para o interesse em aprender e com isso construir uma vida própria e independente de seus pais. Já na escola pública, reencontramos o esvaziamento do lugar de autoridade, mas ao invés do sonho de herdeiros que nada precisam para sobreviver, encontramos a realidade de que o saber deixa de ser uma promessa para construção de uma vida autônoma ou melhor do que aquela vivida por seus pais. E para aqueles que chegam à universidade, há a desistência pelas dificuldades de colocação no mercado de trabalho.

Observamos ainda que a própria família pode não atribuir valor positivo à escola, seja porque também ela ficou excluída de um processo educativo, seja porque vê no espaço escolar mais riscos do que possibilidades de aprendizado. A experiência vivida pela família (dificuldades, obrigações que tem que assumir, valores religiosos etc.) pode levá-la a ver na pressão pela frequência escolar uma oportunidade para abrir mão da criança-adolescente, especialmente quando se trata de avós que já estão assumindo os cuidados de um ou mais netos:

*[...] a vó dele assim “ah, ele já não foi no ano passado, não...esse ano ele também não vai e... ele não vai pra escola” . Daí eu falei: não vó, mas ele tem que retornar, vou tá encaminhando pro Ministério Público, ele TEM que retornar pra escola, né... [...] Eu disse assim: porque se a senhora não tá dando conta de cuidar dele, ele vai ter que ir prum acolhimento institucional! Aí ela:*

*“Ah, moça, então pode levar” [...] Ai eu disse assim: mas vó, era melhor colocar... “Não, não, ele foi pra escola, os meninos bateram nele...”, Não vó, mas daí se acontecer de novo eu vou até a escola, vou procurar quem são esses meninos... “Não, não, não, pode acolher ele! Pode acolher porque eu não quero, eu não vou pedir a guarda, e eu num... eu não vou colocar ele na escola, o que eu faço aqui com ele é a bíblia, todo dia a gente lê a bíblia, a bíblia salva, não precisa ir pra escola. Ó, a minha filha foi pra escola, hoje ela é usuária de droga, moradora de rua, aprendeu na escola, então o meu neto não vai pra escola...” (Conselho Tutelar 2).*

Parece existir um abismo entre o que preconiza a Lei (ECA) e o que pensa a avó sobre a instituição escolar. A Lei, a tentativa de orientação e mesmo a “ameaça” parecem esvaziadas de sentido para a avó, mostrando que a forma singular como cada um se posiciona vai além de nossas pretensões de um esclarecimento por intermédio do pensamento racional. Se já é difícil para essa avó assumir a responsabilidade de um neto, e se por algum motivo ela ainda o faz, a exigência de estar na escola é a “gota d’água” para desistir dessa responsabilidade. Posteriormente – e por razões outras – essa criança foi acolhida, recebeu visitas regulares da avó e foram ampliadas as possibilidades de vinculação afetiva. Mais do que tentar avaliar o caso – o que não nos cabe aqui –, a situação nos leva a pensar no viés da qualificação dos afetos pela perspectiva do cumprimento das responsabilidades que preconizam a lei, bem como da ilusão em acreditar que pelo caminho da informação (educação, orientação, conscientização enfim) devam decorrer mudanças no agir.

Lembramos que a união dos aspectos afeitos à higiene e à educação está reforçada na história da família brasileira através do movimento higienista que, dentre outros objetivos, pretendia inicialmente adequar o povo colonizado às expectativas e hábitos do povo colonizador; posteriormente, a ação do movimento higienista, com ancoragem nos avanços da ciência positivista, prestará inúmeros serviços para manutenção do poder do Estado. Num e noutro momento, a família – com destaque ao lugar da mulher e das crianças – foi um dos espaços virtuosos para o avanço dos preceitos higienistas no século XIX, cujos desdobramentos sofisticados estão presentes até nossos dias:

A apropriação médica da infância fez-se à revelia dos pais. Toda uma série de manobras teóricas mostrava-os como obstáculos à saúde, quando não à própria vida dos filhos, para em seguida ensiná-los a maneira adequada de proteger as crianças. A ideia de nocividade do meio familiar pode ser tomada como o grande trunfo médico na luta pela hegemonia educativa das crianças (COSTA, 2004, p. 171).

É possível que vidas de crianças, adolescentes e suas famílias possam ganhar dos profissionais que atuam no SGD leituras deterministas, por vezes motivadas pela repetição histórica de lógicas de exclusão social. Em um país em que se sabe que nem sempre a lei é aplicada, em que os serviços inexistem ou não dão conta da demanda (ou seja, nem cumprem o que seria da ordem do cálculo) ou em que as pessoas “não aderem” às prescrições, aí pode se instalar o determinismo. As decisões pregressas, os possíveis “erros” delas decorrentes, a perspectiva de que crianças e adolescentes são seres aqui compreendidos em desenvolvimento – e, portanto, sementes do futuro que precisam estar em “terra produtiva” – são alguns dos elementos que fazem pressão para que se decida ao lado do cálculo.

É pelo cálculo que construímos teleologias, e ao fazê-lo ficam fechadas as portas para o imprevisível enquanto elemento não calculável, enquanto este outro *em chegada*. Cabe destacar que de forma especial às finalidades desta pesquisa, preocupa-nos quando as decisões são acompanhadas do que entendemos que Fragozo (2012) denomina como *teleologias locais*.

Em outras palavras, na medida em que há teleologia, na medida em que o que pode se apresentar como “irrupção imprevisível e incalculável” é ordenado sob uma historicidade pré-determinada, sua “alteridade singular e excepcional” é neutralizada, subsumida aos possíveis previsíveis do próprio processo teleológico. Nesse sentido, diz Derrida, “o teleologismo parece sempre inibir ou suspender, até mesmo contradizer a acontecibilidade do que vem” (2003, p. 180) – e não se trata, para Derrida, apenas do teleologismo mais geral da razão ou do projeto ideal de uma racionalidade geral e universal. Trata-se também das teleologias



“locais”, que orientam uma configuração específica (paradigma kuhniano, *epistémé* foucaultiana) e programam, “por meio de uma estrutura de espera e antecipação”, o que não pode ser programado, a saber, a “invenção” que apenas “acontece” quando justamente é imprevisível e incalculável (FRAGOZO, 2012, s/p).

A teoria da autonomia e do sujeito moral e cognoscente pressupõe que o sujeito seria capaz de se considerar como responsável pelas suas ações. Em nossa pesquisa, mais de uma vez ouvimos que a responsabilidade pela decisão não é daquele que está sendo entrevistado. Exceção a essa regra está no Juizado da Infância e Juventude, já que “a palavra final” deve chegar através da figura do juiz, que leva em conta relatórios de equipes multidisciplinares.

*Então...bem, só nos resta manifestar nossa opinião, nossa avaliação e esperar a decisão, que vai ser do[a] juiz[a], lá na frente (Psicólog@ PAEFI).*

*Na verdade não é a gente que decide, né.[...] A gente sempre fala isso, pras pessoas, enfim. A decisão é [do Juizado] da família, da infância no caso, né. É [o Juizado] que vai assinar, [...] que vai tomar essa decisão (Psicólog@ Fórum).*

*Eu...eu aproveito demais todos os laudos delas [equipes serviços] porque elas que tão na comunidade, mas eu entendo. Eu até já cobrei uma postura mais assertiva delas, né. “Afim de contas o que é que vocês querem?” Aí elas disseram: não [...], a gente deixa que vocês decidam, a gente só tá relatando, porque a gente tá na comunidade, a gente tem que estabelecer um outro tipo de vínculo (Juizado da Infância e Juventude).*

Entretanto, essa dificuldade em assumir a maioria e a responsabilidade perante seus atos, apesar de revelar um limite do humano, não compromete a possibilidade e a capacidade em lidar com o outro e com a realidade, pois ela não impede a ação, mas antes, demanda outros instrumentos e raciocínios de trabalho. É nesta direção que Derrida

(2004b) destaca os limites da concepção de responsabilidade, a partir de contribuições do pensamento freudiano:

Não são, repito, as teses freudianas que contam mais a meu ver, mas antes, a maneira como Freud nos ajudou a pôr em questão um grande número de coisas referentes à lei, ao direito, à religião, à autoridade patriarcal etc. Graças ao impulso do *pontapé inicial* freudiano, pode-se por exemplo relançar a questão da responsabilidade; em lugar de um sujeito consciente de si mesmo, respondendo soberanamente por si mesmo perante a lei, pode-se utilizar a idéia de um “sujeito” dividido, diferenciado, que não seja reduzido a uma intencionalidade consciente e egológica. E de um “sujeito” que instala progressivamente, laboriosamente, sempre imperfeitamente, as condições *estabilizadas* – quer dizer, não naturais, essencialmente e para sempre *instáveis* de sua autonomia: sobre o fundo inesgotável e invencível de uma heteronomia. Freud nos ajuda a pôr em questão a tranquila segurança da responsabilidade (DERRIDA, 2004b, p. 211).

Frente ao exposto, a questão da responsabilidade pelas decisões, bem como a liberdade daquele que decide estão atravessadas pelo saber ou pelo desejo – de si e do outro.

*[...] Bem, eu acho que a única coisa assim que...de tentar, circular mais é essa... a... que...que não existe (pausa), não existe quem toma a decisão, pelo menos aqui, para o acolhimento. [...] É... geralmente as decisões de acolhimento elas envolvem todos os que tão trabalhando com aquela situação, onde vai se manifestando essa angústia, às vezes urgente, às vezes já talvez um pouco mais branda, depende do caso ali, mas é...é uma decisão mais coletiva, vamos dizer assim. Já houve situações, e é perfeitamente possível, de um técnico compreender que é necessário o acolhimento e outro compreender que não, ainda, e aí pede-se para num relatório se apresentar isso... (Entrevistad@ 4).*

*Hoje, o promotor de justiça e o juiz, as decisões que são tomadas hoje elas é... tem a base da rede né, da rede de proteção, do atendimento multidisciplinar, né... (Promotoria da Infância e Juventude).*

Entendemos que as formas coletivas para encaminhar decisões, seja dentro de um único serviço, seja na articulação de mais de um serviço ou no entrelaçar de olhares composto por mais de uma área do saber, consistem em aspecto positivo que provoca afastamento de tempos anteriores em que cabia apenas a lugares específicos de poder – promotoria e juizado – se ocupar da decisão. No modelo atual, se por um lado não sou eu quem decide, por outro eu sou parte dessa decisão através de relatórios, avaliações, pedidos encaminhados ao juizado pela promotoria, dentre outros. Podem haver divergências entre técnicos de um mesmo serviço ou de serviços diferentes; entre os técnicos de um ou mais serviços e a promotoria. Muito raramente entre a promotoria e o juizado. As posições assumidas em quaisquer serviços e nas variadas etapas do processo de decisão têm fundamental importância para conclusão favorável ou desfavorável sobre a retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento. Isso fica claro nas falas que seguem.

*A gente sabe que [o Juizado da Infância e Juventude] toma essa decisão em cima do nosso laudo, claro, muito difícil [o Juizado] tomar uma decisão contrária ao que a gente apontou. Mas a decisão é [do juiz]. Ele pode voltar atrás, ele pode...né, revogar isso, enfim (Psicólogo@ Fórum).*

*Porque quando o MP tem ido pedir o acolhimento, ele vai com muita...com muita informação. Seja, olha a família tá...tá 3 anos sendo atendida [...], aí já teve tantos atendimentos, teve faltas, já passou por isso, por isso e por isso, já foi tentado isso, isso e isso, a situação permanece assim, assim, assim, não se modifica, a situação agravou ou não modificou, bla bla bla e tal, e é grave, tem risco e tal. Então, tipo, ele consegue apresentar pro juiz um bom... uma boa argumentação (Entrevistad@ 4).*

Como mencionado, defendemos que o projeto iluminista kantiano tem limitações, dentre as quais destacamos aqui a dependência do humano em seu processo de constituição subjetiva, cujos rastros acompanham sua existência independentemente de sua idade cronológica. Retomando falas de pessoas entrevistadas, toda decisão implica dificuldade e angústia, o que nos leva a pensar que quanto mais complexas e dolorosas forem as decisões, mais se almeja que um outro possa por ela se responsabilizar ou, ao menos, compartilhar. Levantamos que a complexidade e a trama de afetos que caracterizam os processos de decisão foco deste estudo intensificam o sentimento de dependência acima referido. Desta forma, emerge o desejo de reeditar tempos longínquos em que uma figura de autoridade decidia por nós. Tal figura, na infância representada pela mãe, pai, professor ou adulto responsável, estaria aqui, em última instância, simbolizada naquele que responde em nome da justiça e, desta forma, detém o poder. O juiz: ele decide, ele assina, ele pode revogar decisões.

Isso nos leva à questão sobre o melhor interesse da criança e do adolescente, princípio que – no âmbito da lei e da consciência – fundamenta as ações dos profissionais envolvidos nos processos de decisão de que se ocupa esta pesquisa. Em dissertação de mestrado que teve como foco a destituição do poder familiar, Silva (2013) problematiza tais ações ao afirmar que:

[...] o *melhor*, o *bom* e o *bem* atravessam os discursos de profissionais envolvidos na judicialização de situações de violência, legitimando suas ações de interferência nos destinos de crianças. O *melhor* é definido por um juiz ou por um promotor público que, de acordo com a “consciência” de seu espírito legislador, pretende saber, na cena jurídica, o que é melhor para o outro. Respalçado, claro, pelas certezas produzidas por psicólogos e assistentes sociais (p. 17).

Ao lado dessa crítica sobre a hegemonia do universal e da consciência no ato da decisão, acrescentamos a seguir relatos de nossa pesquisa em que encontramos situações delicadas, as quais remetem os profissionais do Sistema de Garantia de Direitos às imprecisões dos elementos que subsidiam suas decisões acerca do melhor interesse da criança e do adolescente.

*É... Foi um laudo assim, eu chamei [a menina maior] aqui pra conversar comigo. Tive total certeza do que tava acontecendo [violência] e perguntei pra ela se ela achava que a pequena podia tá passando por isso. E ela disse “eu tenho certeza”, né. E aí, foi muito sofrimento dá esse laudo porque eu sabia que essa menina [menor] não vai ser adotada, assim como a [maior] não foi. Então a gente pensou, né: “o que é que é o melhor pra ela: ficar lá [na família sofrendo violência], ou ir pra um abrigo e ficar no abrigo pro resto da vida? Como a irmã, porque a irmã não vai ser adotada por ninguém”. (Silêncio) O que é que é atender o interesse dessa criança, né? (Psicólogo@ Fórum).*

Na leitura d@ profissional do Fórum, a denúncia havia ocorrido meio por acaso e os profissionais envolvidos na decisão sobre a vida dessa menina se viam fortemente afetados para oferecer a ela a melhor solução ao caso. As violências não eram pouco expressivas e as condições do cotidiano dessa menina menor apontavam para manutenção de tais violências. Por outro lado, o contexto familiar garantia um espaço de pertencimento que a instituição não poderia oferecer. Ainda, a retirada da família da menina maior não havia levado às melhores soluções à época esperadas pela equipe de atendimento. Dentre estas soluções se insere – para as duas meninas – a adoção. A pergunta final do relato aponta o viés da imprecisão inerente aos processos de decisão que *devem* levar em conta o melhor interesse da criança-adolescente.

Mesmo *sem saber* como ter acesso a esse interesse, as equipes incumbidas da execução de laudos precisam apontar algum caminho *como se soubessem*. Para tanto, fundamentam sua decisão no Estatuto da Criança e do Adolescente e – segundo afirmado na entrevista – na literatura ainda escassa desta área composta de laudos-processos de natureza sigilosa, cuja pesquisa científica encontra limitações. Ainda que tais pesquisas pudessem trazer contribuições, é a tradução do outro – conhecer seu melhor interesse – que é dificultada nesse processo, visto que extrapola os pressupostos universais dos direitos com abertura à singularidade.

Em outro caso, é ainda mais radical a afirmação da diferença através daquilo que é singular ao outro.

*[...] nós temos duas adolescentes que... é... a mãe, quando elas eram muito novinhas a mãe deixou com o pai, em outro município, [...]E faz...dois anos que elas voltaram a residir no município. [...] A mais velha, desde que veio pra instituição quer voltar, não é aquela coi... porque ela não tem esse vínculo forte com a mãe, mas ela quer voltar, ela não quer ficar aqui na instituição, e nem pra adoção, ela quer voltar. Mas a mais nova não quer [...]E como proceder? Que decisão tomar frente a isso, né? [...] Até tinha histórico muito mais de violência lá do que aqui, [...] mas lá ela tinha vínculo. Ela tinha um afeto com o pai, ela AMA esse pai e com o pai não tem possibilidade de retorno, porque o pai foi a vida inteira negligente. [...]As duas! Se elas pudessem elas voltariam a morar com o pai. [...] Foi com o pai que elas foram criadas... [...] Elas cresceram lá. [...] Mas o pai sempre negligenciou. Elas não iam...praticamente não iam à escola, elas viviam na rua, elas... [...] [...] não é sempre, não é com muita frequência, mas pelo menos uma vez no mês ele [o pai] liga pra elas, né. Ele já veio umas duas vezes, três vezes nesse período, mas elas... Tu vê que o olho ENCHE SABE? Que é uma ALEGRIA quando elas falam com o pai. E com a mãe não. Porque elas não tiveram vínculo com a mãe. [...] O melhor interesse...Pois é... E aí como se trabalhar? [...] Mas, foi o que eu falei, a mais velha, ela até, assim, “eu quero ir morar com a minha mãe”, né. É... uma tentativa, né, aquela coisa “eu quero, eu já fui e eu quero”. Mas a mais nova não. Só que o pai, em atendimento ele já disse “eu não tenho condições que as minhas filhas vá morar comigo, eu não tenho como cuidá-las” (Assistente Social Casa-Lar 2).*

Dentre outros aspectos, observamos que nesse relato as próprias adolescentes deixam claro qual seria seu melhor interesse. As duas meninas, se pudessem, voltariam a morar com o pai. Seus interesses não podem ser atendidos por pelo menos dois motivos. Primeiro, porque a lei não considera cabível que crianças-adolescentes permaneçam com um pai “negligente”. Segundo, porque o próprio pai afirma não poder atender a esse interesse, pois não tem como cuidar das meninas em função de

problemas familiares. Se uma delas aceita voltar a morar com a mãe, a outra é irredutível em sua escolha, preferindo permanecer na instituição até completar 18 anos.

Se por um lado temos o interesse das meninas – aparentemente não passível de realização – manifestado em suas expressões de afeto e contentamento, de outro temos prerrogativas do Estatuto da Criança e do Adolescente que consideram indesejável que as irmãs sejam separadas, bem como que crianças-adolescentes permaneçam abrigadas por período superior a dois anos. Afastado o desejo primeiro das meninas – ficar com o pai –, faz-se necessário encaminhar uma decisão em que o interesse do outro (meninas) tem que ser substituído. Mas em que medida é possível engendrar possibilidades que a um só tempo desconsidere e acolha o interesse deste outro?

Com base nos relatos dessa e de outras entrevistas, bem como nas observações de campo, podemos supor que na hipótese de o Juizado da Infância e Juventude poder apresentar disposição para *escutar* as meninas, a decisão poderá tomar rumos que considerem a singularidade, ainda que para isso seja necessário uma traição à lei. Do contrário, será a lei que dará peso maior à decisão.

Em mais de um momento de nossa pesquisa, a decisão sobre vida de crianças-adolescentes, na família ou em serviços de acolhimento, estava atravessada por diagnósticos psiquiátricos, seja em relação a elas próprias, seja em relação a seus familiares. O caso que segue é expressivo neste sentido por apontar um diagnóstico familiar considerado grave<sup>57</sup>, o que, no entendimento da equipe técnica que se ocupou da avaliação, seria impeditivo à permanência da criança em sua família, sendo recomendada sua retirada.

---

<sup>57</sup> Por questões de sigilo, o diagnóstico em questão não será aqui especificado. Lembramos apenas que a área médica e alguns setores da psicologia tomam como referência a Classificação Internacional de Doenças – CID e o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM como documentos oficiais na definição de diagnósticos. Cada um desses documentos toma premissas próprias para descrição, compreensão e organização de quadros de saúde. Os documentos tendem à definição de nomes (diagnósticos) cada vez mais específicos para definir queixas e formas de tratamento, como se tais nomes pudessem corresponder à realidade e, desta forma, se constituir em verdade; paradoxalmente, a dimensão *phatica* é desconsiderada. Assim, construção e usos desses norteadores vêm sendo problematizados no intuito de abrir espaço à *escuta* daquele que sofre, e não somente nomear sua queixa de forma esmiuçada desde um *a priori* normativo (MARTINS, 2005; MARTINS; ZANELLO, 2010; DUNKER; KYRILLOS NETO, 2011; AMARAL, 2014).

*Um caso assim bem dramático pra mim, porque a gente fez...chegou a fazer duas audiências de...de advertência do casal! É um caso que vinha sendo acompanhado há muito tempo, é... eles [...]têm aquele distúrbio, né? É... então a gente chamou a primeira vez, explicou [...] “vamos oficial pra secretaria de habitação pra conseguir alguma ajuda pra vocês e tal”. Fizemos uma vez,[...] fizemos a segunda vez, continuava...E o pessoal acompanhando, eles não aderiam a ser...a nenhum tipo de serviço, né. [...]Ela [criança] tinha um vínculo muito grande com o pai [...] É... então assim, tivemos que acolher essa criança. Eu só fui entender a situação desse casal depois que veio o laudo psicológico...(pausa) Porque eu pensei: será que isso é suficiente? E aí com o laudo psicológico a psicóloga me mostrou que na verdade essa situação que pra nós era o fim da picada, pra eles era absolutamente normal, porque eles têm essa, essa...não sei se é síndrome, é isso? [...] Então, uma situação assim que tu pensa: poxa, tem um afeto, tem um afeto...mas e aí? Será que isso é suficiente? (pausa) [...] Não...Não, ela foi abrigada, a gente tentou fazer um trabalho com ela [criança] durante a ação... [...] (Suspiro) Mas..., olha, fizemos acho que 3 ou 4 estudos sociais pra ver se eles tinham mudado, se eles tavam, né? [...]a psicóloga falou inclusive do comprometimento do filho mais velho, [...] E que se a gente deixasse a [criança] lá, né... Então assim, isso é uma coisa que me chamou atenção, até porque a gente acha que é tão clara pras pessoas, que a gente faz os acordos, né? Aí depois tu vais entender que na verdade, aquilo que a gente tava falando, pra ele não é importante. [...] (Juizado da Infância e Juventude).*

O relato permite um sem número de análises. Tentaremos abordar algumas delas tomando como referência o tema do melhor interesse para a criança-adolescente. A concepção de direitos violados aparece aqui situada na forma de existência da família, forma esta considerada patológica. O viés patológico é desdobrado em prognóstico que percorre o passado e o futuro: o filho mais velho já estava comprometido e esse



seria o destino provável da criança em questão. A permanência da criança na família acarretaria violações de direitos como a não frequência escolar, a restrição nas relações sociais, um precário acompanhamento de saúde, dentre outros. Tal olhar se sobrepõe aos afetos declarados, os quais passam a ser tomados pela equipe do Sistema de Garantia de Direitos como insuficientes para manutenção da criança em sua família.

Reafirmamos aqui que as decisões para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento são complexas, difíceis, não raro de natureza dramática. Ainda, nossa posição externa a tais situações não nos possibilita avaliar a decisão tomada em cada caso. Ao contrário, entendemos que em todas as situações às quais tivemos acesso – e neste momento fazendo referência ao caso acima relatado – não foram poucos os esforços (e sofrimento) para encaminhar a decisão final.

Destacamos a frase *“isso é uma coisa que me chamou atenção, até porque a gente acha que é tão clara pras pessoas, que a gente faz os acordos, né? Ai depois tu vais entender que na verdade, aquilo que a gente tava falando, pra ele não é importante* (Juizado da Infância e Juventude)” para problematizar que não é somente quando estamos nos territórios dos denominados diagnósticos psiquiátricos que nos deparamos com tal aspecto, ou seja, com a diferença que se impõe pela alteridade.

Para além do “Bem” e do “Mal”, o que se coloca como questão é em que medida nos é possível saber o que é o melhor para o outro, este outro que para ser acolhido de forma hospitaleira é para nós o imprevisível. E neste ponto trazemos a perspectiva derridiana sobre a tradução, aqui tomada como tradução do outro que em sua condição de alteridade fala em uma língua que lhe é própria, que me é estrangeira.

## 7.7 TRADUÇÃO E HOSPITALIDADE

No item anterior problematizamos a crença na educação como caminho para delinear as formas de o humano estar e agir no mundo. Tal crença, que se apoia na sobreposição do eu à consciência e toma a razão como elemento hegemônico, opera a exclusão do *pathos* no processo de constituição subjetiva. Logo, essa dimensão é também excluída ou alocada em uma condição pejorativa (de passividade, de fraqueza ou de patologia) quando se pensa possibilidades de mudanças em relação ao humano. Como vimos, espera-se que por intermédio de orientações fornecidas a pais, mães ou familiares ocorram mudanças na direção de

serem “mais responsáveis” por suas crianças-adolescentes. A partir deste aspecto – que visa definir como o outro deve conduzir sua vida – fomos levados a problematizar a possibilidade de se saber o que é o melhor interesse para o outro, sejam eles adultos ou crianças-adolescentes.

Como sabemos, os processos de decisão dos quais nos ocupamos neste estudo trabalham com a perspectiva dos Direitos Humanos e legislação a eles associada no âmbito da infância e adolescência. Nesta direção, ganha destaque o princípio do melhor interesse da criança. Ou seja, na condição de sujeitos de direitos, crianças e adolescentes devem ter seus interesses relevados no encaminhamento de decisões a eles relativas. De um lado temos a perspectiva dos direitos ancorada em pressupostos hegemônicos da consciência e da razão para configuração de um universal. Mas de outro temos a incidência do inconsciente, do *pathos* articulado ao *logos* na constituição subjetiva. Ainda, a alteridade nos impõe o desconhecido, o imprevisível, tornando assim problemática nossa possibilidade de saber sobre o outro ou poder falar em seu nome. É nesta direção que trazemos a perspectiva da tradução no âmbito da filosofia derridiana.

No conjunto de sua obra, Derrida problematiza a preponderância da voz como representante da alma (consciência) para acesso à verdade, bem como a fixidez estabelecida pelo estruturalismo linguístico na relação significante e significado. É em *Gramatologia* que Derrida (2011) realiza a mais densa incursão nesse processo para criticar a metafísica da presença e o logocentrismo nela enredado, com vistas a retirar a escritura do lugar menor – secundário em relação à tradição oral – que lhe havia sido destinado quando de sua evidência pelo registro dos avanços da ciência no século XIX. A perspectiva adotada por Derrida é, ela mesma, uma desconstrução da tradição filosófica ocidental (BIRMAN, 2007).

Pelo conceito de texto como o que excede a estrutura e assume assim uma condição de abertura, ele está marcado pela alteridade e historicidade (DERRIDA, 2001a). Nesta direção, a *différance* será o conceito derridiano para indicar o movimento incessante do processo de produção de sentidos. Em outras palavras, o signo é lançado a um signo *outro* que – desta forma – é seu suplemento e este, por sua vez, é lançado a outro sem que se imponha linearidade ou hierarquia no movimento.

A operação do diferir e do engendramento do sistema de diferenças dos traços se realizaria pela produção daquilo que Derrida denominou espaçamento. Os traços se ordenariam, então, pelo

espaçamento, que seria ao mesmo tempo a própria constituição da espacialidade e da disposição dos traços que se inscreveriam na dita espacialidade (BIRMAN, 2007, p. 11).

A ideia de espaçamento proposta por Derrida está articulada à de uma arquescritura onde se insere o *rastro* como elemento que escapa à representação, tendo sido por isso desconsiderado na perspectiva da fonologia, bem como daquilo que se quer afirmar como ciência com ancoragem na história da filosofia ocidental:

[...] no trabalho de repressão histórica, a escritura era, situacionalmente, destinada a significar o mais temível da diferença. Ela era aquilo que, mais de perto, ameaçava o desejo da fala viva, daquilo que do dentro e desde seu começo, encetava-a. E, a diferença, nós a experimentamos progressivamente, não é pensada sem o *rastro*. Esta arquescritura [...] é aquilo mesmo que não se pode deixar reduzir à forma da *presença* (DERRIDA, 2011, p. 69).

Para Derrida (2011) o *rastro* se refere à illidade<sup>58</sup> indicada por E. Levinas quando de sua crítica à ontologia, apontando “[...] à alteridade de um passado que nunca foi e não pode nunca ser vivido na forma, originária ou modificada, da presença” (p. 86). Nesta desconstrução da presença é desconstruída a consciência em suas possibilidades de relação com o rastro “[...] logo, pela noção irredutível de rastro (*Spur*), tal qual aparece no discurso nietzschiano assim como no discurso freudiano (p. 87).

Ao aproximarmos o pensamento de Derrida e Freud, entendemos que o rastro é da ordem do inconsciente. O acesso ao rastro nunca se dará de maneira direta, “em presença”, mas sim através dos sonhos, lapsos e atos falhos, mas que de toda forma não significa o acesso ao rastro propriamente dito, mas sim aquilo que dele chega a nós e ganha sentido pela *différance*. Assim, tal como propõe o método da livre associação na psicanálise de Freud ao afirmar a inexistência de um crivo para decifração do inconsciente, a inclusão da historicidade (e temporalidade) abarcada na concepção derridiana de *texto* faz do sentido uma construção sempre a

---

<sup>58</sup> “Levinas criou este neologismo a partir do termo ‘il’, em francês ‘ele’, isto é, um outro, não presente, a que se faz referência” (FERREIRA, 2008, p. 24).

*posteriori*. E mesmo esta construção *a posteriori*, estando aberta à alteridade, também ela é passível de desconstrução.

O espaçamento marca diferença e distância, é descontinuidade comumente desqualificada, mas na perspectiva de Derrida (2011) tal espaçamento ganha potência, possibilita ligação, é descontinuidade a um só tempo limitadora e prenhe, *brisura*<sup>59</sup>:

Ora, o espaçamento como escritura é o vir-a-ser-ausente e o vir-a-ser-inconsciente do sujeito. [...] não cabe sequer dizer que o espaçamento corta, cai e faz cair no inconsciente: este não é nada sem esta cadência e antes desta censura. A significação, assim, não se forma senão no oco da diferença, da descontinuidade, da discrição, do rapto e da reserva do que não aparece. [...] A brisura marca a impossibilidade para um signo, para a unidade de um significante e de um significado, de produzir-se na plenitude de um presente e de uma presença absoluta. Daí porque não há fala plena, quer se queira restaurá-la por ou contra a psicanálise (DERRIDA, 2011, p. 85).

É neste contexto que se inserem as questões afeitas à tradução. Ao abrir mão de uma metafísica da presença que enclausurava o outro (e sua língua) em seus crivos de análise, como traduzir este outro – os sentidos a ele atrelados – que é agora para mim aquele que chega pela língua própria que desconheço? Quais seriam as condições de possibilidade para esta tradução?

Dentre outros aspectos, a narrativa sobre a torre de Babel fala do esforço para construção de uma língua comum aos povos, de uma harmonia universal em que cada um pode entender a todos e vice-versa, “[...] ele seria o mito da origem do mito, a metáfora da metáfora, a narrativa da narrativa, a tradução da tradução” (DERRIDA, 2002a, p. 11). A impossibilidade para concluir a edificação aponta para a incompletude e para a singularidade como condições do humano, aqui expressas pela multiplicidade de línguas não passíveis de redução umas às outras, sinalizando “[...] a tarefa necessária e impossível da tradução, sua

---

<sup>59</sup> Nota dos tradutores: “Como se vê da definição transcrita em epígrafe [Roger Laporte] pelo Autor, esta palavra possui um duplo sentido, de que nem *rotura* nem *juntura* (alternativas estudadas entre outras) conseguem dar conta. Por isso preferimos aporuguesar a palavra francesa *brisure*.” (DERRIDA, 2011, p. 80).

necessidade *como* possibilidade” (DERRIDA, 2002a, p. 21). Babel é a um só tempo o que fala daquilo que se quer como próprio (nome próprio) e do que não é de ninguém (confusão).

Ao fazer referência a Jakobson, Derrida menciona três formas de tradução: *intralingual* (ou reformulação, *rewording*), que consiste na interpretação de signos linguísticos através do uso de outros signos pertencentes à mesma língua; *tradução propriamente dita*, que recorre a outra língua para interpretação dos signos linguísticos, sendo que nesses dois casos é imperativa a delimitação de cada língua como uma unidade, bem como de seus limites. A terceira forma, *transmutação* (ou tradução intersemiótica), define-se pela interpretação de signos linguísticos a partir de outros não linguísticos (DERRIDA, 2002a).

Diferentemente de Jakobson, que pressupõe que todos já passaram por esta experiência – de saber o que é uma língua, as relações entre duas línguas, suas identidades e diferenças – e portanto entendem o que é a denominada *tradução propriamente dita*, Derrida (2002a) insiste que especialmente ela deve ser problematizada, acabando assim com a perspectiva organizadora dessa tripartição das traduções. Multiplicidade das línguas e dificuldades da tradução constituem Babel. Ainda, é já na questão do nome *Babel* que se engendra o dilema da tradução e do *logos* como um universal hegemônico:

Procurando “se fazer um nome”, fundar ao mesmo tempo uma língua universal e uma genealogia única, os Semitas querem colocar a razão no mundo, e essa razão pode significar simultaneamente uma violência colonial (pois eles universalizariam assim seu idioma) e uma transparência pacífica da comunidade humana. Inversamente, quando deus lhes impõe e opõe seu nome, ele rompe a transparência racional, mas interrompe também a violência colonial ou o imperialismo linguístico. Ele os destina à tradução, ele os sujeita à lei de uma tradução necessária e impossível; por conseguinte, do seu nome próprio traduzível-intraduzível, ele libera uma razão universal (esta não será mais submetida ao império de uma nação particular), mas ele limita por isso a universalidade mesma: transparência proibida, univocidade impossível. A tradução torna-se a lei, o dever e a dívida, mas a dívida que não se pode mais quitar (DERRIDA, 2002a, p. 25).

A ideia de uma tradução necessária e impossível remete à importância de nosso incessante esforço para acolher o outro em sua singularidade, mesmo que – e principalmente por isso – atravessados pela lei, afastando a crença de racionalidades conceituais como garantia de objetividade de uma tradução. Para tanto, “tradutor” e “traduzido” (autor original a ser traduzido) ficam expostos de forma a converterem mutuamente uma dívida entre si, a qual está referida a um poder outro que lhes ultrapassa. Em outras palavras, para ocupar o lugar de texto original, o “traduzido” transgredir a lei (Deus) fazendo da língua algo que lhe é próprio. Por sua vez, o “tradutor” precisa borrar os limites das línguas – da sua e da outra – para ir ao encontro do “traduzido”. Neste movimento de um e de outro se instala a possível promessa de *uma* verdade intocável.

Existe o intocável e nesse sentido a reconciliação é somente prometida. Mas uma promessa não é nada, ela não é marcada somente pelo que lhe falta para se realizar. Enquanto promessa, a tradução já é um acontecimento, e a assinatura decisiva de um contrato. Que ele seja ou não honrado não impede o engajamento de acontecer e de legar seu arquivo. Uma tradução que chega, que chega a prometer a reconciliação, a falar dela, a desejá-la ou fazer desejar, uma tal produção é um acontecimento raro e considerável (DERRIDA, 2002a, p. 51).

O tradutor é estimulado pelo desejo de tocar o intocável, eis o motor e a finalidade de seu trabalho. Por mais que avance nessa direção sempre haverá um resto desse intocável cujo acesso se faz impossível, do contrário, a tradução assim deixaria de sê-lo, transformando-se na cópia do original. Desta forma, o texto advindo da tradução é um novo texto, mesmo que feito do máximo possível desse intocável. Por sua vez, o texto exposto à tradução será ainda mais “virgem”, visto que a despeito da “invasão” do tradutor, sua intocabilidade é ainda mais destacada. Heteronomia temível e inevitável.

A tradução seria, assim, um jogo de alteridade cujos limites do Eu e do Outro são tão evidentes quanto indefiníveis, colocando em cheque a perspectiva binária que atravessa temas afeitos às traduções, dentre os quais se incluem os direitos do autor e do tradutor e suas relações com a verdade. Derrida (2002a) destaca a interdependência do Eu e do Outro que fica expressa por intermédio de uma cooperação entre as línguas de

forma que não se tenha *a língua* e sim *línguas*, existindo, entretanto, a condição do sagrado como limite:

[...] A tradução, como santo crescimento das línguas, anuncia o termo messiânico, certamente, mas o signo desse termo e desse crescimento está “presente” apenas no “saber dessa distância”, no *Entfernung*, o distanciamento que a isso nos reporta. Esse distanciamento, pode-se sabê-lo, ter-se dele o saber ou o pressentimento, mas não se pode vencê-lo. Mas ele nos coloca em relação com “essa língua da verdade” que é a “verdadeira linguagem” (*so ist diese Sprache der Wahrheit – die wahre Sprache*). Esse estar em relação realiza-se sob o modo de “pressentimento”, o modo “intensivo” que torna presente o que está ausente, deixa vir o distanciamento como distanciamento, *fort:da*. Digamos que a tradução é a experiência, o que se traduz ou se experimenta, também: a experiência é a tradução (DERRIDA, 2002a, p. 68-69).

Traduzir um texto, traduzir o outro na condição de um texto; a tradução é experiência e a experiência implica a autoafecção (DERRIDA, 2011), para o que o outro é inexorável. As situações de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento exigem daquele que decide o esforço de *tradução do outro*, apontando assim à importância daquilo que se localiza para além dos universais da razão e da lei. Tal como na tradução do texto, a experiência com o outro na condição de um texto implica a diferença entre o *tradutível* e o *traduzível*. O primeiro é potência sempre presente que pode ou não chegar ao segundo. “Jamais não há mais tradutível, mas em razão dessa indistinção do sentido e da literalidade (*Wörlichkeit*), o tradutível puro pode anunciar-se, dar-se, apresentar-se, deixar-se traduzir como *intraduzível*.” (DERRIDA, 2002a, p. 69). A dimensão do sagrado seria então o que de inacessível (mas instigante) e sem sentido nos põe em direção ao outro em sua diferença ao Eu:

O que se passa em um texto sagrado é o acontecimento de um *pas de sens*<sup>60</sup>. Esse

---

<sup>60</sup> Conforme a nota de rodapé do tradutor: “A expressão *pas de sens* significa ‘sem sentido’ e optou-se aqui por deixá-la no original dada a ambiguidade nela

acontecimento é também aquele a partir do qual se pode pensar o texto poético ou literário que tende a redimir o sagrado perdido que aí se traduz como em seu modelo. Pas-de-sens, isso não significa pobreza, mas pas de sens que seja ele mesmo, sentido, fora de uma “literalidade”. E aí está o sagrado. Ele se entrega à tradução que se doa a ele. Ele não seria nada sem ela, ela não aconteceria sem ele, um e outro são inseparáveis. [...] Ele é tradutível (*ubersetzbar*) e intraduzível (DERRIDA, 2002a, p. 71).

Derrida (2002b) afirma que em *L'ecorce et le noyau* aquilo que Nicolas Abraham define como núcleo pode ser entendido como o *intraduzível*, o que como essência me escapa, o que não está em presença mas é *como se* estivesse presente, condição esta familiar à psicanálise pela ação do inconsciente. Em menção ao *Vocabulário da psicanálise*, de Laplanche e Pontalis (1988), Nicolas Abraham fala do ego e desta presença-ausente para uma imagem das relações possíveis entre a casca e o núcleo:

Freud concebeu essa instância [Ego] como uma camada protetora, ectoderme, córtex cerebral, *casca*. Esse papel cortical de dupla proteção, para o interior e para o exterior, nós o reconhecemos sem dificuldade no *Vocabulário*, papel que não pode – assim compreendemos – deixar de conter uma certa camuflagem daquilo mesmo que está a salvaguardar. Ainda que a casca fique marcada por aquilo que ela abriga, aquilo que é ocultado por ela nela se revela. E se o próprio núcleo da psicanálise não tem de se manifestar nas páginas do *Vocabulário*, não resta dúvida de que o oculto e inatingível, sua função pode ser atestada a cada passo por sua resistência em se submeter a uma sistemática enciclopédica (ABRAHAM apud DERRIDA, 2002b, p. 17).

---

existente, quando se lê as palavras separadamente (passo de sentido), e da qual parece beneficiar-se o autor (a expressão vem cortada por hifens na frase seguinte)” (DERRIDA, 2002a, p. 70).



A comparação e os limites nela contidos apontam à importância da tradução anassêmica que “[...] deve dobrar a língua para dizer as condições não linguageiras da linguagem” (DERRIDA, 2002b, p. 19). Nesta direção, podemos inferir que todo texto é sem sentido, intrínseco ou “próprio”, pois que sofrerá transmutações a partir deste jogo que implica signo e anassemia. A condição *trans* é a que caracteriza a relação entre a casca e o núcleo no âmbito das traduções: transposições, transferência, transfenomenalidade. E na condição daquele que foi convocado a ser tradutor de Abraham, Derrida (2002b) sinaliza que, diferentemente do que se podia supor, ele não dirá como se deve traduzir, mas sim apresentará *uma* tradução, a qual, por sua vez, convidará o leitor àquela que lhe seja própria. E assim, sucessivamente, “E é preciso ler tudo, tudo traduzir, é só começar” (p. 21).

A tradução é, assim, poesia, espaço de uso da linguagem que toma a imaginação do autor e do leitor como energia pulsante. Se essa ideia de tradução provoca angústia – uma vez que sempre entrelaçada à imprevisibilidade –, ela engendra o fascínio pela tentativa de ir ao encontro do outro em sua condição de estrangeiro ao eu, o que certamente implica a condição de estrangeiro do eu em relação ao outro.

O viés da tradução pode estar presente em cenas do cotidiano que provocam constrangimento àquele que não entende a língua através da qual se dirigem a ele, tal como aponta a pessoa entrevistada:

*Então é nesse sentido assim, porque se a gente disser assim “o senhor procure um advogado”, é isso que eu digo a vulnerabilidade. E a pessoa muitas vezes por vergonha vai dizer “tá bom” e não vai e vai ficar naquilo e deu, né. Às vezes ou procura e pode ser muito bem atendido ou mal atendido e vai demorar muito tempo pra ser atendido e a coisa vai ficando ali patinando, demorando, então é nesse sentido. Já tem uns que não, que são muito espertos, né, que lutam pelos seus direitos... Agora tem outros que é... ficam ali naquela...mesma coisa assim, até achar que você é todo poderoso! Não, e tu tem que desmascarar isso. [...] E que tu tá prestando informação! Agora se tu puder dar aquela informação pra aquela família, tu tem que passar e orien..., né. [...], tu vai repassar aquela informação, tentar de uma forma mais clara possível. Não adianta dizer: vá ao cartório buscar...sei lá, aí os termos do Direito...*

*uma precatória não sei o quê...Não!* (Assistente Social Casa-Lar 1).

Neste recorte, observamos que a pessoa entrevistada propõe um afastamento do outro em relação a si, faz dele um desconhecido para o Eu, fazendo dele realmente outro. Desta forma, afasta as pressuposições de que “falam a mesma língua” ou, em outras palavras, de que ela sabe o que ele fala e vice-versa. Pelo afastamento que abre espaço à alteridade, instala o esforço da tradução, abre espaço à hospitalidade.

Para Derrida (2003a) a hospitalidade consiste na radicalização da alteridade através da ideia de acolher o outro como *outro*, aquele que me é para além do estrangeiro. A diferença entre o eu e o outro-estrangeiro está marcada por limites jurídicos que estabelecem uma relação hierárquica entre ambos, ficando o primeiro em condição privilegiada. Entre o eu e o outro-*outro* o que se passa é da ordem do desconhecido, do imprevisível, do novo, da não imposição de condições para acolher; a hospitalidade pura seria desta natureza, de uma impossibilidade tal como aquela que se impõe para o acesso à justiça plena (para além do direito). Assim, podemos pensar que ter como horizonte a *decisão justa* é também ter como horizonte a *hospitalidade incondicional*. E se para caminhar na direção de uma decisão justa é preciso a um só tempo respeitar e desconsiderar a norma, algo semelhante se impõe no esforço pela hospitalidade incondicional:

Tudo se passa como se a hospitalidade fosse o impossível: como se a lei da hospitalidade definisse essa própria impossibilidade, como se não pudesse senão transgredi-la, como se a lei da hospitalidade absoluta, *incondicional*, hiperbólica, como se o imperativo categórico da hospitalidade exigisse transgredir todas as leis da hospitalidade, a saber, as condições, as normas, os direitos e os deveres que se impõem aos hospedeiros e hospedeiras, aos homens e às mulheres que oferecem e àqueles e àqueles que recebem a acolhida. Reciprocamente, tudo se passa como se as leis da hospitalidade constituíssem, marcando seus limites, poderes, direitos e deveres a desafiar e a transgredir a lei da hospitalidade, aquela que exigiria oferecer ao chegador uma acolhida sem condições.

Digamos sim *ao que chega*, antes de toda determinação, antes de toda antecipação, antes de

toda identificação, quer se trate ou não de um estrangeiro, de um imigrado, de um convidado ou de um visitante inesperado, quer o que chega seja ou não cidadão de um outro país, um ser humano, animal ou divino, um vivo ou um morto, masculino ou feminino (DERRIDA, 2003a, p. 67-69).

Tal hospitalidade seria, para nós, uma postura ética em acolher o outro a partir daquilo que dele chega a nós, ainda que não se saiba muito bem o que isso significa. Como costuma dizer Derrida, trata-se de um esforço infindável. Cabe destacar que isso não é o mesmo que “ser neutro”, mas sim a tentativa de se despojar o máximo possível de si, das normas, das regras, das leis, ou ao menos deixar tudo isso em suspensão para que o outro possa chegar com sua máxima condição de alteridade. Porém, entendemos que – paradoxalmente – tal esforço infindável logo chega ao fim, para depois continuar infinito, e assim sucessivamente. O paradoxo afirma e sustenta a diferença entre movimento hospitaleiro e a suposta neutralidade (ou objetividade) almejada pela ciência positiva. Se em um instante fazemos a suspensão dos aspectos acima mencionados (de um Eu, enfim), no outro somos atravessados pela potência do inconsciente passível de ser atualizada – dentre outros – nos processos de identificação.

Em *Traduzir-se*, Ferreira Gullar (2004, p. 335) questiona a relação do eu com o eu, e do que nela é sempre atravessado pelo outro:

Uma parte de mim  
é todo mundo:  
outra parte é ninguém:  
fundo sem fundo.

Uma parte de mim  
é multidão:  
outra parte estranheza  
e solidão.

Uma parte de mim  
pesa, pondera:  
outra parte  
delira.

Uma parte de mim  
almoça e janta:

outra parte  
se espanta.

Uma parte de mim  
é permanente:  
outra parte  
se sabe de repente.

Uma parte de mim  
é só vertigem:  
outra parte,  
linguagem.

Traduzir-se uma parte  
na outra parte  
– que é uma questão  
de vida ou morte –  
será arte?

Se as palavras do poeta reiteram as dificuldades da tradução, elas também apontam a arte (e nela, a poesia) como possibilidade para acolher o que nos causa estranhamento. Tradução que é mescla de uma e de outra parte. O um e o outro em um movimento de afastar e aproximar, de morrer e de viver. A escrita poética busca possibilidades singulares de lidar com a linguagem, com a representação; lança-se para além da concepção tradicional que visa depurar um sentido fixo aos conceitos. A poesia trabalha com a desconstrução e reinvenção da linguagem.

Assim, tal como na escrita poética, trazemos a perspectiva de que no cotidiano dos profissionais que aqui destacamos – em seu trabalho de lidar com os conceitos, com a linguagem, com a escrita – seja relevado o esforço para escapar da captura (sedutora, sem dúvida) dos sentidos únicos, finalistas e, especialmente, da crença na possibilidade de uma completa tradução do outro (e seu contexto). Pode ser – talvez – que nessa escritura se engendrem as possibilidades de “dobrar a língua para dizer as condições não linguageiras da linguagem” (DERRIDA, 2002b, p. 19), escapando assim ao senso comum e à hermenêutica que tudo sabe *a priori*. Escritura plástica que abre espaço à alteridade radical, caminhos da hospitalidade.

## 7.8 DIREITOS E SABERES “SEM GARANTIAS”

*Eu tô falando aqui, quem vem pra nós é pobre! [...] Noventa e cinco por cento são pessoas de camadas... Eu sei que a gente continua..., como é que eu vou te dizer, (suspiro profundo) o nosso..., a nossa rede de ação continua sendo a classe mais baixa, os mais vulneráveis, tá (Entrevistad@ 6).*

A violação de direitos contra crianças e adolescentes é especialmente fiscalizada nas camadas empobrecidas da população. Ainda que isso não sirva para incorrer em uma leitura que equacione as situações de pobreza como tendência à violação de direitos de crianças e adolescentes por parte de suas famílias, é preciso atentar em que medida a condição de pobreza – ela mesma – já não se define por uma sucessão de direitos violados daqueles que nela se encontram.

A educação das crianças pobres e daquelas que viviam em instituições sempre relacionou o “bom comportamento” e a “capacidade produtiva” à chance de poder ter um “futuro melhor”. A religião, através de suas escolas e instituições de abrigo, via na educação a possibilidade de salvação das crianças “enfeitadas”. Educadas em seus modos poderiam ser adotadas por outras famílias e, com alguma instrução (ou ofício), poderiam ser aproveitadas como mão-de-obra. A ideia de bons modos relacionada à possível adoção permanece até nossos dias.

A assistência à infância desvalida que já trazia como marcas a educação e a instrução populares teria na República uma nova missão incrementada pela interferência do Estado: identificar e estudar “as categorias necessitadas de proteção e reforma, visando o melhor aparelhamento institucional capaz de ‘salvar’ a infância brasileira do século XX” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 28). A partir desse momento, podemos pensar em uma integração dos saberes da época envolvendo a assistência social, o direito, a polícia, a pedagogia, a medicina higienista e a psicologia. A categoria de menores seria ainda mais reforçada, bem como as noções de “famílias desestruturadas”, “menor delinquente”, as “classificações de inteligência” (que situavam a criança institucionalizada como “subnormal”, dotada de Q. I. inferior) e as ideias de que tanto as famílias como as crianças pobres eram agressivas, incapazes e insensíveis.

Apesar das várias mudanças operadas nos últimos 20 anos, cabe destacar que mesmo quando observamos um distanciamento – no tempo e no discurso – entre a realidade de ontem e de hoje na assistência à

infância e adolescência, o abandono e a pobreza não deixam de ser as principais razões para o abrigo.

Essa reincidência histórica aponta para a relação política estabelecida entre a institucionalização de crianças e as famílias por elas responsáveis. Problematicar essa relação implica considerar, de um lado, a produção da pobreza e da exclusão social, que constrange muitas famílias e responsáveis a abandonarem seus filhos, e, de outro lado, a produção de discursos que destacam o cuidado familiar como premissa para um desenvolvimento saudável. No desencontro dessas questões as famílias e, em especial as mães, são tomadas como negligentes e abandonadoras, fundamentando assim a existência de instituições direcionadas ao acolhimento desses filhos abandonados. Nesse processo, é mais uma vez reforçada a condição de exclusão das famílias e forjado o mito de que elas, assim como as crianças delas oriundas, são desajustadas (RIZZINI; PILOTTI, 2011; RIZZINI; RIZZINI, 2004).

A repetição dessas histórias levou à busca de dispositivos capazes de promover mudanças nesse quadro. O Brasil está presente em um amplo processo internacional de construção das Diretrizes das Nações Unidas sobre o Uso e Condições Apropriadas para Cuidados Alternativos com Crianças, que tem como objetivo orientar os estados membros da ONU em relação ao atendimento a crianças que se encontram sem o cuidado dos pais, considerando os seguintes aspectos: a) apoio e fortalecimento da família e preservação dos vínculos familiares; b) medidas adequadas para a prestação de cuidados; c) prestação de cuidados alternativos a crianças sem cuidados parentais; d) prestação de cuidados a crianças fora de seu país de residência habitual e/ou em situações de emergência (catástrofes naturais, guerras, dentre outras) (BRASIL, 2007).

Nesse cenário, o Brasil apresentou ao Comitê dos Direitos da Criança da ONU o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Como fundamentação à necessidade de uma mudança de postura nessa área de atendimento – no caso, o afastamento de uma prática assistencialista –, são centrais as concepções apresentadas neste documento sobre a condição de crianças (e adolescentes) como sujeitos de direitos e seres em desenvolvimento:

[...] o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária incorpora, na sua plenitude, a “doutrina da proteção integral”, que constitui a base da Convenção sobre os

Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com essa doutrina jurídica, a criança e o adolescente são considerados “sujeitos de direitos”. A palavra “sujeito” traduz a concepção da criança e do adolescente como indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade e vontade próprias que, na sua relação com o adulto, não podem ser tratados como seres passivos, subalternos ou meros “objetos”, devendo participar das decisões que lhes dizem respeito, sendo ouvidos e considerados em conformidade com suas capacidades e grau de desenvolvimento. [...] Proteger a criança e o adolescente, propiciar-lhes as condições para o seu pleno desenvolvimento, no seio de uma família e de uma comunidade, ou prestar-lhes cuidados alternativos temporários, quando afastados do convívio com a família de origem, são, antes de tudo e na sua essência, para além de meros atos de generosidade, beneficência, caridade ou piedade, o cumprimento de deveres para com a criança e o adolescente e o exercício da responsabilidade da família, da sociedade e do Estado. [...] O desenvolvimento da criança e, mais tarde, do adolescente, caracteriza-se por intrincados processos biológicos, psicoafetivos, cognitivos e sociais que **exigem do ambiente que os cerca, do ponto de vista material e humano, uma série de condições, respostas e contrapartidas para realizar-se a contento** (MDS, 2006, p. 25-26, grifo nosso).

O documento sustenta-se em uma proposta ampla, que implica investimentos em políticas públicas e especial atenção à família como unidade ideal ao crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente. Contempla, ainda, aqueles que estão afastados de seus familiares, apontando para a importância do reordenamento dos programas de acolhimento institucional, que prevê a qualificação dos profissionais neles inseridos, alterações no sistema de financiamento, um maior investimento no trabalho com as famílias, intervenções de prevenção ao abandono, atendimento mais personalizado a crianças e adolescentes, adequação dos espaços físicos e uma eficiente articulação das entidades de programas de abrigo que considere toda a rede de serviços do Sistema de Garantias de Direitos (SGD).

É importante, ainda, considerar que ao tomar determinada condição como referência, essa condição é positivada, ficando seu oposto, necessariamente, em uma condição negativa. No tema específico deste estudo, as denominações “criança abandonada”, “criança de rua”, “família desestruturada ou negligente”, bem como “adolescente infrator” – fortemente presentes na cultura brasileira –, carregam o sentido de ameaça que cada uma dessas “categorias” pode representar à sociedade hegemônica. As adjetivações funcionam como delimitadores para marcar uma condição de inferioridade em relação ao que, supostamente, seria ideal.

Na dinâmica psíquica em articulação com o coletivo tendemos a excluir, distorcer ou afastar aquilo que nos parece estranho. Ou seja, ao tomar algo como referência buscamos estabelecer um padrão identitário para, por exemplo, “a criança”, “a família”, “o adolescente”, sendo confortável ao psiquismo reencontrar esse padrão, e o que dele destoar provocará incômodo. Entretanto, considerando a condição humana de um eu cindido, o padrão dito estável só pode se construir às custas de aspectos que foram escandidos da consciência, mas nem por isso deixam de existir no psiquismo. Logo, o desconforto emerge no contato com o *estranhamente familiar*. Nesta ótica, as ameaças acima mencionadas, supostas em nível coletivo, encontram ressonância na constituição subjetiva (FREUD, 1914, 1919b, 1921/1981).

Em nosso trabalho de campo não raro foram apontadas precariedades de todo tipo em referência a esta população, comumente vista de forma desqualificada; a maioria delas decorrente mais da negligência do Estado e menos do cidadão comum. Entretanto, na aplicação da lei relativa à violação de direitos de crianças e adolescentes são as famílias – e de outra forma –, as crianças e os adolescentes que sofrem as penalizações. A educação, a saúde e a instituição escolar são os territórios sobre os quais historicamente incidem mecanismos de controle, pois, de acordo com a lei, crianças e adolescentes são seres em desenvolvimento e tais setores compõem a pedra fundamental para o futuro.

Em outra oportunidade (CINTRA; SOUZA, 2010), discorremos sobre as lógicas de exclusão que sustentam a reincidência histórica apontada acima, reafirmada nas palavras em epígrafe da pessoa entrevistada. O ECA é específico ao indicar que a falta de recursos materiais não constitui motivo para a retirada de uma criança ou adolescente de sua família, logo, não encontraremos hoje tal justificativa para ações dessa natureza. Em seu lugar podemos observar termos que camuflam questões afeitas à pobreza, mas que podem problematizar um



possível descaso do Estado, cujas ações se pautam na hegemonia de um pensamento neoliberal. Este último, ao contrário, tende a ser apresentado à sociedade como protetor de crianças, adolescentes e suas famílias, seja através da legislação (ECA), seja através da criação de serviços ou políticas de assistência.

A família pobre ganha um novo estatuto: família negligente. Essa categorização justifica a intervenção estatal, pois o discurso não é mais o da falta de condições materiais para o cuidado dos filhos, e sim o desrespeito aos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, como saúde, educação, alimentação, entre outros, que tomam forma nos casos de violência intrafamiliar, “risco social”, exploração do trabalho infantil, etc. (...) As situações de negligência e maus-tratos são vistas ainda como incompetência familiar, tal como nos antigos Códigos de Menores, na medida que a questão estrutural do capitalismo neoliberal e a privação de direitos são descartadas nas análises explicativas de tais ocorrências. É mais fácil demonizar, culpar, criminalizar a família, individualizando a violência, deixando de fora as relações de poder contemporâneas (NASCIMENTO; CUNHA; VICENTE, 2007, s/p).

Exclusão e proteção caminham lado a lado na história dos direitos da criança e do adolescente e aquilo que “[...] vem sendo chamado ‘proteção à infância e à juventude’ tem se remetido a dois âmbitos: ao da “bondade” e ao da competência técnica” (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005, s/p).

O denominado modo de produção capitalista reserva a grande parcela da população uma condição cruel de existência, desde os primórdios de uma constituição subjetiva até o descaso encontrado nos equipamentos públicos que ofertam cuidados. Sabemos que tal crueldade é uma condição geral que afeta muitos e que há formas específicas de como tal condição é singularizada, o que, entretanto, não significa que quando as dificuldades de enfrentamento forem maiores, o “erro” deva ser atribuído ao sujeito sem levar em conta esse contexto. Tal aspecto pode ser localizado na fala que segue, pelo relato de situação em que mulheres-mães não conseguem cuidar de seus filhos:

*Aqui não tem nada. Eu tenho casos aqui de crianças, uma criança que foi adotada conosco aqui e tava com um problema sério de... precisa de psicológi...de psicólogo, tá na fila do SUS [...] há mais de um ano e meio e não conseguiu, sabe. Então...realmente não tem, né. Esse...essa coisa do CRAS né, é um...uma dupla né, um psicólogo e uma assistente social, elas...a psicóloga não pode fazer terapia, é um acompanhamento, né, é uma “orientação” ... Essas pessoas, elas precisam de uma coisa muito mais profunda, né. Uma mulher como essa que tem 7 filhos, que não tem emprego, que não tem um marido, que...Ela precisa de muito mais! Que tem dependência química! Ela...não...sabe? Um acompanhamento uma vez a cada quinze dias, sabe! É muito pouco, né (Psicólog@ Fórum, grifo nosso).*

A mulher descrita pela pessoa entrevistada perdeu a guarda de mais de um filho. E aqui encontramos um circuito que se fecha dando a entender que pessoas como ela são incapazes, negligentes, pouco dedicadas à prole. Pouco se pergunta sobre o contexto ampliado em que tudo se dá. Observamos que a despeito das reformas operadas na área da assistência social, a forma como os serviços dentro do CRAS são descritos a partir da entrevista mostra que eles são, de fato, insuficientes às possíveis demandas desta mulher, especialmente se consideramos que também o serviço da saúde – para onde seriam direcionadas intervenções de tipo terapêutico – é precário. Há ainda as questões relativas à habitação, quando consideramos uma população sem moradia ou em condições precárias de moradia.

Em mais de uma entrevista houve menção sobre filas de espera para atendimento nos serviços e, ao mesmo tempo, encontramos a recorrente afirmação de que a família “não aderiu ao tratamento”. Conforme veremos nas falas que seguem, ainda que a lei exista, não há o funcionamento desejado de uma engrenagem que possibilitaria seu cumprimento, indicando que o Sistema ou a Rede ainda são mais dispositivos teórico-legais (ECA, SUAS etc.) do que propriamente práticos. Logo, há que se analisar a questão da dificuldade histórica de implantação de leis no Brasil. De acordo com Faoro (1976) e Souza (1999) há uma dissociação entre produzir leis e implementá-las, dissociação esta que vigora no Brasil desde a colonização. O país é profícuo em produzir leis e normas importantes, porém, também é

pródigo em cumpri-las e fiscalizá-las de forma precária, além de operar reforçando lógicas de exclusão em relação às camadas empobrecidas (NASCIMENTO; LACAZ; TRAVASSOS, 2010)

*No serviço de proteção... No CRAS, no PAEFI, todos eles... Então chegava a ser, se não me engano, de 3 a 4 anos de espera. Então, era demais! Quer dizer, quando ele ia na casa já era o filho daquele que já tava com violação de direito... [...] já era intergeracional, a violação de direito. [...] E a gente precisa admitir, tá, de que muitas vezes a gente acolhe criança, e até destitui, em função não só da fragilidade da rede, como também da falta de adesão ao serviço. [...]. É uma coisa muito frequente! Então a gente pede pra ser inserido nos serviços e as pessoas não aderem. Elas não vão! [...] Eu não sou da área, mas talvez trabalhar um pouco a questão da acolhida dessas famílias nos sistemas de proteção. [...] Porque hoje é assim, o serviço, a gente determina a inclusão de uma família. Ai a... o CRAS sempre me responde assim: “o serviço não é imposto! O serviço está à disposição...Mas eu não posso impor um serviço”. Eu disse, mas eu não quero que tu imponhas um serviço, eu quero que tu coloque essa família pra ser atendida (Juizado da Infância e Juventude).*

Na medida em que quase todos os entrevistados trazem a crença de que se os serviços funcionassem as coisas poderiam ser melhores (para eles, para as crianças-adolescentes, para as famílias), a discussão acima é pertinente. Ela pode carregar concepções específicas de ciência bem como certo mal-estar da contemporaneidade.

A “não imposição” do serviço é uma perspectiva interessante para escapar à crença de que as pessoas *devem* ser atendidas e modificadas, independentemente do que desejam. Mas também pode ser uma forma politicamente correta para esconder a burocratização do fazer nos serviços públicos, cujos fluxos em muitos aspectos desconsideram as especificidades da população que atende. Possivelmente, parte dessa discussão nos remete à possibilidade de que, em alguns casos, a não adesão aos atendimentos se deve ao fato de que nós ainda não achamos caminhos satisfatórios para trabalhar com essas pessoas.

*Não vou dizer a todos, mas me toma, que é a... uma...não sei se dizer uma frustração, ou uma responsabilização, que eu me faço, que é quase de dizer “s...o acolhimento tá ocorrendo porque não fomos capazes de, de evitar isso, porque não soubemos fazer, propor a família uma outra forma de trabalho é...que desse uma outra direção” [...] pode ser uma falta de conhecimento, pode ser uma deficiência de metodologia, então fica-se a dúvida. [...] É uma angústia com algo não sabido [...] E eu acho necessária essa angústia. Porque é ela que vai promover o incômodo para que a gente continue estudando, pra que a gente continue indo atrás de outros municípios, outras profissionais que tão fazendo trabalhos interessantes... (Entrevistad@ 4).*

A fala da pessoa entrevistada contribui para que possamos enxergar um cenário em que temos, de um lado, a legislação e o Sistema de Garantia de Direitos como norteadores da proteção integral de crianças e adolescentes; e de outro, crianças, adolescentes e famílias que parecem assumir posições de oposição às formas de funcionamento dos serviços desse Sistema. Cabe então questionar, mais uma vez, em que medida tais formas não se apoiam – em demasia – nas perspectivas do sujeito *de* direito e sujeito *do* direito, através de processos de conhecer e agir que privilegiam a consciência, a razão, a previsibilidade (causa – efeito), bem como representações identitárias em que a diferença ocupa o lugar de ruído indesejável.

Faz-se então necessária a busca por outras formas para produção de conhecimento que possibilite o trabalho com inclusão dos aspectos escandidos e desqualificados da realidade e da subjetividade, tais como o paradoxo, o singular, o afeto, o negativo. Como afirmado em nosso estudo, o pensamento científico com preponderância calcada na razão, presente na história da filosofia ocidental até os dias atuais, nos tem feito reféns de uma única forma possível de produção de conhecimento. As afirmativas nessa direção se assentam em determinados pressupostos da metafísica da presença como positividade, causalidade, linearidade, continuidade, refutando assim o acesso a todo o mais que não se incluía nesta lógica.

Na metafísica da presença, é a crença na totalidade, naquilo que pode ser pleno, completo, sem contradição, que oferece fundamento à verdade. Ou seja, inexistem arestas ou espaços vazios comumente

significados como erros ou incompletude que tornariam a suposta verdade pouco ou nada verdadeira.

Em outras palavras, aspectos da realidade e da subjetividade que não foram recobertos pela representação e/ou explicados por este conhecimento foram considerados restos e desvalorizados. Esse procedimento possibilitou que não se questionassem as teorias e os procedimentos hegemônicos, já que o resto, desqualificado a priori, não suscitava o trabalho de ser problematizado (SOUZA, 2011, p.76).

É interessante lembrar que quando não entendemos alguma coisa (sejam ideias ou situações), é comum se afirmar que “as coisas não se encaixam”. Vemos aqui a crença da possibilidade de um conhecimento pleno cujo arranjo final seria semelhante à conclusão da montagem de um quebra-cabeças em que todas as peças se encaixam e, porque não falta nenhuma peça, é possível a construção de uma imagem completa em que tudo está devidamente representado. O quebra-cabeça de 1000 peças finalizado com 999 ou aquele que tem as 1000 peças, mas uma delas não se encaixa bem (por falta ou excesso de material) provocam frustração e angústia. O exemplo miúdo do cotidiano aponta para a materialização de maneiras de subjetivar que têm atravessado o humano em suas mais variadas formas de ação no mundo.

Souza (2011) destaca que na teoria moderna sobre o movimento e a causalidade ganhou hegemonia a tese de que o contato entre dois objetos e a relação sujeito-objeto são sustentados pela causalidade linear e hierárquica-binária. Porém, ressalta que na própria física encontramos outras leituras sobre a causalidade nas quais se reconhece a descontinuidade como aspecto constituinte e integrante das relações globais. Desta forma, o que até então precisaria ser ajustado (eliminado, preenchido, consertado) persiste como ausência que se faz presente por sua caracterização daquilo que está por vir (SOUZA, 2011).

Se na denominada ciência *exata* há lugar para a inexatidão, as ciências que se afirmam humanas mantêm certo apego às leituras que visam recobrir a realidade sem deixar brechas. Pela lógica de que “isso é aquilo”, o princípio de identidade ganha hegemonia. A construção de conceitos puros, bem delimitados e sólidos a partir dos quais podemos explicar ou justificar a realidade sempre foi uma das aspirações dessas ciências para que fossem tomadas como tal. Assim, como apontado em

nosso estudo, este é um dos principais aspectos problematizados por Jacques Derrida no conjunto de sua obra ao tomar em estudo a linguagem e nela apontar o texto sempre atrelado a outro texto:

[...] esse tecido é o *texto* que não se produz a não ser na transformação de um outro texto. Nada, nem nos elementos nem no sistema, está, jamais, em qualquer lugar, simplesmente presente ou simplesmente ausente. Não existe, em toda parte, a não ser diferenças e rastros de rastros (DERRIDA, 2001a, p. 32).

Na tentativa de escapar à estabilidade de pontos fixos de todo tipo, inclusive de origem e finalização, Derrida (2011) fala do esforço para uma escrita que literalmente “não-queira-nada-dizer”, num jogo em que “[...] nenhuma palavra, nenhum conceito primordial venha a sintetizar e comandar, a partir da presença teológica de um centro, o movimento e o espaçamento textual das diferenças” (p. 21). Tal proposição vem ancorada em sua leitura crítica sobre o lugar até então atribuído ao significante, pois entende que os sentidos não têm fixidez de nenhum tipo (temporal ou espacial), visto que sempre diferidos, em movimento, remetidos a outro signo, tanto no discurso falado como no escrito (DERRIDA, 2001a, 2011).

Esta outra lógica conhecemos aqui apenas por sua negatividade, ou seja, não clássica. No viés dessa negatividade se impõe o movimento que faz desordem nas séries binárias e hierárquicas e lança o humano em um processo para conhecer marcado pelo que não se pode prever ou determinar, sem garantias, numa imprevisibilidade constitutiva. Pois é nessa imprevisibilidade que o processo se abre ao conhecimento, evitando que a realidade (seja isso o que for) deva ser encaixada na fixidez artificial de conceitos.

Reiteramos que a desconstrução da lógica formal e dos elementos que lhe dão estofo não significa abrir mão da razão, mas sim permitir que no campo do conhecimento sejam incluídas formas outras de conhecer sem que para isso tal conhecimento precise ser desqualificado. Trata-se apenas de considerar que

O trabalho de desconstrução desses fetiches [substância, representação e linearidade] demanda epistemologias centradas na razão plural, na dúvida diante do real, no paradoxo, na contradição, no

indeterminado, no indecidível (SOUZA, 2011, p. 87).

Entendemos que a complexidade das situações de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento pode exigir epistemologias que considerem o paradoxo, o singular e o afeto. Nesta direção, é interessante observar a posição assumida no acontecer dos processos de decisão, quando a pessoa entrevistada fala sobre o ser e o não ser, dois mundos, cisões cujas partes não se anulam para preponderância de alguma delas, atrevendo ou intuindo uma estratégia de trabalho que escaparia às lógicas binárias de SIM ou NÃO, ESTE ou AQUELE. Ela mantém um “aparentemente SIM”, que na verdade é um TALVEZ:

*É...em pensando que enquanto a...a família, a criança ou adolescente ainda tá com essa família, ela tá em atendimento conosco, a gente tem que tá trabalhando para evitar o acolhimento, através da não violência, ali. [...]. Você tá certo de que você não sabe mais o que fazer... [...] ...é... e você não sabe o que é melhor mais pra essa criança, então você apresenta essa análise pro MP, indicando, sim, uma possibilidade real de acolhimento ali. Feito isso, você tem que voltar a trabalhar com aquela família, **como se... ignorando toda aquela decisão já tomada.** [...] E pelo menos eu tenho notado hoje que... que a angústia dos técnicos, é... ela diminui, é...pelo menos é uma percepção, [...]. Diminui a angústia do...da...da reflexão do técnico quando ele fala: “essa criança tá em risco, preciso fazer alguma coisa!”. Então algo é feito. Aí vai vir a angústia do...do efeito dessa decisão, né [...]Se vai ser acolhido e tal... Mas, foi feito algo! Decidiu-se fazer. Então isso dá conta de uma parte dessa angústia. Não toda. Uma parte. E aí se possibilita tentar voltar a pensar, de novo, uma forma de...uma forma de trabalhar com a família (Psicólogo@ PAEFI, grifo nosso).*

Além de endereçar a decisão ao outro considerando que esse outro pode vislumbrar algum caminho até então não imaginado, o corte, a decisão “provisória”, alivia uma angústia excessiva e paralisadora da equipe pelo fato de que “algo tinha que ser feito e o foi”. Essa queda de

angústia abre espaço para pensar alternativas que, possivelmente, não integravam o horizonte da equipe porque tomada pela angústia. Em outras palavras, é uma decisão que permite continuar sem decidir para que se encontre uma melhor decisão.

Tal movimento pode ser entendido como a forma paradoxal de decidir mantendo o devir para a decisão, escapando à metafísica da presença, instalando a *différance*. Nesse movimento, “[...] o tempo não responde mais pela sustentação de uma presença, mas abre caminho para o adiamento dos sentidos[...]” (LANGARO, 2011, p. 49). O caminho de desconstrução delinea o *talvez*, o *entre*, espaço de possibilidade criativa porque acolhe o indecidível como devir, e nele a *différance*,

a ação de remeter para mais tarde, de ter em conta o tempo e as forças numa operação que implica um cálculo econômico, um desvio, uma demora, um retardamento [...]. Diferir, nesse sentido, é temporizar, é recorrer, consciente ou inconscientemente, à mediação temporal e temporizada de um desvio que suspende a consumação e a satisfação do ‘desejo’ ou da ‘vontade’ [...]. E veremos [...] em que essa temporização é também, temporalização e espaçamento, devir-tempo do espaço e devir-espaço do tempo (DERRIDA, 1991b, p. 39).

O *entre* que dá espaço ao indecidível e à possibilidade é também espaço-limite, espaço que, por não operar com lógicas totalizadoras, aponta a limitação daquele que decide (e dos serviços em que se localiza) e dos instrumentos e estratégias de intervenção colocados à sua disposição. E num movimento de vai-e-vem, a limitação é angústia para conhecer, para chegar ao outro em sua condição mesma de outro.

Assim, podemos propor que ao lado do universal da lei, que rege o Direito e outras áreas do saber que tomam esse universal como parâmetro, possam ser incluídas formas outras de conceber o humano e seus laços sociais, formas que na tensão com esse universal possam nos deslocar das intenções do encaixe perfeito de um quebra-cabeça às múltiplas imagens sempre em movimento do caleidoscópio, para conhecer e agir no mundo.

O presente capítulo, intitulado “Sobre processos de decisão” buscou até este momento oferecer ao leitor imagens diversas sobre processos de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento e suas relações com os profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos. Tais imagens, que guardam



relações com o acontecer da pesquisa de campo, estão entrelaçadas ao nosso olhar ancorado nos pressupostos teóricos que deram estofa ao presente estudo, problematizando, assim, aspectos que nos pareceram relevantes. No item que segue, encerraremos o presente capítulo pelo viés do trabalho propriamente dito, considerando as instituições em que se inserem os profissionais entrevistados ou observados.

## 7.9 DECISÕES E O TRABALHO DE OPERADORES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

No trabalho cotidiano estão presentes tanto as relações de produção específicas de determinada atividade quanto as relações humanas que implicam as dimensões física, psicológica e social. Desta forma, o trabalho pode ser compreendido como um espaço que se localiza *entre* o universo mais coletivo (político-econômico-social) e o mais subjetivo (aspectos conscientes e inconscientes). Trabalhar pode então “ser bom, fazer bem” ou “ser ruim, fazer mal”, dependendo das condições contextuais (momento histórico, cultura, tipo de atividade, recursos, gestão adotada, dentre outros) e de como cada um é afetado e assume posições dentro delas (SILVA; HASHIMOTO, 2012).

Com base no material proveniente das observações e entrevistas, entendemos que o olhar crítico às condições gerais de trabalho – especificidades de cada atividade profissional, expectativas relacionadas a elas (pelo profissional e pela sociedade) e a estrutura que lhe dá o suporte operacional – constitui aspecto importante para dialogar com as situações de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento. Tal importância toma como base a ideia de que as relações de trabalho são constituídas por encontros humanos, logo, no espaço de trabalho há uma multiplicidade de afetações de forma a aumentar ou diminuir o *conatus*, o que, por sua vez se relaciona às especificidades de nosso pensar-agir, visto que “Se uma coisa aumenta ou diminui, facilita ou reduz a potência de agir do nosso corpo, a ideia dessa mesma coisa aumenta ou diminui, facilita ou reduz a potência de pensar da nossa alma” (ESPINOSA, 1983b, p. 182).

O trabalho como universo temático é amplo e foge aos nossos objetivos aprofundar tal tema para além dos propósitos específicos acima mencionados. Na direção de estabelecer um recorte, julgamos oportuno tomar como referência preferencial o livro *O trabalho do juiz*, organizado por Giovanni Alves (2014), a partir do qual estabeleceremos um diálogo com o trabalho dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos à

Infância e Adolescência – juiz e outros profissionais – em suas relações com o tema da presente pesquisa.

O livro em destaque consiste em análise crítica do vídeo-documentário homônimo, produzido no projeto Cine Trabalho<sup>61</sup>, sob coordenação do Prof. Dr. Giovanni Alves, da UNESP, que tem por objetivo oferecer visibilidade às condições de trabalho no mundo contemporâneo para reflexões e possíveis mudanças nesse setor. Tomando como foco específico o trabalho no Magistrado Trabalhista, o livro problematiza o Poder Judiciário brasileiro, oferecendo assim um pano de fundo para se pensar a magistratura de forma geral, e nela a condição do juiz como aquele que ocupa o lugar último (decisivo) nas decisões. Oferece, ainda, reflexões sobre as mudanças na gestão do Poder Judiciário, em processo de implantação desde 2009, coordenado pela presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Sobre as mudanças acima referidas, em 2010, o então presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Gilmar Mendes, concedeu entrevista sobre *choque de gestão* do Poder Judiciário, e com base especialmente nesse material, Nogueira (2014) delinea aspectos desse processo em âmbito institucional, definido “como sendo a adoção do *planejamento estratégico nacional* e a constituição de um *novo perfil do juiz* como gestor, capaz de operacionalizar o cumprimento das metas nacionais prescritas pelo CNJ” (p. 120).

Burocracia, fluxo ineficiente de processos e morosidade para obtenção (e execução) de sentenças são algumas das queixas que levaram à proposta de uma nova gestão no Poder Judiciário, tomando como base uma reestruturação administrativa que deslocou a gestão das mãos de servidores para as mãos do magistrado, além de ampliar os processos de informatização ainda incipientes. As bases que orientam essa nova estruturação não são vistas com bons olhos por boa parte da magistratura, tal como observamos nas palavras de Coutinho (2014), Juiz do Trabalho:

Lamentavelmente, registre-se, a escolha do modelo de gestão para o Poder Judiciário, pelo CNJ, não foi objeto de qualquer debate entre juízes e servidores, muito menos foram provocadas as associações de classe dos referidos segmentos com a finalidade de apresentar sugestões e críticas. Decidiu-se pela

---

<sup>61</sup> Mais detalhes sobre o projeto podem ser acessados em: <[www.projetocinetrabalho.org](http://www.projetocinetrabalho.org)>

adoção do famoso Balanced Scorecard (BSC) gestado em Harvard (Kaplan e Norton), plano essa iniciativa privada voltado para a eficiência administrativa, o lucro e o enxugamento de pessoal. As metas desequilibradas e irracionais hoje fixadas no âmbito do Judiciário têm o processo judicial como mais um produto na prateleira à disposição do cliente. Em outras palavras, mercantiliza o que não é mercantilizável, fazendo do juiz mero instrumento para alcançar o resultado a qualquer custo [...] (p. 14-15).

Outros magistrados relatam dificuldades advindas na nova gestão, seja em relação às metas acima citadas, seja no âmbito da informatização. Esta última, se por um lado facilita alguns procedimentos, por outro faz emergir (de forma velada) a demanda de que o juiz está disponível a qualquer hora para atender às necessidades do Poder Judiciário, já que leitura de processos e elaboração de sentenças podem se dar a qualquer hora, em qualquer lugar. As metas estabelecidas pelo CNJ e a presença dos meios informatizados – que marcam instantaneidade e fluidez – para encaminhar decisões judiciais não se constituem apenas em fatores “externos” ao trabalho do juiz e do Poder Judiciário, e trazem implicações no próprio modo de fazer-pensar e encaminhar-arquivar decisões.

Como afirma Derrida (2001b),

[...] a estrutura técnica do arquivo *arquivante* determina também a estrutura do conteúdo *arquivável* em seu próprio surgimento e em sua relação com o futuro. O arquivamento tanto produz quanto registra o evento. É também nossa experiência política dos meios chamados de informação” (p. 29).

Neste sentido, é interessante destacar as falas que seguem, oriundas da pesquisa de Alves (2014):

*Uma sentença não é uma mercadoria, existem processos que eles precisam de amadurecimento, que eles precisam de tempo até para a sociedade e é bom que aquele processo descanse um pouco, baixe a poeira daquela situação para que o próprio juiz entenda o que está acontecendo. O que eu quero dizer é que essas metas não podem ser*

aplicadas como se fossem uma tabela, tem que haver sensibilização em relação às comarcas, as diversidades entre comarcas, em relação ao número de processos (ALVES, 2014, p. 33-34, fala de personagem do documentário).

Os magistrados que têm mais experiência na manipulação de autos físicos relatam que a satisfação na utilização dos processos em papel não decorre apenas de *fatores ergonômicos*, mas do *modo de instrumentalidade* proporcionado por eles: “eu escrevo à mão, eu penso com calma, eu apago, eu volto, dói menos o olhar [...]”. O PJe [Processo Judicial eletrônico] não altera apenas o modo de instrumentalidade, isto é, o manuseio dos autos físicos, mas também o *modo de cognição* do processo judicial. Ele altera a forma de ver o processo pelo juiz; e inclusive a *representação do processo judicial* na audiência para as partes. Enfim, com o PJe, perde-se a sensação de controle que os autos físicos proporcionavam para o magistrado (ALVES, 2014, p. 61).

A questão do tempo atravessa de maneira especial as decisões sobre a retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento uma vez que há o destaque para a condição de seres em desenvolvimento. No processo de decisão que acolhe tal perspectiva, juízes e demais operadores do SGD parecem estar diante da necessidade de “correr contra o tempo”. O amadurecimento de um processo, como mencionado acima, tem um limite mais estreito que em outras áreas. O juiz que atua em Varas da Infância e Juventude acaba tendo que estabelecer prioridades que dialoguem com as possíveis metas previstas pelo CNJ. Em nossa pesquisa, observamos tal aspecto que, por sua vez, aponta para outro, a saber, o “enxugamento de pessoal”:

*E quais são as prioridades: criança acolhida, criança em situação de risco, tá, são as nossas prioridades. O res...todo o resto...[riso desgostoso] vem depois. Então assim, a gente tá sempre correndo...atrás da máquina, tá. [...] Então nós precisaríamos de pelo menos mais uma psicóloga com certeza, no mínimo mais uma psicóloga, a gente só tem uma... [...] Então pensa bem, são [...] habitantes, até mais, eu sou um [profissional da*

*magistratura] só pra atuar[...] Então assim, não atende à demanda! O que é que tem acontecido? As habilitações pra adoção, tem... tem... tá esperando! [...] Porque se você não trabalhar com prioridade... Eu tenho que diminuir o tempo de permanência da..., tentar diminuir, né...na instituição de acolhimento, dar um jeito, ou voltar pra família, vou ter que tentar [...] Entende? E algum...alguns processos demoram muito! Por exemplo, tem mãe que vive se mudando e tu quer fazer um estudo social, tu tem que expedir carta precatória. Ou o pai tá preso lá no Paraná! Então até que vá carta precatória lá pra... Porque a gente tem que ouvir o pai. Entende? (Juizado da Infância e Juventude).*

As exigências do Conselho Nacional de Justiça em termos de requisitos e preparações para pretendentes à adoção bem como as iniciativas do Ministério Público em relação aos Serviços de Acolhimento<sup>62</sup> fazem pressão sobre o andamento dos trabalhos dentro do Poder Judiciário, que, também ele, não conta com equipes suficientes para funcionar a contento. Vemos, assim, que a máquina Sistema de Garantia de Direitos é, ainda, uma máquina presente nas leis, mas de aplicabilidade incipiente, visto que tal aplicação é de uma complexidade que extrapola os limites de tal Sistema.

Depreendemos das palavras do Juizado da Infância e Juventude que priorizar as metas relativas à redução do tempo de permanência de crianças e adolescentes nas instituições – máximo de dois anos – exige do magistrado e de sua equipe darem conta de processos antigos que estejam próximos a esse limite ou já o tenham ultrapassado. Ao cuidar disso, outros setores ficarão descobertos, como, por exemplo, as habilitações para adoção, atividade que demanda muito das equipes técnicas, tal como vemos na fala de quem atua como profissional de psicologia do Fórum, cujas demandas recebidas provêm de setores vários:

*Eu atendo [...] varas da família e da infância, por enquanto, mas já sei que comecei a ser requisitada@ também pela vara criminal, já fiz uma*

---

<sup>62</sup> Fazemos aqui referência à publicação *Relatório da Infância e Juventude – Resolução n. 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País* (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2013).

*avaliação no ano passado pra vara criminal, acho que a tendência é aumentar...É muito trabalho, muito! [...] Porque, esta questão da destituição, ela se refere mais à vara da fam...da infância. Então, só que na infância tem toda a questão da adoção. Então tem as questões das...da destituição, os processos que vêm, tem a adoção, então a habilitação...Sempre que a pessoa se inscreve aqui pra...vem pra...com intuito de se inscrever pra habilitação pra adoção, ela obrigatoriamente tem que passar por uma avaliação psicológica, um estudo social e um curso. Então o cursos somos nós também aqui da equipe, né, é... [...]E... então, muito, muita demanda. Só na infância é isso. A gente tem, em média, que eu levantei no ano passado, 80 casais inscritos por ano, e eu dou conta de avaliar 40, que já é muito. Então a gente tem uma demanda reprimida enorme dentro dos armários (Psicólogo@ Fórum).*

Além dos números citados acima, destacamos que as habilitações de pessoas para adoção, os estudos psicossociais relacionados à retirada de crianças-adolescentes de famílias ou instituições, o trabalho de acompanhamentos pós-adoção ou pós-retorno à família de origem, dentre outros, constituem atividades de grande envolvimento afetivo daqueles que nela estão implicados. Em outras palavras, se o número por si só já é expressivo, a dimensão qualitativa do trabalho é a que precisa ser relevada quando colocada lado a lado com o “enxugamento de pessoal”, levando-nos assim a questionar com Coutinho (2014) se o novo modelo de gestão do Poder Judiciário não carrega os vícios de uma história pregressa, dentre os quais destacamos relações autoritárias e hierarquizadas, conforme as palavras proferidas por um juiz na pesquisa de Ribeiro (2005) sobre o Judiciário Estadual de Santa Catarina: “[o Judiciário é] pouco sensível à melhoria das condições de trabalho e cobra produção, uma forma de autoritarismo e uma das razões de meu mal-estar no trabalho” (RIBEIRO apud ALVES, 2014, p. 32). Ainda, estudos específicos sobre a atuação do profissional de psicologia na esfera da justiça apontam dificuldades que passam – dentre outros – pelo espaço físico a ele destinado, precariedades na formação, acúmulo de demandas diferenciadas e interferências do saber/poder jurídico sobre o saber/fazer psicológico (MELO-SANTOS, 2013; BRITO, 2012; MAFRA, 2011).

Com base em nossas entrevistas e observações de campo, identificamos que nos encontros humanos que integram as relações profissionais, o *mal-estar no trabalho* está presente nas atividades não só do magistrado como também do Conselheiro Tutelar, dos Serviços de Acolhimento, de profissionais do PAEFI, da Promotoria, da equipe técnica do Poder Judiciário. Tomamos aqui a concepção de *mal-estar* a partir das ideias de Freud (1930/1981) e de leituras para a atualidade em Birman (1999), nas afirmações de um descompasso entre o que o humano deseja e o que a sociedade dele demanda. Tal descompasso – inerente à condição humana porque atrelado a um desamparo original – assume feições específicas a depender do momento histórico e dos contextos em que se insere, bem como da singularização operada a partir da experiência subjetiva de cada humano. Freud (1930/1981) estabelece assim uma relação entre o mal-estar e as fontes de sofrimento<sup>63</sup> do humano:

O sofrimento nos ameaça a partir de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode prescindir do sofrimento e da ansiedade como sinais de advertência; do mundo externo, capaz de voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, por fim, de nossos relacionamentos com os outros homens (FREUD, 1930/1981, p. 3025).

No caso específico, trazemos à cena o mal-estar no trabalho dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos. Esse mal-estar se expressa de maneiras diversas, passando pela infraestrutura precária de trabalho (física, recursos humanos, volume de trabalho); pela inexistência de uma rede ou, quando existente, que funcione de maneira integrada; pelo desânimo frente a problemas históricos que – a despeito das mudanças legais e normativas – persistem no cotidiano do profissional. Vejamos:

---

<sup>63</sup> Mantemos a expressão sofrimento, tal como figura no texto freudiano. Entretanto, conforme problematizamos anteriormente, nosso intuito se localiza no destaque à angústia. Ou seja, propomos que ao manter nossa referência à afetação a perspectiva do sofrimento e do mal-estar dele decorrente também pode ser tomada na acepção de uma angústia que atravessa o humano nas relações com seu trabalho.

*Ou, já reclamaram [o Centro de Atenção Psicossocial] pra mim “oh! quando vocês mandam a fulana pra cá e ela tá em surto...!”. Mas, pera aí! (rsrs) Ela só tem que ficar na Casa-lar então? (rsrs). Então essa questão do adolescente psiquiátrico, da criança psiquiátrica... Não tem lugar! Não tem vez! Tá muito difícil...de trabalhar (Assistente Social Casa-Lar 1).*

*É, o apoio que a gente tem, na verdade, é entre esses conselheiros mesmos, né? Mas de tentar colocar as dificuldades e o outro mais ou menos tentar auxiliar nesse sentido, de dizer não, tu tá corret@, eu também pensaria da mesma maneira, eu também faria assim ou...é o apoio dos conselheiros. Mas o apoio assim, de repente de alguma pessoa profissional, técnica naquele sentido, o conselho não dispõe de nenhum. [...] E é...a gente como trabalha com esse tipo de coisa, a gente vai afetando, com certeza. Vai afetando, vai...porque tu...tu às vezes... É..., assim, tu não consegue trabalhar aquela dificuldade, não consegue tentar...Sei lá, conversar com outra pessoa, tentar esclarecer nesse sentido que... Trabalhar mesmo a...a dificuldade da gente enquanto pessoa (Conselho Tutelar 1).*

*E... e hoje aqui em [...] o juiz não tem muita estrut...muito tempo pra trabalhar porque... ele trabalha na família também, né, na área da família. Então ele cuida da questão do divórcio, separação, e... Inclusive o Tribunal de Justiça descumpra a constituição estadual, que determina [...] ter uma Vara da Infância e Juventude única (Entrevistad@ 8).*

*É, só que às vezes tem adolescentes em conflito com a lei que acaba sendo o Conselho que atende, na maioria das vezes a gente retira eles da delegacia, só que a família é lá de Caçador... Já teve família que seja de Curitiba... Então, na hora, a gente não tem como botar no carro, não tem apoio...um apoio de combustível, é... alimentação, tudo né, pra leva-lo naquele momento, que a gente conta com a Secretaria de Assistência Social e...*



*quase sempre assim é à noite, em horários que... e eles demoram também, até eles liberarem, não é uma coisa rápida (Conselho Tutelar 2).*

*Há dois anos atrás, é... a comunicação entre serviços [do Sistema de Garantia de Direitos] era...podê...posso dizer, TERRÍVEL, ali. A troca de informações, o auxílio um ao outro, era terrível. Hoje é ruim. É... porque ainda nós não temos o... Nós não conseguimos fazer o ti... o de fato de instituições que trabalham juntas, complementarmente. [Por exemplo:] É, o serviço do Conselho Tutelar com as competências dele complementando o PAEFI, e essas informações serem discutidas entre aqueles que tão atuando... Isso tá no campo do ideal, ainda, Nós tamos, eu acho, caminhando...e vamos [...] tentando aprimorar isso daí (Entrevistad@ 4).*

*Nessa situação eu não pude tomar muita decisão porque vieram pra cá porque não tinham instituição de acolhimento, e o juiz determinou que se fizesse um... que se montasse uma instituição de acolhimento no município, mas pra isso teria que acolher em algum lugar, né. Então foram acolhidos aqui e depois foram pra instituição... que de certa forma isso também é ruim! Porque vai mudando, sabe?[...] É...vieram pra cá, acabam criando um vínculo, porque criam, né, com os educadores, com quem tá na casa, com as crianças, aí tu tens que mudar (Assistente Social Casa-Lar 2).*

*Nós não temos [a equipe completa] aqui na comarca, ainda não [...]Os casos, né, os processos que a gente tem, né, as situações...necessitam bastante, dos dois atendimentos, da área dos dois. [...]É, complicado. É, aqui, é... Aí no caso a gente conta com o auxílio d@s colegas é... de outras comarcas, nesse sentido. No próprio curso de preparação pra adoção, eu faço junto com [...] outra comarca, né... (Entrevistad@ 9).*

Ao lado de tais afirmações que nos auxiliam a compor um panorama das condições precárias em que funciona o Sistema de Garantia

de Direitos (LIMA, 2012; SILVA, 2011; NASCIMENTO; LACAZ; TRAVASSOS, 2010), encontramos falas singulares e profundas que trazem o desânimo de alguns desses profissionais, visto que, a despeito do valor que cada um deles atribui à atividade que exerce, a realidade cotidiana insiste em manter obstáculos que estremecem o sentido daquilo que fazem e refazem em seu dia-a-dia. Uma das pessoas entrevistadas, após relatar um estado de exaustão física e emocional decorrente de sua sobrecarga de trabalho, afirma que tem feito um esforço para acreditar que isso “é apenas um trabalho”, que não pode deixar que sua vida tenha noites sem conseguir dormir, tal como ocorrera recentemente. Outra, ao mencionar as muitas iniciativas por ela empenhadas com a rede de proteção à criança e ao adolescente para encaminhamento de um caso sem sucesso por conta de burocracias e possíveis descasos políticos, pergunta-se qual é afinal o sentido de seu trabalho.

O temor de “perder a vida” para o trabalho ou “perder o sentido” do próprio trabalho é aspecto de grande importância para qualquer atividade profissional e, de maneira especial, para as atividades que implicam decisões do porte como essas que damos destaque em nossa pesquisa. Dificuldades dessa natureza podem estar presentes tanto no cotidiano daquele que não tem o poder para a decisão final – mas que assume posições que contribuem para tais decisões – quanto daquele a quem cabe decidir de fato. É o que nos mostra Alves (2014) sobre as condições de trabalho do mundo contemporâneo e as palavras de uma juíza que integrou o documentário:

[...] Cada vez mais processos a ser avaliados, em menor tempo e piores condições (objetivas e subjetivas), revelam a falácia da nova morfologia do trabalho, na qual a qualidade é eufemisticamente exaltada. Esta sim, um mito. Lesões por esforços repetitivos (LER), doença do pânico, ansiedade, insônia e separações que se avolumam, dentre outros, são os verdadeiros resultados das tão buscadas metas... [...] O depoimento de uma jovem juíza não é mais alentador. Disse que sua maior felicidade foi quando passou no concurso. Após a posse veio a frustração. Na realidade concreta, vive subjetivamente um espaço que não lhe pertence. O trabalho faz lembrar Sísifo “nada, nada, e pouco se resolve”. A satisfação “simbólica” (o se tornar juiz) é esvaziada na realidade cotidiana, frustrante senão

amarga, e contrária às suas intenções afetivas e ético-políticas. A decepção se impõe: o que vale é o número, não as pessoas, não a Justiça (ALVES, 2014, p. 116).

Azevêdo (2009) e Alves (2014) destacam que na condição de servidor público o juiz ocupa um lugar delicado em que tem que prestar contas às especificidades do Poder Judiciário, em que se insere sua atividade, e à sociedade em geral (hoje, inclusive, com interferência da mídia, especialmente a televisão). Entre um excesso de ordem que encobre a condição dogmática do direito e um prazer que advém da crença na verdade, “O magistrado, então, torna-se um pouco mais ciente do drama existencial que cerca o ato de decisão judicial” (AZEVEDO, 2009, p. 90).

Na continuidade, acrescentamos que tal drama existencial não se limita ao trabalho do juiz. Como vimos, também os demais operadores do Sistema de Garantia de Direitos se veem pressionados entre tantas coisas e a realizar seu trabalho de acordo com o que lhes permitem as condições e os recursos disponíveis. Uma pessoa entrevistada comenta que a retirada de uma criança da família causou comoção na comunidade local em que a criança residia, o que levou o caso à mídia. Visto que integrou o processo de decisão desse caso, coube a ela suportar (e elaborar) os dissabores dos ataques críticos veiculados pelos jornais e televisão, ataques estes que, em sua opinião, eram indevidos por não conhecerem as particularidades do caso:

*É muito triste. Ninguém...ninguém queira passar por isso assim, nem do lado dela [criança] nem do meu assim. Eu não sei o que é que era pior ali: se era ela [criança] ou eu, digamos assim. E a gente foi...buscar a [criança]...O que consola é isso assim, saber que essa criança tá muito bem...(Entrevistad@).*

Aquilo que Alves (2014) relata como a satisfação do magistrado trabalhista em ver as partes satisfeitas emerge na fala desta e de outras pessoas entrevistadas através do “estar bem” da criança. Tais afirmações parecem compensar as particularidades e precariedades do trabalho dos operadores do SGD, tal como se com elas fosse possível diluir o mal-estar, ao menos por alguns instantes. Mas ele permanece ali, seja como condição constituinte do humano, seja na forma de falhas de um sistema trabalhista que insiste em fazer de conta que não vê o mal-estar, visto que

conta com esses instantes de satisfação como mecanismo recorrente daquele que trabalha para dar sentido a seu trabalho. Com Bertão e Hashimoto (2006) destacamos a importância do mal-estar no trabalho não ser naturalizado ou escamoteado. A propósito, com Freud (1915a/2004) podemos entender que tal tarefa seria por fim malsucedida, visto que tudo aquilo que “deixamos para trás”, “colocamos para baixo do tapete” ou, em outras palavras, *reprimimos* não deixa de habitar o psiquismo e insistirá em se expressar de alguma forma. Daí as palavras de Derrida (2004f):

Sempre temi o engajamento no caminho das construção de uma sociedade higienista, sem paixões, sem conflitos, sem injúrias, sem violências verbais, sem risco de morte, sem crueldade. O que se pretende erradicar de um lado sempre carrega consigo o risco de ressurgir ali onde não se espera (p. 95).

Em estudo anterior com educadoras que trabalham em um serviço de acolhimento (CINTRA, 2010), o mal-estar no trabalho também foi observado. Tal como nesta oportunidade, reiteramos aqui que, para além das imprescindíveis mudanças nas estruturas de trabalho, devem ser oferecidos àqueles que atuam nos processos de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento espaços e tempos que se constituam como dispositivos através dos quais possam falar e ser escutados para repensar sua prática profissional. Longe de tentativas para “acomodar” as coisas, intervenções nessa direção podem engendrar possibilidades simbólicas para expressão da singularidade.

## 8 ENTRELAÇANDO CASOS E ACASOS

A cada entrevista era solicitado o relato de um caso sobre a retirada de criança-adolescente da família ou serviços de acolhimento – que tivesse afetado de maneira especial a pessoa entrevistada. Pretendia-se desta forma oferecer um campo aberto para que cada um pudesse trazer de maneira singularizada aspectos com os quais mais se relaciona nos processos de decisão. A seguir serão apresentados fragmentos destes relatos.

Para apresentação e problematização dos relatos, tomaremos como referência a concepção de Figueiredo (2004) sobre a *construção de caso clínico*. A autora afirma que, pela perspectiva de *construção*, aos relatos sobre determinado caso devem ser acrescentados olhares múltiplos que extrapolem a dimensão objetivo-factual característica da anamnese. Tal perspectiva não nos leva à caracterização do sujeito implicado no caso, mas sim à construção daquilo que recolhemos de seu discurso, o que ao ser entrelaçado a possibilidades múltiplas aponta aproximações à sua posição subjetiva: “fazemos uma torção do sujeito ao discurso, podemos retomar sua localização baseando-nos nesses indicadores colhidos, do dito ao dizer” (p.79). Conforme destaca a autora, tal procedimento pode ser utilizado em contextos clínicos diversos.

No caso específico de nossa pesquisa, a dimensão clínica é tomada em sua concepção ampliada, o que inclui a condição de uma *escuta clínica* como ferramenta que pode ser usada em contextos variados, para além do *setting* convencional. É nesta direção que os relatos são entrelaçados a notícias, produções culturais e, também, à prática clínica da pesquisadora.

### 8.1 O CASO DE MUITOS

Denominamos *Caso de muitos* uma situação mencionada em várias entrevistas com forte carga afetiva, tendo sido divulgada na mídia quando de sua ocorrência. Na composição feita de informações obtidas nas entrevistas e outras acessadas na mídia, foi possível delinear uma complexa situação que envolveu uma avó responsável por três crianças, a falta de uma rede adequada de atendimento que pudesse abrir possibilidades para evitar o acolhimento institucional e um acolhimento determinado judicialmente cujo desfecho foi impactante para os entrevistados e comunidade em geral.

Conforme informa o Diário Catarinense<sup>64</sup>, “Denúncias de maus tratos fizeram a Justiça entender que o melhor para os irmãos era serem encaminhados para um abrigo”. Poucos dias após o acolhimento, houve um incêndio na instituição para onde haviam sido levadas as crianças, sendo que uma delas veio a falecer. A mesma nota de jornal afirma que essa criança estaria fechada em seu quarto em função do descontentamento por não poder passar o dia de seu aniversário junto com a avó, e que durante o incêndio “Um caminhão do Corpo de Bombeiros chegou em seguida, mas estava sem água”.

*Então, essa era uma criança que tava [sofrendo violências], então foi dado esse laudo pra que eles fossem acolhidos, e aí ele morreu queimado, um deles morreu queimado no abrigo e o outro [sofreu violências] **no abrigo**. Então a gente se pergunta né: o que seria melhor? [...] (silêncio). Então, é muito difícil (Entrevistad@ 5).*

A dimensão trágica dessa situação inclui a perspectiva do imprevisível, do incerto que compõe a vida, mas tende a ser deixado de lado como inexistente. O incerto, neste caso, pode dialogar com o *descaso* – através de possíveis falhas na rede de atenção anterior à decisão judicial, nas condições de cuidado na instituição, bem como na contenção precária do incêndio. Mas também com o *acaso*, na condição daquilo que, como imponderável, nos escapa.

Supomos que na ótica dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos as condições de saúde, vida e moradia da avó responsável pelas crianças definiam adultos e crianças como pessoas em condição de risco e vulnerabilidade, tomando como referência a própria Política Nacional de Assistência Social quando afirma estarem incluídos nessa condição:

famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais

---

<sup>64</sup>

Notícia

disponível

em:

<<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2011/09/crianca-que-morreu-queimada-em-abrigo-de-sao-jose-teria-se-trancado-no-quarto-diz-prefeitura-3485211.html>>

políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 27).

Por sua vez, a unidade de acolhimento institucional, quando necessária, tem como principal finalidade oferecer proteção às pessoas que se encontrem nessas condições, visto que operam a ruptura de um ciclo através do afastamento daquele que está em risco das condições em que está circunscrito.

No encontro dessas afirmações que comumente fundamentam a necessidade de retirada de uma criança ou adolescente de sua família, emerge o paradoxo de que o “risco” previsto com base nas denominadas condições precárias de vida da avó e das crianças se desloca para onde ele não era sequer previsto com base na denominada função protetiva do serviço de acolhimento. A situação relatada problematiza as *concepções de risco e proteção* em suas relações com a lógica linear estabelecida na causalidade que associa risco à continuidade e cálculo do efeito, com a contrapartida da concepção do *imprevisível*, que acolhe a causalidade a partir de outras bases, tal como o descontínuo.

Quais aspectos são considerados para estabelecer que certa forma de estar e viver no mundo é nociva o suficiente para desconsiderar formas várias de vinculação afetiva? O que significa estar protegido? Como podemos prever o que acontecerá em determinada situação? Ao lançar mão apenas da lógica linear para tentar responder tais perguntas, estabelecemos relações de causa e efeito que abarcam um olhar onipotente sobre a realidade.

Quando os efeitos esperados são atingidos, ocorre um tipo de validação das previsões, do contínuo. Ao contrário, quando causa e efeito não se encontram no tempo futuro, emerge a leitura de um “erro de cálculo”, descontinuidade a ser expurgada, corrigida. Se no primeiro caso aquele que decidiu experimenta satisfação, no segundo é tomado pela dor, pelo sofrimento de não ter evitado o erro. Nas várias entrevistas em que a situação acima relatada veio à tona, foram feitas referências ao sofrimento dos operadores do Sistema de Garantia de Direitos nela envolvidos de forma mais direta.

Entendemos que a crença na possibilidade de controle sobre o real consiste em defesa contra o desamparo humano, desamparo cujo

fundamento está na dor da limitação, da finitude. Assim, ao acreditar que o controle é possível, acreditamos – imaginariamente – que a dor é eliminada. Desta forma, o estar, conhecer e agir no mundo parecem ser passíveis de controle pleno, o que leva à valoração hegemônica da continuidade em detrimento da descontinuidade. Entretanto, o descontínuo não só existe como é prenhe de possibilidades imprevisíveis.

Assim, trazemos a reflexão de Naves e Souza (2012) em que a produção científica é deslocada de seu suposto lugar de tudo saber (e controlar) para ser misturada às mazelas de uma bala perdida e do jogo da mega-sena, apontando assim caminhos que ampliam as possibilidades de conhecer, uma vez que consideram o descontínuo, o acaso como a realidade que nos escapa, mas que nem por isso deixa de existir:

No modelo do conhecimento moderno ocorre a predileção pelo método centrado na busca por seqüências causais que acabam por desaguar em relações específicas de causa de efeito. A tradição ocidental compreende a determinação em contraponto ao indeterminado e estabelece a relação entre a autonomia humana e a compreensão e controle da realidade. Entretanto, mesmo um autor como Bacon (1999), que busca estratégias justamente para estabelecer o conhecimento e o controle, alerta acerca da impossibilidade de controle sobre a natureza e o acaso afirmando que ambos limitam o ato de conhecer. A palavra acaso deriva do latim e diz respeito a um contexto, fato, evento, que acontece de forma acidental, ou seja, ocorre de forma aleatória e sem uma explicação aparente. Entendemos que relevar o acaso implica em reconhecer o aleatório, o imprevisível, presentes em fenômenos e situações nas quais não se pode localizar ou determinar a relação linear e contínua entre causa e efeito, segundo os parâmetros da lógica formal e da racionalidade moderna (NAVES; SOUZA, 2012, p. 6).

Tanto no caso de uma bala perdida quanto na cena do jogo na mega-sena, há um caminho desconhecido. Ou seja, não conseguimos estabelecer uma explicação linear entre o momento que a bala sai da arma e aquele em que não chegou ao alvo previsto; temos aí um caminho que se constrói a despeito da vontade do atirador. Igualmente, o movimento



de pegar um número para compor a cadeia de uma sena pode ser contínuo, repetitivo, mas quais serão tais números, é o imprevisível.

O imponderável é condição constituinte da existência humana e atravessa todas as suas relações pela simbolização na linguagem quando consideramos o *espaçamento* como indissociável da *alteridade*, apontando ao impossível sobre a previsibilidade do que acontece entre determinado ponto denominado inicial, ou causa, e a suposta chegada a um outro, denominado final ou efeito. No desconhecimento de ambos, o que temos é o espaçamento como força, que “não designa *nada*, absolutamente nada, nenhuma presença à distância” (DERRIDA, 2001a, p. 89). O espaçamento é “justamente, a impossibilidade de reduzir a cadeia a um de seus elos ou de aí privilegiar absolutamente um – ou outro” (DERRIDA, 2001a, p.106).

Ao dar destaque ao descontínuo e ao acaso não pretendemos desconsiderar os esforços que o humano empreende, mas sim apontar que na condição humana estão entrelaçados tanto tais esforços – que incluem o *pathos* como disposição – quanto o acaso que deles escapa. Ao lado de Derrida (2001a) e Naves e Souza (2012), entendemos que ao incluir o acaso, o imprevisível, em nossa constituição subjetiva ampliamos tanto nossas possibilidades de suportar a adversidade quanto de olhar o mundo pelo fio de luz de frestas até então desconsideradas:

Transformando a conjuntura humana do imprevisível e do aleatório em condição humana que se situa para além da lógica formal, isto é, fornecendo um limite, mesmo ficcional, a um corpo estranho, nós nos tornamos menos incapazes para suportá-lo na condição do que escapa a previsão e ao controle. Nesta condição, por um lado não importam as “habilidades do jogador”, pois, o ganho e a perda são determinados por um conjunto de causas muito pequenas ou muito complexas para que algum resultado possa ser previsto. Por outro lado, ao sobrevalorizar essas habilidades entram em cena as supostas qualificações de cada humano, travestidas como atributos inerentes a cada um de nós que viabilizam a competência ou a incompetência, bem como, a culpa ou a responsabilidade, perante as diversas situações cotidianas (NAVES; SOUZA, 2012, p. 8).

Interessante observar que isto – o acaso – que é constituinte do caldo cotidiano em que vivemos imersos tende a ser desconsiderado frente à ânsia de tudo planejar e prever, como se possível fosse estabelecer ligações de causa e efeito de forma a obter os resultados desejáveis. Tal perspectiva se conecta à lógica formal estabelecendo uma relação direta entre os acontecimentos e as intenções e vontades do sujeito. Em outras palavras, opera-se uma equação linear entre causa-consciência-vontade-ação-efeito que, em nosso olhar, concebe um homem onipotente, não castrado.

A conhecida expressão freudiana de que o atravessamento do inconsciente impossibilita ao humano ser senhor em sua própria casa (FREUD, 1916a/1981) constitui em aspecto de peso para problematizar a condição de onipotência acima mencionada. Entretanto, para além dela, também em Freud (1910/1981) encontramos o acaso como algo que nos escapa (e nos destina) desde sempre:

Considerar que o acaso não pode determinar nosso destino nada mais é do que uma recaída ao ponto de vista religioso sobre o Universo, que o próprio Leonardo estava a ponto de superar quando escreveu que o sol não se move. Naturalmente, ficamos decepcionados por ver que durante nossa infância mais remota, período tão vulnerável de nossas vidas, um Deus justo e uma providência bondosa não nos protegem melhor contra tais influências. Mas ao pensar assim esquecemos que realmente em tudo, de fato, o que influi em nossa vida é sempre o acaso, desde nossa gênese a partir do encontro de um espermatozóide com um óvulo – acaso que, no entanto, participa das leis e necessidades da natureza, faltando-lhe apenas qualquer ligação com nossos desejos e ilusões (FREUD, 1910/1981, p. 1619).

A perspectiva do Sistema de Garantia de Direitos é de proteção, com o que não discordamos. Entretanto, entendemos ser importante incluir em tal perspectiva os limites dessa proteção, não somente porque podem existir falhas no funcionamento e articulação dos serviços que integram esse Sistema, mas também porque o acaso integra a realidade. É importante reforçar que não propomos que sejam abolidos os esforços de proteção, mas sim que nestes esforços seja incluída a dimensão do acaso como possibilidade que define nossos destinos, como dimensão inerente

aos nossos processos de conhecimento. Desta forma escapamos da perspectiva que toma como ponto de partida a intenção e a vontade de determinado sujeito para prever os efeitos delas decorrentes e, assim, estabelece uma relação de natureza linear-imediata entre causa e efeito, característica da lógica formal.

Considerando o universo de nossa pesquisa e as palavras de Freud acima citadas, se acreditamos que no trabalho de atenção à criança e ao adolescente – através de encaminhamentos, diagnósticos, laudos, decisões – podemos desconsiderar o acaso, estamos operando com uma concepção de ciência de caráter divino, que pode tudo calcular, prever, prevenir, proteger. E quando a realidade não se mostrar como previsto, o resultado será lido como erro técnico (dos profissionais) ou falta de vontade (da família ou da criança-adolescente).

Na obra de Freud (1910, 1916-17, 1937a/1981) observamos que a singularidade e o acaso compõem o conjunto de aspectos que definem a etiologia da neurose de forma a não delimitar um fator causal que leve a um efeito específico. Ou seja, não é preponderante a ideia de se definir uma origem para a ocorrência de determinada neurose, mas sim de expandir o olhar aos possíveis que se entrelaçam nessa ocorrência, possibilitando assim encontrar várias verdades que não se excluem uma em relação a outra para que se chegue a “uma verdade”. Nesta direção, há uma proposição para produzir conhecimento diversa daquela norteadas pela ciência positiva dos tempos de Freud, tão presente ainda na contemporaneidade. Ou seja, ao escolher apenas uma parte da verdade tomando-a como todo, esta ocupará o lugar “da” verdade. Entretanto, as demais que tendem a ser excluídas não deixam de ser igualmente verdadeiras (FREUD, 1916a/1981). Em estudo sobre o tema, Winograd (2007) aponta:

Reforços pulsionais podem ocorrer em virtude de novos traumas, frustrações impostas do exterior e mesmo por influxos colaterais recíprocos das próprias pulsões. Em todos os casos, o resultado é o mesmo e reafirma o poder do quantitativo na causação da neurose: trata-se sempre de uma equação etiológica envolvendo séries complementares, nas quais os fatores em jogo estão o tempo todo sujeitos a variações de intensidades que podem alterar o resultado final. Vê-se como a dualidade de base herdado/adquirido fica completamente diluída ao ser incluída como uma

conjugação de fatores sempre presentes. Para Freud, a questão nunca foi a de decidir sobre a causa última, se a natureza do que aconteceu ao indivíduo ou se suas peculiaridades (p. 316).

Diante do exposto, podemos afirmar que na forma conjunta – o acaso como elemento da realidade exterior e como potência da vida psíquica (pulsional) – é reforçado o olhar à impossibilidade da totalidade da previsão e do controle propostos na lógica formal, pois sempre há algo que nos escapa, a partir do que se dão acontecimentos cujas ressonâncias fogem a toda e qualquer previsibilidade. Tal leitura sobre o acaso visa “colocar em diálogo” aspectos da produção de conhecimento (e da prática clínica) por vezes compreendidos de forma dissociada ou, ainda, como passíveis de serem descartados: “[...] tentativa de ressolidarizar teoricamente, dialetizando-os, dois aspectos que a teoria geralmente dissocia: o conjunto do real da experiência e o conjunto do funcionamento do aparelho psíquico” (MACEDO, 1997, p. 8).

Ao contrário do que se possa supor, considerar a dimensão do acaso não significa descaso ou abandono de busca de relações entre contextos e pessoas, mas sim possibilitar abertura ao imponderável, condição que caracteriza a diferença, a alteridade, bem como possibilitar a crítica à concepção que advoga a previsibilidade completa via a atribuição da intencionalidade humana e da causalidade linear.

É oportuno retomar aspectos do que foi exposto anteriormente através das ideias de Naves e Souza (2012) ao tomaram as situações da *bala perdida* e da *mega-sena* como recortes do cotidiano que problematizam as estratégias da condição humana para contornar a imprevisibilidade e o descontínuo. Para os autores,

o humano no seu desamparo e dor perante a incomensurabilidade e o inexprimível na natureza, no outro e no próprio psiquismo, adota o procedimento de estabelecer sentidos a atribuir nexos causais às experiências e acontecimentos que o rodeiam e o constituem.(p.371)

Em outras palavras, quando acreditamos que tudo podemos prever e que os “desvios” dessa previsão constituem erro (a bala perdida), há sempre a suposição de um culpado: eu, o outro ou o poder superior representado por deus ou pela ciência divinizada. Quando o pouco provável das previsões se concretiza de forma “positiva” (ganhar na

mega-sena), o feito é atribuído a uma condição de merecimento advinda de um eu narcisicamente inflado ou a conjunturas cósmicas a ele superiores (mas que olham por ele). Pelo desvio ou pela realização, o acaso não é significado como tal, mas é – paradoxalmente – encapsulado em lógicas de causa e efeito. Logo, fica ainda por fazer a tomada do acaso como acaso.

Macedo (1997) destaca que o lugar do acaso e da imprevisibilidade possibilita reconhecer um espaço intermediário e problematizar posições em que tensão e paranoia podem se instalar de maneira totalizante. Entendemos que essa observação é importante para aqueles que atuam nas situações de decisão para retirada de crianças e adolescentes da família ou serviços de acolhimento, pois na condição de tomada de decisões complexas, podem se configurar tensões extremadas quando se considerar que a proteção deve ser total. Talvez caiba aos profissionais tanto o movimento de busca por soluções denominadas protetivas na ótica do direito e daquele que decide quanto a posição de acolher o acaso como reconhecimento de limite do controle por parte do humano e como esforço de se aproximar do outro, ou seja, naquilo em que a singularidade deste outro possa trazer como acontecimento. O que, de fato, não podemos ter a mínima ideia, seja qual for o espaço de atuação do profissional implicado.

Às vezes o acaso se prolonga no espaço da própria análise: o calor do verão trará uma mulher bonita, com seios triunfantes e pernas maravilhosas, até então escondidos debaixo de vestidos de cores tristes. Uma outra encontrará um perfume tão harmonioso que se poderá notar como é agradável à sua pele; este homem severo virá à sua sessão de bermudas, permitindo à criança de calças curtas, finalmente, assumir um lugar na partida que ele joga e que se chama sua vida (MACEDO, 1997, p. 10).

Esses seriam caminhos de conhecer, estar e agir na vida que não trabalham com um desenho pronto, mas com o rabisco a partir do qual não se sabe a figura por vir (WINNICOTT, 2005)<sup>65</sup>. Não há como negar

---

<sup>65</sup> Fazemos aqui referência ao *Jogo do Rabisco* idealizado por Winnicott (2005). A dinâmica consiste no analista tomar uma folha em branco, fazer nela um rabisco casual e oferecê-la ao analisando para que ele – a partir deste rabisco – faça um desenho. Na sequência, outra folha é utilizada, agora com lugares invertidos, ou

serem esses caminhos em que a condição de risco integra a cena da existência – como sempre o é –, sem o deixar escamoteado. Na expressão de Pelbart (2000), há momentos em que a decisão sobre o rumo das coisas (no teatro e na vida) fica um por um triz:

o espectador nunca tem certeza que um gesto ou uma fala terão um desfecho, se serão ou não interrompidos por alguma contingência qualquer [...]. É por um triz que tudo acontece, mas esse por um triz não é ocultado – ele subjaz a cada gesto e o faz vibrar. Não é só que a segurança do mundo se vê abalada, mas esse abalo introduz no mundo (ou apenas lhe desvela) seu coeficiente de indeterminação, de jogo e de acaso (PELBART, 2000, p. 102).

Ao se deslocar para além das lógicas formais e lineares que operam na previsibilidade e controle, podemos dizer que no “caso de muitos” acima mencionado não era possível aos profissionais prever que haveria um incêndio. Da mesma maneira, não é possível assegurar que determinadas formas de viver sejam equacionadas a riscos que, por sua vez, levem ao imperativo da proteção (suposta). Qual vida? Qual risco? Qual proteção? Não sabemos. Rastros da dimensão finita de nossa condição humana e imprecisa das decisões. Talvez, o esforço de olhar pelas frestas possa levar a outras imprevisíveis possibilidades. Talvez sim, talvez não.

## 8.2 EM NOME DO PAI E DO FILHO

A ocupação dos lugares de pai ou mãe, de filha ou filho não está garantida pela biologia. As concepções sobre maternidade, paternidade, infância e adolescência, bem como sobre família se entrelaçam a processos históricos. Assim, ao pensar sobre filiação e formas de cuidado

---

seja, o analisando faz um rabisco e cabe ao analista transformá-lo em um desenho. O recurso abre um campo em que ansiedades persecutórias tendem a ser reduzidas, seja pela natureza lúdica da atividade, seja porque ambos – analisando e analista – ficam em situação similar de exposição, favorecendo o contato com a criança para expressão de seus conteúdos psíquicos, é “uma via de acesso aos processos de integração psique-soma e um operador capaz de transformar, pela interpretação, a experiência em realidade psíquica, em representação da experiência” (MACEDO, 1997, p. 7).

com crianças ou adolescentes, é imprescindível que se tome em conta este aspecto, resumidamente exposto no trecho que segue:

Da época romana à Idade Média, o desejo de ter filhos parece apoiar-se não só nas motivações individuais, mas também em razões coletivas. Entre os romanos, o *pater famílias* detinha poder absoluto sobre sua mulher e sua descendência. Era comum abandonar a primeira criança de uma família, principalmente se fosse menina. [...] Do século XIII ao XVIII, as manifestações de ambivalência em relação à procriação coloriram a vida familiar. É sobretudo no século XVIII que vemos nascer o sentimento de amor pela criança, a preocupação com seu desenvolvimento individual e sua educação, como se pode ver no trabalho de J. J. Rousseau [...] até chegar à “sua majestade o bebê”, expressão que S. Freud utilizou para designar o lugar privilegiado da criança na sociedade ocidental contemporânea (SOLIS-PONTON, 2004, p. 29).

Esse lugar de privilégio coloca a criança como elemento central da família tanto no campo afetivo como na visão de que cuidar bem da criança é investir em um futuro promissor, inclusive no âmbito das lógicas de produção. Com foco na família – especialmente na mulher e na criança –, o movimento higienista foi potente na prescrição e cobrança sobre cuidados de saúde, alimentação e higiene, dentre outros. Princípios desse Movimento se desdobram até nossos dias e constituem em elementos de avaliação sobre a qualidade de famílias e cuidados em relação a seus filhos.

Entendemos que, na condição de construções culturais atreladas a processos históricos, olhar para os significados do que é ser mãe, pai ou filho deve contar com diversas áreas do saber. É nesse sentido que trazemos aqui a concepção de *parentalidade* em suas relações com o mundo contemporâneo.

Para Solis-Ponton (2004) “[...] parentalidade é o estudo dos vínculos de parentesco e dos processos psicológicos que se desenvolvem a partir daí” (p. 29). Estudo de natureza complexa no âmbito da antropologia, o parentesco pode implicar tanto os laços sanguíneos quanto outros que, ancorados em normas de dada sociedade, definem relações de alianças específicas entre pessoas. Nos textos freudianos há o esforço para

compreender a dimensão psicológica do parentesco, sendo que em *Totem e Tabu* (1913/1981) propõe o mito do assassinato do pai primordial que acarreta a instituição de regras dentre as quais se inclui a exogamia como horror ao incesto. Desta forma, analisa as relações entre inconsciente, maternidade, paternidade, filiação e lei. Àquilo que na sociologia denominamos relações de parentesco, na psicanálise, desde os anos 80, é possível lançar mão do termo *parentalidade*, considerando as relações de assimetria, heterogeneidade e complexidade implicados no universo da família contemporânea:

Assim, a parentalidade organiza o pensamento dos pais diante de si e de seu filho e organiza igualmente o pensamento da criança que aprende que pais e crianças têm atribuições e obrigações diferentes, que filha e filho não são a mesma coisa (SOLIS-PONTON, 2004, p. 30).

Ao incluir a dimensão do inconsciente, a “organização” acima citada escapa aos propósitos educativo-pedagógicos, visto que não é sinônimo de boa forma ou harmonia na ocupação dos lugares de pai, de mãe ou de filho(a). Tal organização consiste em arranjos singulares em que a complexidade, e nela a presença dos conflitos, dá o tom das etapas deste processo, atravessado pelas questões específicas de determinado momento histórico e do contexto singular em que se insere a chegada dessa criança. A um só tempo, inaugura-se a possibilidade de ser mãe, pai ou filho(a) através de um processo que toma o inconsciente daqueles que geram (ou adotam) uma criança como ponto de partida, seguindo-se da revivência e atualização de jogos identificatórios profundos nas relações presentes. Assim, a expressão *possibilidade* não é aqui sem propósito, visto que ser biológica ou legalmente designado como genitor não é garantia de ser pai ou mãe, aplicando-se a mesma lógica ao lugar de filiação.

Em artigo de Didier Houzel (2004), que toma por base um grupo de pesquisa que analisou as consequências de ruptura parcial ou total de laços entre pais-mães e filhos, estão sistematizados o que denominaram como os três eixos da parentalidade: *exercício da parentalidade*, *experiência da parentalidade* e *prática da parentalidade*.

A denominação ***exercício*** localiza a dimensão jurídica da parentalidade, daquilo que do âmbito da lei se impõe à parentalidade. São as leis de cada sociedade que definem o *exercício da parentalidade*, considerando laços de parentesco, direitos e deveres nelas vigentes. Esse



caráter organizador faz com que o *exercício da parentalidade* assegure o pertencimento em determinado espaço social, mas não sem transformações desestabilizadoras e restrições. Mudanças de costumes ancoradas na biologia (reprodução assistida, por exemplo) contribuem – paradoxalmente – para uma ampliação das noções de parentesco para além dos laços sanguíneos; o mesmo ocorre com a adoção, agora considerada forma legítima de filiação, ainda que nela a consanguinidade seja inexistente. No universo psíquico, o *exercício* se relaciona aos interditos, às leis simbólicas que organizam o funcionamento psíquico, fundamentalmente o tabu do incesto e seus desdobramentos. Se na realidade psíquica – regida pela história singular de cada um – não há correspondentes diretos na denominada realidade externa – regida pela dimensão jurídica –, não há dúvida de que uma está entrelaçada à outra.

A *experiência* da parentalidade, na mescla de aspectos conscientes e inconscientes, traz à cena a dimensão subjetiva em relação ao desejo pela criança e às possibilidades para ser pai ou mãe. Para Houzel (2004), há certa convergência nas abordagens psicológicas e psicanalíticas de que a maturidade psíquica “[...] supõe que a vida recebida seja transmitida” (p. 49)<sup>66</sup>. O desejo aponta para o lugar psíquico que a criança ocupará para aqueles que legalmente serão mãe ou pai; as possibilidades e as várias formas para ocupar os lugares definidos pela lei dependerão de arranjos que implicam a articulação do singular e do coletivo. A experiência da parentalidade é de caráter transgeracional, pois remete cada sujeito à sua história familiar e ao que dela é possível ressignificar.

A *prática* da parentalidade pode ser compreendida como a mescla do *exercício* e da *experiência* materializados nos cuidados cotidianos de todo tipo (educacionais, físicos, psíquicos), demandados por uma criança ou adolescente. Tais cuidados não são universais, visto que incluem leis e costumes específicos de cada sociedade. Entretanto, destacamos que pela imaturidade do bebê humano para dar conta de si sem auxílio, a presença e a forma de como o outro se faz presente nesses cuidados são fatores de importância na constituição do psiquismo de todo humano.

Considerando a complexidade implícita em cada um desses três eixos, bem como as inúmeras relações entre eles, é necessário que se

---

<sup>66</sup> Em nosso entendimento, tal leitura não deve se restringir à vida no sentido estrito da paternidade ou maternidade, mas sim a todas as formas de transmissão que podem fazer frente a um isolamento narcísico que desconsidere a riqueza dos laços sociais.

esteja atento a tais aspectos ao avaliar a trama de afetos que emerge entre adultos e crianças-adolescentes no âmbito da parentalidade.

A referência aos eixos da parentalidade permite evitar que, no momento de urgência ou de uma situação particular que experimentamos como responsáveis, nos esqueçamos de uma dimensão da parentalidade. [...] O respeito às exigências às quais cada um desses eixos remete é a condição para que a ajuda fornecida aos pais pelos profissionais que somos leve em conta ao mesmo tempo a situação real da criança, a realidade psíquica de cada um dos parceiros da constelação familiar e a dimensão simbólica da parentalidade e da filiação, dimensão à qual a criança se religará quaisquer que sejam as insuficiências de seus pais e os fracassos mais ou menos severos de suas funções (HOUZEL, 2004, p.51).

No relato que segue observamos uma relação de litígio entre pai e filho, bem como visões da rede de atenção à criança e ao adolescente que possibilitam a problematização de aspectos que julgamos importantes nos processos de decisão para retirada de crianças-adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento.

*Tem um caso de um adolescente aqui que eu atendo, ele é bem crônico[...]. É... ele já foi acolhido, já foi...já passou por casa de passagem, ele vive viajando pelo município, faz de tudo. Todas as medidas a gente já aplicou, mas...infelizmente a família não adere. [...] E ela[mãe]... deu as costas pro filho, né. Ele [pai] teve que assumir na marra! [...] Foi lá registrou a criança tudo, só que o menino teve assim uma infância péssima. [...]Sofreu várias agressões físicas, psicológica, a infância toda.[...] ah, pai, ele precisa ir fazer um atendimento psicológico, vocês têm que dar uma continuidade, ele tem que ser levado num psiquiatra...Tudo! Nada do comportamento do menino era diferente e o pai não cumpria, o pai vinha e dizia: ai, eu não tenho como fazer porque eu trabalho, meu trabalho é mais importante. [...]E o menino foi crescendo, ele foi crescendo, ele foi crescendo...[...] Daqui a*

*pouco, ah, vamos botar pra serviço de rede na assistência social, lá do PAEFI, por ele ser vítima de agressões severas, tal...Ô pai...Tudo tem que ter um comprometimento da família e se a família não levar[...]. Os pais levam uma, duas, não vê...eles não conseguem ver a melhora rápida, é sempre a longo prazo, aí a família acaba desistindo e não...não adere né ao programa, aos atendimentos. [...] O pai dizia: ah, ele fica fora de casa, é usuário de drogas, eu não quero mais ele. E...ele foi acolhido... [...] já houve muitos acolhimentos, [...]Ele mesmo brigava, fugia, retornava pra casa, procurava... Ele, ele não aderiria, ele não queria ficar em local nenhum. [alguém] ligava e: o, tem...o adolescente da região de vocês está aqui, está dizendo que o pai dele não quer atender, não quer ficar com ele em casa. [...]. Aí ele...Ele sempre vinha com algumas inverdades, ele fala, ele mistura um monte de coisas assim direto, vem com verdades tu...tu...e inverdades, [...].Numa semana cinco conselheiros diferentes atenderam ele, toda noite um, daí colocava, tirava de um local, colocava no outro, daí tinha que acionar promotores, juízes né de plantão... [...] Aí ele tá com um problema, lá vem ele, “ó, meu pai não quer mais me aceitar em casa, eu quero...Não, eu quero que seja tomada uma medida com o meu pai”[...] Ele sempre quer! “não, meu pai, vocês têm que...colocar que o meu pai tem que me assumir” (Conselho Tutelar).*

A dinâmica desse adolescente fala de um movimento para ser “buscado, encontrado” como se exigisse ser visto, acolhido. Os lugares que são não lugares operam como substitutos do pai que o nega de fato (embora o aceite legalmente “na marra”) e também da mãe. Em tese, seria preciso que nesta circulação pelo mundo, fosse possível a construção de vínculo transferencial forte o bastante para possibilidades de ressignificação de sua história. Entretanto, a despeito das dificuldades dele e da família, o que vemos no relato dessa e de outras entrevistas é que o Sistema não tem dispositivos de atendimento para casos de tamanha complexidade. Assim, são aplicadas uma série de medidas e orientações pelo Conselho Tutelar que por fim – como veremos mais adiante – pede socorro ao Poder Judiciário.

O Conselho Tutelar quase consegue um bom vínculo com esse adolescente. No extenso relato sobre o caso, a pessoa entrevistada recorta situações em que se mostra fortemente afetada pela história (pregressa e atual) desse adolescente e, desta forma, ela empreende esforços para que tal afetação possa sustentar ideias, pensamentos e ações que pela escuta do singular levaram em conta o desejo. Em outras palavras, tal como afirmamos anteriormente com Espinosa (1983a) e Chauí (1990, 2011), essa seria uma configuração possível de encontros em que, pela proximidade dos “corpos”, pela dinâmica de afetar e ser afetado que faz da afetação-imaginação ideia e pensamento, é construída a *aproximação* para uma decisão justa. Julgamos relevante destacar tais aspectos, pois entendemos que podem desestabilizar lógicas de ações imediatistas que comumente integram as políticas públicas bem como perspectivas niilistas que por vezes integram o mundo contemporâneo.

Por contingências do contexto em que se inseria o caso em questão, a rotina e a especificidade do trabalho da pessoa entrevistada não possibilitaram fazer do vínculo acima mencionado um canal para construção de algum projeto de vida/terapêutico. Diante disso, são feitos sucessivos movimentos de retiradas da família e de instituições, sem que algum deles possa dar suporte à dor de não conseguir ocupar o lugar de filiação marcado por uma paternidade que vá além do registro legal. Desta forma, a história pulsional, a singularidade, não é acessada pelos serviços.

O insucesso dos encaminhamentos até então efetuados levam o Poder Judiciário a recorrer às ferramentas da psiquiatria para contenção desse adolescente que não para em lugar algum. Entretanto, a solicitação de um diagnóstico que viabilizasse uma internação é frustrada: a psiquiatria se recusa a interná-lo e sugere exatamente o que não há na rede (e que a família não se dispõe quando em tese foi ofertado): um acompanhamento clínico!

Frente a isso, o Juizado da Infância e Juventude determinou que todas as vezes que o adolescente aparecesse, deveria ser levado para o pai, obrigando-o a aceitá-lo de volta. De certa forma, a decisão judicial atende à demanda do adolescente de que fosse aplicada uma medida ao pai para assumi-lo, como se fosse possível obrigá-lo à ocupação de um lugar que recusou reiteradas vezes. Entretanto, tal medida não dá conta do desejo desse adolescente de ser amorosamente reconhecido pelo pai.

Identificar um genitor não é a mesma coisa que designar um pai. O genitor não é o pai! O pai é alguém que reconhece seu filho, a mãe reconhece seu filho. E de forma não apenas legal. Toda a

obscuridade se concentra nessa “experiência” que precipitadamente chamamos de “reconhecimento”. Para além ou aquém do direito, suas modalidades podem ser diversas, complexas, torcidas; podem se estender, estabilizar ou desestabilizar no curso de uma história cujo final nunca será determinável. É essa experiência que dará lugar a um tecido bastante complexo de possibilidades simbólicas – e criar um laço (sempre mais ou menos estável, nunca garantido) entre o “momento genitor” e o “momento simbólico” (DERRIDA, 2004c, p. 59).

No vasto relato do profissional do Conselho Tutelar, são destacadas suas tentativas para “salvar” o adolescente, sem sucesso até o dia da entrevista, realizada alguns dias antes da data de completar 18 anos, quando então deixará de ser responsabilidade do Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente. Se por um lado vemos um Sistema cuja linguagem se restringiu ao “momento genitor”, a perspectiva derridiana nos leva a supor a possibilidade de abertura ao denominado “momento simbólico”. Para além ou para aquém do direito, na insistência ao reconhecimento.

### 8.3 VIDAS SAUDÁVEIS

Como sabido, a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – é norteadora nas situações de decisão exercidas por profissionais da rede de atenção à infância e adolescência para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento. Assim, propomos neste momento problematizar a noção de *desenvolvimento* que consolida a dimensão bio-psico-social desta lei<sup>67</sup>.

Ancorada nos denominados estudos científicos da medicina, psicologia, pedagogia, dentre outros, a perspectiva desenvolvimentista estabelece padrões, estruturas de referência para definir o acontecer da infância e da adolescência; os parâmetros produzidos falam de um humano inserido em etapas evolutivas interligadas por relações causais

---

<sup>67</sup> Seus direitos se articulam às peculiaridades de sua condição de desenvolvimento, como exemplificamos: “Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais e a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento” (BRASIL, 1990).

rumo a uma finalidade última. Nesta direção, encontramos a crença na ciência que toma como pressuposto “[...] a existência de um eu estável, coerente, apreensível, capaz de desenvolver um conhecimento sobre si próprio e sobre o mundo por meio da razão” (PETERS, 2008, p.35).

No art. 7º do ECA, lemos: “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o **desenvolvimento sadio e harmonioso**, em condições dignas de existência” (BRASIL, 1990, grifo nosso). O que seria um desenvolvimento sadio e harmonioso? O universal que subsidia a lei (Direito) pode ser entrelaçado aos universais inerentes à noção de desenvolvimento (Psicologia), preconizando formas específicas daquilo que é ou não adequado. Em outras palavras, há crianças-adolescentes-famílias que se inserem na lógica das *continuidades*, seu percurso está de acordo com as previsões; outras que, na contramão do projeto da modernidade, apontam às *descontinuidades*, e como tal, à diferença, desordem inoportuna a ser corrigida.

Para Skliar (2003), “Proibir a diferença supõe unicamente afirmar a mesmidade. Instalar-se em um tempo em que só acontece o mesmo.” (p. 43). Entretanto, decretar a mesmidade não garante o desaparecimento de um outro que insiste em existir. Ou seja, o outro está aí. O que fazer então com ele? Como o representamos?

Mas a que nos referimos quando falamos de representação? À imagem de um olhar individual? De um olhar coletivo? Um olhar protegido desde a mesmidade? Um olhar e a ação consequente para o outro? Um olhar que possa ser também a rebeldia do olhar, outro olhar diferente daquele que vimos sempre, sempre igual, sempre no mesmo espaço? Uma reprodução do mesmo no outro? Mapas sem bússola? E/ou o significado de um olhar que cada vez que vê algo se adia e o adia, se difere e o difere, se abandona até um novo olhar? (SKLIAR, 2003, p. 67).

Retomemos aqui o caso de José. A criança foi retirada de sua família, havendo destituição do poder familiar. As premissas de equipes técnicas e autoridade jurídica apontaram inadequações da família, sendo assim indicado o acolhimento institucional para evitar prejuízos ao desenvolvimento da criança. A adoção por outra família, mais adequada às necessidades de desenvolvimento saudável de uma criança, seria o desfecho esperado – por técnicos e Poder Judiciário – para este caso.

Entretanto, em mais de uma oportunidade a criança se recusou a ser adotada, afirmando sempre que desejava uma única família: a sua. Legalmente impedida no cumprimento de seu desejo, fez a opção pela permanência na instituição.

Um adulto<sup>68</sup> que na infância passou por situação similar à de José, mas que conseguiu voltar a morar com o pai, afirma que *se arrepende de ter voltado para sua família, mas queria mesmo era ter voltado para sua família*. As frases de caráter paradoxal falam de uma perspectiva não linear do tempo, entrelaçada ao desejo, à mescla de afetos prazerosos-dolorosos, a um saber-sem-saber que faz pensar nas contribuições de Freud em relação ao inconsciente (eu cindo, realidade psíquica, atemporalidade) e, dentre outros, de Derrida e sua *différance* como movimento que difere, como desdobramento da diferença para escapar à estrutura:

Pelos enunciados dos conceitos de diferir (*différer*) e de diferença (*différance*), que marcariam o texto enquanto tal, Derrida procurou formular como a estrutura seria relançada em direção à sua abertura, marcada agora pela *diferença*, promovida pela sequência diferencial de novos signos. Com isso, a historicidade seria restabelecida pela dinâmica escritural, que inscreveria o tempo na própria espacialidade da escrita. O espaçamento, como signo eloquente da escrita, seria marcado, enfim, pela temporalidade do diferir (BIRMAN, 2007, p. 280-281).

O desdobrar da diferença implica um sem fim de horizontes. Entretanto, as decisões no âmbito da justiça – como as decisões foco desta pesquisa – exigem um corte, uma sentença final. Quem aguarda uma decisão está ávido por sua chegada, tem urgência em conhecê-la. Por sua vez, aquele que decide é pressionado pelo tempo e deve assim encaminhar sua decisão em um instante. Entretanto, ao término desse processo de decisão e em todos aqueles que nela estiverem implicados permanecerá a assombração do indecidível (DERRIDA, 2010).

Em *A separação*, o roteirista e diretor Asghar Farhadi (2011) apresenta a história de uma separação conjugal no Irã que envolve a decisão sobre a guarda da filha de 12 anos e tantos outros aspectos. De uma cena a outra, quem assiste ao filme vê escapar das próprias mãos

---

<sup>68</sup> Referência a outro caso clínico atendido pela pesquisadora.

tentativas para estabelecer verdades, hierarquias, parâmetros organizadores em que fossem possível “encaixar” a história. Quando Termeh é questionada se ficaria com a mãe ou com o pai, a menina parece (não) responder ao juiz trilhando certa *différance* “[...] por adiamento, delegação, prorrogação, dilação, rodeio, retardo, reserva” (DERRIDA apud PETERS, 2008, p. 43). Olhar, respiração, movimentos titubeantes, a fala que afirma já ter decidido ao lado do silêncio para proferir a decisão; emergência do trágico, quando não há resolução satisfatória; condição *phatica* de Termeh que não cabe nos limites binários da lei – sim ou não – prescritos pela razão. E possivelmente junto com ela nos perguntamos: o que seria o melhor para Termeh?

É também nesse universo que se insere o caso que segue. Se em mais de um momento apontamos o desejo da criança-adolescente ou a leitura das equipes de trabalho na direção de uma não retirada da família, o contrário, o acolhimento, é aqui é aqui visto por todos como melhor solução, mas é recusado pela promotoria:

*Do outro caso do garoto que não foi acolhido até então, ele marca por justamente isso, por ser uma criança que...hã...já chorou em atendimento pedindo ajuda pra mim, e...a única ajuda prática possível que eu tinha era pedir o acolhimento dele. Porque todo a...o trabalho tentado fazer com essa mãe não dava em resultado algum...E foi sugerido o acolhimento. O promotor não acatou, não aceitou, não concordou. E... a criança permanece até hoje. [...] Por três anos. [...] Foi mudado de equipe, ess...o atendimento dessa família [...] e eu esperava com os primeiros atendimentos, que pela experiência de abrigo [de um dos profissionais da equipe] pudesse dizer o contrário daquilo que nós távamos entendendo, né...Que existia uma possibilidade de trabalho. Mas não foi isso! Nos primeiros atendimentos veio dizer: porque é que essa criança não foi acolhida ainda! E isso...se passou um ano, ela continua aqui. [...] é um caso que hoje a gente olha e fala, bem, ele vai ficar aqui até fazer 18 anos (Entrevistad@ 4).*

Destacamos que situações como essa podem ser interessantes para apontar diferenças de olhares, mas também para escapar de conclusões por vezes simplistas de que o melhor é estar na família ou o melhor é estar na instituição. A verdade – se é que há uma – é que não sabemos.



#### 8.4 QUANDO A VIDA PODE SER UMA DROGA

É grande o número de crianças-adolescentes retiradas de suas famílias em decorrência do uso de álcool e de outras drogas por seus responsáveis, bem como pelo envolvimento destes últimos com atividades ligadas ao tráfico. Essa condição de dependência (químico-etílica) observada em nosso campo de pesquisa estava anunciada no índice de 20,1% como o segundo motivo indicado para abrigamento (ASSIS; FARIAS, 2013). Já as questões afeitas ao tráfico não aparecem nessa estatística, mas sim em vários momentos das observações de campo, bem como na fala de pessoas entrevistadas.

*Quando eu iniciei [...]...a gente via muita falta também de critério pro acolhimento, muita pobreza, qualquer coisa tirava e essas crianças vinham parar aqui...essas crianças e tal...Depois veio o tal do abuso sexual, né...Ah, muito abuso, muito abuso...E hoje o tráfico. Então muitas crianças são acolhidas devido o motivo do tráfico. Muitas famílias assim estão bem envolvidas no tráfico de...[...]Na época assim... sabe, foi muito marcante, muito abuso sexual...Abuso sexual...[...], nossa a gente via assim muito caso de violência sexual. Agora o tráfico de drogas né, tá bem...pesado assim, é o principal motivo assim que a gente tem visto (Assistente Social Casa-Lar 1).*

No caso que trazemos a seguir, o alcoolismo é um dos principais aspectos que dificultam a permanência das crianças na família. Juntam-se a ele desemprego, pobreza e moradia precária, aspectos não suficientes para perda de poder familiar. Entretanto, quando todos emergem entrelaçados em um único caso – o que não é incomum –, configura-se uma situação em que os profissionais dependem de intervenções várias e de longa duração, tendo que por vezes rever decisões por considerarem que a família não realizou movimentos que contribuíssem para reversão das condições adversas à permanência da criança na família.

*[...] Sim eu já acompanhei alguns casos assim que...é...que talvez até não...é...talvez até não fosse um caso de destituição, né, mas que...hã...a mãe*

não...não demonstrou em momento nenhum é...(silêncio)...uma...assim, uma colaboração, uma vontade própria, digamos assim, né... [...] É, nesse caso nós tínhamos 4...5 crianças, [...]. E elas foram abrigadas porque a mãe tinha sido despejada. E ela...não tava trabalhando, não tinha pago aluguel e foi despejada com as crianças, não tinha pra onde ir. E aí essa mãe deixou essas...ela não tendo pra onde recorrer ela foi no abrigo e pediu pra que as crianças, ela mesma pediu, né, o Conselho que...pudesse deixar as crianças no abrigo. [...]Essa mãe não conseguia casa, não conseguia emprego, sabe...[...]Ela era alcoolista também, e... Mas assim, em vista do seu vício, ela não maltratava as crianças, sabe, não era esse o caso, né. É... mas ela não tinha, é...como que eu posso dizer...Ela não tinha...não apresentava vontade assim, é, disposição, sabe? pra poder...é...pra apresentar uma mudança, pra...pra...Apesar de que ela era orientada, olha, fazer isso...Ela não ia e se marcavam atendimentos que ela não participava, sabe. É... vários encaminhamentos que eram dados até pra...pra que possa, pudesse ser resolvida a situação dela, né... [...] Do álcool, das filhas, sabe, inclusive até a audiências depois ela faltava, é...sabe. No começo ela i...ela via as filhas, procurava as filhas no... Sempre, nas visitas ela sempre visitava as crianças no abrigo, depois ela foi se afastando, sabe. [...] E por mais que a gente tentasse, né, buscar e trazer essa mãe, não sei, ela parece que foi...foi cansando da situação, ou foi ficando cômodo pra ela porque estava sozinha, sabe. [...] É...as crianças a princípio até queriam muito voltar com a mãe e depois as próprias crianças perceberam esse afastamento dela e já não queriam mais também, sabe. Então foi uma situação assim bem marcante pra mim, assim, acho que... (silêncio). E...E é um...uma situação que mexe realmente com a gente. Por mais que a gente, né, não queira se envolver, mas não tem como isso, não tem, é bem...bem delicado. [...] Seguiram pra adoção, é (Entrevistad@ 9).

Através do relato a pessoa entrevistada parece repensar todo o processo de decisão sobre a retirada dessas crianças da mãe. É

interessante acompanhá-la através de algumas frases que parecem condensar conclusões apoiadas na lei e incertezas, a partir do que ela se viu afetada pela situação como um todo, incluindo assim um movimento comumente escandido dos casos após terem sido “resolvidos”: 1. “talvez até não fosse um caso de destituição”; 2. “ela não tendo pra onde recorrer ela foi no abrigo e pediu pra que as crianças, ela mesma pediu, né, o Conselho que... pudesse deixar as crianças no abrigo”; 3. “Mas assim, em vista do seu vício, ela não maltratava as crianças, sabe, não era esse o caso”; 4. “Ela não tinha...não apresentava vontade assim, é, disposição, sabe? pra poder...é...pra apresentar uma mudança, pra...pra...Apesar de que ela era orientada, olha, fazer isso...”; 5. “É...as crianças a princípio até queriam muito voltar com a mãe e depois as próprias crianças perceberam esse afastamento dela e já não queriam mais também, sabe.” 6. Por mais que a gente, né, não queira se envolver, mas não tem como isso, não tem, é bem...bem delicado. [...] Seguiram pra adoção, é.”

Os movimentos dessa mãe parecem deixar a pessoa entrevistada confusa, ora se mostra responsável e leva as crianças ao abrigo para serem protegidas, ora não mostra vontade de mudar para tê-las de volta. Porém, mesmo sendo uma alcoolista não batia em suas crianças, fato comumente observado em outros casos possivelmente presentes no cotidiano de trabalho da pessoa entrevistada. O caso faz lembrar a concepção tão cara à psicanálise (FREUD, 1923, 1937b/1981, 1938/1981) de um eu sempre instável e singular, mas também a singularidade e inconstância do humano apontada por Espinosa (1983b):

Os homens podem diferir em natureza, na medida em que são dominados por afecções que são paixões; e, ainda nessa mesma medida, um só e o mesmo homem é variável e inconstante (p. 243).

Com movimentos de natureza paradoxal, um ponto de segurança e certeza precisa ser construído: as crianças já nem querem mais ficar com a mãe. Mas como ainda assim a pessoa entrevistada se mostrava afetada pelo caso, o final – como foi de fato – é mencionado de forma a trazer conforto: às crianças e à pessoa entrevistada. Mas devemos aqui voltar ao início do relato que deixa o caso resolvido sem solução satisfatória: “talvez não fosse um caso de destituição”. E na direção de manter a dúvida como característica do caso, poderíamos questionar: e se a mãe não quisesse mesmo ficar com todas essas crianças?

Entendemos que situações como essa estão presentes em grande número nos processos de decisão para retirada de crianças e adolescentes

de suas famílias ou serviços de acolhimento, resta poder escutá-las em seus detalhes. Dentre eles, destacamos a sobreposição de dificuldades: adicção (álcool), desemprego, falta de moradia, cinco crianças em relação às quais se deve ser responsável.

De saída, a relação de dependência com o álcool e a falta de moradia já são aspectos que aos olhos do Estatuto inviabilizam a permanência de crianças-adolescentes com suas famílias, visto que devem ser “protegidas”. Entretanto, no Brasil, e no caso específico, na Grande Florianópolis, as políticas de saúde para dependência de álcool e outras drogas são equivocadas, fortemente atreladas às internações de longa duração, com uma rede incipiente para o tratamento ambulatorial, além de uma compreensão limitada sobre o tema (BIRMAN, 1999; MARTINS, 2006). Quanto à moradia, o quadro é ainda pior, pois inexistem políticas habitacionais voltadas às camadas empobrecidas da sociedade, o que deve chamar nossa atenção para as populações em situação de rua e suas possibilidades de sair de tal condição (BRASIL, 2013).

Se as decisões assim o são porque nelas se aloja o indecível, no caso em questão é a frase da pessoa entrevistada que ganha destaque: talvez não fosse um caso de destituição. Ou, ainda, talvez a vida estivesse uma droga e o melhor possível era desistir das cinco crianças. Estranho pensar assim? Um esforço, talvez, de hospitalidade.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foram problematizadas decisões sobre a retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento, considerando o ato de decidir e as situações frente às quais é demandada uma decisão. Tais decisões ficam sob a responsabilidade de operadores do Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Frente à complexidade desse Sistema, foi aqui efetuado um recorte de serviços e profissionais mais diretamente implicados nessas decisões – Conselho Tutelar, Serviço de Acolhimento, PAEFI, Promotoria e Juizado da Infância e Juventude –, considerando a região da Grande Florianópolis.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e seu desdobramento no SGD, tem como pressuposto o afastamento de um passado em que crianças e adolescentes eram colocados em instituições sem análise e acompanhamento criteriosos da situação, o que, dentre outros prejuízos, lhes oferecia pouca ou nenhuma possibilidade de sair desses serviços para retorno às suas famílias; eram encaminhados para adoção ou permaneciam nos denominados orfanatos até atingirem a maioridade. Através dos eixos da promoção e defesa de direitos, bem como do controle social, o Sistema de Garantia de Direitos visa à reversão desse quadro ao contar com a existência de critérios para o acolhimento e propor a articulação de políticas públicas e serviços para suporte à criança-adolescente e sua família. A permanência prolongada em serviços de acolhimento (acima de dois anos) e o encaminhamento para adoção devem caracterizar a excepcionalidade.

Em nosso estudo, o trabalho de observação de campo e as falas das pessoas entrevistadas mostraram que, a despeito do que preconiza o ECA e do que propõe o SGD como dispositivo de materialização desta lei, o funcionamento desse Sistema ainda é precário. O Conselho Tutelar afirma ser exigido em aspectos para os quais não recebe capacitação e assessoria, tampouco infraestrutura, tal como disponibilidade de veículos e motoristas para cumprimento de suas funções. Ainda, não conta com uma rede adequada para dar encaminhamento às situações que atende, encontrando descaso do poder público relativo à educação, assistência social, saúde, segurança pública e, inclusive, Promotoria e Poder Judiciário. Assim, na perspectiva do Conselho Tutelar, as conquistas existem, mas são poucas, de forma que crianças, adolescentes e famílias transitam pelo Sistema de Garantia de Direitos, mas a qualidade dos atendimentos nele prestados contribui para a reincidência de violações de direitos.

No caso de profissionais que atuam em serviços de acolhimento, há quem se queixe do distanciamento do Poder Judiciário e Promotoria e, ao contrário, há quem considere que nesse setor ocorreram avanços importantes. As visitas de Promotoria e Juizado da Infância e Juventude aos serviços de acolhimento permitiram a esses profissionais conhecer mais de perto uma realidade até então acessada somente a partir dos gabinetes, através da leitura de processos; o trabalho conjunto das equipes técnicas (Promotoria, Poder Judiciário e Serviço de acolhimento) tem possibilitado reflexões mais cuidadosas. Entretanto, a inexistência de unidades de acolhimento em número compatível à demanda leva o Poder Judiciário a exigir das instituições que recebam crianças e adolescentes, mesmo quando estas não têm condições para fazê-lo, seja pela inexistência da vaga, pelo perfil da criança-adolescente, seja pela falta de equipe para atendimento adequado.

Para aqueles que trabalham em instituição de acolhimento, os serviços voltados à educação continuam precários e as políticas habitacionais são desconhecidas, incrementando a obrigatoriedade de acolhimentos pela inadequação de moradia da família, ou mesmo pela situação de rua. Na ótica das pessoas entrevistadas, há avanços na atenção básica de saúde, mas ainda há crianças-adolescentes (e famílias) que aguardam atendimento nesse setor durante meses e em muitos casos só conseguem por pressão do serviço de acolhimento. Ainda, o atendimento em psiquiatria é o mais problemático: não há médicos, o tratamento ambulatorial é precário, não há projetos alternativos de atendimento a essa parcela da população, fazendo de crianças-adolescentes e familiares que precisam desses cuidados o que denominamos em nossa pesquisa como os “sem lugar”. No universo pesquisado, a realidade abarca serviços de acolhimento que ora contam com equipe multiprofissional permanente para análise e elaboração de relatórios sobre os casos que acompanham, ora precisam recorrer a recursos externos para tal finalidade. Por fim, as instituições de acolhimento se veem sobrecarregadas em suas funções para prestar atendimento especializado às famílias durante o período de acolhimento e, principalmente, no suporte após a saída da criança-adolescente da instituição.

Também no PAEFI a saúde mental é apontada como nó do Sistema de Garantia de Direitos. Inserido na lógica da assistência social, o PAEFI tem limites na especificidade de seu atendimento, o que inclui a não realização de psicoterapia, muitas vezes necessária quando os profissionais desse serviço se deparam com a hipótese dos denominados transtornos psiquiátricos, ou mesmo com os quadros de dependência de álcool e outras drogas, comumente associados aos referidos transtornos.

A precariedade na atenção em saúde mental (e quadros de dependência) esbarra nas limitações de suporte às famílias, crianças e adolescentes. Quando os quadros se relacionam aos adultos, na maioria das vezes crianças-adolescentes precisam ser acolhidos, visto que há pouca ou nenhuma possibilidade de a família (nuclear ou extensa) assumir seus cuidados cotidianos e quando assim deseja e se dispõe a tal, não raro é posteriormente classificada como negligente. Quando relacionados à criança-adolescente que está na família, a inexistência de serviços adequados na rede acaba por deixar a unidade familiar à deriva, tendo que assumir uma responsabilidade que ultrapassa seus recursos dentro de um cotidiano comumente multiproblemático. Frente a tal quadro, mais uma vez o desfecho tende à necessidade do acolhimento institucional.

Entretanto, como exposto, também os serviços de acolhimento encontram obstáculos para um adequado atendimento da criança-adolescente. Ainda, profissionais que atuam no PAEFI apontam dificuldades no que tange à articulação dos serviços do SGD como um todo, afirmando que essa é uma tarefa em construção que tem evidenciado conquistas importantes, mas ainda incipientes. No cruzamento da complexidade das situações do cotidiano e das dificuldades inerentes ao Sistema, destacam que se a opção é pelo acolhimento, nem sempre há vagas disponíveis; se é pelo retorno à família, há temor pela reincidência de acolhimento.

O olhar da Promotoria da Infância e Juventude coaduna com vários dos aspectos até aqui apresentados, como descasos do poder público que levam ao encaminhamento de ações particulares – como a exigência de vagas em creches e atendimentos de saúde – por conta desses direitos não estarem disponíveis em nível coletivo. A realização de audiências concentradas envolvendo vários dos serviços do Sistema de Garantia de Direitos é uma conquista importante que promove o estreitamento de relações entre os operadores, mas os interesses de natureza política e econômica – mudanças de gestão, precariedade de políticas públicas, crescimento desordenado dos municípios, má distribuição e administração de recursos, dentre outros – são entraves recorrentes para um funcionamento mais fluido desse Sistema. Ainda, em tais audiências são evidenciados os pontos-limite de cada um dos serviços: as instituições de acolhimento com possibilidade limitada para realizar o acompanhamento da criança-adolescente após sua saída da instituição; o PAEFI, em sua especificidade de recorrer a modalidades de atendimento complementares à sua, se depara com a inexistência de serviços e com a precária articulação em rede com aqueles em funcionamento, o que após sucessivas tentativas em seu âmbito de atuação leva o profissional do

PAEFI a demandar definições junto à Promotoria; o Conselho Tutelar, com infraestrutura, capacitação e recursos humanos incompatíveis à demanda, é frequentemente criticado pelos demais serviços; em alguns casos, a inexistência de vara única para a atenção à infância e juventude sobrecarrega o trabalho da promotoria e do juizado, os quais têm que se haver com outras demandas que fogem à especificidade almejada.

No Juizado da Infância e Juventude, por sua vez, a máquina Sistema de Garantia de Direitos também é percebida com um funcionamento muito aquém do desejado. Além da coincidência de aspectos até aqui apresentados por outros serviços, o próprio Poder Judiciário não conta com equipe multidisciplinar em número equivalente às suas necessidades, acarretando sobrecarga de atividades para assistentes sociais e psicólog@s, o que faz com que ess@s profissionais, bem como magistrad@, tenham que eleger prioridades em seu cotidiano de trabalho, tomando como critérios, por exemplo, a idade da criança-adolescente (primeiro os mais novos), a gravidade da situação (primeiro os casos de violações mais graves), o tempo de acolhimento da criança-adolescente (limite máximo de dois anos), a possibilidade inusitada de uma adoção. Ainda, soma-se a esse cenário a necessidade de “esvaziar” as instituições em decorrência dos já conhecidos prejuízos da permanência prolongada e pela insuficiência de vagas para novos acolhimentos. Por fim, a reforma do Poder Judiciário e as metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) configuram um exercício da magistratura sob tensão constante.

Destacamos que, na totalidade do trabalho de campo, os motivos mais comuns para acesso a serviços da assistência social – dentre os quais se incluem PAEFI e instituições de acolhimento – bem como para afirmação de dificuldades para retorno à família ficaram circunscritos às situações da dependência de álcool e outras drogas, transtornos mentais e às relações de familiares com o tráfico de drogas. Como afirmou uma das pessoas entrevistadas, houve a fase do “abuso sexual”, agora estamos na fase “das drogas” e “dos transtornos”. Esse cenário incita à lembrança dos três principais motivos que a pesquisa oficial (IPEA – Fiocruz) aponta para o acolhimento de crianças e adolescentes: negligência na família (35,6%); pais ou responsáveis dependentes químico-álcoolistas (20,1%); abandono pelos pais e responsáveis (16,3%). Seriam tais motivos claramente distintos? Ou o que se denomina “negligência” e “abandono” configuram categorias que abarcam boa parte do que não entendemos e não conseguimos enfrentar? Sabemos por que acolhemos crianças-adolescentes e por que as retiramos das instituições?



Por fim, somam-se a tais índices o que aponta como motivo para o acolhimento a carência de recursos materiais da família ou responsáveis (9,7 %). E também aqui o trabalho de campo chama nossa atenção, uma vez que a grande maioria das situações relatadas implicam crianças, adolescentes e famílias cujos recursos materiais são descritos como precários, ou, tomando as palavras de uma das pessoas entrevistadas, o serviço só atende mesmo os pobres. Ora, se entendemos que a violação de direitos contra crianças e adolescente não constitui fenômeno exclusivo dessa população, mas que é principalmente ela que circula pelos serviços do SGD aqui destacados, encontramos uma reincidência histórica das lógicas de exclusão. Ou seja, a aplicação da lei na forma dos mecanismos de controle dela decorrentes ocorre de forma heterogênea na sociedade, reforçando a ideia de que famílias empobrecidas são irresponsáveis e incapazes de assumir sua prole.

As decisões para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento implicam processos de escolha em que a lei é o solo comum dos operadores do SGD, mas a perspectiva universal que atravessa o direito – ancorada na razão e na objetividade – parece insuficiente como critério de decisão. De um lado, encontramos a importância do avanço da legislação. De outro, o cotidiano de crianças, adolescentes, famílias e profissionais para quem o sofrimento ganha expressão como fio que perpassa a trama dos processos de decisão. Observamos que outros critérios, agora da ordem das afecções, integram esses processos.

Em mais de uma situação que integrou o campo de pesquisa para problematizar os processos de decisão, os operadores mencionam suposição e aproximação do que denominaram como sofrimento das pessoas em relação às quais precisavam encaminhar decisões. Nesse movimento de proximidade, os operadores também indicam um sofrimento próprio. No conjunto de nossas leituras sobre tais relatos, delineamos que a expressão “sofrimento” é nessas falas utilizada na acepção do senso comum, e apontamos que a perspectiva das afecções possibilita a leitura de que nesse contato com o outro o que emerge é a angústia. Neste recorte, ganha expressão o lugar que um e outro ocupam nas correspondentes cenas psíquicas atravessadas pela transferência que caracteriza as relações humanas. Ou seja, ao recorrer à lei, a interpretação desse texto não se dá apenas pela razão, mas *também* pela afecção. Na proximidade com o sofrimento do outro, que pela afetação evidencia a angústia, podemos apontar à dimensão ética em que a transformação da angústia emerge como imperativo para encaminhar decisões por caminhos diversos, não sabidos *a priori*.

Por um lado, a angústia engendrada no processo de decisão pode enveredar pela perspectiva do sofrimento tal como postulado pela tradição hegemônica que mantém as polaridades hierárquicas do ativo e do passivo, que no caso específico situaria o operador do Sistema de Garantia de Direitos como ativo (pois deve cuidar, proteger, agir), enquanto a criança-adolescente-família seria alocada na condição de passiva (incapaz, desprotegida, sobre quem recai a ação). Entendemos que nessa perspectiva, o outro – em sua condição mesma de alteridade – é desconsiderado por aquele que decide, visto que lhe é endereçado a condição de *refém* do supostamente ativo. Seria essa uma ótica hegemônica que, ancorada na perspectiva dos direitos, norteia as políticas públicas no âmbito da assistência social e demais instituições que integram o SGD?

Por outro, pela angústia pode se fazer possível o reconhecimento da complexidade do humano, sua condição conflituosa, indeterminada, trágica, deslizando assim a uma ética em que é sabido não existirem caminhos rápidos e fáceis. Tal suportabilidade da angústia (e da incerteza) não exclui o imperativo da decisão, mas pode abrir espaço ao movimento que busca alternativas nem sempre convencionais. Nas palavras de Derrida (2004f), “A dificuldade da responsabilidade ética é que a resposta nunca se formula por um sim ou por um não, isso seria muito simples. É necessário dar uma resposta singular, num contexto dado, e assumir o risco de uma decisão no vigor do indecível” (p. 96). Assim, lembramos a pessoa entrevistada e seu relato sobre uma situação em que ela e sua equipe – após várias intervenções – não sabiam mais o que fazer, o que incrementava o quadro de angústia. Porém, era preciso tomar alguma decisão. Desta forma, recorrem à estratégia de construírem a decisão pela retirada da criança da família, o que é documentado e encaminhado ao Ministério Público. Ao mesmo tempo, a equipe responsável pelo caso dá sequência aos atendimentos familiares, pois aposta na possibilidade de escuta do singular. Segundo a pessoa entrevistada, esse ato de “fazer alguma coisa” viabilizou uma *redução* da angústia, não sua eliminação. O que dela permaneceu vivo, em patamares suportáveis, abriu espaço à alteridade e à busca de soluções até então não vislumbradas.

Entendemos que a estratégia acima descrita não aponta a uma *não decisão*, ou seja, as pessoas envolvidas não hesitaram nem se eximiram de sua responsabilidade. Tampouco procuraram caminhos supostamente simples para decidir como, por exemplo, recorrendo à literalidade da lei (e dos direitos). Ao contrário, investiram e se implicaram na construção de uma decisão elaborada e não isenta de riscos e, ao mesmo tempo, ignoraram a decisão que já haviam tomado. Recorreram, assim, a uma

lógica outra em que se afastaram do SIM e do NÃO, optando por um *aparentemente sim*, que na verdade é um TALVEZ. Desta forma, delinearam uma *decisão indecidível* que pelo adiamento abriu horizontes a um possível desconhecido, ainda por vir. Em outras palavras, aquele que decide se deparou com a imprecisão escamoteada pela lógica binária do cálculo (sim ou não) e viu no resto a possibilidade de se aproximar do outro.

O ato de decisão que pode acolher a afecção – aqui compreendida na perspectiva do afetar e ser afetado pelo outro – abre possibilidades para que o humano possa tomar a razão como *um* dos aspectos implicados em suas formas de estar e agir no mundo. Entrelaçados a ela estaria o *conatus* como potência que se altera no acontecer de encontros humanos. Tais encontros, como exposto, abarcam ainda as incidências do inconsciente que delineiam um eu sempre instável, quando a identidade é tão somente uma síntese necessária (e provisória) para estar e agir no mundo. Se no eu se aloja um incerto e um desconhecido, no outro está a incerteza, o desconhecimento, o imprevisível, enfim. Logo, há que se empenhar esforços para caminhar na direção do outro. O olhar pode ser ampliado para afirmar que tanto o *eu* como o *outro* existem, não estão fora do “jogo de fazer ciência” (MARTINS, 2005). Nesta seara são configuradas possibilidades que dão relevo à condição de movimento, de jogos de forças, de perspectivas para além de binarismos hierárquicos e de sentidos fixos tomados como supostamente precisos em relação à existência. Abrimos assim espaço ao descontínuo, ao acaso, ao imponderável, ao espanto frente à vida.

Decidir é impreciso porque nos afetamos e nos implicamos nas decisões. Porém, não se sabe *a priori* a forma pela qual essa afetação ocorrerá. Pode ser pela via de conceber que o outro se assemelha a nós e, desta forma, incidirem repetições de atributos ou características que nos propiciam uma “identidade”. Ou, ainda, podemos acreditar que a afetação ocorre na direção do outro se diferenciar de nós, ou seja, nos é aparentemente distante, o que não impede a potência do reconhecimento e do encontro com a alteridade desse outro.

Pela via que concebe uma “identidade”, destacamos os processos de identificação que pela incidência do inconsciente se inserem na ótica de uma atemporalidade e operam por cadeias associativas que impedem uma equação com o idêntico e com o semelhante; logo, a identidade é aqui suposta tão somente pela consciência. Em outras palavras, a suposição identitária pode escamotear as trilhas do desconhecido.

No caminho da diferenciação podemos pensar na *hospitalidade*, no estranhamento, na radicalização da alteridade que ao provocar a distância

se desdobra – paradoxalmente – em esforço de aproximação do outro enquanto outro. Se as decisões justas inexistem na condição de serem presentemente justas porque não sabemos o que é o melhor para o outro, é o esforço recorrente de uma hospitalidade que delas pode nos aproximar. Aproximação talvez, visto que não há um algo definido *a priori* a se procurar.

Sabemos não ser de pouca importância encaminhar decisões sem demora, ao menos sem demora demasiada. Crianças e adolescentes se modificam a cada dia, o que pode nos levar a um entendimento de que o tempo presente pode ser ligado ao tempo futuro por intermédio de ações protetivas ou preventivas. Mas cabe questionar em que medida esse não é um olhar ainda capturado pela perspectiva de evolução de uma modernidade que ainda nos atravessa, tal como teleologia que nos indica o ponto de chegada. Ao considerar o conflito, a imprecisão, o acaso e o erro como aspectos que devem ser excluídos, adentramos o território daqueles que creem na verdade como um absoluto e também na possibilidade de acesso a ela pelos caminhos da razão e da justiça. Tal verdade, aqui entrelaçada à proteção como prioridade absoluta, pode delinear um cenário (ilusório) de harmonia em que crianças e adolescentes com direitos violados serão protegidos por conta das ações de um Sistema de Garantia de Direitos cuja finalidade intrínseca consiste nesta proteção.

Diante do exposto, observamos que em pouco mais de duas décadas de Estatuto da Criança e do Adolescente há conquistas, mas insuficientes. Assim, é indiscutível a importância de podermos contar com um Sistema de Garantia de Direitos em que nas decisões sobre a retirada de crianças e adolescentes de sua família ou serviços de acolhimento não predomine a falta de perspectivas como alternativa recorrente; daí a importância de políticas públicas e de um bom funcionamento dos serviços que integram a rede de atenção à infância e à adolescência. Mas é igualmente importante que na hipótese de um Sistema supostamente perfeito porque universal seja possível perceber a persistência dos furos da rede como espaços potenciais para a singularidade.

Decidir é impreciso porque assim o é a condição humana. Imprecisão quase sempre tomada como falha que contraria os cânones da denominada ordem científica; mas que talvez possa ser vista como espaço privilegiado às formas plurais de conhecer e agir no mundo e principalmente de reconhecimento do outro na sua alteridade e diferença. Tal como o escritor que ao contrariar a lógica da gramática brinca com palavras e faz poesia, talvez – sempre talvez – no estranhamento, no

desconhecido, na esquisitice que parece erro ou simplesmente naquilo que pode ser um pouco de *nada* estejam possibilidades do acontecimento de acolher o outro de forma hospitaleira.

Ele tinha no rosto um sonho de ave extraviada.  
Falava em língua de ave e de criança.

Sentia mais prazer de brincar com as palavras  
do que de pensar com elas.  
Dispensava pensar.

Quando ia em progresso para árvore queria florear.  
Gostava mais de fazer floreios com as palavras do  
que fazer ideias com elas.

Aprendera no Circo, há idos, que a palavra tem  
que chegar ao grau de brinquedo  
Para ser séria de rir.

Contou para a turma da roda que certa rã saltara  
sobre uma frase dele  
e que a frase nem arriou.

Decerto não arriou porque não tinha nenhuma  
palavra podre nela.

Nisso que o menino contava a estória da rã na frase  
Entrou uma Dona de nome Lógica da Razão.  
A Dona usava bengala e salto alto.

De ouvir o conto da rã na frase a Dona falou:  
Isso é Língua de brincar e é idiotice de criança  
Pois frases são letras sonhadas, não têm peso,  
nem consistência de corda para aguentar uma rã  
em cima dela

Isso é Língua de Raiz – continuou  
É Língua de Faz-de-conta  
É língua de brincar!

Mas o garoto que tinha no rosto um sonho de ave  
extraviada  
Também tinha por sestro jogar pedrinhas no bom  
senso

E jogava pedrinhas:  
Disse que ainda hoje vira a nossa Tarde sentada  
sobre uma lata ao modo que um bentevi sentado  
na telha.

Logo entrou a Dona Lógica da Razão e bosteou:  
Mas lata não aguenta uma Tarde em cima dela, e  
ademais a lata não tem espaço para caber uma  
Tarde nela!  
Isso é Língua de brincar  
É coisa-nada.

O menino sentenciou:  
Se o Nada desaparecer a poesia acaba.

E se internou na própria casca ao jeito que o jabuti se  
interna.<sup>69</sup>

Quanto a José, foi pelo jeito de menino que teimava em desnomear  
as coisas e tentar fazer da vida poesia que ele descobriu no acaso um  
caminho de decisão.

---

<sup>69</sup> BARROS, Manoel. Poeminha em língua de brincar. In: *Manoel de Barros, poesia completa*. São Paulo: Leya, 2010, p.485.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ALVES, Giovanni (Org.). *O trabalho do juiz: Análise crítica do video documentário*. 1a. ed. Bauru: Editora Praxis, 2014.

AMARAL, Márcio. *DSM-V: Perdendo os eixos... Definitivamente. Temas e controvérsias em Psiquiatria*. Instituto de Psiquiatria. Rio de Janeiro: jan./2014. Disponível em: <<http://www.ipub.ufrj.br/portal/ensino-e-pesquisa/ensino/residencia-medica/blog/item/477-dsm-5-perdendo-os-eixosdefinitivamente>>. Acesso em: 13 jan. 2015.

ARAUJO, Marlene de Melo Barbosa. *Abuso e exploração sexual infanto-juvenil feminina e as respostas do poder público e da sociedade civil em João Pessoa*. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ARIËS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASSIS, Simone Gonçalves de; FARIAS, Luís Otávio Pires (Orgs.). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec, 2013. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip\\_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO\\_Levantamento%20Nacional\\_Final.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/LIVRO_Levantamento%20Nacional_Final.pdf)> Acesso em: 7 dez. 2014.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS/AMB. *Campanha Mude um Destino*. 2007. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/mudeumdestino/>> Acesso em: 7 dez. 2014

AZEVÊDO, Bernardo Montalvão Varjão de. *O ato de decisão judicial: uma irracionalidade disfarçada*. 2009. Dissertação (Mestrado em

Direito) – Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9297/1/BERNARDO%20MONTALV%C3%83O%20VARJ%C3%83O%20DE%20AZEVEDO.pdf>> Acesso em: 9 nov. 2014.

AZOR, A. M. G.; VECTORE, C. Abrigar/desabrigar: Conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Estud. psicol. (Campinas)*, 2008, vol. 25, n.1, p. 77-89. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2008000100008>> Acesso em: 7 dez. 2014.

BARROS, M. *Poesia Completa*. São Paulo: Leya, 2010.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BANDEIRA, José Tancredo. *Conselho Tutelar: espaço público de exercício da democracia participativa e seus paradoxos*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

BERTÃO, Flávia R.B.M; HASHIMOTO, F. Entre o desejo e o sofrimento psíquico no trabalho: um estudo de caso com professora de educação infantil. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 12, n. 20, p. 141-163, dez. 2006. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/249/259>> Acesso: 27 nov. 2014.

BERTOL, C.E. *Inscrição da lei, constituição subjetiva e masculinidades: cenas de adolescentes cumprindo medida socioeducativa*. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PPSI0396-D.pdf>> Acesso em: 7 dez. 2014.



BEZERRA JR., B. Subjetividade Moderna e o campo da Psicanálise. In: BIRMAN, Joel (Org.). *Freud, 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1989, p. 218-239.

BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. Escritura e psicanálise: Derrida, leitor de Freud. *Natureza Humana*. São Paulo, v.9, n.2, p. 275-298, dez. 2007. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-24302007000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302007000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 8 set. 2014.

\_\_\_\_\_. *Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

\_\_\_\_\_. *Caos e trauma no mundo contemporâneo*. In: Encarando a dor: modos de lidar com o sofrimento psíquico. Café Filosófico CPFC, TV Cultura, exibido em 9 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.cpfcultura.com.br/2013/08/09/caos-e-trauma-no-mundo-contemporaneo-joel-birman/>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

BLANCHOT, Maurice. A fala cotidiana. In: *A conversa infinita 2: A experiência-limite*. São Paulo: Escuta, 2007.

BLEGER, José. *Temas em psicologia: entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRANDÃO, S. N.; SILVA, M. P. O.; FRANCA, D. B.; NOGUEIRA, P.C.; GHESTI, I. Caminho de Casa: em busca de alternativas para reintegração familiar de crianças abrigadas. In: XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica, 2007, Belo Horizonte. *Anais do XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica*, 2007. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=caminho%20de%20casa%3A%20em%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20busca%20de%20alternativas%20para%20reintegra%C3%A7%C3%A3o%20familiar%20de%20crian%C3%A7as%20abrigadas%20&source=web&cd=1&ved=0CE8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fafich.ufmg.br%2Fcoloqu>>

io%2Ffiles%2FDirce%2520Barroso%2520Franca%2520%255B193%255D.doc&ei=HW3FT4SwBo2g8QTsprGoBg&usg=AFQjCNGb4ntDoZMJ41BsAhsAomjnGuiCzQ>. Acesso em: 7 dez. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 7 dez. 2014.

BRASIL. *Lei n. 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 8 set. 2014

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

BRASIL. *Projeto de diretrizes das nações unidas sobre emprego e condições adequadas de cuidados alternativos com crianças*. Apresentado ao Comitê de Direitos da Criança da ONU em Brasília, 31/05/2007. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.crianca.df.gov.br%2Fbiblioteca-virtual%2Fdoc\\_download%2F74-projeto-de-diretrizes-das-nacoes-unidas-sobre-emprego-e-condicoes-adequadas-de-cuidados-alternativos-com-criancas-.html&ei=6XGDVNiHAcKkNoKUhNAL&usg=AFQjCNHyLnO0RHacfx\\_tF5zeJMaQm-yBs3A&bvm=bv.80642063,d.eXY](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.crianca.df.gov.br%2Fbiblioteca-virtual%2Fdoc_download%2F74-projeto-de-diretrizes-das-nacoes-unidas-sobre-emprego-e-condicoes-adequadas-de-cuidados-alternativos-com-criancas-.html&ei=6XGDVNiHAcKkNoKUhNAL&usg=AFQjCNHyLnO0RHacfx_tF5zeJMaQm-yBs3A&bvm=bv.80642063,d.eXY) Acesso em: 6 nov. 2014.

BRASIL. *Lei n. 12.010*, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis n<sup>os</sup> 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei n<sup>o</sup> 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n<sup>o</sup> 5.452, de 1<sup>o</sup> de

maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm)>. Acesso em: 18 out. 2014.

BRASIL. *Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: experiências do Distrito Federal, Paris e Londres*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH, 2013.

BRITO, Leila Maria Torraca de. Anotações sobre a Psicologia jurídica. *Psicol. cienc. prof.* 2012, vol.32, n.spe, p. 194-205. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932012000500014>>. Acesso em: 8 out. 2014.

CALLIGARIS, C. *A adolescência*. São Paulo: Publifolha, 2000.

CANO, Débora Staub; SAMPAIO, Izabela Tissot Antunes Sampaio. O Método de Observação na Psicologia: Considerações sobre a Produção Científica. *Interação em Psicologia*, 2007, 11(2), p. 199-210. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/psicologia/article/view/6849/8141>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

CARREIRÃO, U.L. *Irmãos em abrigos: possibilidades e limites para o resgate do direito à convivência familiar e comunitária*. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGSS0029.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

CASTEL, P.V. *O afeto: uma unidade psicossomática: Freud, Reich e Winnicott*. 2008. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CASTRO, Cláudia Maria de. A inversão da verdade: notas sobre O nascimento da tragédia. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 49, n. 117, p. 127-142, 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-512X2008000100007>>. Acesso em: 24 mai. 2014.

CECCARELLI, Paulo. O sofrimento psíquico na perspectiva da Psicopatologia Fundamental. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 471-477, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a14.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

CHAUÍ, M. S. Sobre o medo. In: CARDOSO, S. et al. (Org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 35-75.

\_\_\_\_\_. Laços do desejo. In: NOVAES, A. (Org.). *O desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 19-66.

\_\_\_\_\_. (1995). *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. São Paulo: Moderna, 1995.

\_\_\_\_\_. Filosofia Moderna. In: OLIVEIRA, A. M. (Org.). *Primeira Filosofia: tópicos de filosofia geral*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 60-108.

\_\_\_\_\_. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

\_\_\_\_\_. *Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHNAIDERMAN, M. (Diretora) (2007). *Procura-se Janaína* [Documentário]. São Paulo: Produtora Cinco sobre Cinco Documentários.

CINTRA, A. L. *Corpo a corpo: representações identitárias, singularidades e abrigos institucionais para crianças*. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em:

<<http://www.tede.ufsc.br/teses/PPSI0393-D.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

CINTRA, Ana Lúcia; SOUZA, Mériti. Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, Fortaleza, vol. 10, n.3, set/2010, p. 809-833. Fortaleza, Universidade de Fortaleza. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482010000300006&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-61482010000300006&script=sci_arttext)>. Acesso em: 7 dez. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para a prática de Psicólogos(os) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, Brasília, CFP, 2012. Disponível em: <[http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/03/CREPOP\\_CREAS\\_.pdf](http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2013/03/CREPOP_CREAS_.pdf)>. Acesso em: 7 dez. 2014.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. *Relatório da Infância e Juventude* – Resolução n. 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

CONTINENTINO, A. M. A. *A alteridade no pensamento de Jacques Derrida: escritura, meio-luto, aporia*. 2006. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

COSTA, Jurandir Freire. *Violência e Psicanálise*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

\_\_\_\_\_. *Ordem médica e norma familiar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Acolhimento familiar: uma alternativa de proteção para crianças e

adolescentes. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722009000100015>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

COUTINHO, Grijalbo Fernandes. Prefácio. In: ALVES, G. (Org.) *O trabalho do juiz: análise crítica do vídeo documentário*. 1a. ed. Bauru: Editora Praxis, 2014, p.11-15.

COUTO, M. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DEL PRIORE, M. *História das crianças no Brasil*. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

DERRIDA, Jacques. *Mémoires pour Paul de Man*. Paris: Galilée, 1988.

\_\_\_\_\_. *Limited Inc*. São Paulo: Papyrus, 1991a.

\_\_\_\_\_. *Margens da Filosofia*. São Paulo: Papyrus, 1991b.

\_\_\_\_\_. Freud e a cena da escritura. In: *A Escritura e a Diferença*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.

\_\_\_\_\_. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001b.

\_\_\_\_\_. *Estados-da-alma da psicanálise. O impossível para além da soberana crueldade*. São Paulo: Escuta, 2001c.

\_\_\_\_\_. *Torres de Babel*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002a.

\_\_\_\_\_. EU – a psicanálise. *Pulsional Revista de Psicanálise*, ano XV, n. 158, jun/2002, p.11-21, 2002b.

\_\_\_\_\_. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003a.

\_\_\_\_\_. Le “monde” des Lumières à venir (Exception, calcul et souveraineté). In: DERRIDA, J. *Voyous – Deux essais sur la raison*. Paris: Galilée, 2003b.

\_\_\_\_\_. Imprevisível Liberdade. In: DERRIDA; ROUDINESCO. *De que amanhã: diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004a, p. 63-79.

\_\_\_\_\_. Elogio da Psicanálise In: DERRIDA; ROUDINESCO. *De que amanhã: diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004b, p. 1999-234.

\_\_\_\_\_. Famílias desorganizadas. In: DERRIDA; ROUDINESCO. *De que amanhã: diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004c, 48-62.

\_\_\_\_\_. Escolher sua herança. In: DERRIDA; ROUDINESCO. *De que amanhã: diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004d, p. 9-31.

\_\_\_\_\_. Políticas da diferença. In: DERRIDA; ROUDINESCO. *De que amanhã: diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004e, p. 32-47.

\_\_\_\_\_. Violências contra os animais. In: DERRIDA; ROUDINESCO. *De que amanhã: diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004f, p. 80-96.

\_\_\_\_\_. *O cartão-postal: de Sócrates a Freud e além*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *Força de Lei: o fundamento místico da autoridade*. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DIAS, M. B. *Manual de Direito de Famílias*. 8. ed. Porto Alegre: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DUNKER, Christian Ingo Lenz; KYRILLOS NETO, Fuad. A crítica psicanalítica do DSM-IV: breve história do casamento psicopatológico entre psicanálise e psiquiatria. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 14, n. 4, dez. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142011000400003>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar. Alteridade, Violência e justiça: trilhas da desconstrução. In: DUQUE-ESTRADA (Org.). *Desconstrução e Ética* - ecos de Jacques Derrida. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO; São Paulo: Loyola, 2004.

ENDO, P. Criação e Destruição. *Mente & Cérebro. O olhar adolescente: Espelhos da Sociedade*, n. 4, mar. 2007, p. 62-69. São Paulo: Duetto Editorial.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

ESPINOSA, B. de. Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética; Tratado político; Correspondência (Seleção de textos de Marilena de Souza Chauí; Tradução Marilena de Souza Chauí et al). In: *Os pensadores*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

\_\_\_\_\_. de. Ética. In: *Os pensadores*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural. 1983b, p. 69-299.



\_\_\_\_\_. de. Tratado político. In: *Os pensadores*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983c, p. 301-364.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1976.

FARHADI, A. *A Separação*. Produção Asghar Farhadi, 123 min. Irã: 2011. (filme)

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*, Editora Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Carlos de Oliveira. *A desconstrução e a aproximação lingüista/leigo*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2008. Disponível em: <[http://perspectivas.letras.ufg.br/uploads/298/original\\_Carlos\\_dissertacao\\_final%20I.pdf](http://perspectivas.letras.ufg.br/uploads/298/original_Carlos_dissertacao_final%20I.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2014.

FIGUEIREDO, A. C. A construção do caso clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, v.7, n. 1, p. 75-86, março 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233017778006>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

FIGUEIREDO, L. C. O tempo na pesquisa dos processos de singularização. *Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro, v. 14, n.2, p. 15-33, 2002. Disponível em: <<http://www.psi.puc-rio.br/LuisClaudioTempo.html>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

FRAGOZO, Fernando. Razão e desconstrução: Derrida entre a soberania incondicional e a incondicionalidade soberana. *Ensaaios Filosóficos*, v. 6, out./2012. Disponível em: <[http://www.ensaaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo6/FRAGOZO\\_Fernando.pdf](http://www.ensaaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo6/FRAGOZO_Fernando.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2014.

FREUD, Sigmund. (1887-1902). Los orígenes del psicoanálisis: Cartas a Wilhelm Fliess, Manuscritos y notas de los años 1887 a 1902. In: *Obras Completas*, v. 3. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981.

\_\_\_\_\_. (1895a). Estudios sobre la histeria. In: *Obras Completas*, v. 1, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 39-208.

\_\_\_\_\_. (1895b). Proyecto de una psicología para neurologos. In: *Obras Completas*, v.1, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 209-276. (Trabalho original publicado em 1950).

\_\_\_\_\_. (1900). La interpretación de los sueños. In: *Obras Completas*, v. 1, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 343-752.

\_\_\_\_\_. (1905a). *Tres ensayos para una teoria sexual*. In: *Obras Completas*. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p.1169-1237.

\_\_\_\_\_. (1905b). Análisis fragmentário de una histeria (“Caso Dora”). In: *Obras Completas*, v.1, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p.933-1002.

\_\_\_\_\_. (1910). Un recuerdo infantil de Leonardo de Vinci. In: *Obras Completas*, v. 2, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 1577-1619.

\_\_\_\_\_. (1912a). La dinámica de la transferencia. In: *Obras Completas*, v. 2, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 1648-1653.

\_\_\_\_\_. (1912b). Consejos al médico en el tratamiento psicoanalítico. In: *Obras Completas*, v.2. 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 1654-1660.

\_\_\_\_\_. (1913). Totem y tabu. In: *Obras Completas*, v. 2, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 1745-1850. (Trabalho original publicado em 1912-1913).

\_\_\_\_\_. (1914) Introducción al narcisismo. In: *Obras Completas*, v. 2, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 2017-2033.

\_\_\_\_\_. (1915a). O recalque. In: *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente* (Obras Psicológicas de Sigmund Freud, v. 1). Rio de Janeiro: Imago, 2004, p.175-193.

\_\_\_\_\_. (1915b). O inconsciente. In: *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente* (Obras Psicológicas de Sigmund Freud, v. 2). Rio de Janeiro: Imago, 2004, p. 13-98.

\_\_\_\_\_. (1915c) Los instintos y sus destinos. In: *Obras Completas*, v. 2, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 2039-2052.

\_\_\_\_\_. (1916-17). Lecciones introductorias al psicoanálisis: Puntos de vista del desarrollo y de La regresión. Etiología. Lección XXII. In: *Obras Completas*, v. 2, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 2334-2345. (Trabalho original publicado em 1916-1917).

\_\_\_\_\_. (1916a). Lecciones introductorias al psicoanálisis: El estado neurótico corriente. Lección XXIV. In: *Obras Completas*, v. 2, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 2358-2366. (Trabalho original publicado em 1916-1917).

\_\_\_\_\_. (1916b). Lecciones introductorias al psicoanálisis: La angustia. Lección XXV. In: *Obras Completas*, v. 2, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 2367-2379 (Trabalho original publicado em 1916-1917).

\_\_\_\_\_. (1917a). Duelo y melancolía. In: *Obras Completas*, v. 2, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 2091-2100.

\_\_\_\_\_. (1917b). Una dificultad del psicoanálisis. In: *Obras Completas*, v. 3, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p.2432-2436.

\_\_\_\_\_. (1919a). Sobre la enseñanza del psicoanálisis en la universidad. In: *Obras Completas*, v. 3, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 2454-2456.

\_\_\_\_\_. (1919b). Lo Siniestro. In: *Obras Completas*, v. 3, 4 ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 2484-2505).

\_\_\_\_\_. (1920) Mas alla del principio del placer. In: *Obras Completas*, v. 3, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 2507-2541.

\_\_\_\_\_. (1921). Psicología de las masas y análisis del yo. In: *Obras Completas*, v. 3, 4 ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 2563-2610.

\_\_\_\_\_. (1923). El “yo” y el “ello”. In: *Obras Completas*, v. 3, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 2701-2728.

\_\_\_\_\_. (1924) La disolución del complejo de Edipo. In: *Obras Completas*, v. 3, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981.

\_\_\_\_\_. (1926). Inhibición, síntoma y angustia. In: *Obras Completas*, v. 3, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 2833-2883.

\_\_\_\_\_. (1930). El malestar en la cultura. In: *Obras Completas*, v. 3, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 3017-3067.

\_\_\_\_\_. (1933) Nuevas lecciones introductorias al psicoanalisis – Lección XXXI: “Diseccion de la personalidad psíquica”. In: *Obras Completas*, v.3. Espanha: Biblioteca Nueva, 1981, p. 3132-3146.

\_\_\_\_\_. (1937a). Analisis terminable e interminable. In: *Obras Completas*, v. 3, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 3340-3364.

\_\_\_\_\_. (1937b). Escision del “Yo” en el proceso de defensa. In: *Obras Completas*, v. 3, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 3375-3377.

\_\_\_\_\_. (1938). Compendio del Psicanálise. In: *Obras Completas*, v. 3, 4. ed. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981, p. 3379-3418.

GHISI, Valéria de Angelo. *O homem trágico: considerações sobre o homem enquanto conflito no primeiro Nietzsche e no último Freud*. 2007. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Paraná, 2007. 89 páginas.

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. Jürgen Habermas and Michel Foucault. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 36, n. spe, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31732013000400003&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732013000400003&lng=pt&nrm=iso&tlng=en)>. Acesso em: 2 nov. 2014.

GREEN, André. *O discurso vivo: uma teoria psicanalítica do afeto*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

GUARESCHI, N. M. F.; Reis, C. D.; HUNING, S. M.; Bertuzzi, L. D. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. *Estud. pesqui. Psicol.* 2007, vol.7, n.1. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a03.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

GULLAR, Ferreira. Traduzir-se. In: *Toda poesia*. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004, p. 335.

HADDOCK-LOBO, R. Considerações sobre “posições” de Derrida. *O que nos faz pensar* (Cadernos do Departamento de Filosofia da PUC-Rio). n. 21, maio de 2007, p.67-78. Disponível em: <[http://www.oquenofazpensar.com/adm/uploads/artigo/consideracoes\\_sobre\\_posicoes\\_de\\_derrida/artigos6778.pdf](http://www.oquenofazpensar.com/adm/uploads/artigo/consideracoes_sobre_posicoes_de_derrida/artigos6778.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Notas sobre o trajeto aporético da noção de experiência no pensamento de Derrida. *Educação e Filosofia*. Uberlândia, v. 27, n. 53, p. 259-274, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/14271>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

HANNS, L. A. *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

HEGEL, G.W.F. Vida e Obra. *Coleção Os Pensadores*. Coordenação Editorial: Janice Florido. São Paulo: Editora Nova Cultural. 1999.

HOUZEL, Didier. As implicações da parentalidade. In: SOLIS-PONTON, L. (Org.). *Ser pai, ser mãe: parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 47-51.

HUISMAN, Denis; VERGEZ, André. *Compêndio moderno de filosofia*, vol, II: O conhecimento. 3.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1978.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL, Francisco Teixeira. *História da Psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau, 2007.

JANCZURA, R. *Abrigos e políticas públicas: as contradições na efetivação dos direitos da criança e do adolescente*. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <[http://tede.pucrs.br/tde\\_arquivos/21/TDE-2008-05-06T111337Z-1241/Publico/400701.pdf](http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/21/TDE-2008-05-06T111337Z-1241/Publico/400701.pdf)>. Acesso em: 7 dez. 2014.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. A crise da Razão no ocidente. *Revista Pesquisa em Educação Ambiental*. Universidade de São Paulo, v. 1, n. 1, 2006, p. 27-41. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/pea/article/view/30007/31894>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

KAHL, Maria Luiza Furtado. A pesquisa em psicanálise: quando tratamento e investigação convergem. In: *IX Encontro científico* da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental, 2007. Disponível em: <[http://www.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/encontro\\_cientifico\\_2007/ec\\_-\\_a\\_pesquisa\\_em\\_psicanalise.pdf](http://www.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/encontro_cientifico_2007/ec_-_a_pesquisa_em_psicanalise.pdf)>. Acesso em: 6 dez. 2014.

KANT, I. (1783). Resposta à pergunta: Que é Esclarecimento? In: *Immanuel Kant: Textos selecionados*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, p. 100-116. Disponível em: <<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/textos-seletos-bilingue.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2014.

KAUFMANN, Pierre. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o legado de Freud a Lacan*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KAYANO, Jorge; SÍCOLI, Juliana Lordello. (Orgs.) *Desafios para o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente: perspectiva dos Conselhos Tutelares e de Direitos*. São Paulo: Instituto Pólis, 2009. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/927/927.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

KOEHLER, S.J. *Pequeno Dicionário Escolar Latino-Português*. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1943.

KUPFER, M. C. *Freud e a educação: o mestre do impossível*. 3. ed. São Paulo: Scipione, 2006.

LANGARO, Fabíola. *(Des)construções do masculino e do feminino na relação de mulheres-mães com seus filhos e filhas*. 2011. 196p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PPSI0446-D.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário de Psicanálise*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LEBRUN, Gerard. O conceito de paixão. In: CARDOSO, S. et al (Orgs.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 17-33.

LEMINSKI, Paulo. Poesia: a paixão da linguagem. In: CARDOSO, S. et al (Orgs.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 283-306.

LIMA, Rosana Maria de. *Acolher em rede: desafios para a garantia dos direitos da criança e do adolescente*. 2012. 96p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul- PUCRS, 2012.

LOPES, Ulisses Faria. *Lá e de volta ao esclarecimento ou o retorno à racionalidade crítica kantiana por Foucault e pela Escola de Frankfurt – subsídios educativos*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2010. Disponível em: <[http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bma/33004110040P5/2010/lopes\\_uf\\_me\\_mar.pdf](http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bma/33004110040P5/2010/lopes_uf_me_mar.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2014.

MACEDO, Heitor O'Dwyer de. O acaso e a realidade. *Revista Percurso*. n.19, 2/1997, São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae, 1997, p. 5-11. Disponível em: <[http://revistapercurso.uol.com.br/pdfs/p19\\_texto01.pdf](http://revistapercurso.uol.com.br/pdfs/p19_texto01.pdf)> Acesso em: 27 nov. 2014.

MACHADO, Roberto. *O nascimento do trágico: de Schiller a Nietzsche*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MAFRA, Verônica Cecilia Alves da Silva. *Entre saberes e poderes: a representação de psicólogos sobre a psicologia no judiciário*. 2011. 170 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.



MAÏWENN. *Polisse*. França, 2011, 127min. (filme)

MARINHO, L. Adoção Tardia. *Rádio Central Brasileira de Notícias-CBN*. Disponível em: <http://cbn.globoradio.globo.com/series/ADOCADO-TARDIA.htm>. Acesso em: 10 mai. 2012.

MARTINS, Francisco. O que é *pathos*? *Latinoam. Psicop. Fund.*, v. II, n. 4, p. 62-80, 1999. Disponível em: [http://www.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/revistas/volume02/n4/o\\_que\\_e\\_pathos.pdf](http://www.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/revistas/volume02/n4/o_que_e_pathos.pdf). Acesso em: 2 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. *Psicopatologia I: Prolegômenos*. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2005.

MARTINS, Francisco; ZANELLO, Valeska. O reencontro da clínica com a metáfora. *Psicologia em Estudo*. Maringá, v. 15, n. 1, p. 189-196, jan./mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v15n1/a20v15n1>. Acesso em: 29 nov. 2014.

MARTINS, Francisco; SANTO, L.E.; PERCILIO, D.; KERN, M.C. Representação social da droga em Brasília – o momento sócio-cultural. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*. Ano XXVI, n. 1/06: 42-56, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/946/94626109.pdf>. Acesso: 29 nov. 2014.

MATHEUS, T. C. Quando a adolescência não depende da puberdade. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v.11, n. 4, p. 616-625, dez. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-47142008000400008](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142008000400008&lng=pt&tlng=pt) <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142008000400008>. Acesso em: 17 de mai. de 2012.

MELO-SANTOS, Pollyana Cristiane de. *A atuação do psicólogo junto às Varas de Família: reflexões a partir de uma experiência*. 2013. 120p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MEURER, D.S. *Os condicionantes sociais potencializadores do risco de reiteração da violência sexual contra crianças e adolescentes*. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp012175.pdf>>. Acesso em 7 dez. 2014.

MEZAN, R. *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/livros/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-2013-pncfc/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-comunitaria-2013-pncfc>>. Acesso em: 6 nov. 14.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. *Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*. Brasília, 2009a. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento-para-criancas-e-adolescentes-tipo-de-publicacao-caderno/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento-para-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. *Tipificação de Serviços Socioassistenciais*. Texto da

Resolução n. 109 de 11 de novembro de 2009, Publicada no Diário Oficial da União em 25 de setembro de 2009. Brasília, 2009b. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/altacomplexidade/servico-de-acolhimento-em-familia-acolhedora/arquivos/PDF-Tipificacao%20Nacional.pdf/download>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. *Orientações Técnicas*: Centro de Referência Especializado – CREAS. Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/orientacoes-tecnicas-centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas-1/orientacoes-tecnicas-centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas>>. Acesso em: 6 nov. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. *Orientações Técnicas sobre o PAIF*: O serviço de proteção e atendimento integral à família-PAIF segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/Orientacoes%20Tecnicas%20sobre%20o%20PAIF%20-%20Tipificacao.pdf/download>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA – MPSC. *Guia do Ministério Público de Santa Catarina*: um manual para a imprensa e a sociedade/elaborado pela Coordenadoria de Comunicação Social. Florianópolis: Procuradoria-Geral de Justiça, 2009. Disponível em: <[http://www.mpsc.mp.br/portal/conteudo/guia\\_web.pdf](http://www.mpsc.mp.br/portal/conteudo/guia_web.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA – MPSC. *Manual do Promotor de Justiça da Infância e Juventude*: Conselhos e Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente: Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente/coordenado por Priscilla Linhares Albino, v. 2. 2. ed. Florianópolis: MPSC, 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA – MPSC. *Programa de Combate à evasão escolar* – APOIA. 2014. Disponível em:

<[http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/Interna.aspx?campo=602&secao\\_id=419](http://portal.mp.sc.gov.br/portal/webforms/Interna.aspx?campo=602&secao_id=419)>. Acesso em: 2 nov. 2014.

NASCIMENTO, A. F. do. *Emergência das Redes de Proteção Social à Infância e Juventude no contemporâneo: práticas e paradoxos*. 2006. Dissertação não publicada. (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

NASCIMENTO, Maria Lívia do; CUNHA, Fabiana Lopes da; VICENTE, Laila Maria Domith. A desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 7, n. 14, dez. 2007. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2007000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 6 jun. 2014.

NASCIMENTO, Maria Lívia do; LACAZ, Alessandra Speranza; TRAVASSOS, Marilisa. Descompassos entre a lei e o cotidiano nos abrigos: percursos do ECA. *Aletheia*, Canoas, n. 31, abr. 2010. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942010000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 11 nov. 2014.

NASCIMENTO, Maria Lívia do; SCHEINVAR, Estela I. Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão. *Estud. pesqui. psicol.* Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, dez. 2005. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812005000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812005000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>.

NAVES, José Otávio Vasconcellos; SOUZA, Mériti de. Causalidade, descontinuo, dor: caminhos da bala perdida e da mega-sena. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, ago. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922012000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922012000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 out. 2014.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Obras incompletas*. In: *Coleção Os Pensadores*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NOGUEIRA, Thayse Palmela. O choque de gestão do Poder Judiciário. In: ALVES, G. (Org.) *O trabalho do juiz: análise crítica do vídeo documentário*. 1a. ed. Bauru: Editora Praxis, 2014, p.119-127.

OLIVEIRA, R.C. S. *Crianças e adolescentes (des)acolhidos: a parte da filiação no processo de institucionalização*. 2001. Dissertação não publicada. (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *Convenção sobre os Direitos da Criança*. 1989. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10120.htm](http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm)>. Acesso em: 7 dez. 2014.

PEITER, C. *Adoção: Vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva*. São Paulo: Zagodoni Editora, 2011.

PEIXOTO, C.E. As transformações familiares e o olhar do sociólogo. In: SINGLY, François de (Org.). *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p.11-28.

PELBART, Peter Pál. *A vertigem por um fio: políticas da subjetividade contemporânea*. São Paulo: Iluminúrias, 2000.

PERUCCHI, Juliana; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Aspectos políticos da normalização da paternidade pelo discurso jurídico brasileiro. *Rev. psicol. polít.* São Paulo, v. 8, n. 15, jun. 2008. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2008000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em: 29 nov. 2014.

PETERS, M. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença – Uma introdução*. São Paulo: Editora Autêntica, 2008.

POLI, C. Pesquisa faz o retrato da lentidão na justiça brasileira. *Fundação Padre Anchieta, Jornal da Cultura*, 2012. Disponível em: <<http://tvcultura.cmais.com.br/jornaldacultura/jornal-da-cultura-quarta-feira-8-de-fevereiro>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

PRUDENTE, Sérgio Eduardo; ROSA, Miriam Debieux. Sujeito protopático: o eu ilusório e o afeto em questão. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 17, n. 4, dez. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722012000400014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000400014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 out. 2014.

RAMIDOFF, M.L. *Direito da Criança e do Adolescente*: por uma propedêutica jurídico-protetiva transdisciplinar. 2007. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp037625.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

RIBEIRO, Herval Pina. *O juiz sem a toga*: um estudo da percepção dos juízes sobre o trabalho, saúde e democracia no judiciário. Florianópolis: Lagoa Editora, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. A glória. In: CARDOSO, Sérgio et al. (Orgs.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 107-116.

RIZZINI, I. *Acolhendo crianças e adolescentes*: experiências de promoção de direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF; CIESP; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

RIZZINI, I; PILOTTI, F. (Orgs.) *A arte de governar crianças*: a história das políticas sociais e da assistência à infância no Brasil. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

ROSA, A. M. *Decisão no processo penal como bricolage de significantes*. 2004. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/handle/1884/1203>>

ROSA, A. M.; Lopes, A.C.B. *Introdução crítica ao ato infracional: princípios e garantias institucionais*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2011.

ROSA, J. G. *Tutaméia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

\_\_\_\_\_. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ROSA, Miriam Debieux. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Mal-Estar e Subjetividade*. Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 329-348, 2004. Universidade de Fortaleza. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v4n2/08.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

ROSA, Miriam Debieux; DOMINGUES, Eliane. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicol. Soc.* Florianópolis, v. 22, n. 1, abr. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822010000100021&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000100021&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 7 jun. 2014.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SANDRINI, P.R. *O controle social da adolescência brasileira: gênese e sentidos do Estatuto da Criança e do Adolescente*. 2009. Tese (Doutorado

em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/92542/270935.pdf?sequence=1>> Acesso em: 7 dez. 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008

SARTI, C.A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHEINVAR, E. *O feitiço da política pública ou como garante o estado brasileiro a violação dos direitos da criança e do adolescente*. 2001. Tese não publicada (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

SCHILLER, Friedrich. *Teoria da tragédia*. São Paulo: EPU, 1991.

SCHMIDT, Denise Pasqual. *Violência como uma expressão da questão social: suas manifestações e seu enfrentamento no espaço escolar*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <[http://cascavel.ufsm.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=1878](http://cascavel.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1878)>. Acesso em: 6 nov. 2014.

SCHOPENHAUER, Arthur. O mundo como vontade e representação: (III parte); Crítica da filosofia kantiana; Parerga e paralipomena: (capítulos V, VIII, XII, XIV). São Paulo: Nova Cultural, 1997. 303 p. (Os pensadores)

SILVA, A. P.; CABRAL, C. (Orgs.). *Grupo de Trabalho Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (Brasil): Fazendo Valer um Direito*. Rio de Janeiro: Terra dos Homens, 2009.

SILVA, Fernando Luiz Salgado da. *Mal-estar no bem-estar da criança: uma análise ético-política da destituição de poder familiar*. 2013. 237 p.



Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2013.

SILVA, Guilherme Elias da; HASHIMOTO, Francisco. Gestão estratégica: a toxicomania organizacional e a naturalização do sofrimento no trabalho. *Enfoques*, v.11, n. 1, mar. 2012. Disponível em: <[http://www.ifcs.ufrj.br/~enfoques/pdfs/02\\_Silva\\_Hashimoto.pdf](http://www.ifcs.ufrj.br/~enfoques/pdfs/02_Silva_Hashimoto.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2014.

SILVA Junior, N. da. Who's there?: a desconstrução do intérprete segundo a situação psicanalítica. *Ide*, São Paulo, v. 30, n. 44, jun. 2007, p. 25-31.

SILVA, Maria Salete. *Na fronteira da defesa de direitos: a capacidade de vocalização dos conselhos tutelares de Santa Catarina*. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <[http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/26962/TESE\\_Conselhos\\_Tutelares\\_Santa\\_Catarina\\_dezembro\\_2011\\_Maria\\_Salete\\_Silva.pdf?sequence=1](http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/26962/TESE_Conselhos_Tutelares_Santa_Catarina_dezembro_2011_Maria_Salete_Silva.pdf?sequence=1)>. Acesso: 30 set. 2014.

SINGLY, F. *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SIQUEIRA, A.C; ZOLTOWSKI, A.P.; GIORDANI, J.P., OTERO, T.M.; DELL'AGLIO, D.D. Processo de reinserção familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. *Estudos de Psicologia*, v. 15, n. 1, jan.-abr./2010, pp. 07-15. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2010000100002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2010000100002&script=sci_abstract&tlng=pt)>

SKLIAR, C. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOLIS-PONTON, Letícia. A construção da parentalidade. In: SOLIS-PONTON, L. (Org.). *Ser pai, ser mãe: parentalidade: um desafio para o terceiro milênio*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 29-40.

SOUSA, Bárbara. D. R. R.de. *Reflexões sobre a experiência de acolhimento institucional infantil*. 2010. Dissertação não publicada. (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

SOUZA, Mériti. *A experiência da lei e a lei da experiência: ensaios sobre práticas sociais e subjetividades no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 1999.

\_\_\_\_\_. Fios e furos: a trama da subjetividade e a educação. *Revista Brasileira de Educação*, n.26, pp.119-132, ago. 2004, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n26/n26a09.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Vazio, feminino e restos. In: SOUZA, M.; MARTINS, F.; ARAUJO, J. N. G. (Orgs.). *Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 73-91.

SOUZA, Mériti; LANGARO, Fabíola. Desconstruir para problematizar matrizes identitárias. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 31, n. 3, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932011000300010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932011000300010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 dez. 2014.

SZONDI, Peter. *Ensaio sobre o Trágico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

VELHO, G. Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias. *Intersecções: revista de estudos disciplinares*, ano 3, n. 2, p.45-52, 2001. Dossiê “Comportamentos familiares”. Rio de Janeiro: UERJ.

WINNICOTT, D. W. O jogo do rabisco. In: *Explorações psicanalíticas*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005. p. 230-243.

WINOGRAD, Monah. Disposição e acaso em Freud: uma introdução às noções de equação etiológica, séries complementares e intensidade pulsional no momento. *Nat. hum.*, São Paulo, v. 9, n. 2, dez. 2007. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-24302007000200004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302007000200004&lng=pt&nrm=iso). Acessos em: 27 nov. 2014.



## **ANEXO A – Semelhanças e diferenças das modalidades de acolhimento para crianças e adolescentes<sup>70</sup>**

- Casa de passagem – Consiste no primeiro espaço para a criança ou o adolescente quando é identificada uma situação de emergência que exija a medida de acolhimento institucional. A permanência na casa de passagem limita-se ao período de realização de um diagnóstico situacional que oriente os encaminhamentos necessários.
- Família acolhedora – É um serviço de acolhimento provisório, até que se chegue a uma solução para o caso da criança ou adolescente envolvido, tais como reintegração familiar ou, excepcionalmente, adoção. Sua definição não se enquadra no conceito de abrigo institucional, nem no de colocação em família substituta. É uma modalidade diferenciada que pode ser especialmente útil: no atendimento de crianças e adolescentes com mais possibilidades de retorno à família de origem, ampliada ou extensa; em casos emergenciais, quando inexistam alternativas de acolhimento e proteção; para crianças pequenas em situações de violação de direitos. Cada família acolhedora deverá acolher uma criança/adolescente por vez, mas quando se tratar de grupo de irmãos esse número poderá ser ampliado.
- Casa-Lar – como indica o nome, essa modalidade visa aproximar-se ao funcionamento de um ambiente doméstico, de rotina familiar, realizando o acolhimento em unidades com estrutura de residências privadas, onde pelo menos uma pessoa ou casal resida na casa-lar. Em função dessas características, sugere-se que o número máximo de crianças e adolescentes seja de dez para cada casal ou dupla de educadores/cuidadores residentes. Essa modalidade, cuja existência no Brasil é anterior

---

<sup>70</sup> Síntese elaborada pela autora em sua dissertação de mestrado (CINTRA, 2010) a partir da obra de Silva; Cabral (2009) e das Orientações Técnicas do Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2009). Todas as modalidades devem pautar seu atendimento no cuidado, cuja premissa – além da doutrina da proteção integral – está na qualidade das trocas afetivas. Não são aqui mencionadas de forma completa as exigências para cada uma das modalidades. Cabe lembrar ainda que existem medidas de proteção que não se incluem especificamente no acolhimento institucional, como, por exemplo, o Programa de Famílias Acolhedoras. Para detalhamento sobre caracterização desses serviços, bem como crianças e adolescentes neles acolhidos, consultar Assis; Farias (2013).

ao ECA, apresenta aspectos positivos na comparação com os antigos orfanatos, mas seu funcionamento exige manejos bastante complexos.

- Abrigo Institucional – Na definição atual das características de um abrigo, existem muitas semelhanças quando comparado com a Casa-Lar. A grande diferença é que nos abrigos não existe a figura do educador residente, e sim do educador plantonista. A equipe de um abrigo envolve profissionais em regime de trabalho diurno e plantonistas noturnos que exercem uma série de atividades. Embora mencione que os abrigos (diferentemente dos antigos orfanatos) devam trabalhar com um pequeno número de crianças, o ECA não define esse número. O GT Nacional sugere uma capacidade instalada<sup>71</sup> de até quinze crianças e adolescentes. As Orientações Técnicas (MDS, 2009a) definem esse número em 20 e definem essa modalidade como:

Serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

O serviço deve ter aspecto semelhante ao de uma residência e estar inserido na comunidade, em áreas residenciais, oferecendo ambiente acolhedor e condições institucionais para o atendimento com padrões de dignidade. Deve ofertar atendimento personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local (p. 63).

---

<sup>71</sup> A capacidade instalada refere-se ao número de pessoas atendidas mantendo-se a qualidade do serviço, o que implica o cumprimento das determinações legais, portarias e resoluções de conselhos municipais e estaduais de atenção à infância e adolescência.

## ANEXO B – Roteiro de entrevista

Dados de identificação (nome, idade, como ingressou nesta área de trabalho, formação, tempo que está nesta atividade, funções no cargo que ocupa).

1. Você poderia me contar sobre sua rotina de trabalho em sua atual função? (explorar formação para área, especialmente no caso de concursos e conselheiro tutelar).

2. O que é para você uma decisão? Existem decisões mais fáceis/difíceis? Explicar.

3. De que forma as decisões estão presentes em seu cotidiano de trabalho? Quem está envolvido nelas?

4. Quando se trata de uma situação de decisão sobre retirada da criança-adolescente da família ou de um serviço de acolhimento, como isso se insere em seu cotidiano de trabalho? O que é determinante para tomar esta decisão? (explorar parâmetros “situação de risco”, provavelmente apontada pelo entrevistado).

5. Poderia mencionar um ou dois casos de seu cotidiano de trabalho para que possamos delinear os processos (etapas, facilidades e obstáculos) de uma decisão para retirar uma criança ou adolescente da família? Para onde foi levada a criança ou adolescente? Quais fatores interferiram nesta escolha?

6. Poderia mencionar um ou dois casos de seu cotidiano de trabalho para que possamos delinear os processos (etapas, facilidades e obstáculos) de uma decisão para retirar uma criança ou adolescente de um serviço de acolhimento? Para onde foi levada a criança ou adolescente? Quais fatores interferiram nesta escolha?

7. Como se dá a comunicação entre os operadores da Rede no encaminhamento destas decisões? (contato, frequência, fluxo de procedimentos etc.).

8. O que está em jogo nas decisões em que você tem participação? (associação de ideias, imagens, preocupações, cuidados, diferenças

relacionadas a gênero, faixa etária, características físicas, classe social, relações com a lei, conflitos, angústias etc.).

9. Você teve contato direto com as crianças, adolescentes e familiares envolvidos nessas decisões? De que forma? Como percebeu o que vivem nestes momentos de decisão? Teve contato posterior? O que observou? (caso não tenha contato, explorar o que imaginou sobre recebimento/desdobramento da decisão).

10. Como você “se percebe” antes, durante e após as situações de decisão em que está envolvido(a)? (explorar aspectos que afetam o entrevistado nestas situações)

14. O significa para você “atender ao melhor interesse da criança-adolescente”? Com quais ferramentas você pode contar para ter acesso a este interesse?

15. O que acha que poderia facilitar seu trabalho em se tratando de situações de decisão para retirada de criança-adolescente da família ou serviço de acolhimento?

16. Conhece políticas de apoio às famílias de crianças-adolescentes? Quais? Quem realiza? Há quanto tempo? Qual a proposta? Funcionam bem?

17. Gostaria de complementar alguma coisa relativa ao tema?



## **ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**

**Centro de Filosofia e Ciências Humanas**

**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

**Área de Concentração:**

**Práticas Sociais e Constituição do Sujeito<sup>72</sup>**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre situações de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento, a ser realizada pela pesquisadora principal Ana Lúcia Cintra, sob orientação da Profa. Dra. Mériti de Souza, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

O estudo tem por objetivo geral "analisar situações de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento". De forma específica pretende-se: a) conhecer e analisar procedimentos do Sistema de Garantia de Direitos para possível retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento b) analisar como os profissionais deste Sistema afetam e são afetados no decorrer destes procedimentos c) analisar as relações entre tais afecções e as formas como se subjetivam os profissionais do SGD nas situações de decisão para retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento.

A pesquisa será realizada por meio de entrevistas com profissionais que atuam na rede de atenção à infância e adolescência da Grande Florianópolis que estejam implicados – ainda que de formas diversas – nas situações de decisão acima referidas. A entrevista será agendada em momento e local de preferência dos participantes respeitando-se as especificidades da rotina de trabalho e normas institucionais. As entrevistas serão gravadas em áudio, sendo que nomes ou quaisquer dados que possam identificar os (as) participantes não serão

---

<sup>72</sup> Após aprovação do TCLE o nome da área de concentração passou a ser “Práticas Culturais e Processos de Subjetivação”. Anexamos aqui o documento original aprovado pelo Comitê de Ética que foi utilizado na pesquisa.

usados. A pesquisa poderá suscitar algum desconforto ao entrevistado a partir da vivência subjetiva frente às questões propostas e, neste caso, o entrevistador irá procurar minimizá-lo, visto que sua formação em Psicologia inclui preparo para o manejo de tais situações. Ainda, é esperado que o estudo traga benefícios ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, no caso específico representado pela rede de atenção à infância e adolescência da Grande Florianópolis.

Fui esclarecido/a de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado/a, poderei contatar a pesquisadora principal pessoalmente ou por meio do telefone (48) 3024.3416 e 9989.3416. Também foi garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Os dados fornecidos serão confidenciais, os nomes dos participantes não serão identificados em nenhum momento e, o acesso aos dados coletados será realizado pela pesquisadora principal – Ana Lúcia Cintra – e/ou pela pesquisadora responsável - Profa. Dra. Mériti de Souza. As informações serão utilizadas para elaboração de tese de doutorado e na publicação em livros, periódicos ou divulgação em eventos científicos. Conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa o pesquisador principal da pesquisa me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar na pesquisa referente ao projeto intitulado *Decidir é (im) preciso: sobre a retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para a realização da pesquisa.

Cidade, \_\_\_\_\_, (data) \_\_\_\_\_  
Participante \_\_\_\_\_

Ana Lúcia Cintra

Dra. Mériti de Souza

Endereço: Rua Lauro Linhares, 2123, torre A, sala 706.

Trindade – Florianópolis – SC - CEP 88036-002